

REVISTA ORBIS LATINA

racionalidades, desenvolvimento & fronteiras

ISSN 2237 - 6976



Volume 2, Número 1

Foz do Iguaçu - Paraná - Brasil

JANEIRO - DEZEMBRO

2012

Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras.

Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA)
Coordenação: Prof^a Dr^a Claudia Lucia Bisaggio Soares

Conselho Editorial

Claudia Lucia Bisaggio Soares
Dirceu Basso
Exzolvildres Queiroz Neto
Gilcélia Aparecida Cordeiro
Janine Padilha Botton
Regis Cunha Belém
Rodrigo Bloot

Edição e Capa*

Gilson Batista de Oliveira

**As fotos da capa são de cartazes elaborados por alunos nas atividades organizadas, durante a greve dos docentes, pela Comissão de Cultura, em exposição no Campus UNILA Centro, no mês de junho/2012.*

Revista Orbis Latina

Volume 2, Número 1, Janeiro – Dezembro de 2012.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil - 2012

Periodicidade Anual.

Interdisciplinar.

ISSN 2237-6976

1. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento e fronteiras.

I. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras - GIRA.

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras - GIRA

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 03, Espaço 03, Sala 5

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3576 7332 / E-mail: orbislatina@gmail.com ou gilson.oliveira@unila.edu.br

APRESENTAÇÃO

A Revista Orbis Latina é uma publicação científica interdisciplinar *on line*, disponível em formato *flash*, com possibilidade de downloads em pdf no *web site* <https://sites.google.com/site/orbislatina/>. A revista é indexada desde seu primeiro volume e traz para o público resultados de pesquisas em várias áreas do conhecimento humano.

Essa publicação é fruto do trabalho coletivo do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras, que está sediado na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), uma instituição que se propõe trabalhar a interdisciplinaridade enquanto método.

Os artigos publicados nesse volume tratam de assuntos que, de alguma forma, perpassam pelas temáticas centrais das linhas de pesquisa do GIRA:

- (1) Desenvolvimento, racionalidades e autonomia;
- (2) Valoração ambiental, indicadores e medidas e;
- (3) Desenvolvimento Rural e Urbano.

Dessa forma, a Revista Orbis Latina, em seu segundo volume, traz a público, além de uma resenha e de uma contribuição cultural, sete artigos científicos. No primeiro artigo, Roberto Tadeu Bombassaro, Lafaiete

Santos Neves e Antoninho Caron discutem o desenvolvimento do sistema capitalista e a crise ambiental. No segundo artigo, Marcos Aurélio Reinaldim e José Edmilson de Souza-Lima tratam da aplicação prática do princípio da função social da propriedade urbana enquanto política pública para os vazios urbanos. No terceiro artigo, Denise Rauber, Adayr da Silva Ilha, Christian Luiz da Silva e Jussara Cabral Cruz debatem a gestão integrada de recursos hídricos na Bacia do Prata. No quarto artigo, Eduardo J. Vior apresenta um ensaio sobre as temporalidades justapostas nas Ciências Sociais latinoamericanas. No quinto artigo, Maikon Di Domenico, Lucas M. Aguiar e André R. S. Garraffoni fazem uma análise crítica dos desafios da taxonomia. No sexto artigo, J. Octavio Obando Morán estuda a situação atual da segunda edição das obras completas de Marx-Engels (MEGA) depois do revés do socialismo. No sétimo artigo, Luciano Wexell Severo faz uma reflexão sobre a entrada da Venezuela no MERCOSUL sob diversos aspectos. No espaço cultural, Exzolvildres Queiroz Neto apresenta a resenha do livro “Parceiros do Rio Bonito” de Antônio Cândido e Diana Araújo Pereira torna público seu conto intitulado “Tarde e Sol”.

As normas para submissão de artigos e demais contribuições estão dispostas na penúltima página dessa edição e no *web site* da revista.

Boa Leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Editor

SUMÁRIO

DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E CRISE AMBIENTAL: GOVERNANÇA PARA O PLANETA TERRA <i>Roberto Tadeu Bombassaro, Lafaiete Santos Neves, Antoninho Caron</i>	05
A APLICAÇÃO PRÁTICA DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PARA OS VAZIOS URBANOS – UM ESTUDO DE CASO <i>Marcos Aurélio Reinaldim e José Edmilson de Souza-Lima</i>	19
GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA DO PRATA <i>Denise Rauber, Adayr da Silva Ilha, Christian Luiz da Silva e Jussara Cabral Cruz</i>	37
TEMPORALIDADES YUXTAPUESTAS EN LAS CIENCIAS SOCIALES LATINOAMERICANAS <i>Eduardo J. Vior</i>	65
DESAFIOS DA TAXONOMIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA <i>Maikon Di Domenico, Lucas M. Aguiar e André R. S. Garraffoni</i>	76
SITUACIÓN ACTUAL DE LA 2ª EDICIÓN DE LAS OBRAS COMPLETAS DE MARX- ENGELS (MEGA) DESPUÉS DEL REVÉS DEL SOCIALISMO <i>J. Octavio Obando Morán</i>	96
DESDOBRAMENTOS DA ENTRADA DA VENEZUELA NO MERCOSUL <i>Luciano Wexell Severo</i>	112
RESENHA <i>Livro: Parceiros do Rio Bonito</i> <i>Exzolvildres Queiroz Neto</i>	126
ESPAÇO CULTURAL <i>Tarde e Sol</i> <i>Diana Araújo Pereira</i>	129

DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E CRISE AMBIENTAL: GOVERNANÇA PARA O PLANETA TERRA

Roberto Tadeu Bombassaro*
Lafaiete Santos Neves**
Antoninho Caron***

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico em vigor que, orientado pela dinâmica do sistema capitalista nas últimas décadas, começa a apresentar fortes consequências de degradação ambiental e esgotamento de recursos naturais do planeta. A análise dos números da economia chinesa nos últimos anos traz para reflexão a projeção de resultados catastróficos em decorrência de seu crescimento econômico e da perspectiva da possível mudança no estilo de vida de sua população, baseado no modelo de consumo norte-americano. Porém, não é só o fenômeno do crescimento da China que representa uma ameaça iminente à sobrevivência do planeta, mas todo o processo de desenvolvimento econômico baseado no crescimento permanente de todas as nações, passando a exigir urgente implantação de um modelo de governança que oriente para um futuro mais promissor. Sustentado por análises realizadas por Jared Diamond (2007) no estudo histórico de civilizações dizimadas, pelas propostas de Lester Brown (2003) para criação de um novo modelo econômico mundial e pelas iniciativas do IBGC de estímulo aos profissionais do mundo empresarial para incorporação das melhores práticas de governança, este artigo propõe a adoção de um eficiente sistema de governança para o planeta.

Palavras-chave: desenvolvimento; governança; meio ambiente.

Abstract

This article aims at discussing the depletion of the economic development model in place, driven by the dynamics of the capitalist system in recent decades, begins to show strong effects of environmental degradation and especially depletion of natural resources around the globe. Analysis of the figures of the Chinese economy in recent years brings reflection projection of catastrophic results due to its economic growth and the prospect of a possible evolutionary change in lifestyle of its population, based on the model of U.S. consumption. But not only is the phenomenon of China's growth represents an imminent threat to the survival of the planet, but the whole process of economic development based on permanent growth of the entire group of nations who inhabit the globe, and require urgent deployment a governance model that shifted to a more promising future. Supported by analysis performed by Jared Diamond (2007) in the historical study of civilization decimated, by the proposals of Lester Brown (2003) to create a new world economic model and the initiatives of IBGC stimulus to business professionals in the world to incorporate the best practices governance, this paper proposes the adoption of an efficient system of governance for the planet Earth.

Keywords: development; environment; governance.

* Mestrando em Organizações e Desenvolvimento pela UNIFAE – Centro Universitário Franciscano do Paraná, Especialista em Direito Público pela UNOPAR – Universidade Norte do Paraná, Graduado em Direito pela IESA – Instituto Cenecista de Santo Ângelo, Graduado em Administração pela AIEC – Associação Internacional de Educação Continuada. E-mail: advogado_rbombassaro@uol.com.br.

** Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná. E-mail: lafaiete.neves@gmail.com.

*** Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná. E-mail: acaron@brturbo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é reforçar as posições que vem sendo assumidas por inúmeros estudiosos no mundo todo inconformados com a tendência de agravamento das condições de vida no planeta em consequência dos hábitos consumistas que foram estimulados pela evolução do sistema capitalista.

Conforme Lester Brown (2003) discorre ao longo de sua obra, o modelo energético que predomina na atualidade, baseado na queima de combustíveis fósseis e o desenfreado desmatamento em todos os continentes, é o maior responsável por fenômenos como o aumento da temperatura do planeta, o degelo nas calotas polares e nos glaciares, a elevação dos oceanos e o aumento da escassez hídrica, fatores que tem agravado gradativamente o número de desastres naturais como tempestades, deslizamentos e enxurradas em todo o planeta.

Essa constatação, aliada aos fatores referentes à análise do desenvolvimento econômico da China, são motivos suficientes para que o ser humano acenda o sinal de alerta para acionar mecanismos que permitam o transatlântico da humanidade efetuar as manobras necessárias para correção do rumo e assim, desviando a tempestade, atingir o porto do progresso com harmonia entre a natureza e o homem.

Porém, essa alteração de rota não pode se limitar à ações mitigadoras de danos ao meio ambiente sem alterar em profundidade os conceitos implícitos na estrutura do modelo econômico capitalista em vigor.

A manutenção da economia como centro nuclear de todas as decisões do destino da humanidade precisa ser revista e isso envolve uma revisão enérgica de profundidade no estilo de vida das pessoas e seu modo de agir em relação à natureza que começa pela reeducação com disciplina e alteração na escala de valores, principalmente relacionados ao modelo de consumo.

A adoção do sistema capitalista em substituição ao feudalismo que apresentava sinais de esgotamento e forçava a adoção de meio alternativo que possibilitasse a

sobrevivência evolutiva do homem trouxe consigo enorme poder de modificação das relações entre as pessoas e, principalmente, novas formas de geração de riqueza que se sustentaram sob a insígnia da acumulação.

Esse pilar do sistema espiral que não estabelecia limite final na geração de excedentes como meio de retro-alimentação sistêmica funcionou, aparentemente, muito bem durante décadas em que o homem não percebia que o capital estava assumindo o controle absoluto sobre os demais fatores de produção.

Transcorrido o tempo que permeou gerações até chegar aos dias atuais o modelo foi evoluindo e começou a apresentar desgastes que começaram a ser percebidos pelos pesquisadores mais atentos que apontaram as fragilidades da super exploração do trabalhador e do total aproveitamento desregrado, gratuito e inconseqüente, dos meios naturais.

A economia global atual foi formada por forças de mercado e não por princípios de ecologia. Infelizmente, ao deixar de refletir os custos totais dos bens e serviços, o mercado presta informações enganosas aos tomadores de decisões econômicas, em todos os níveis. Isso criou uma economia distorcida, fora de sincronia com os ecossistemas da Terra - uma economia que está destruindo seus sistemas naturais de suporte. (BROW, 2003, p. 84).

A desigualdade entre os países ricos e em desenvolvimento se agravou nas últimas décadas fruto do acirramento da competição internacional, provocando o desencanto com a “utopia global” e tornando cada vez mais concreta a hipótese de que o capitalismo global esteja perdendo sua aura de infalibilidade (FIORI, 2000, ps. 13-14).

A tão sonhada universalização da riqueza aliada com a homogeneização das economias que conduziriam todos os povos a usufruir dos benefícios do desenvolvimento global foi ficando cada vez mais distante com a aceleração do processo de concentração do poder político e da riqueza capitalista nas mãos de poucos Estados, na maioria europeus.

A perspectiva que se coloca a partir desse cenário descrito leva a uma profunda reflexão de que forma a humanidade poderá encontrar um caminho que permita superar os desafios de erradicação da pobreza, redução das desigualdades entre os povos e preservação do meio ambiente que permitirá garantir a longevidade do planeta terra.

É nesse sentido que se propõe o aproveitamento dos princípios que nortearam o desenvolvimento e adoção de procedimentos eficazes que foram, e estão sendo, adotados nas empresas do mundo todo com o rótulo de governança corporativa e que revolucionaram a forma de gestão empresarial para auxiliar na mudança de comportamento das pessoas e na condução dos negócios pelas empresas com o fito zelar pela saúde do planeta de forma a atingir prosperidade com responsabilidade sócio-ambiental.

2. DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES NO SISTEMA CAPITALISTA

O modelo econômico vigente hodiernamente no mundo desenvolveu-se a partir de uma concepção que, originando-se na produção artesanal, consolida-se no século XVIII com o advento da revolução industrial na Inglaterra. A industrialização trouxe em seu bojo novas tecnologias que alteraram drasticamente o modo de produção artesanal e a agricultura de subsistência que então predominavam.

A Revolução Agrícola envolveu a reestruturação da economia alimentar, saindo de um estilo de vida nômade, baseado na caça e coleta, para um estilo de vida assentado, baseado no cultivo do solo. Embora a agricultura tenha iniciado como um complemento da caça e da coleta, veio a substituí-los totalmente. A Revolução Agrícola implicou o desmatamento de um décimo da superfície terrestre coberto por capim ou árvores, para que fosse arado. Contrariamente à cultura caçador/colhedor, que pouco efeito causou à terra, essa nova cultura agrícola transformou literalmente a superfície do planeta.

A Revolução Industrial está em andamento há dois séculos, embora em alguns países ainda esteja em seus primórdios. Em sua base, havia uma mudança das fontes de energia - da madeira ao combustível fóssil - uma mudança que abriu caminho para uma expansão maciça da atividade econômica. Realmente, ela se distingue pelo domínio de quantidades gigantescas de energia fóssil para objetivos econômicos. Embora a Revolução Agrícola tenha transformado a superfície da Terra, a Revolução Industrial está transformando a atmosfera do planeta. A produtividade adicional que a Revolução Industrial viabilizou desencadeou imensas energias criativas. Também criou novos estilos de vida e a maior era ambientalmente destrutiva da história da humanidade, colocando o mundo firmemente no caminho do declínio econômico.

A Revolução Ambiental se assemelha à Revolução Industrial por ser, cada uma, dependente da mudança para uma nova fonte energética. E, igualmente às duas revoluções anteriores, a Revolução Ambiental afetará todo o planeta. (BROWN, 2003, p. 99-100).

Como característica essencial do sistema capitalista que rege este modelo de desenvolvimento econômico das nações o processo de acumulação de riquezas assume o núcleo central da estrutura econômica estabelecendo as regras de funcionamento de um mecanismo que tem como princípio um estilo espiral que não reconhece limitantes ou patamares de estabilização com tendência de crescimento ao infinito.

Além de provocar efeitos colaterais significativos de desigualdade de condições de vida entre os povos, permitindo que as nações pioneiras assumissem papéis centrais e de dominação imposta àquelas que despertaram com algum atraso, condenando estas últimas a desempenharem papel de coadjuvante com obrigação de produzir bens primários que possibilitassem o suprimento das necessidades das primeiras.

Um dos efeitos mais nefastos que o sistema capitalista produziu em consequência das desigualdades referenciadas acima foi a divisão do mundo em nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Este fenômeno foi

estudado e interpretado pelo economista Celso Furtado que, contrariando o pensamento econômico vigente, afirma que “o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. (FURTADO, 2000, p. 253).

Enquanto que nas economias centrais as exportações dividiam a responsabilidade pelo crescimento econômico com as inversões autônomas e forte incremento nas inovações tecnológicas, os países periféricos tinham quase que exclusivamente nas exportações sua fonte de crescimento de renda. (TAVARES, 2000, P. 220).

O abalo sofrido pelas economias dos países latino americanos, que eram baseadas na exportação, em consequência das seguidas crises ocorridas nos períodos pós-guerra forçaram a alteração do modelo tradicional e a adoção do que ficou conhecido por processo de substituição de importações que foi definido por Conceição Tavares (2000, p. 225) assim:

O processo de substituição das importações pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.

Durante os quase três séculos de vigência do sistema capitalista foram registradas crises estruturais e sistêmicas cíclicas:

La historia del capitalismo registra, asimismo, numerosas crisis cíclicas de largo plazo como las siguientes: 1819-1821, 1847-1848 (que coincidió con la crisis sistémica en esos años), 1871-1873 (a la que estuvo relacionada la Comuna de París; que, por otro lado, inauguró la fase imperialista clásica; y encuadró el desarrollo de la Segunda Revolución Científico-Técnica de las últimas dos décadas del siglo XIX), 1902-1903 (a la que estuvieron relacionadas la Primera Guerra Mundial y la Revolución Rusa), 1929-1933 (que coincidió con la

crisis sistémica de esos años), y 1974-1975. En el marco de estos ciclos de 20-25 años y de sus momentos de crisis, han tenido lugar las llamadas crisis cíclicas de menor plazo de entre 5, 7 o 10 años. Estas crisis de periodos más cortos, también han coincidido en diversas ocasiones con los otros dos tipos de crisis descritos previamente. (GUTIÉRREZ; LONG; PARGA, 2004).

As diversas crises enfrentadas pelo sistema capitalista, que demarcam seus ciclos econômicos, são determinadas, na visão de Netto e Braz (2006, p. 160-161), por fatores determinantes como (i) a anarquia da produção que consiste no total descontrole e falta de planejamento global no processo produtivo, assim como (ii) a queda da taxa de lucro respondida de forma egoísta por cada capitalista e ainda pelo (iii) descompasso entre a capacidade de produção e a capacidade de consumir pelo contingente dos trabalhadores, o chamado subconsumo das massas trabalhadoras.

Gunder Frank surge em meio aos embates de estudiosos que se defrontam com idéias contraditórias sobre o que levou os países da América latina a se estabelecer na condição de subdesenvolvidos. Para alguns, como os fundadores da CEPAL, certamente influenciados pela ideologia norte-americana, o subdesenvolvimento nada mais era que um estágio de evolução que desembocaria no desenvolvimento. Contrário a esta ideia, Frank afirmava que tal premissa não explicava satisfatoriamente o porquê da geração simultânea de regiões desenvolvidas e outras subdesenvolvidas.

Entende Frank (1973, p. 35) que o processo de desenvolvimento do capitalismo, por meio das relações estruturadas entre metrópoles e satélites, é o responsável pela geração dessas desigualdades a partir da exploração ocorrida desde os primórdios do capitalismo quando os países periféricos “forneceram outrora a seiva da vida para o desenvolvimento mercantil e industrial capitalista da metrópole”.

Nas últimas décadas algumas teorias foram desenvolvidas por estudiosos das economias das nações tais como a economia do desenvolvimento, a teoria estruturalista e as três vertentes da teoria da dependência (subdesenvolvimento, obstáculos ao

desenvolvimento nacional e situações concretas de dependência), todas tentando explicar e justificar as desigualdades enfrentadas pelos países na busca de melhores condições na qualidade de vida das pessoas.

Todos esses embates sustentados por cada uma dessas teorias sempre foram enfrentados com foco centrado na ciência econômica, desconsiderando assim outros fatores que poderiam ter apontado para rumos diferenciados na evolução das economias das nações.

A exploração dos recursos da natureza jamais influenciou decisivamente os pesquisadores economicistas em suas pesquisas que objetivavam explicar, justificar e até orientar o processo de desenvolvimento econômico dos países.

Somente nas últimas décadas alguns estudos iniciaram uma mudança de posicionamento com a percepção dos números da exploração dos recursos do meio ambiente pelos processos produtivos e a devolução de seus resíduos e as conseqüências que esse ritmo poderá trazer para o planeta.

Um primeiro trabalho que despertou a opinião pública para a questão ambiental foi o livro *Primavera Silenciosa*, da zoóloga e bióloga norte-americana Rachel Carson, publicado em 1962. Dez anos depois, a Primeira Conferência Mundial do Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo) na Suécia inseriu as preocupações com o meio ambiente nas agendas governamentais de vários países.

Projetando uma realidade não muito distante, com base na avaliação que fez dos povos de antigas civilizações em comparação com acontecimentos contemporâneos de outras civilizações, Brown aponta para a perspectiva de alteração nas relações entre as nações em função do domínio e fatores que representarão recursos escassos, afirmando:

Num mundo com escassez de terra e água, o valor de ambos pode aumentar substancialmente, alterando as condições de comércio entre áreas rurais e urbanas. Desde os primórdios da Revolução Industrial, as condições de comércio favoreceram as cidades por controlarem o capital e a tecnologia - os recursos escassos. Mas, se a

terra e a água se tornarem recursos escassos, então as populações das áreas rurais que as controlam terão a vantagem. Assim, as condições de comércio poderão até reverter a urbanização, em algumas situações. (BROWN, 2003, p. 203).

O problema que até então era grave, mas se limitava a buscar solução para resolver a desigualdade na distribuição da renda e apropriação da riqueza de forma desigual entre os povos, agrava-se pela necessidade de encontrar meios que permitam o desenvolvimento de forma sustentável que garanta a preservação dos recursos naturais e a consequente perenidade do planeta.

3. OS IMPRESSIONANTES NÚMEROS DA CHINA

Com a decisão do governo chinês de abertura de sua economia no final dos anos 70 não demorou muito para que o resto do mundo começasse a assistir atônito a impressionante capacidade de produção de riqueza demonstrada por aquela nação.

Tolhido em sua possibilidade de usufruir dos benefícios propiciados pela economia moderna nos países desenvolvidos a população da China, que até então vivia amordaçada pelo rigor do regime autocrático comunista implantado, não demonstrou qualquer receio em se integrar voluptuosamente aos novos tempos econômicos que passaram a vigorar e passou a demonstrar suas potencialidades de produção e consumo.

Nada mais justo que se apliquem os princípios de equidade e se aprove que os chineses, à exemplo de outros povos, possam também desfrutar das vantagens e comodidades proporcionadas pela economia capitalista moderna.

Porém, como muito bem observado por Diamond (2007, p. 31), esse país possui uma geografia e população tão grande que os impactos ambientais de seu desenvolvimento baseado no modelo de consumo existente em países ditos mais avançados representam elevados riscos à sobrevivência da humanidade.

Mas a imensa população, economia e área da China também garantem que seus problemas ambientais não permanecerão como um assunto doméstico e atingirão o resto do mundo, que é cada vez mais afetado por compartilhar o mesmo planeta, oceanos e atmosfera com a China e que, ao seu turno, afeta o ambiente da China através da globalização. (DIAMOND, 2007, p. 444).

Qualquer abordagem que se faça sobre a economia chinesa exige que se comece pela referência ao tamanho de sua população, que mesmo com a adoção do controle de natalidade de forma que cada família só pode ter um filho atingiu mais de um bilhão e trezentos milhões de habitantes, que representa um terço da população mundial.

Incontestavelmente isso significa que todo o movimento que envolva maciçamente a população chinesa produz graves e profundos reflexos em todo o planeta pela dimensão que assume.

Na impressionante viagem pelos números chineses Diamond (2007, p. 447) relata que nas últimas décadas a produção de máquinas de lavar aumentou 34 mil vezes e a de automóveis foi multiplicada por 130 em função de decisão governamental de transformar a indústria de veículos em um dos pilares de desenvolvimento.

Quando se refere à produção de automóveis para consumo interno outro autor revela números tão espantosos como todos os demais ao afirmar:

Em 1994, o governo chinês decidiu que o país desenvolveria um sistema de transportes centrado no automóvel e que a indústria automotiva seria um dos impulsionadores do futuro crescimento econômico. Beijing convidou grandes montadoras como Volkswagen, General Motors e Toyota a investirem na China. Mas, se o objetivo de Beijing se materializasse e cada chinês possuísse um ou dois carros em cada garagem e consumisse petróleo no ritmo dos Estados Unidos, a China necessitaria de mais de 80 milhões de barris de petróleo ao dia - ligeiramente superior aos 74 milhões de barris diários que o mundo produz atualmente. (BROWN, 2003, p. 18).

Exacerbando a agressão que o crescimento chinês está impondo ao meio ambiente nada pior que a constatação da obsolescência de sua matriz energética:

Por trás dessas impressionantes estatísticas sobre a escala e o crescimento da economia da China, esconde-se o fato de que muito dela se baseia em tecnologia obsoleta, ineficaz ou poluidora. A eficiência energética da produção industrial chinesa é apenas metade da do Primeiro Mundo; sua produção de papel consome duas vezes mais água do que a do Primeiro Mundo; e sua irrigação se baseia em métodos de superfície ineficientes responsáveis por desperdício de água, perda de nutrientes do solo, eutrofização e assoreamento de rios. Três quartos do consumo de energia da China dependem de carvão mineral, principal causa de poluição do ar e de chuva ácida, e causa significativa de ineficiência. Por exemplo, a produção de amônia, a partir de carvão, para a fabricação de fertilizantes e têxteis, consome 42 vezes mais água do que a produção à base de gás natural do Primeiro Mundo. (DIAMOND, 2007, p. 448).

O controle de natalidade já citado traz a reboque outro problema que implica igualmente em números astronômicos que é a redução do tamanho das famílias que moram na mesma casa, fazendo com que a China precise construir 126 milhões de novas residências, número este superior ao total de todas as residências existentes nos Estados Unidos, conforme Diamond (2007, p. 464).

Assumido como ideal o estilo de vida norte americano o povo chinês rapidamente produzirá a aceleração na degradação do meio ambiente do planeta a partir da satisfação de necessidades básicas como a alimentação, apenas com o incremento mínimo em novos hábitos como o consumo de carne suína, conforme alertado por Brown (2006, p. 18) da seguinte forma:

À medida que a renda cresceu na China, também o consumo aumentou. Os chineses já alcançaram os americanos no consumo per capita de carne suína, e agora concentram suas energias em aumentar a

produção da carne bovina. Para elevar o consumo per capita da carne bovina na China aos níveis do americano médio, serão necessários 49 milhões de toneladas adicionais. Se tudo isto fosse produzido com gado confinado, no estilo americano, seriam necessárias 343 milhões de toneladas anuais de grãos, um volume igual a toda a colheita dos Estados Unidos.

Muitos outros indicadores poderiam ser levantados e descritos aqui como sinais de alerta de que a prosperidade desse país gigante deve ser motivo de grandes preocupações para toda a humanidade.

Não há como esquecer, porém, que a China é apenas um país com 1,3 bilhões de habitantes e restam ainda em torno de 4 bilhões de pessoas que constituem o exército de seres que habitam regiões ávidas por conquistarem também melhor qualidade de vida igualando-se aos povos dos países desenvolvidos.

Assim surge o questionamento central dessa análise que reside em refletir sobre a possibilidade de conquistar a tal qualidade de vida com a manutenção do atual modelo de consumo imposto pelo sistema capitalista em vigor sem que se encontre uma solução que viabilize tal projeto sem destruir o planeta que sustenta todo esse processo.

4. A PREMÊNIA PELA MUDANÇA DO MODELO

Em 1984, com o aval das Nações Unidas, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esta comissão tinha como objetivo estudar os impactos ambientais causados pelos processos civilizatórios e avaliar a eficácia das políticas existentes para mitigá-los. Estes estudos deram origem, em 1988, ao Relatório Brundtland, documento também chamado de *Nosso futuro comum* que cunhou o termo, muito em voga, *Desenvolvimento Sustentável*; este foi então definido como “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”.

O que poderia então tornar-se um marco para uma mudança radical no modelo de desenvolvimento econômico vigente em

prol da sustentabilidade de nossos processos produtivos, terminou por transformar-se em um termo amplamente manipulado e contraditório em si mesmo. Leff (2001) ressalta que o desenvolvimento sustentável, ao não preconizar limites para o crescimento econômico, contribui para impulsionar nossa civilização rumo ao colapso.

Para Cavalcanti (2003, p. 160) um desenvolvimento dito sustentável deve preconizar “princípios mínimos de austeridade, de sobriedade, de simplicidade e de não-consumo de bens suntuários”. Como exemplo de modo de vida ambientalmente sustentável, Cavalcanti cita as sociedades indígenas do Brasil pré-descobrimto.

Boff (2004, p. 96) também vê o desenvolvimento sustentável como um termo moldado aos interesses econômicos, um disfarce para o verdadeiro tipo de desenvolvimento vigente, “altamente concentrador, explorador de pessoas e dos recursos da natureza”. Ressalta ainda Boff (2004, p. 97) que “o desenvolvimento, neste modelo, apresenta-se apenas como material e unidimensional, portanto como mero crescimento”.

O perfeito entendimento dos números projetados pelas economias dos países em desenvolvimento indica a urgência na adoção de antídotos que permitam combater a doença que acomete o planeta antes que ela se torne irreversível e fatal.

O planeta já apresenta mostras de que não suportará os impactos provocados pelo modelo econômico do sistema capitalista vigente por muito mais tempo, apontando para a necessidade de reengenharia no processo enquanto ainda houver tempo, como afirmou Øystein Dahle, Vice-Presidente aposentado da Esso (Noruega e Mar do Norte), citado por Brown (2003, p. 25) ao observar que “O socialismo ruiu porque não permitiu que os preços falassem a verdade econômica. O Capitalismo poderá ruir porque não permite que os preços falem a verdade ecológica”.

Prossegue o autor na mesma linha de raciocínio asseverando:

Construir uma eco-economia no tempo disponível requer mudanças sistêmicas aceleradas. Não teremos êxito com projetos

pontuais. Podemos ganhar batalhas ocasionais, mas perderemos a guerra por não dispormos de uma estratégia para uma mudança econômica sistêmica, que colocará o mundo num caminho desenvolvimentista ambientalmente sustentável. (BROWN, 2003, p. 87).

A evolução inconseqüente do estilo de vida do homem, capitaneada pelos países mais ricos e dominantes do planeta, exigiria o consumo de tantos recursos naturais que esgotaria rapidamente os existentes na terra e não se vislumbra em prazo compatível com a velocidade do desenvolvimento em ação qualquer solução tecnológica que permita a reversão desse cenário.

A alternativa então aponta para o caminho da mudança do modelo econômico tal como defendido por Brown:

Uma economia em sincronia com o ecossistema da Terra contrastará profundamente com a economia poluidora, perturbadora e, por fim, autodestruidora de hoje - uma economia do descarte, baseada no combustível fóssil e centrada no automóvel. Uma das atrações do modelo econômico ocidental é a elevação dos padrões de vida de um quinto da humanidade para um nível que nossos ancestrais nunca teriam sonhado, proporcionando uma dieta incrivelmente diversificada, níveis sem precedentes de consumo material e mobilidade física inimaginável. Mas, infelizmente não funcionará a longo prazo mesmo para esse quinto afluente e muito menos para o resto do mundo. (BROWN, 2003, p. 89).

A receita pode estar na aliança das lideranças mundiais que, comprometidas com a busca de uma solução eficiente e definitiva, não receiem em tomar medidas necessárias de impacto que poderão desagradar grandes e poderosos grupos que não vislumbram tal premência.

O trabalho interdisciplinar permitirá encontrar remédios eficazes o suficiente para operar mudanças no comportamento e na atitude de todo o conjunto dos povos que precisará abrir mão de hábitos e costumes em prol de gerações futuras, como sugere Brown:

A chave para a sustentação do progresso econômico é fazer com que os preços falem a verdade ecológica. Ecólogos e economistas - trabalhando juntos - podem calcular os custos ecológicos de várias atividades econômicas. Esses custos poderiam então ser incorporados ao preço de mercado de um produto ou serviço, sob a forma de imposto. Impostos adicionais sobre bens e serviços poderão ser compensados por uma redução no imposto de renda. A questão do remanejamento fiscal, como os europeus o definem, não é o nível dos impostos e sim sobre o que incidem. (BROWN, 2003, p. 250).

Prossegue o autor envolvendo também os governos no engajamento desta força tarefa propondo a inclusão em suas pautas políticas a definição de regras que limitem e controlem a natalidade e que passem a taxar com políticas fiscais rigorosas a exploração dos recursos naturais:

Caberá aos governos nacionais desenvolverem planos de longo prazo definindo objetivos e como atingi-los. Os componentes básicos desse plano são simples e diretos. Incluem o restabelecimento de um equilíbrio entre emissões e fixação de carbono, entre extrações e recarga de aquíferos, entre derrubadas e plantio de árvores, entre perda e regeneração do solo e entre nascimentos e mortes humanas. A questão não é se esses equilíbrios virão a ser alcançados. A única questão é como. Caso as sociedades não consigam um equilíbrio entre nascimentos e mortes reduzindo os nascimentos, a natureza o fará, aumentando as mortes. Com aquíferos, a opção é equilibrar logo bombeamento e recarga - enquanto há tempo para ajustes - ou esperar até que o aquífero esteja exaurido, e a conseqüente queda na produção de alimentos leve à escassez potencialmente catastrófica de alimentos. (BROWN, 2003, p. 275-276).

Para reforçar toda essa sinergia proposta para permitir a reestruturação do modelo de vida no planeta, Brown lembrou de envolver também as organizações do mundo empresarial que precisarão assumir

seu papel nessa empreitada da seguinte maneira:

Da mesma forma que a sociedade, as corporações têm interesse na construção de uma eco-economia. Lucros minguam quando uma economia está em declínio ou ameaçando entrar em colapso. Os riscos são particularmente altos no setor energético, mais afetado do que, por exemplo, o setor alimentício. A fim de se tornar sustentável, este último precisa ser modificado, porém o primeiro requer reestruturação fundamental. (BROWN, 2003, p. 280).

Nesse contexto resta comprovado que é preciso mudar. Uma mudança que precisa começar imediatamente e que exige coordenação com pertinência e responsabilidade sem possibilidade de vacilos que possam permitir a influência de interesses de quaisquer grupos por mais poderosos que possam ter sido em épocas passadas.

5. NECESSIDADE DE GOVERNANÇA

Este cenário está sendo cada vez mais percebido por pessoas que passaram a demonstrar interesse pela questão, motivadas por suas convicções ecológicas ou pela angústia ao perceber que as futuras gerações poderão encontrar condições cada vez mais precárias de vida com qualidade.

É nesse contexto que este trabalho propõe para o planeta Terra a adoção de estratégias com o objetivo de rever o modelo de desenvolvimento vigente com o uso dos princípios que nortearam a implantação das boas práticas de governança nas empresas do mundo todo e que apresentaram excelentes resultados em seus negócios.

A missão é complexa e delicada exigindo obstinação e coragem com o propósito de alterar o modo de vida das pessoas e a forma de atuação das organizações visando permitir o desenvolvimento dos povos garantindo, como condição básica e inegociável, a preservação dos recursos naturais do planeta.

Proibir as atividades que possam de alguma forma provocar a destruição da natureza, mesmo que de maneira gradativa,

precisa ser um dever das autoridades de todo o mundo e um direito de todas as pessoas que precisam se unir numa grande corrente solidária para conquista dessas metas.

Definida a premissa básica torna-se necessário buscar alternativas para o desenvolvimento dos povos de forma equilibrada, justa e responsável, garantindo a longevidade do planeta por meio da preservação de seus recursos naturais, oferecendo condições dignas de vida com qualidade a todos a partir da observação dos princípios da boa governança de equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade social, propiciando trabalho, alimentação, saúde e liberdade a todos os homens.

Estabelecidos tais requisitos e responsabilidades este estudo passa a analisar as ações necessárias e suas semelhanças com a governança nas empresas. Assim como as empresas necessitam de governança para desenvolver suas atividades de forma eficaz construindo bases sólidas para garantir sua saúde e longevidade, é imprescindível que também o planeta conte com o monitoramento de alguém que zele pela sua perenidade.

Governança é o termo utilizado no mundo empresarial para referir-se às práticas empregadas para dirigir, direcionar, administrar ou influenciar decisivamente ações num sentido estabelecido como objetivo a ser galgado pela organização.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC que agrega profissionais na dedicação aos estudos em busca do aperfeiçoamento das práticas de governança nas empresas adota o seguinte conceito:

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e o conselho fiscal. As boas práticas de governança corporativa tem a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para sua perenidade. (IBGC, 2006, p. 37).

Hodiernamente a relação entre o sistema ambiental e o sistema empresarial estabelece-se com um vínculo imprescindível e encontra em Derani (1997, p. 139) a defesa da importância da convivência pacífica das políticas ambiental e econômica, conforme abaixo:

O sistema econômico é dissipativo e não se auto-perpetua. É com base nesses fatos que se deve desenvolver uma teoria que vise a compor uma política ambiental e econômica vinculadas. É somente trabalhando com tais evidências que se pode erigir um conceito material de desenvolvimento sustentável. (DERANI, 1997, p. 139).

Para contornar as dificuldades estabelecidas pelo paradoxo estabelecido pelo desenvolvimento econômico e preservação da qualidade de vida da sociedade em geral, a legislação passa a criar limites e diretrizes conforme mencionado por Derani (1997, p. 17):

As normas ambientais são essencialmente voltadas a uma realidade social e não a uma “assistência” à natureza. Tais normas de proteção ao meio ambiente são reflexos de uma constatação social paradoxal resumida no seguinte dilema: a sociedade precisa agir dentro de seus pressupostos industriais, porém, estes mesmos pressupostos destinados ao prazer e ao bem-estar podem acarretar desconforto, doenças e miséria.

Milaré (2007, p. 61) reforça essa idéia do desenvolvimento sustentável como alternativa para o crescimento econômico pensado e realizado com o pensamento voltado exclusivamente para os aspectos econômicos, ao afirmar que:

[...] a sociedade vem acordando para a problemática ambiental. O mero crescimento econômico, muito generalizado, vem sendo repensado com a busca de fórmulas alternativas, como o ecodesenvolvimento, ou o desenvolvimento sustentável, cuja característica principal consiste na possível e desejável conciliação entre o desenvolvimento integral, a preservação do

meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida – três metas indispensáveis.

Governança e sustentabilidade possuem uma íntima ligação que se estabelece primordialmente na elaboração das estratégias da corporação. O conselho de administração, ao analisar os cenários e propor ações estratégicas, necessariamente avaliará questões de sustentabilidade não se limitando aos aspectos econômicos, mas dando também a devida atenção às questões ambientais e sociais.

Segundo Villares (2003 apud IBGC, 2006, p. 22):

Está ficando cada vez mais evidente que a governança corporativa é fundamental para a sustentabilidade e perpetuação das organizações e, portanto, para o crescimento econômico das empresas e dos países, independentemente dos modelos societários.

O fortalecimento das empresas precisa acontecer em alinhamento com a melhoria das condições de vida da sociedade. Nada justificaria a transferência pura e simples dos recursos e das riquezas para as empresas em detrimento das pessoas da comunidade onde ela atua, de acordo com o pensamento de Davis, Lukomnik e Pit-Watson (2008, p. 52):

Não faz sentido para os cidadãos investidores estimular a empresa a gerar altos lucros para seus proprietários de ações, mas ignorar os danos que estão infligindo à economia como um todo, como, por exemplo, ao poluir o meio ambiente. Se agirem assim, simplesmente estarão roubando de um bolso para por o dinheiro no outro bolso. O mesmo se aplica a qualquer atividade das empresas que transfira custos para a sociedade em geral.

E é nesse cenário que o Brasil vem formulando novas regulamentações de forma que a abrangência do direito ambiental passe a envolver todos os segmentos da sociedade buscando conciliar suas ações com a preservação do meio ambiente, como descrito por Derani (1997, p. 75):

O direito ambiental é em si reformulador, modificador, pois atinge toda a organização da sociedade atual, cuja trajetória conduziu a ameaça da existência humana pela atividade do próprio homem, o que jamais ocorreu em toda a história da humanidade. É um direito que surge para rever e redimensionar conceitos que dispõe sobre a convivência das atividades sociais.

31): De acordo com Antunes (2004, p.

Os Princípios do Direito Ambiental estão voltados para a finalidade básica de proteger a vida, em qualquer forma que esta se apresente, e garantir um padrão de existência digno para os seres humanos desta e de futuras gerações, bem como de conciliar os dois elementos anteriores com o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentado.

Segundo Enrique D. Dussel (2002 apud ALMEIDA, 2003, p. 21) existem limites absolutos para o crescimento econômico em detrimento da civilização, como segue:

[...] a) a destruição ecológica do planeta, descrita como a morte da vida em sua totalidade pelo uso indiscriminado de uma tecnologia antiecológica, comprometida apenas com o aumento da taxa de lucro; b) o segundo limite seria a destruição da humanidade, em virtude da exploração do trabalho vivo, que produz pobreza como limite absoluto do capital.

Nascimento (2008, p. 57) discorre sobre o perigo que corre o planeta se não forem adotadas ações urgentes de preservação dos recursos naturais, ao se referenciar ao relatório do Clube de Roma, como segue:

No final dos anos 1960, um grupo de cientistas que assessorava o Clube de Roma alertou, utilizando modelos matemáticos, sobre os riscos do crescimento econômico contínuo baseado na exploração de recursos naturais não-renováveis. O relatório Limites

to Growth (Limites do Crescimento), publicado em 1972, fazia projeções sobre o consumo de recursos naturais não-renováveis e sobre o aumento da demanda, concluindo que, em poucas décadas, haveria o esgotamento desses recursos.

Enfim, pode-se perceber que inúmeros autores e pesquisadores voltam suas preocupações para o futuro dos inquilinos do planeta Terra salientando a importância de conscientização do homem em todos os recantos em que habitam para os impactos que estão sendo causados à natureza pela ação humana na busca desenfreada pelo crescimento a qualquer custo, o que é também reforçado por Luis P. Sirvinskas (2003, p. 3) ao afirmar que “a consciência ecológica está intimamente ligada à preservação do meio ambiente. A importância da preservação dos recursos naturais passou a ser preocupação mundial e nenhum país pode eximir-se de sua responsabilidade”.

É com essa consciência que, de forma semelhante às empresas, o planeta precisa estabelecer sua visão de futuro, ciente de que essa visão é a declaração da direção que pretende seguir de forma a refletir suas aspirações em alinhamento com suas crenças, provendo motivação para o estabelecimento de um caminho firme e decidido rumo à conquista das aspirações e sonhos de todos os seres humanos.

A visão de futuro consubstanciada deve prever o sonho de ser um planeta bom para viver, onde as pessoas respeitam-se mutuamente e convivem equilibradamente com a natureza buscando sua preservação. Todos devem entender perfeitamente a importância de seu papel na sociedade e a competitividade deve se restringir à comparação do grau de contribuição que cada um dá para a melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras. A solidariedade, o respeito ao homem e ao meio ambiente e o equilíbrio entre crescimento e preservação serão valores cultuados em todos os níveis da Terra.

Fixadas a missão e a visão de futuro da Terra, é fundamental que se comece a agir imediatamente assim como refletiu Brown:

Não há meio termo. Poderemos trabalhar juntos na construção de uma economia sustentável? Ou conservaremos nossa economia ambientalmente insustentável até que entre em colapso? Esse não é um objetivo a ser negociado. De uma forma ou de outra, a escolha será feita por nossa geração. Mas afetará a vida na Terra para todas as gerações futuras. (BROWN, 2003, p. 295).

A adoção das melhores práticas de governança será a estratégia essencial que permitirá a reversão de projeções pessimistas que apontam para um futuro de falência da vida humana na terra, permitindo assim a perenização do planeta de forma similar a que as empresas vem experimentando na busca de sua longevidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou o momento de a humanidade posicionar-se em relação ao paradoxo que está colocado: crescer e desenvolver para atingir qualidade de vida extensiva a todos os povos exige que se resolva a questão do modelo de crescimento de forma que o planeta seja preservado.

Não se trata de continuar o debate para saber se precisa mudar ou se existe tecnologia disponível para tal. A questão é que se não acontecer a mudança a natureza se encarregará de julgar e condenar a humanidade pela omissão.

A saída, parece, transcende a escolha de um determinado sistema econômico, seja ele de caráter capitalista ou socialista; até porque as experiências existentes demonstraram que, embora diferentes filosoficamente, ambos convergem para um objetivo comum: o crescimento econômico inconseqüente. Antes disso, a longevidade da espécie que habita este planeta azul depende fundamentalmente do abandono de uma visão antropocêntrica (exploratória) em prol de uma visão ecocêntrica (cooperativa); afinal, como escreveu Capra (2002), a vida tomou conta do planeta não pelo combate, mas pela cooperação.

O grande desafio que se impõe neste momento ímpar da história da humanidade diz respeito à conciliação de dois termos por ora antagônicos: crescimento econômico e

preservação ambiental. Há os que defendem o crescimento econômico acelerado como alternativa única à pobreza e ao subdesenvolvimento; ou seja, como arrancar mais de um bilhão de seres humanos das garras da miséria sem a abundante produção riquezas? Aos que pensam assim, pode-se contrapor uma outra questão: o que é mais determinante para a existência da pobreza no mundo? A escassez ou má distribuição das riquezas globais? Na outra ponta, há o radicalismo ambientalista representado em sua forma mais extremada pelos chamados “ecofascistas”. Estes defendem uma espécie de ditadura ecológica onde, em prol da “causa ambiental”, justificar-se-iam medidas como o controle involuntário da natalidade, a abolição do consumo e a proibição do tráfego aéreo. Aos adeptos deste “novo” autoritarismo caberia perguntar aonde este extremismo lançaria o ser humano; talvez, quem sabe, em uma barbárie “verde”.

Mas há ainda os que defendem o caminho do meio onde crescimento econômico e preservação ambiental conviveriam em harmonia. Para tanto, desenha-se e apresenta-se um verdadeiro arsenal de procedimentos alternativos nas áreas social, política e tecnológica. Pode-se, então, com bom-senso, boa vontade e conhecimento científico superar as ameaças que pairam sobre a continuidade dos habitantes deste planeta azul, mas não apenas isso; ter-se-ia um mundo socialmente mais justo e politicamente mais solidário. Muitos talvez vejam este mundo como um sonho, uma utopia; é possível, no entanto, vislumbrá-lo como um objetivo tangível, urgente e prioritário.

Para não correr o risco de seguir o mesmo destino de povos que se autodestruíram, como os habitantes da ilha de Páscoa ou os Maias, por assumir a competição entre si como significado maior da vida, abusando da exploração inconseqüente dos recursos naturais, e acabaram dizimados pelo egoísmo e ganância, é preciso acordar e perceber que o caminho que o mundo está trilhando não serve.

O combate à doença deve ser iniciado imediatamente, com urgência e tenacidade. Certamente a humanidade entenderá que não se pode admitir o domínio de grupos poderosos que

estabelecem a acumulação de riquezas como objetivo único e imutável em detrimento da implantação de ações imprescindíveis que visem o benefício de todos de modo mais justo e abrangente.

A história da humanidade está começando a registrar um novo capítulo que com certeza contemplará novos valores e que terá como centro, de forma harmoniosa,

o ser humano e a natureza em substituição ao endeusamento da ciência econômica ou de qualquer outra como se permitiu no passado ao assumir o controle e direcionamento de todas as atenções em eras que restarão apenas como lembranças do passado.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BROWN, Lester R. **Eco-economia: construindo uma economia para a terra**. Tradução de Henry J. Mallett e Célia Mallet. Salvador: UMA, 2003.
- CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CAVALCANTI, Clóvis. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4. ed. São Paulo: Cortez, Recife, 2003.
- DAVIS, Stephen; LUKOMNIK, Jon; PIT-WATSON, David. **Os novos capitalistas**. A influência dos investidores-cidadãos nas decisões das empresas. Tradução por Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. Tradução de: The new capitalists.
- DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. São Paulo: Max Limonad, 1997.
- DIAMOND, Jared. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Tradução Alexandre Raposo. 5. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- FIORI, José Luis. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: VOZES, 2000.
- FRANK, Andrew Gunder. **Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano**. In: Urbanização e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. In: Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GUTIÉRREZ, Alberto Anaya; LONG Virgilio Maltos; PARGA; Rodolfo Solís. **Tesis sobre la crisis del capitalismo y la coyuntura mundial**. VII Seminario Los Partidos y una nueva Sociedad. Revista Teórica y Política. Cuba: 2004. Disponível em < <http://www.cubasocialista.cu/texto/viiiseminario/csviiis13.htm> >. Acesso em 13 mai. 2011.
- IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Uma década de governança corporativa**. 1. ed. São Paulo: Saint Paul e Saraiva, 2006.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. A gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 5.ed., reform., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual do direito ambiental**. 2.ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. **O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América latina**. In: Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Recebido em 10/07/2012
Aprovado em 25/07/2012

A APLICAÇÃO PRÁTICA DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PARA OS VAZIOS URBANOS – UM ESTUDO DE CASO

Marcos Aurélio Reinaldim*
José Edmilson de Souza-Lima**

Resumo

O elevado aumento do número de pessoas que habitam os grandes centros tem causado o crescimento desordenado das cidades brasileiras. Tal fenômeno vem aumentando problemas sociais de toda a ordem, passando pela falta de equipamentos urbanos e comunitários, até a evidente falta de moradias dignas e a redução dos espaços urbanos. Diante dessa situação, o princípio constitucional da função social da propriedade urbana ganhou importância e foi alçado a meio fundamental para a resolução do problema, no que diz respeito à evolução da sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento. Para tanto, foi necessário esforço legislativo para regulamentar e tornar aplicáveis os instrumentos constitucionais de efetivação da função social da propriedade urbana. Esses instrumentos estão contidos no corpo da própria Constituição Federal de 1988, no seu Título VII, Capítulo II, artigo 182. O artigo constitucional supra, determina a missão de regulamentar os instrumentos contidos na Carta Magna ao Estatuto da Cidade - Lei 10.257/01, tornando esta legislação indispensável quanto a efetivação da função social da propriedade urbana, assim como o Plano Diretor no âmbito municipal. O estudo ora apresentado centrará esforços na análise da formação deste princípio, considerando desde a sua localização na Constituição Federal de 1988, passando pelo Estatuto da Cidade, até chegar ao Plano Diretor da cidade estudada, acrescido de conceitos da teoria social, quando realizará a análise da aplicabilidade da legislação no caso concreto, baseado em entrevistas com gestores municipais.

Palavras-chave: função social, propriedade urbana, Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Plano Diretor, teoria social.

Abstract

Of the large increase in the number of people inhabiting the great centers have caused the disordered growth of cities. This phenomenon has been increasing social problems of all kinds, through lack of urban and community equipment, up to the obvious lack of decent housing and the reduction of urban spaces. Faced with this situation, the constitutional principle of the social function of urban property gained importance and Redknapp key means for the resolution of the problem, in line with the development of society, contributing to its development. To this end, legislative effort was needed to regulate and apply effective constitutional instruments of social function of urban property. These instruments are contained in the body of the 1988 Federal Constitution itself, in its title VII, Chapter II, article 182. The constitutional article above, determines the regulatory mission of the instruments contained in the Magna Carta to the status of CityLaw 10.257/01, making this essential legislation on the practice of social function of urban property, as well as the strategic plan under Hall. The study presented will focus efforts on analysis of formation of this principle, whereas its location in the Federal Constitution of 1988, passing by the city's status, until you get to the city's master plan study, plus concepts of social theory, when will the review of applicability of the legislation in this case, based on interviews with municipal managers.

Keywords: social function, urban property, Federal Constitution, statute of the city master plan, social theory.

* Bacharel em Direito e mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE – Centro Universitário. *E-mail:* mareinaldim@gmail.com.br

** Sociólogo. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE – UFPR). Pesquisador/docente junto ao Mestrado em Direito em Direito Empresarial e Cidadania do UNICURITIBA – Centro Universitário Curitiba e do PPGMADE-UFPR. *E-mail:* jose.edmilson@pq.cnpq.br

1. INTRODUÇÃO

A função social da propriedade tem, há muito tempo, lugar no ordenamento jurídico pátrio. Sua discussão acentuou-se na norma brasileira a partir da publicação do Código Civil de 1916. Desde então, as Constituições que se seguiram trouxeram apontamentos quanto à matéria até a edição da Constituição Federal de 1988, documento que aprofundou a discussão sobre o tema.

A partir do novo e atual ordenamento constitucional, outros diplomas legais se adaptaram à discussão sobre a função social da propriedade. Todavia, o presente estudo centrará esforços na matéria constitucional referente ao Título VII da Constituição Federal de 1988, que trata “Da Ordem Econômica e Financeira”, no Estatuto da Cidade, em relação à aplicação prática dos “Princípios Gerais da Atividade Econômica”, dispostos nos Capítulos I e II do Título VII da Carta Magna do Brasil e no Plano Diretor da cidade estudada.

As cidades brasileiras de médio porte com cerca de 100 mil habitantes, ainda apresentam vazios urbanos, os quais podem até ser caracterizados como “latifúndios” urbanos a serviço do mercado imobiliário especulativo. Isso acaba comprometendo o desenvolvimento destes locais.

O inchaço populacional nas áreas urbanas vem ocasionando inúmeras mazelas sociais, entre as quais está a falta de moradia, fator esse relacionado a ausência de políticas públicas adequadas, sejam essas de ação direta ou de incentivo, onde a população menos favorecida economicamente acaba ocupando locais impróprios, como as chamadas áreas de invasão ou mesmo as barrancas dos rios, por exemplo, enquanto áreas de grande extensão continuam desocupadas ou subutilizadas, descumprindo o princípio de sua função social e o desenvolvimento destes centros urbanos.

Esse tipo de ação acarreta uma série de problemas sociais, que vão desde a falta de saneamento básico, o que pode originar doenças devido aos dejetos expostos ao ar livre e o lixo acumulado, até o aumento da violência, em virtude da falta de oportunidades para essa população.

Neste contexto, dentre os elementos importantes que podem contribuir para solucionar ou amenizar esta problemática, ressalta-se a questão da função social da propriedade urbana, atualmente alçada ao status de princípio constitucional e em especial, no que concerne à aplicabilidade da legislação, especificamente as medidas coercitivas, que possam levar os proprietários de imóveis urbanos a cumprirem o que determina a norma vigente, efetivando a proposta de se fazer justiça social por meio da lei, enquanto política pública de desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, por exemplo, uma área de um centro urbano que está desocupada há muito tempo, ou seja, não cumpre com o princípio da função social da propriedade urbana, pode, em nome desse princípio e por força da legislação, ser desapropriada pelo ente público para favorecer o interesse coletivo.

Daí a importância do presente artigo, que tem por base a ciência jurídica, mas encontra apoio na ciência social, buscando a solidez dos conceitos que envolvem a interdisciplinaridade, caminho ideal para o estudo e a análise de temas que envolvem diversas áreas do conhecimento, em especial as relacionadas com a legislação e as políticas públicas que afetam diretamente o homem em sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente artigo foi desenvolvido com base em referenciais teóricos de vários autores da ciência jurídica e da teoria social, especializados nas relações da sociedade e do mundo das leis. Foram utilizados para a base teórica: bibliografia tradicional, sites da Internet, artigos acadêmicos e científicos, além da legislação pertinente ao tema.

2.1 DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

A função social da propriedade tem como base a ligação entre função social e direito de propriedade, sendo que o segundo veio antes, ainda no direito greco-romano.

Nessa visão estava resguardado o direito, a vontade e o interesse tão somente do proprietário. Seu único dever baseava-se

em uma obrigação de não fazer, ou seja, para manter sua propriedade bastava que o mesmo não burlasse a lei. Diferentemente, quando aplicada a função social à questão proprietária, surge a obrigação do dever agir, dessa maneira a destinação do bem transcende o interesse individual do proprietário, passando a ter características sociais.

Definição do princípio da função social da propriedade nas palavras de Mattos (2003, p. 44):

Como princípio constitucional, a função social da propriedade tem natureza de norma, de preceito jurídico, e, portanto, seu papel juspositivo esta muito além de um simples comando constitucional generalista, como já se chegou a preconizar em outros tempos.

Desta maneira, quando observamos a função social da propriedade inserida no ordenamento jurídico pátrio como princípio constitucional, como garantia fundamental, entende-se que a matéria surge para exigir a obrigação do dever agir, atribuindo ao proprietário a missão de dar à sua propriedade caráter social, de maneira a atingir os interesses coletivos e não apenas às suas necessidades individuais.

Nessa esteira surge o princípio da função social da propriedade urbana e partir do mesmo, o titular do direito fica obrigado a fazer, dada a concepção ativa e comissiva do uso da propriedade, usando o que é seu, mas visando o bem coletivo.

Antes de seguirmos o presente estudo, cumpre ressaltar alguns conceitos sobre a função social da propriedade urbana, conforme Bezno (2002, p. 122):

À luz de nosso ordenamento jurídico, não há incompatibilidade entre o direito de propriedade e a função social da propriedade, desde que compreendidos o direito subjetivo em um momento estático, que legitima o proprietário a manter o que lhe pertence, imune a pretensões alheias, e a função em um momento dinâmico, que impõe ao proprietário o dever de destinar o

objeto de seu direito aos fins sociais determinados pelo ordenamento jurídico.

Nas palavras de Pires (2007, p. 99), que assim define:

Assim, o princípio da dignidade da pessoa humana e a promoção da redução das desigualdades serão conseqüências, também, da funcionalização da propriedade.

Seguindo a conceituação do tema, é importante compreender as palavras de José Afonso da Silva, acerca da matéria (2008, p. 78):

É em relação à propriedade urbana que a função social, como preceito jurídico-constitucional plenamente eficaz, tem seu alcance mais intenso de atingir o regime de atribuição do direito e o regime de seu exercício. Pelo primeiro cumpre um objetivo de legitimação, enquanto determina uma causa justificadora da qualidade de proprietário. Pelo segundo realiza um objetivo de harmonização dos interesses sociais e dos privativos de seu titular, através da ordenação do conteúdo do direito.

Cabe atentar que a propriedade urbana cumpre sua função social quando observada a norma constitucional, apoiada pelos ditames contidos no Estatuto da Cidade, principalmente em suas Diretrizes Gerais e quando atende aos anseios primordiais contidos na ordenação das cidades, determinadas em seu Plano Diretor.

Após essa breve conceituação do tema, partimos para o estudo da função social da propriedade urbana na Constituição de 1988.

2.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS SEUS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA

A Constituição Federal de 1988 deu tratamento especial ao princípio da função social da propriedade. Para tanto, apresentou normas mais específicas e aplicáveis, e

ainda, determinou sanções para o seu descumprimento.

Não apenas a função social da propriedade, como o direito de propriedade, tem lugar garantido no atual ordenamento constitucional. Ambos compõem o rol dos direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º, incisos XXII e XXIII da Carta Magna. Tal contextualização determina que os dois princípios têm aplicação imediata, visto o que determina o disposto no §1º do citado art. 5º, conforme segue: “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.”

Conforme já citado, a Constituição de 1988 dedicou o Capítulo II, do Título VII - Da ordem econômica e financeira, à matéria concernente a política urbana, no qual dita princípios, diretrizes e instrumentos, que conduzem à efetivação e realização da função social da propriedade urbana.

É válido afirmar que esses institutos possuem dois cunhos, um deles negativo, considerando que seguem no sentido de vedar determinado comportamento, mas também, e principalmente, têm cunho positivo, uma vez que incentivam e até mesmo obrigam a adoção de determinada conduta.

Contudo, ambos são de difícil aceitação na jurisprudência atual. A mesma, é predominantemente individualista e não reconhece a dimensão da função social da propriedade. Tal afirmação baseia-se nas palavras de Dallari (2002, p. 84):

Os institutos jurídicos acima referidos visam não apenas a vedar comportamentos dos proprietários deletérios aos interesses da coletividade, mas, sim, mais que isso, visam a obter comportamentos positivos, ações, atuações necessárias a realização da função social da propriedade. Entretanto, a experiência indica que, na prática, será muito difícil obter tais comportamentos, sejam eles omissivos (abstenções) ou, principalmente, comissivos (obrigações de fazer), pois, será preciso vencer preconceitos, especialmente no tocante a jurisprudência, que é predominantemente individualista e não contempla a dimensão social da propriedade.

Assim, visto que a municipalidade está mais próxima da população, poderia, ou ao menos, deveria dar respostas efetivas quanto aos seus anseios, uma vez que, dada a grande extensão geográfica do território nacional, aliada a imensa disparidade das condições sócio-econômicas e culturais do povo brasileiro, seria impossível conceber um perfil nacional uniforme que concretizasse de maneira eficaz o princípio da função social da propriedade, ainda que esse tenha sua previsão constitucional como direito e garantia fundamental e, segundo parte dos operadores do direito, isso já bastasse para sua imediata aplicação.

Atribuir esta competência à União ou mesmo aos Estados da Federação, seria tornar a legislação inoperante, ou até mesmo, injusta uma vez que, como já visto, estes entes não têm condições de aplicar tal princípio, dada a extensão territorial das áreas que abrangem, bem como, pela diversidade social, econômica e cultural dos povos que as habitam.

2.2.1 A municipalização e a Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, trouxe a luz da sociedade brasileira os princípios da descentralização e da municipalização na gestão pública.

A intenção do legislador constitucional era transferir ao município a implementação de várias políticas públicas, reconhecendo esse ente federativo como instância gestora final, onde a prestação do serviço público deveria acontecer, do começo ao fim.

Nesse sentido, destarte, passaram pelo processo de municipalização a educação básica e fundamental e depois foi criado o SUS – Sistema Único de Saúde, que na verdade trata-se de um sistema de gestão compartilhada, entre União, Estados e Municípios, porém a ponta que encontra o usuário está no município.

Em que pese considerarmos a forma federativa do Estado brasileiro, distribuído em união, estados, municípios e distrito federal e caracterizado pela presença de três elementos, repartição de competências,

autonomia e participação. Barroso (2009, p 172):

De forma sumária, a caracterização do Estado federal envolve a presença de três elementos: a) a repartição de competências, por via da qual cada entidade integrante da Federação receba competências políticas exercitáveis por direito próprio, frequentemente classificadas em político-administrativas, legislativas e tributárias; b) a autonomia de cada ente (...); c) a participação na formatação da vontade do ente global (...)

De tal modo a municipalização poderia ser caracterizada como repartição de competências, ainda que sob o prisma da descentralização.

Na mesma esteira da saúde e da educação vão as questões administrativas de trânsito, que passam pelo mesmo processo de municipalização e recentemente a segurança pública, através da criação das guardas municipais, também vai no mesmo sentido, além de outros serviços públicos.

No nosso entender, o legislador Constitucional acertou em transferir ao município a execução de políticas públicas ligadas diretamente aos serviços essenciais ao cidadão. Isso porque, é na cidade, que as relações entre os administradores da coisa pública, os representantes eleitos pelo povo e a população encontram-se de maneira mais próxima.

Portanto, com a municipalização, teoricamente, a fiscalização do erário e do patrimônio público torna-se menos complicada, assim como é mais fácil fiscalizar a execução de obras e a aplicação dos recursos, além de aproximar os serviços dos usuários finais. Nesse sentido pode-se dizer que o princípio constitucional da função social da propriedade urbana também foi municipalizado, vez que nasceu com a Carta Magna de 1988, foi regulamentado no Estatuto da Cidade, uma lei federal e sua aplicação ficou a cargo do Plano Diretor de cada cidade, ou seja, uma legislação municipal.

Não seria errado afirmar que a municipalização desse tema, advento oferecido por meio da norma constitucional

faz todo sentido, vez que as questões de urbanização, e tudo o que envolve essa questão, devem ser encaradas como uma exclusividade da cidade, do município. Dentro deste contexto é válido conhecermos a legislação do município estudado.

2.2.2 Plano Diretor da cidade de Campo Largo

Por força da Lei 10.257 de 2001, o chamado Estatuto da Cidade, todos os municípios com mais de 20 mil habitantes deveriam elaborar um “Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”.

O objetivo desse estudo é nortear o crescimento e o desenvolvimento de uma cidade sob as mais variadas perspectivas, em especial no que tange aos aspectos urbanísticos, de ocupação do solo urbano e de meio ambiente.

Para dar andamento a exigência legal contida no Estatuto da Cidade, o município de Campo Largo contratou os serviços da FUNPAR – Fundação da Universidade do Paraná, no ano de 2003. Cumpre esclarecer que este município já contava com um Plano Diretor elaborado no ano de 1978. No ano de 2004, o estudo ficou pronto e tornou-se Lei Municipal no ano de 2005, sob o número 1812. Os objetivos gerais dessa lei são:

- a) Promover o desenvolvimento do Município através de um processo de planejamento, integrado com as políticas e programas regionais, estaduais e federais.
- b) Elevar o padrão de vida da população no que se refere à qualidade do espaço urbano (grifo nosso), condições habitacionais, educação, saúde, cultura e serviços públicos, preservando o equilíbrio necessário às relações entre o meio ambiente natural, o meio rural e o meio urbano em processo de crescimento.
- c) Fortalecer a autonomia do Município, de forma que o Poder Público tenha sua situação aprimorada através da definição de prioridades e da racionalização de investimentos, legitimada através da efetiva participação da população nas tomadas de decisão, realizando uma prática de gestão democrática.
- d) Desenvolver o Município de forma ordenada e de acordo com o Estatuto das

Cidades, estabelecendo-se normas de ordem pública e de interesse social, em prol do bem coletivo (grifo nosso), da segurança e do bem estar dos cidadãos, garantindo-se o equilíbrio ambiental.

Como visto acima, o Plano Diretor, a partir de seus objetivos gerais, é amplo e seria difícil analisar todos os seus aspectos em um trabalho dessa natureza. Assim, conforme descrito ao longo de todo o texto, nos concentraremos na questão dos vazios urbanos, relacionando a este problema a função social da propriedade urbana e em como se dá aplicação deste princípio.

Um vazio urbano é o lote de terra que está sem ocupação dentro de uma cidade. Ainda que falte espaço para as mais variadas atividades, aquela porção de terra permanece sem função social alguma. Esses vazios são relacionados comumente à exploração imobiliária e não é raro que sejam tratados como “latifúndios urbanos improdutivos”.

Cabe atentarmos para os dois grifos na citação anterior, um relacionado à qualidade do espaço urbano e o outro quando o texto cita a preferência pelo bem coletivo. Assim a Lei Municipal 1812/2005 traz em seu Capítulo III o título: “Da Função Social da Propriedade Urbana”. O texto deste capítulo especifica:

Art. 5 - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- a. Suprimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, o acesso aos direitos sociais e ao desenvolvimento econômico;
- b. Compatibilidade do uso da propriedade com a infra-estrutura, com os equipamentos e os serviços públicos disponíveis;
- c. Compatibilidade do uso da propriedade com a conservação dos recursos naturais, assegurando o desenvolvimento econômico e social sustentável do Município;
- d. Compatibilidade do uso da propriedade com a segurança o bem estar e a saúde de seus usuários”.

E segue:

“Art. 6 - A função social da propriedade deverá atender aos princípios do ordenamento territorial do Município com o objetivo de assegurar:

- a. O acesso à terra urbanizada e moradia adequada a todos;
- b. A justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e de transformação do território;
- c. A regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;
- d. A recuperação, para a coletividade, da valorização imobiliária decorrente da ação do Poder Público;
- e. A proteção, preservação e recuperação do ambiente natural e constituído;
- f. A adequada distribuição de atividades, proporcionando uma melhor densificação urbana da ocupação da cidade, de forma equilibrada com relação ao meio ambiente, à infra-estrutura disponível e ao sistema de circulação, de modo a evitar a ociosidade ou a sobrecarga dos investimentos aplicados na urbanização;
- g. A qualificação da paisagem urbana e natural e a preservação do patrimônio ambiental;
- h. A conservação e a recuperação dos potenciais hídricos do Município, em especial os mananciais de abastecimento de água potável, superficiais e subterrâneos;
- i. A descentralização das atividades econômicas, proporcionando melhor adensamento populacional e a reestruturação de bairros, periferias e agrupamentos urbanos;
- j. A priorização do uso do solo em áreas de produção primária direcionando às atividades agrofamiliares e agropecuárias que promovam o fortalecimento e a reestruturação de comunidades, cooperativas e propriedades de produção agrofamiliar;
- k. A recuperação de áreas degradadas ou deterioradas, visando a melhor qualidade de vida para a população, através da qualificação e da melhoria das condições ambientais e de habitabilidade”.

Para assegurar que os direitos e requisitos sejam cumpridos, as seguintes medidas coercitivas foram editadas na mesma lei:

“Art. 8 - Para garantir o cumprimento da função social da propriedade urbana o poder público municipal instituirá, mediante lei específica e complementar a este Plano, a obrigatoriedade do proprietário do solo urbano não edificado, ou não utilizado, que promova o seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de:

- I. Parcelamento ou edificação compulsórios;
- II. Cobrança de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- III. Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais”.

Essa legislação também define quando uma propriedade urbana não cumpre com sua função social:

“Art. 7 - A propriedade urbana não cumpre sua função social quando, a partir da publicação desta Lei, permanecer não edificada ou não utilizada”.

Contudo todo o Capítulo III do Plano Diretor remete a efetividade do cumprimento da função social da propriedade urbana às medidas coercitivas impostas pelo artigo 8º da mesma lei.

2.2.3 Lei 1819/2005 da cidade da Campo Largo

Para garantir a efetividade comentada anteriormente foi editada a Lei 1819/2005 que trata sobre o parcelamento, a edificação e a utilização compulsória de imóveis urbanos, sobre o imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo e a desapropriação com o pagamento através de títulos da dívida pública. Esse seria o instrumento de efetivação do princípio da função social da propriedade urbana, enquanto política pública de combate aos vazios urbanos, ou latifúndios urbanos improdutivos.

A Lei 1819/2005 foi publicada em 08 de março de 2005 e seu penúltimo artigo tem a seguinte redação:

“Art. 8 - Constituem parte integrante da presente Lei, o mapa do perímetro urbano da sede ou de distrito do Município de Campo Largo, com a indicação dos imóveis que estão enquadrados na presente Lei de Utilização Compulsória de Imóveis Urbanos e com a indicação clara das utilizações pretendidas para o cumprimento das funções sociais destas propriedades. Parágrafo Único – O Executivo Municipal deverá designar, através de portaria, a criação de uma comissão composta por membros do conselho de Acompanhamento do Plano, para que este possa indicar os imóveis mencionados no “caput” deste artigo, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aprovação da presente Lei”.

Portanto para o real cumprimento do Plano Diretor uma série de legislações e normas suplementares foram editadas, cada uma tratando de pontos específicos, além das quais uma série de ações dos agentes públicos seriam necessárias para a efetividade desta política pública.

Trataremos esse assunto mais profundamente nas considerações finais, quando serão comparadas a legislação e a conduta dos agentes envolvidos em sua aplicação, levando em consideração as respostas dadas às entrevistas.

3 METODOLOGIA

Para contemplar o objetivo deste trabalho, avaliando a legislação enquanto garantidora do princípio da função social da propriedade urbana, foi realizado um estudo de caso descritivo e explicativo, com abordagem qualitativa através de entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de identificar as relações entre a legislação em questão, a sua aplicabilidade com base na teoria jurídica e na teoria social e o envolvimento dos agentes públicos com o caso em tela.

A natureza do trabalho é descritiva e explicativa. Foi realizado um estudo de caso, na cidade de Campo Largo, município da Região Metropolitana de Curitiba. Essa cidade foi escolhida com base em suas

características populacionais, regionais e econômicas, comuns a diversas cidades próximas a capitais ou grandes metrópoles brasileiras.

A pesquisa contou com abordagem qualitativa e estratégia de estudo de caso. Teve como propósito teórico estudar a eficácia da legislação brasileira, desde o âmbito federal até a norma municipal e, como contribuição prática, identificar a aplicabilidade da legislação vigente, no que tange ao princípio da função social da propriedade urbana e as suas consequências para a sociedade envolvida.

Seu campo empírico, como já mencionado, foi uma cidade da região metropolitana de Curitiba, Paraná, especificamente a cidade de Campo Largo. Os entrevistados foram: o Prefeito da Cidade e o Assessor do Gabinete para Planejamento Urbano, na intenção de contrapor uma visão política e uma visão técnica sobre o tema.

4 APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Conforme já descrito no capítulo anterior, na metodologia, foram realizadas duas entrevistas na intenção de buscar o entendimento correto quanto a eficácia do princípio da função social da propriedade urbana, quando de sua aplicação no caso concreto.

Antes das entrevistas foi explanado aos entrevistados o teor da pesquisa, inclusive foi explicado como se dá a hierarquia das leis estudadas.

Desta forma serão apresentadas as questões e as respostas dos entrevistados em sua íntegra.

4.1 ENTREVISTA COM O PREFEITO DA CIDADE DE CAMPO LARGO:

A primeira entrevista foi realizada com o Prefeito da cidade estudada, dada a importância de se buscar entender quais as considerações do chefe do executivo local sobre o assunto, vez que é dele a responsabilidade precípua em aplicar a lei municipal no que tange a fiscalização.

Acerca da função social da propriedade urbana e dos vazios que a cidade tem, o entrevistado respondeu:

Bom, nós temos o plano diretor que já trata desse assunto, mas entendo que Campo Largo deve avançar mesmo nesta discussão. Precisamos fazer algumas regulamentações e esses espaços precisam ser utilizados. Nós vamos ter que encontrar uma maneira de compensar; de alguma maneira, mas precisam ser utilizados, porque além de ficarem vazios, ficam sujos, mal cuidados, eles podem ser utilizados de maneira correta e a cidade precisa muito disso.

O entrevistado admite a importância do tema e remete a questão para o Plano Diretor. Contudo, reconhece a falta de regulamentação e a subutilização de alguns imóveis.

Quanto ao direito do proprietário em ter a sua posse, a questão do interesse da coletividade e em como o município trabalharia esse tema, a resposta foi:

Sempre. Na constituição já diz que o interesse público se sobressai sobre o interesse individual, mas claro que você vai fazer de maneira bem democrática esse estudo, essa conversa. Então no caso chamaria os proprietários, faria uma proposta que ainda pode estar sendo discutida para que ninguém fira o direito de propriedade, mas nós entendemos que o direito público se sobressai sobre o interesse individual.

O Prefeito demonstra ter noção da prioridade do coletivo sobre o individual, ressaltando a importância de discutir o assunto com os proprietários, para não ferir seus direitos.

Como havia sido citado o Plano Diretor e sua legislação regulamentadora, no caso a Lei Municipal 1819/2005, que estabelece até a desapropriação através de pagamentos sob títulos da dívida pública e o próprio IPTU progressivo no tempo, o entrevistado foi indagado a responder sobre sua opinião sobre o IPTU progressivo no tempo e se o mesmo considerava essa uma medida justa. No que respondeu:

Eu acho justo. Porque, como falei para você, a cidade precisa se desenvolver e

you find ways to compensate these owners. If they do not have utility for these lands, the community will give them utility and will compensate in some way. You will not have financial losses, you will be compensated, but within a much larger framework for the community.

In this response, the interviewee considers it just that the progress in IPTU values for owners who do not have their lands destined to their properties, but always affirms the question of compensation linked to the idea of justice.

Still specifically about Law 1819/2005, the municipality fulfilled all the steps within the hierarchy of laws, from the Federal Constitution, the City Statute and the City Director's Plan and Law 1819/2005, which regulates this question, especially in the General Provisions, it is talked about a group of work that will do zoning where it will prioritize the social function of urban property. About this and in relation to the executive, if the same has interest in this question, the interviewee answered:

Tem. Como você mesmo falou, na época que foi elaborado o plano diretor, foram feitas audiências públicas. Toda a cidade tem o direito de participar. Eu sancionei o plano diretor em abril de 2005 e nós estamos agora para rever esse plano diretor, porque esse plano diretor, por mais que ele seja atual, ele já tem 6 anos, então está na hora de fazermos uma revisão. E dentro dessa revisão está nos nossos planos essa discussão, dos vazios urbanos e de uma regularização fundiária. Que Campo Largo, por ser uma cidade muito antiga, ela tem grandes problemas fundiários. Então dentro da revisão do plano diretor além de nós estarmos discutindo essa questão, dos espaços vazios, nós vamos estar discutindo também a regularização fundiária do município.

Law 1819/2005 gave the executive 30 days for the creation of a technical study, which would define which areas would be subject to the social function of urban property. The Mayor plays a

responsibility for a possible revision of the City Director's Plan, when in reality it is only an executive act.

Asked about the real need for construction of an empty lot in the center of the city, if it would not be better if there were empty spaces, avoiding the risk of soil permeabilization, the interviewee answered:

É, se bem que hoje já na própria lei ela recomenda que tem áreas que só podem ser usadas 50%, um pouco mais. Tem áreas industriais que é só 40%, 30% de utilização, e no centro da cidade já prevê a captação de águas das chuvas através de sistemas pra reservatório. E nós mesmos estamos fazendo agora o nosso plano de saneamento do município que são 4 divisões: a questão do lixo, a drenagem, esgoto (...) São 4 itens mas estou esquecendo o quarto. Mas dentro desse novo plano de saneamento já prevê o estudo da drenagem. Concordo que as vezes mesmo (...) função mas como a própria lei prevê uma utilização do espaço, acredito que essa não é uma preocupação maior.

The interviewee cited in his response the law of parceling and construction of the land, which deals with the occupation of the land in the city and not only in pre-determined areas, object of discussion of this work.

Questioned as to how the city, eminently conservative in its customs, would receive the regulation of this matter; what would be the impact:

Eu penso o seguinte: toda lei quando você trabalha na comunidade, você comunica bem comunicado a lei; não vejo problema, claro que sempre tem os focos de resistência por ser uma cidade conservadora, mas a partir do momento que você conscientiza a população e explica da necessidade; você não vai desapropriar um imóvel simplesmente por desapropriar, você vai trabalhar com o proprietário e vai

dar algumas alternativas, eu não vejo problema.

Apesar de iniciar a entrevista reconhecendo a importância do interesse coletivo sobre o privado, a cada resposta o Prefeito evidencia sua preocupação em não ferir os interesses dos proprietários.

Finalmente o entrevistado foi questionado quanto a eficácia da lei, após sua regulamentação. Resposta:

Teria eficácia sim; tem eficácia e tem que ser aplicada porque eu penso que a cidade tem que utilizar bem os espaços que a cidade tem, e você vai dar alternativas para esses moradores, para esses proprietários.

Apesar de afirmar que a lei teria eficácia, o Prefeito, chefe do poder executivo, deixou de regulamentar a matéria.

Segundo a Lei Municipal 1819/2005, o poder executivo deveria ter nomeado, por portaria, em trinta dias da publicação da lei, comissão que determinaria quais imóveis, ou qual o zoneamento se aplicaria o princípio da função social da propriedade urbana.

Mesmo com essa previsão legal, tal determinação parece ter passado despercebida por mais de seis anos.

Quanto a entrevista dada pelo Prefeito, nos parece que ele já ouviu falar do assunto, mas não tem profundo conhecimento do mesmo. Também não demonstra grande interesse em resolver a questão, afinal o grupo de estudo até o presente momento não foi criado.

Também percebesse o viés “pró-proprietário” na fala do chefe do poder executivo. Mais ainda, na atitude de nunca ter buscado a regularização ou a regulamentação das áreas sujeitas à legislação.

Portanto, destarte fica evidenciado que houve uma falha que comprometeu a aplicabilidade do princípio da função social da propriedade urbana no município de Campo Largo, a falta da regulamentação da Lei 1819/2005.

4.2 ENTREVISTA COM O ASSESSOR DE PLANEJAMENTO URBANO DO GABINETE DA PREFEITURA DA CIDADE DE CAMPO LARGO:

A segunda entrevista foi com o assessor especial do gabinete do Prefeito, responsável por questões estratégicas de planejamento.

Inicialmente a pergunta dirigida ao entrevistado foi em relação aos vazios urbanos localizados no centro da cidade.

Bom, enquanto o poder público não tinha um mecanismo, até o advento do estatuto da cidade, que pudesse estimular para que fossem usados esses vazios. Agora como nosso plano diretor já prevê que tem que ser considerados vazios urbanos e criou o mecanismo do imposto progressivo, cabe aos municípios agora fazer com que isso vire realmente realidade e que se cobre. Mas você sempre vai bater na questão política, quando você aumenta o imposto isso traz desgaste para o gestor, então o IPTU progressivo pode ser uma ideia interessante em termos de administração de cidade, mas para o pessoal da política, para gente que dá as cartas, fica uma situação meio complexa. Então hoje, Campo Largo tem a lei criada, falta regulamentação e aplicação.

Já de plano o entrevistado revela que a dificuldade está na vontade política, que a lei existe e o que há é falta de vontade política em vê-la regulamentada e aplicada, devido ao desgaste que isso geraria para o gestor político.

A segunda questão procurou aprofundar mais a discussão em torno da política e o entrevistado foi arguido no tocante ao principal impeditivo para efetivação dessa legislação, se a dificuldade era apenas política ou era técnica.

Tecnicamente você pode fazer um híbrido entre a planta genérica de valores e aplicá-las em regiões onde você estabelece que cabe esse tipo de intervenção pública. Eu acho a questão é resultante política mesmo. Aliás os planos diretores em geral viram

letra morta por falta de vontade política, e a gente reconhece que existe o desgaste, como o maior indutor dentro da gestão pública; chama-se eleição. Então, tudo que remeter a perda de votos vai ser visto com olho muito crítico da parte do gestor.

O entrevistado traz a tona duas questões delicadas. Primeiro que uma legislação que garanta a efetividade da função social da propriedade urbana dificilmente será cumprida, pois gerará desgaste político e a segunda é que o maior indutor da gestão pública é a eleição e tudo gira na perda ou ganho de votos.

Em seguida, o entrevistador perguntou qual seria o benefício urbanístico para cidade de uma legislação como essa, uma vez superada a questão política.

Então, qual é o objetivo da criação desse mecanismo do IPTU progressivo? É para que as pessoas que tem um terreno, que já está servido de uma infra-estrutura, isso está custando para o município manter a instalação de água, energia, em um terreno que não esta sendo usado. A mensagem da criação disso é que você tem um lote organizado: ocupe! Porque isso está custando muito caro pro erário, então qual é o mecanismo que a gente tem, eu vou ter que pagar mais caro por não usar esse terreno. Então eu acho que a essência da lei está muito boa, esbarro novamente no que estava falando que é a questão política eleitoral.

Na fala do entrevistado destaca-se a coerção imposta pela lei como forma de incentivo ao proprietário em utilizar seu imóvel, o qual já foi “beneficiado” com a estrutura oferecida pelo município, na visão do mesmo.

Em seguida o entrevistado foi questionado se existiriam outras formas de função social de uma propriedade urbana que não apenas a edificação.

A questão da função social já é garantida pela constituição federal e estadual e no o plano diretor municipal. A questão da

edificação do prédio em si é discutível, porque você pode ter uma área de preservação ambiental dentro do seu terreno que é de interesse da união, do estado e do município que se preserve, então você está impondo a ela uma questão social sem edificar. A questão de preservação ambiental pode ser uma questão social, principalmente no nosso município, pois aqui é limitado pela questão ambiental na preservação da qualidade da água, de conservação de nascentes, então você; no nosso município vai esbarrar muito provavelmente com frequência na questão ambiental, se você preservar e não construir pode ser uma atitude social.

Na análise do entrevistado existem outras formas de um imóvel urbano contribuir para o coletivo, não só com a edificação, mas com a preservação ambiental da área, por exemplo.

Aproveitando a experiência do entrevistado na gestão pública e na questão do planejamento urbano, o próximo tema foi em relação às grandes áreas vazias no perímetro central da cidade.

Eu vejo principalmente nessa questão; não quero tirar nossa responsabilidade, mas quero imputar que grande parte desse problema é criado pela demora e pela morosidade do governo estadual na aprovação do loteamento. Hoje ninguém mais quer fazer loteamento, por que? Porque leva mais de dois anos pra aprovar. Se essa legislação e essas análises por parte do governo fossem mais rápidas, com certeza os empreendedores pensariam mais em fazer Ai já não é mais uma característica só de Campo Largo, mas quase no Brasil todo, está partindo para condomínios. Condomínios têm uma legislação muito mais rápida, tramita a nível municipal, junta-se a isso a questão da segurança, criam-se células isoladas dentro da cidade, isso é muito ruim. Então quem não tem condições de fazer condomínio, já descartou a questão do loteamento e ficam aquelas glebas sem uso no meio da cidade. Deixando que a especulação imobiliária deixe essas áreas imobilizadas para que elas ganhem valor para comercializar. Ai que

entraria a questão do IPTU progressivo, para não deixar que a especulação tomasse conta do desenvolvimento da cidade. Mas não está funcionando ainda na nossa cidade de Campo Largo – o IPTU progressivo ainda falta regulamentação.

A resposta demonstra que devido a entraves legais e administrativos existe dificuldade em se aprovar um loteamento. Por razões econômicas um condomínio, às vezes, é um empreendimento inviável e por conta da falta de legislação adequada os proprietários deixam seus imóveis à sorte da especulação imobiliária.

A próxima questão indagou qual é a visão do urbanista, o que deve prevalecer, quando a propriedade tem que cumprir sua função social e aparece o conflito entre o individual e o coletivo.

Com certeza o coletivo, porque você não tem um mecanismo para considerar caso a caso, senão você ficaria maluco. A gente tem mais de 40 imóveis cadastrados e se cada um resolver impor o seu ponto de vista o governo, o Estado perde a sua função. Eu não falo hierarquia, o que o Estado disser é isso e pronto, mas existiu o tempo correto de se manifestar, o plano diretor passou por audiência pública, consulta a população. A gente esbarra em outro ponto que parece que vai mudar, dentro dessa CICI 2011 o próprio Jayme Lerner criticou: zoneamento em manchas, que quer dizer o seguinte: se estabelece zonas residenciais, parâmetros, o que pode e o que não pode, mas isso não é justo, existem vários usos que são compatíveis, com a zona residencial que poderiam ser tolerados, como que nos vamos fazer na sequência eu não sei, mas eu acho que estamos caminhando para que tenha um mecanismo criado na conferência das cidades que se chama conselho das cidades. Esse conselho, se for bem estruturado com uma participação técnica social, você vai conseguir analisar caso a caso, para usos, não é cada proprietário dizer que concorda e que não concorda, existe uns que são toleráveis, e esses toleráveis podem ser estudados e analisados pelo conselho.

O entrevistado defende a ideia da propriedade privada a serviço do bem coletivo e adere à proposta de que determinados usos dos imóveis urbanos sejam decididos por um conselho que atuaria dentro das cidades.

Voltando ao tema específico da função social da propriedade urbana, enquanto política pública para o problema dos vazios urbanos, o entrevistado foi questionado sobre qual seria a importância desse princípio para os urbanistas.

Essa questão é a direcionadora dos trabalhos dos urbanistas. Se o urbanista perder o foco social do funcionamento da cidade dentro do funcionamento da questão da sociedade a gente fica sem função. Então eu tenho trabalhado, daqui um tempo vou trabalhar na área de regularização fundiária se você me pergunta hoje qual é o maior problema de Campo Largo: a geração de lotes urbanizados. Ou seja, nós não temos mais lotes urbanizados, nós temos glebas que você está sujeito a legislação municipal ou você faz uma subdivisão ou você está deixando o terreno, até por culpa do Estado, deixando o terreno sem uso. E criamos muitos empecilhos para aprovação de loteamento e fica muito fácil para fazer condomínios. Então a cidade está se desenvolvendo de uma maneira orgânica e meio questionável. Então a gente avançou agora com o IBINO, a lei nova de condomínios já coibiu um pouco, deixando de trazer para Campo Largo a realidade de Curitiba, a qual não é a mesma, o valor, o preço do terreno é diferente do nosso, mas não precisamos colocar gente morando num terreno de 90 metros quadrados. Não sei por que se importar com o problema, Campo Largo ainda tem muita área a ser ocupada. Então eu acho o seguinte, nós, urbanistas, temos o foco social sim, apesar de não parecer, e nós não podemos perder isso de vista. Eu só quero deixar claro que vamos lutar na sequência para que a regularização fundiária vire uma realidade e que criemos alguns mecanismos fixos de planejamento. Foi proposto o instituto para criar no penúltimo ano eu fui um dos que optou por não criar, se for pra criar um elefante branco sem objetivo claro, então não se cria, o prefeito achou melhor não criar.

O entrevistado considera a legislação em tela essencial para a função do urbanista. Também coloca ao final sobre a não criação de um instituto municipal de urbanização.

A entrevista do Assessor de Planejamento do Gabinete da Prefeitura demonstra uma abordagem mais técnica do assunto, de tal forma que o entrevistado faz várias queixas em relação a atuação política eleitoreira em detrimento de mecanismos essenciais, na opinião dele, à boa condução da gestão pública.

5 A TEORIA SOCIAL, OS CONCEITOS DE PROPRIEDADE E A RELAÇÃO COM A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA

Para elaborar o artigo como o ora apresentado, cujo estudo parte de um não exaustivo conceito de propriedade, para depois relacioná-lo com o princípio da função social, é necessário aplicarmos as técnicas da interdisciplinaridade. Em específico aqui, as questões relacionadas entre a teoria jurídica e a teoria social.

Durante todo o desenvolvimento deste texto e até agora, tratamos fundamentalmente o tema do ponto de vista da ciência jurídica.

Vale atentar que a função social da propriedade oscila entre as teorias jurídicas e políticas advindas a partir da metade do século XX e está encoberta entre as ideias de Estado de Direito e de Estado Benfeitor. O que ocorre é que a política acaba transferindo seus conflitos e transformando-os em conflitos jurídicos. Essa é a sublimação jurídica do conceito de função social da propriedade, a qual resulta em uma espécie de generalização simbólica das expectativas políticas na forma de expectativas normativas, ou seja, a política transforma, por meio do direito, o conflito político em conflito jurídico.

É claro que o conceito de sublimação jurídica do conceito de função social da propriedade exarado no parágrafo anterior é vago e superficial, seria necessário aprofundar os estudos para um melhor entendimento sobre este conceito, o que, para o presente artigo, será dispensado.

Muitos são os autores que discorrem sobre propriedade e a sua função social, estando ou não relacionados entre si,

partindo-se dos clássicos até os contemporâneos, conhecidos ou não.

Assim, na sequência deste artigo, apresentaremos breves entendimentos dos cientistas sociais: John Locke, Émile Durkheim, Karl Marx e Hannah Arendt acerca da matéria.

5.1 LOCKE E A PROPRIEDADE

Para o presente estudo é fundamental buscarmos as teorias de John Locke, principalmente as concernentes à propriedade, pois foi esse autor, a partir da revolução industrial, que conceituou o tema sobre o ponto de vista liberal, apresentando seus entendimentos sobre propriedade privada.

John Locke defendia a igualdade entre os homens, a despeito de ser um defensor da escravidão. Há que se ressaltar que a escravidão defendida por ele não residia em raça ou em etnia, ela estava relacionada com inimigos capturados em guerra, onde os mesmos poderiam ser mortos ou suas vidas seriam poupadas desde que trocassem a liberdade pela escravidão. Em que pese que toda forma de escravidão deva ser condenada. Para Locke (2002, p.36)

Seria esta a condição acabada de escravidão, nada mais que o estado de guerra permanente entre o conquistador legítimo e o cativo. Ora, se entre eles se ajusta um pacto, um acordo visando a limitação do poder de um lado e obediência de outro, cessa o estado de guerra e de escravidão enquanto vigorar o pacto.

Citar a posição do autor em defesa da escravidão é base para introduzir a discussão sobre a propriedade. Locke só defendia a escravidão com base nos seus conceitos de direito de propriedade.

Para o autor, a origem real do poder político, de governo, estava diretamente relacionada ao contrato social, o qual estaria ligado enfaticamente à bondade e a racionalidade naturais do ser humano. Ele também entendia que a liberdade do povo era relativa, que parte desta liberdade era cedida em nome da sensação de segurança.

Segundo Locke, na intenção maior de conservarem suas propriedades os homens se unem em sociedades políticas e aceitam se submeterem a um governo; e desta maneira, através de um contrato social, o Estado é fundado.

Em comparação com o presente estudo é interessante observar que a função da propriedade em Locke está ligada diretamente à liberdade e a racionalidade do indivíduo, enquanto atualmente o que se discute é uma função da propriedade além do indivíduo, algo relacionado ao bem estar coletivo.

Contudo, o conceito de propriedade deste autor começa no entendimento de que a pessoa é a primeira propriedade do homem, assim o direito de propriedade seria a base da liberdade humana. Nesse sentido, somos levados a crer que o governo seria mero garantidor e protetor desse direito. Então a liberdade começaria com a propriedade da pessoa.

5.2 DURKHEIM E A PROPRIEDADE

O princípio constitucional da função social da propriedade urbana advém de uma relação social, de um fato social, do envolvimento do proprietário de terras urbanas com a coletividade. Esse princípio, materializado na sociedade por meio de legislação tem a pretensão de regular os interesses individuais e coletivos, partindo da premissa que a coletividade é mais importante do que o indivíduo. Nesse sentido e sob o aspecto da interdisciplinaridade, o presente estudo buscará os entendimentos de Emile Durkheim sobre as relações do indivíduo com a coletividade e com a propriedade privada.

Para Durkheim os fatos sociais são o objeto de estudo sociológico. Esses fatos sociais são experimentados, existem para o indivíduo, como realidade independente e preexistente

Assim, para Durkheim, uma sociedade pode estar em risco, ou doente, quanto mais um fato social estiver em desalinho com a harmonia e com o consenso social, quanto mais estiver em desacordo com a coletividade. Durkheim (2001, p. 42 e 43)

Com efeito, para as sociedades como para os indivíduos, sendo a saúde boa e desejável, é a doença, ao contrário, algo ruim que deve ser evitado. Se, então, encontrarmos um critério objetivo, inerente aos próprios fatos, que nos permita, nas diversas ordens de fenômenos sociais, distinguir cientificamente a saúde e a doença, a ciência seria capaz de esclarecer a prática, muito embora se conservando fiel ao método que lhe é próprio.

Portanto, essa generalidade que mantém a sociedade em estado de normalidade não está baseada no consentimento do indivíduo, não está alicerçada na vontade individual, está sim formatada a partir do interesse coletivo, este baseado no consenso, no acordo.

No que diz respeito à função social da propriedade urbana enquanto legislação, considerando-se as teorias de Durkheim, poderíamos dizer se tratar de uma norma restitutiva, pela qual o proprietário que não desse destino social, que não contribuísse para a coletividade por meio do seu imóvel, estaria sujeito a restituir o prejuízo causado.

Essa restituição se daria de maneira coercitiva, por mandamento da lei, através, por exemplo, do IPTU progressivo no tempo, ou até da desapropriação do imóvel pelo ente público.

5.3 MARX E A PROPRIEDADE

No “Manifesto Comunista”, Marx e Engels analisam a propriedade sobre o prisma da divisão de classes, do contraponto entre o modo de produção capitalista e os interesses sociais. Para Marx e Engels (1999, p. 14):

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos.

Aglomerando a população, em centros urbanos, a burguesia que

concentrava a propriedade também mantinha concentrada a mão de obra.

Marx defendia que o proletariado não tinha nada que era seu, nem família, nem propriedade, de tal modo não tinha o que perder. Marx e Engels (1999, p. 25):

Nas condições de existência do proletariado já estão destruídas as da velha sociedade. O proletário não tem propriedade; suas relações com a mulher e os filhos nada têm de comum com as relações familiares burguesas.

O autor defendia uma ruptura do proletariado com o modelo, por acreditar que: “(...)sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes” (1999, p. 25).

Portanto, há que se concluir considerando o Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels, que não se pode falar em “função social da propriedade”, seja ela de que espécie for, vez que a propriedade no modo de produção capitalista está concentrada nas mãos da burguesia. Sendo assim, o termo “social” que a expressão carrega não teria lugar, pois o mesmo remeteria à coletividade, ao proletariado.

5.4 ARENDT E A PROPRIEDADE

Enquanto Marx e Engels negam a propriedade do ponto de vista do proletariado, do social, e afirmam que a propriedade pertence apenas à burguesia, ao privado, Arendt demonstra existir uma profunda conexão entre o privado e o público, no que diz respeito à propriedade privada e no nível mais elementar da questão. Contudo a mesma segue a linha do conflito, quando a propriedade só terá real função social a partir da ruptura com o privado.

A autora alerta para o risco da má interpretação de sua afirmação, uma vez que, no entendimento moderno, a propriedade está diretamente ligada à riqueza, em um extremo, e, de outro lado, a falta dessa propriedade está relacionada à pobreza. Para Arendt (2009, p. 71):

Esta falha de interpretação é tão mais importuna quanto ambas, a propriedade e a riqueza, são historicamente de maior relevância para a esfera pública que qualquer outra questão ou preocupação privada, e desempenharam, pelo menos formalmente, mais ou menos papel como condição para a admissão do indivíduo à esfera pública e à plena cidadania.

Portanto, propriedade e riqueza não constituem a mesma coisa, vez que existem sociedades potencialmente ricas, mas onde não existe propriedade, pois a riqueza dos cidadãos consiste na participação do mesmo na renda anual da sociedade em geral.

Para Arendt, que segue a mesma matriz teórica de Marx e Engels acerca da propriedade, como vimos anteriormente, a propriedade privada organizada no modo de produção capitalista não pode cumprir nenhum tipo de função social, por estar afastada dos interesses coletivos.

De tal maneira, a propriedade privada só teria função social na medida em que essa desse lugar à propriedade comum, ainda que de maneira forçada, então a propriedade deixaria de ser privada dando lugar à propriedade comum, sob os interesses do bem comum.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aplicar o princípio constitucional da função social da propriedade urbana seria garantir a democratização urbana do centro das cidades brasileiras, privilegiando o coletivo em detrimento do particular.

A maior pretensão deste artigo estava em relacionar o dispositivo legal e a aplicabilidade da norma no caso concreto e efetivo, ou seja, como se comporta a legislação na sociedade estudada.

Envolvido ao tema está não apenas a aplicabilidade da lei, de um princípio constitucional. Está relacionada a vontade e as intenções humanas, regidas, neste caso, por interesses pessoais norteados pelo lucro e pelo poder político. Uma legislação como essa pode diminuir a lucratividade da exploração imobiliária, bem como, pode prejudicar pretensões eleitorais.

De outro lado está o latifundiário urbano, travestido de “proprietário defendendo seu direito adquirido”, que por suas posses, pode contribuir tanto para o interesse do lucro, como para o interesse eleitoreiro.

Não há como se falar em justiça social enquanto o interesse do particular prevalecer e não há como se aplicar o princípio da função social da propriedade urbana no atual modo de produção. Enquanto houver propriedade privada, o interesse coletivo será relegado à segundo plano.

Nesse sentido, não existe proposta a ser deixada nesse artigo, apenas uma obviedade constatada: se fosse mesmo do interesse da municipalidade levar à termo o princípio constitucional da função social da propriedade urbana, bastaria regulamentar a lei, equipar adequadamente os departamentos competentes e investir em pessoal.

A implicação, o prejuízo social apurado por meio desta pesquisa, está na conclusão que os mecanismos legais desenvolvidos para o benefício da coletividade não são utilizados nesse sentido. Quanto à formação da lei, essa demonstra aparência de possuir função social, quanto à sua aplicação, ao menos no caso estudado, essa expectativa se dissolve em nome do interesse individual.

Portanto, a legislação como um todo, tanto a federal como a municipal, nessa última faltando mero detalhe administrativo, está redigida apenas para o eventual cumprimento da função social da propriedade urbana. Porém, no caso concreto, na prática, a legislação não se aplica, ela não pode ser efetivada por falta de vontade política dos agentes envolvidos.

Referências

- ARENDDT, H. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- BARROSO, L. R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: Os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BEZNOS, C. **Desapropriação em nome da política urbana**, in Estatuto da Cidade – Comentários a Lei Federal 10.257/01. São Paulo: Malheiros, 2002.
- CONSTITUIÇÕES – **Constituições da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ (Acesso: 18/10/2011).
- DALLARI, A. A. **Instrumentos da política urbana**, in Estatuto da Cidade – Comentários a Lei Federal 10.257/01. São Paulo: Malheiros, 2002.
- DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **As regras do método sociológico**. 16.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- _____. **Fato social e divisão do trabalho**. Apresentação e comentários: Ricardo Musse. São Paulo: Ática, 2007.
- FACHIN, L. E. **A função social da posse e a propriedade contemporânea**. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas 2009.
- IBGE – **Dados sobre o censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home> (acesso: 18/10/2011).
- IPARDES – **Dados sobre os municípios do Paraná**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br> (acesso: 18/10/2011).
- LEGISLAÇÃO ESPARSA – **Leis federais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ (acesso: 18/10/2011).
- LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - **1819/2005** da Cidade de Campo Largo. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/forpgs/topsearch.pl> (acesso: 18/10/2011).
- LOCKE, J. **Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre governo; Ensaio acerca do entendimento humano**. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. **Segundo Tratado Sobre Governo**. Texto Integral. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Edição: ebooksbrasil.com, 1999.
- MATTOS, L. P. **A efetividade da função social da propriedade urbana à luz do estatuto da cidade**. Rio de Janeiro: Temas & Idéias, 2003.
- OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- PIRES, L. R. G. M. **Função social da propriedade urbana e o plano diretor**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- PLANO DIRETOR – **Cidade de Campo Largo-PR** – Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/forpgs/topsearch.pl> (acesso: 18/10/2011).
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3.ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. 38.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. **Direito urbanístico brasileiro**. 5.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SIMIONI, R. L. A sublimação jurídica da função social da propriedade. **Lua Nova**, São Paulo, 2006, p.109-137.

SUNDFELD, C. A. **O Estatuto da cidade e suas diretrizes gerais**, in Estatuto da Cidade – Comentários a Lei Federal 10.257/01. São Paulo: Malheiros, 2002.

VADE MECUM, (**compilado de códigos e leis**). Obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 3.ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

Recebido em 02/06/2012

Aprovado em 18/07/2012

GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA DO PRATA

Denise Rauber*
Adayr da Silva Ilha**
Christian Luiz da Silva***
Jussara Cabral Cruz****

Resumo

O presente artigo aborda a gestão integrada dos recursos hídricos na Bacia do Prata, através de pesquisa bibliográfica e documental, argumenta sobre os aspectos relevantes para a gestão dos recursos hídricos, o conceito de gestão integrada, a formação das fronteiras, o Mercosul e o meio ambiente, e o Tratado da Bacia do Prata. Consta que os objetivos da gestão integrada de bacias e o desenvolvimento regional podem ser entendidos como equivalentes. Tendo por finalidade fundamental o desenvolvimento sustentável dentro de uma região definida observando a relação entre a demanda e oferta de recursos naturais, principalmente a água.

Palavras-chave: água, gestão integrada, desenvolvimento sustentável, Bacia do Prata.

Abstract

The present paper deals with the integrated management of water resources in the basin of Prata, through bibliographic and documentary research, arguing about the relevant aspects for the management of water resources, the concept of integrated management, the frontier formation, Mercosul and the environment, and the Basin of Prata Treaty. It is verified that the objectives regarding the integrated management of the basins and the regional development may be deemed as equivalents. Having as a fundamental purpose the sustainable development in a definite region, observing the relationship between supply and demand of natural resources, mainly the water.

Keywords: water, integrated management, sustainable development, Basin of Prata.

* Mestre em Integração Latino-Americana UFSM. Professora do Curso de Administração da UTFPR/PB. *E-mail:* deniserauber@utfpr.edu.br

** Doutor em Economia Aplicada UFV. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM. *E-mail:* adayr@smail.ufsm.br

*** Pós-doutor em administração (USP) e Doutor em Engenharia de Produção UFSC. Professor do programa de mestrado e doutorado em tecnologia (PPGTE) e coordenador do mestrado em planejamento e governança pública (PGP) - UTFPR. *E-mail:* christiansilva@utfpr.edu.br

**** Doutora em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental IPH/UFRGS. Professora do Departamento Hidráulica e Saneamento do Centro de Tecnologia UFSM. *E-mail:* jussaracruz@gmail.com

Introdução

A gestão dos recursos hídricos é um tema pertinente para pensar o desenvolvimento regional além fronteiras, principalmente entendendo que os recursos naturais não obedecem a fronteiras políticas, mas seu processo de gestão pode se transformar em fonte de cooperação, buscando de forma coerente e responsável a manutenção e preservação das águas, bem como o desenvolvimento sustentável. Desta forma conhecer e compreender as iniciativas existentes comprometidas com a gestão bilateral ou multilateral dos recursos hídricos na região platina como, o Tratado da Bacia do Prata, que envolve cinco países, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, permite uma maior aproximação dos conceitos abordados pela gestão integrada de bacia hidrográfica.

O presente artigo está baseado em parte do referencial teórico trabalhado na dissertação de mestrado, evolução da gestão integrada dos recursos hídricos na Bacia do Prata e suas perspectivas futuras, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana – MILA/UFSM, no ano de 2005. Traz uma pesquisa, bibliográfica e documental, com referências em publicações disponíveis na época, procurando entender a trajetória e evolução da gestão de recursos hídricos na Bacia do Prata. Argumenta sobre os aspectos relevantes para a gestão dos recursos hídricos, a gestão integrada, a formação das fronteiras, o Mercosul e o meio ambiente, e por fim o Tratado da Bacia do Prata.

1. Aspectos relevantes para a gestão dos recursos hídricos

Quando fala-se de água um dos principais conceitos a deixar claro é o conceito de ecossistema que para Mérico 1996¹, ecossistema são as coisas vivas, em relação com seu meio. E envolvem a circulação a transformação e a acumulação de energia e matéria, através da inter-relação das coisas vivas e de suas atividades. O ecossistema tem a capacidade de produzir a

¹ MÉRICO, Luiz Fernando Krieger. *Introdução à economia ecológica*. Ed.da FURB, Blumenau, SC, 1996.

energia e a matéria para que haja continuidade de vida. Assim um dos melhores exemplos de interação é o próprio ciclo hidrológico. Que por sua vez, é um fenômeno natural responsável pela renovação das águas. É estimulado pela energia solar, que causa a vaporização das águas superficiais, que acabam por formar nuvens, e estas em contato com o ar atmosférico produzem a precipitação sobre mares e continentes, num ciclo sem fim, o qual gera a circulação e renovação da água.

O recurso natural água, tanto superficial como subterrâneo, são permanentemente influenciados por todas as atividades humanas. A água suporta e integra as interações das atividades com a indústria, energia, saúde humana, desenvolvimento urbano, agricultura e com todo o sistema biológico. Assim é visível a sua relevância para toda a vida do planeta terra².

Do total de água doce existente no planeta segundo Shiklomanov (1998), citado por Tundisi (2000), é de (2,5%), desta 69,9% estão sob forma sólida, 29,9% são águas subterrâneas, 0,3% localiza-se em rios e lagos e 0,9% localizam-se em outros reservatórios. Estas águas doces não estão distribuídas uniformemente no planeta, o que acaba trazendo grandes problemas para as populações, pois o atual sistema de vida organizado em sociedades econômicas está ultrapassando os limites de sustentação do equilíbrio e renovação das águas. Países com grande escassez de água têm limitações quanto ao desenvolvimento agrícola e industrial com agravamento de problemas para a saúde de suas populações e para a própria manutenção da biodiversidade, como argumenta Tundisi (2000).

A ONU - Organização das Nações Unidas - considera que o volume de água suficiente para a vida em comunidade e exercício das atividades humanas, sociais e econômicas, é de 2.500 metros cúbicos de água/habitante/ano. Em regiões onde a disponibilidade de água/habitante/ano está abaixo de 1.500 metros cúbicos, a situação é considerada crítica. A medida de consumo de água/habitante/dia considerada ideal para regiões de clima tropical é de duzentos litros.

² TUNDISI, José Galizia. *Ciência & Ambiente* n° 21. Julho/dezembro de 2000.

A desigualdade da distribuição de água sobre a terra depende de fatores físicos (climáticos) e humanos (densidade populacional). Os fatores físicos podem ser considerados como o lado da disponibilidade do recurso (oferta) e os fatores humanos como a demanda. Segundo OIA (1994), nove “gigantes” mundiais de água possuem 60% do total dos recursos hídricos disponíveis no planeta, são eles o Brasil, Rússia, China, Canadá, Indonésia, USA, Índia, Colômbia, Zaire e Comunidade Européia³.

Neste aspecto, Tundisi (2000), coloca que os principais desafios referentes à crise da água e todos os problemas por ela gerados são: escassez de água; disponibilidade de água potável; deterioração da qualidade da água; falta de percepção de gerentes do meio ambiente e do público em geral sobre a gravidade da crise; fragmentação e dispersão no gerenciamento de recursos hídricos; falta de percepção do grande público sobre a real crise da água; falta de investimentos em preservação e recuperação de mananciais.

Nos países em desenvolvimento, durante a primeira metade da década de 1990, cerca de 170 milhões de habitantes urbanos tinham acesso a água potável e 70 milhões a saneamento adequado; no entanto, no fim de 1994, aproximadamente 300 milhões de residentes urbanos ainda não tinham acesso a água potável, enquanto cerca de 600 milhões careciam de saneamento adequado (GEO3, 2002).

A Região da América Latina e Caribe é rica em recursos hídricos renováveis, com mais de 30% do total mundial. Entretanto, três regiões hidrográficas – a Bacia do Golfo do México, a Bacia do Atlântico Sul e a Bacia do Prata –, que abrangem 25% do território da região, abrigam 40% da população e contêm apenas 10% dos recursos hídricos da região (GEO3)⁴. Também observa-se que a região da Bacia do Prata, formada pela Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai possui distinta disponibilidade de água, assim

³ World Resources Institute – Washington (1991) apud OIA (1994).

⁴ Na América do Sul, as reservas de águas subterrâneas são de grande importância, e calcula-se que cheguem a 3 milhões de km³ – GEO3, 2002.

demonstrando a dificuldade em trabalhar e planejar a gestão integrada de bacia.

A maior parte dos problemas associados à água transcende as fronteiras nacionais, embora haja diferenças marcantes entre sub-regiões e países. A agricultura e a indústria são os maiores consumidores de água na região, seguidos pelo consumo doméstico. (GEO3).

A limitação de informações sobre a infra-estrutura e a operação dos serviços de distribuição pública de água é uma grande restrição aos esforços dos governos para melhorar os regulamentos relativos ao setor hídrico em áreas urbanas e também rurais. Embora a função dos governos, em alguns países, tenha mudado de prestador de serviços hídricos para regulador com representação da população, muitos governos, até o presente estudo, 2005, ainda não dispõem de informações suficientes sobre a operação dos serviços de distribuição pública de água, o que limita suas funções reguladoras.

Na maior parte dos países, os recursos hídricos continuam a ser administrados de forma setorial, havendo pouca integração entre setores ou com outros procedimentos de gestão ambiental. Tal abordagem ignora as interações vitais com ecossistemas muito mais amplos e com outras funções, bem como os serviços ecológicos relativos à água. (GEO3, 2002 pg 183 a 186).

A gestão da água apresenta uma configuração complexa, sendo que, um dos grandes problemas está diretamente vinculado às águas transfronteiriças, devido ao compartilhamento entre nações, muitas com grandes conflitos e diferentes interesses. Duzentos e sessenta e um rios (261), correspondentes a 45,3% da superfície total da terra são compartilhados por dois ou mais países (GEO3).

As disputas pelos recursos hídricos compartilhados são de longa data, e ilustram conflitos e disputas pelo poder. Porém podem transformar-se em fonte de cooperação, buscando de forma coerente e responsável a manutenção e preservação das águas. Atualmente existem várias iniciativas comprometidas com a gestão bilateral e/ou multilateral dos recursos hídricos, um exemplo é o próprio Tratado da Bacia do Prata, que envolve cinco países.

A exploração de rios internacionais tem sua importância, na determinação dos limites físicos da soberania dos Estados envolvidos. A clareza quanto aos limites se faz necessária, na medida em que, as consequências de qualquer programa de desenvolvimento deverão levar em conta as responsabilidades de cada Estado ribeirinho no momento da exploração do bem comum que é a água⁵.

A fronteira fluvial pode ser definida conforme Soares (2001)⁶, sendo que esta passa por certas linhas que nem sempre são estabelecidas segundo os mesmos princípios. Para os cursos d'água contínuos ou limítrofes, importa estabelecer onde se encontram sobre as águas, as soberanias dos Estados fronteiriços. Assim duas definições são possíveis.

1ª linha média entre as águas: a fronteira passa pelo meio geométrico do rio considerado em seu nível normal, isto é, o nível de água considerado normal. É a linha da divisão física das águas.

2ª Thalveg: a linha divisível acompanha a alteração física do rio, o canal de navegação não é imóvel.

A determinação da fronteira nos cursos d'água internacionais é, de grande importância para a utilização dos potenciais. Contudo, cabe aos Estados negociar quais os critérios de divisão de águas, de acordo com as características físicas da região e interesses políticos e econômicos que envolvem o empreendimento.

O Thalveg é de uso intenso nos rios navegáveis, foi ele o critério limítrofe escolhido por Argentina e Brasil para os rios Uruguai e Iguazu, por Brasil e Peru para o rio Purus, por Brasil e Colômbia para os rios

⁵ *País* – corresponde a um território habitado por um povo, com um governo próprio. *Nação* – conjunto de pessoas que possuem língua e tradições comuns. *Estado* – corresponde a um grupo de pessoas organizadas politicamente em torno de um poder soberano representado pelos governantes. Para existir o Estado são necessários, Território, Povo e Governo. *Sociedade* – corresponde a um conjunto de pessoas que vive em um certo espaço territorial submetido a determinadas normas ou regras. Conforme artigo de Neves, 1976, trabalhado em aula pela profª. Maria Medianeira Padoim.

⁶ SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades*. São Paulo: Atlas, 2001

Iquiare e Taraira. A linha de equidistância foi preferida por Brasil e Bolívia nos rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

Outra definição relevante é a de rio internacional: a. considerando-se os aspectos de utilização de suas águas, nos mais variados setores, ao lado da navegação, e outros usos alternativos dos recursos hídricos e b. levando-se em consideração os aspectos de proteção ambiental de suas águas, em particular os relacionados à poluição transfronteiriça. (SOARES, 2001).

A comissão de Direito Internacional da ONU (CDI) em 1997, adotou a seguinte definição para rios internacionais, e para cursos d'água internacionais, assim sendo, “como aquele que algumas de suas partes se encontram em Estados Distintos”. E, curso d'água como “um sistema de águas de superfície e subterrâneas que, em virtude de sua relação física, constituem um conjunto unitário e que normalmente fluem a um término comum”. (SOARES, 2001, pg 107 a 112⁷).

Percebe-se desta forma a relevância das águas para o desenvolvimento de um país, partindo-se da observação de que a Ciência Econômica, trata o desenvolvimento econômico, como sendo, o crescimento econômico mensurado pelo produto nacional bruto per capita (PIB), acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. Pode-se entender que o desenvolvimento de cada país ou região depende de suas características próprias, situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais.

De maneira geral, as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão-de-obra do campo para as cidades, redução das

⁷ Esse fato remonta à Declaração de Helsinque de 1966, que estabeleceu a base para os princípios internacionais para cursos d'água compartilhados e influenciou muitos tratados específicos sobre rios. Após a Declaração, houve diversos esforços internacionais, entre eles principalmente o trabalho da Comissão de Direito Internacional da ONU, que levou em 1997 à Convenção das Nações Unidas sobre a Lei de Usos Não-Navegacionais de Águas Internacionais. (GEO3, 2002).

importações, aumento das exportações, menor dependência de auxílio externo. Vieira & Maimon (1993)⁸ colocam que, busca-se um entendimento de que é necessário pensarmos um processo que nos leve a um desenvolvimento sustentável, que segundo a União Internacional para a conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – IUCN (1991) – considera desenvolvimento sustentável o processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas. Portanto, para alcançar este fim é necessário que se possa produzir um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, não apenas ambientalmente, mas também tenha em seu processo integrado o aspecto econômico, social e cultural.

Observa-se que uma nova forma de consciência, baseada no uso sustentado de recursos renováveis, não é apenas possível, mas essencial para preservar a qualidade de vida em nosso mundo, conforme aborda Sachs, 1993⁹. O nível de consciência ambiental depende de variáveis econômicas e culturais da sociedade, dos diferentes grupos sociais e ainda dos conflitos de interesse dos diferentes atores envolvidos – setor público, setor privado e organismos sociais. Na gestão dos Recursos Hídricos esta relação torna-se bastante evidente.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentado parte da ênfase no crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico. Induz um espírito de responsabilidade comum como processo de mudança, no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas de desenvolvimento tecnológico deverão adquirir um sentido harmonioso. (SACHS 1993, p. 31).

A definição encontrada no Relatório Brundtland (1988, p.46)¹⁰ coloca: “o

⁸ VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dália (Organizadores). *As ciências sociais e a questão Ambiental: Rumo à interdisciplinaridade*. APED E UFPA, 1993.

⁹ SACHS Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente*. Tradução Magda Lopes, São Paulo: Stúdio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

¹⁰ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso*

desenvolvimento sustentado é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades”.

Com relação à Água, ocorreram importantes conferências e reuniões a nível internacional que traduzem a importância em perceber a água como agente determinante e agregador do desenvolvimento. Assim na Tabela 1 apresenta-se as mais importantes.

Após esta breve lembrança de datas, parte-se em busca de esclarecimento sobre Gestão Ambiental no viés dos recursos hídricos, conforme Lanna (1996)¹¹

...é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais – naturais, econômicos e sócio-culturais – às especificidades do meio ambiente, com base em princípios e diretrizes previamente acordados e definidos. (LANNA, 1996, p. 5).

Assim, continua Lanna (1996), uma gestão ambiental eficiente deve ser constituída por uma política ambiental (regulamentar, conservar, proteger), que estabeleça as diretrizes gerais, por um método de gerenciamento ambiental (referencial teórico) que oriente as ações gerenciais, e por um sistema de gerenciamento ambiental (conjunto de atores, agências, governo setor privado), que seja capaz de articular instituições e aplicar os instrumentos legais e metodológicos para o preparo e execução do planejamento ambiental.

O planejamento pode ser desenvolvido em três esferas; a) social e político, estabelece e processa as demandas da sociedade e seus representantes políticos; b) meio técnico, é o estudo de teorias e análises técnicas para suporte do plano; e, meio deliberativo, lugar de tomada de decisão através dos estudos feitos. Ainda segundo o autor, sempre deve-se levar em consideração o aspecto da oferta e da

futuro comum. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1988.

¹¹ LANNA, Antonio Eduardo. *Introdução à gestão ambiental e à análise econômica do ambiente*. IPH/UFRGS, 1996.

demanda de água para qualquer tomada de decisão. Dourojeani (2002)¹² aponta para os seguintes esferas, a hidrológica, a política e a institucional, salienta que a nível de gestão de bacia hidrográfica internacional deve haver uma coordenação múltipla de atores.

Lanna (1996) indica que os instrumentos de gestão ambiental podem ser divididos em dois tipos, o primeiro tipo são os instrumentos de comando e controle, são referentes ao controle da poluição, adequação ao uso, ou seja, sua regulamentação, a outorga para uso e aproveitamento de águas públicas e aplicação de penalidades. Já o segundo tipo pode ser caracterizado pela cobrança do uso de águas e taxas de poluição.

Geralmente para organização e planejamento de um sistema de recursos hídricos segue-se alguns princípios segundo Lanna (1996), que são: a escolha da área de abrangência, atualmente tem-se adotado a bacia hidrográfica; a observação dos usos múltiplos da água, principalmente pela questão de conflitos setoriais; a necessidade de reconhecimento da água como um bem finito e vulnerável, que a água seja um bem comum de todos; reconhecimento do valor econômico da água, objetivo seria estimular o uso racional da água através da cobrança pelo uso; e, gestão descentralizada e participativa onde toda a população tivesse acesso, através do terceiro setor, ou representantes de classes, organizações e o próprio poder público, governos. Quanto aos instrumentos de política de recursos hídricos as sugestões estabelecem o enquadramento dos corpos d'água, os planos, a outorga e a cobrança.

Na gestão de recursos hídricos um aspecto relevante é o manejo, que pode ser conceituado pelo processo de administrar tanto a quantidade como a qualidade da água usada para benefício humano, sem destruir sua disponibilidade e pureza. É necessária a observação sobre o efeito de vários materiais na qualidade da água, os aspectos de tratamento de esgoto, controle da poluição atmosférica, resíduos sólidos e perigosos.

¹² DOUROJEANI Axel; JOURAVLEV Andrei; CHAVEZ Guillermo. *Gestão del agua a nivel de cuencas: teori y práctica*. Série Recursos Naturales e infraestructura, nº 47 – CEPAL. Santiago de Chile, 2002.

Neste procedimento, o sistema ambiental¹³ deverá ser considerado como o campo de atuação. Quanto ao manejo integrado de bacias hidrográficas, fundamenta-se no tratamento da totalidade do sistema de cursos de água, isto significa que cada parcela do espaço pode ser considerada em seu todo e ao mesmo tempo, em sua relação com as demais parcelas. Este processo engloba um programa, que busca as melhores práticas de manejo do solo, da água, das florestas e fauna, além da definição das formas de ocupação do espaço e dos sistemas de produção a serem implantados. (LANNA, 1996)

Assim, é importante entender a necessidade do manejo adequado nos cursos de água que servem para vários usos que muitas vezes são antagônicos entre si, necessitando-se estabelecer prioridades para os usos em cada caso específico, a partir das necessidades existentes.

Portanto, tanto Lanna (1996) como Dourojeani (2002) observam que, um estudo dos casos em particular é necessário, pois, não é possível prefixar uma hierarquia genérica para os usos da água, cada exemplo tem características próprias, levando-se em conta aspectos históricos, condições geográfica, políticas e econômicas, que devem ser considerados em cada uso que se pretenda fazer. Principalmente quando se tem águas compartilhadas entre vários Estados-nacionais, é imprescindível um cuidado especial de gestão compartilhada.

Certos usos causam pequenos impactos nos cursos de água, outros usos podem diminuir ou prejudicá-los, como exemplo a irrigação e o consumo humano, neste último o retorno da água não se dá nas condições em que foi retirada. Outros ainda podem alterar a composição química da água, como o despejo de dejetos urbanos e industriais. Podendo muitas vezes ser causa de grandes conflitos internacionais.

Para Bressan (1997)¹⁴, o uso múltiplo, deveria levar em consideração a capacidade de sustentação para a manutenção da qualidade da água.

¹³ Processo e interação do conjunto de elementos e fatores que compõem o meio ambiente, incluindo-se, além dos elementos físicos biológicos, sócio-econômicos, os fatores políticos e institucionais.

¹⁴ BRESSAN, Demar. *Gestão racional da natureza*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Percebendo que o uso múltiplo não exclui as contradições entre os interesses econômicos de produção e os interesses complementares, salientando a necessidade da manutenção do equilíbrio do ecossistema.

Continua, o autor, os mananciais hídricos comportam igualmente, a possibilidade de uso múltiplo, desde que as diferentes atividades, não impliquem em prejuízos para a qualidade da água.

Na tabela 2 são demonstradas as principais categorias de uso da água, conforme Lanna (1997)¹⁵.

Na observação da tabela 2 existem três possibilidades quanto à forma de utilização:

Consuntivos (C): refere-se aos usos que retiram a água de sua fonte natural diminuindo suas disponibilidades, espacial e temporalmente.

Não-consuntivos (NC): refere-se aos usos que retomam a fonte de suprimento, praticamente a totalidade da água utilizada, podendo haver alguma modificação no seu padrão temporal de disponibilidade.

Local (L): refere-se aos usos que aproveitam a disponibilidade de água em sua fonte sem qualquer modificação relevante, temporal ou espacial, de sua disponibilidade.

Lanna (1997) completa, que a gestão de recursos hídricos pode ser entendida através da combinação adequada entre as disponibilidades de água e a necessidade de seu uso. Assim seguir com cuidado a orientação e os avisos que a própria natureza nos traz é um grande passo para um trabalho harmonioso com base nos princípios do desenvolvimento sustentável, crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico.

Outro conceito, a saber, e de grande relevância é o de gestão integrada da água. A Associação mundial para a Água (Global Water Partnership, 2000 – GWP) define a gestão integrada da água como um processo que promove a gestão e o aproveitamento coordenado da água, da terra, e de todos os recursos relacionados, com a finalidade de maximizar o bem-estar social e econômico de maneira equitativa

sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas.

Por outro lado em estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2002), dirige a atenção a um aspecto um pouco diferente, que diz que a gestão integrada da água implica em tomar decisões e manejar os recursos hídricos para vários usos de forma que consiga satisfazer as necessidades e desejos de diferentes atores. Ainda coloca que a gestão integral presuppõe águas superficiais e subterrâneas no aspecto qualitativo, quantitativo e ecológico, tendo por base uma perspectiva multidisciplinar centrada nas necessidades da sociedade.

No entanto, Dourojeanni (2002), destaca cinco principais formas de integração:

1. A integração dos interesses dos diversos usos e usuários de água e a sociedade em seu conjunto, com objetivo de reduzir os conflitos entre os que dependem e competem pelo escasso e vulnerável recurso.

2. A integração de todos os aspectos da água que influenciam seu uso e usuários em termos de quantidade, qualidade, principalmente na gestão da oferta e demanda.

3. A integração dos diferentes componentes da água e das diferentes fases do ciclo hidrológico (relação que existe entre a gestão da água superficial e subterrânea).

4. A integração da gestão da água e a gestão da terra e outros recursos naturais e todo ecossistema relacionado. E,

5. A integração da gestão em desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Para completar essa visão “integrada” coloca-se na perspectiva de Dourojeanni o porque de se utilizar as bacias como unidades territoriais adequadas para a gestão integrada da água. A iniciar pelo aspecto principal que apresenta uma bacia, sua característica física com a interrelação e interdependência entre seu uso e usuários. É um verdadeiro sistema integrado e interconectado de causa e efeito.

A segunda explicação é que as bacias constituem uma área de onde interdependem e interagem em processo permanente e dinâmico, a água com o sistema físico e biótico. E em terceiro uma característica

¹⁵ LANNA, A. E. *Gestão dos recursos hídricos*. In: TUCCI, Carlos E. M. (Org.). *Hidrologia: Ciência e aplicação*. Porto Alegre: Ed. da Universidade ABRH, 1997.

fundamental, em seu território se produz a interrelação e interdependência entre os sistemas físicos, bióticos e o sistema socioeconômico, formado por usuários das bacias, que são habitantes e interventores externos, até mesmo as características socioeconômicas e culturais são muito semelhantes.

O reconhecimento deste fato pelas organizações internacionais e tomadores de decisão no âmbito político dos países da América Latina, começa a se fortalecer e exercer pressão para o desenvolvimento de sistemas que levem em consideração os aspectos mencionados anteriormente. No entanto sabe-se também que o tema de gestão integrada e ordenada da água ainda não faz parte das preocupações de muitos governos, a não ser que sejam afetados politicamente.

2. Gestão integrada

Para fazer um planejamento de gestão ambiental vinculado com desenvolvimento regional, segundo a abordagem de Sachs (1986), primeiro é necessário um aprofundamento do conhecimento das culturas e dos ecossistemas; segundo, o próprio envolvimento das populações locais no processo de planejamento que, enquanto pessoas diretamente interessadas, seriam os elementos responsáveis por identificar as necessidades, transmitir o conhecimento acumulado da sociedade e do ambiente e decidir sobre compensações entre usos alternativos de recursos e distribuição de ganhos; terceiro, busca um aparelhamento institucional que viabilize o estabelecimento de um esquema de mercado que ofereça termos de troca relativamente justos e proporcione acesso a certos recursos críticos impossíveis de obter localmente, busca essa que parece ser o maior empecilho à implementação de estratégias. (SACHS, 1986)

Assim, as conclusões da Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente em Dublin - ICWE (1992), assim como a Agenda 21, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), enfatizam ações urgentes e necessárias para redirecionar o uso dos recursos hídricos (capítulo 18-

Agenda 21) em uma direção de sustentabilidade. Essa busca do desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de recursos hídricos, visando solucionar os conflitos resultantes do uso intensivo da água em função do crescimento econômico e populacional, que tem provocado mudanças institucionais, jurídicas e administrativas em todo o mundo.

Outro fator relevante para impulsionar a tomada de decisão é a necessidade de melhorar a gestão e o aproveitamento da água para enfrentar a crescente concorrência entre os seus usos múltiplos, em particular devido ao incremento da demanda de água em grandes concentrações urbanas, assim como na irrigação e geração de energia elétrica como destaca Dourojeanni (2002). Estes problemas são ainda agravados pela questão da contaminação, efeitos naturais externos, (excesso de chuvas, secas - mudanças climáticas) que acabam por influenciar também na saúde e bem estar da população, acarretando perda na qualidade de vida, um dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Para Jouravlev (2001), na América Latina, apesar das diferenças dos países, as reformas têm algumas características comuns, tais como: o estabelecimento de um sistema administrativo baseado na gestão integrada¹⁶ dos recursos hídricos; a percepção da administração da água através de bacias hidrográficas; redução do papel do Estado, ou seja, dispensa da responsabilidade do Estado de ocupar-se com as funções de financiamento, execução e operação para assumir as funções de supervisão, fomento e regulação das atividades de terceiros; a descentralização de responsabilidade dos governos locais; a utilização de instrumentos econômicos e de mercado; a incorporação do setor privado e dos usuários na gestão e o aproveitamento de água.

¹⁶ CEPAL, 1994. "integrado" devem efetuar ações que permitam obter benefícios tanto no aspecto produtivo, como no aspecto ambiental, considerando toda dinâmica da bacia. (gestão integrada de bacias com fins de desenvolvimento = aproveitamento de bacias com fins de crescimento econômico + manejo de bacias com a finalidade de obter a sustentabilidade ambiental).

Jouravlev (2001), coloca que a gestão integrada deverá favorecer simultaneamente o crescimento econômico, a equidade e a sustentabilidade ambiental, via transformação produtiva, prestação de serviços sociais e conservação de recursos naturais. Estes 3 objetivos sobre tudo em curto prazo, são muito conflitivos entre si e se afetam mutuamente. Estes conflitos se originam devido a que para alcançar o ótimo global, cada um deve sacrificar seu ótimo parcial e isto somente é possível através de muita negociação. A falta de conhecimento sobre o real valor e sobre indicadores comuns para valorizar os três objetivos, é a principal barreira para se obter êxito nas negociações e alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Nos estudos da Cepal (1994), a gestão integrada de bacias tem como fim favorecer o desenvolvimento sustentável desde o momento em que, com este processo de gestão se busca conciliar o aproveitamento dos recursos naturais da bacia¹⁷, assim como, manejar os recursos com fins de evitar conflitos e problemas ambientais, e a equidade pode ser atingida mediante o processo de decisão com participação dos diferentes agentes de decisão.

Temos ainda segundo Jouravlev (2001), que os objetivos da gestão integrada de bacias e o desenvolvimento regional são equivalentes. Tendo por finalidade fundamental o desenvolvimento sustentável dentro de uma região definida. No entanto salienta-se a seguinte diferença: no enfoque por bacias é necessário determinar o potencial de uso dos recursos naturais, com a tecnologia conhecida (oferta) para fixar metas de crescimento econômico e equidade. No enfoque por regiões é necessário determinar as necessidades de crescimento econômico (demandas) para fixar metas de sustentabilidade ambiental e equidade.

Entende-se hoje que os dois enfoques devem ser complementares e que devem chegar ao mesmo objetivo, crescimento econômico, socialmente eficiente e com sustentabilidade ambiental.

A tabela 3 representa uma matriz que estabelece a relação entre as etapas de gestão e os objetivos da gestão: (a)

¹⁷ Crescimento econômico, transformação produtiva.

aproveitamento e manejo integrado, (b) aproveitamento e manejo de todos os recursos naturais, (c) aproveitamento e manejo do solo e água.

Quanto às etapas: (1) estudos, formulação de planos e projetos, (2) etapa de investimento para a habilitação de bacias com fins de aproveitamento e manejo de seus recursos naturais, (3) etapa de operação e manutenção de obras construídas, manejo e conservação dos recursos e elementos naturais.

Portanto há necessidade de um modelo de gerenciamento capaz de congrega todos esse aspectos, argumenta Lanna (1994)¹⁸; trata-se do modelo de gerenciamento da bacia hidrográfica, que se caracteriza pela criação de uma estrutura sistêmica, na forma de uma matriz institucional de gerenciamento, responsável pela execução de funções específicas e pela adoção de três instrumentos principais.

Instrumento 1 – planejamento estratégico por bacia hidrográfica – baseado no estudo de cenários alternativos futuros, estabelece metas alternativas específicas de desenvolvimento integrado do uso múltiplo e de proteção do ambiente no âmbito de uma bacia hidrográfica. Vinculados a essas metas, são definidos prazos para concretização, meios financeiros e os instrumentos legais requeridos.

Instrumentos 2 – tomada de decisão através de deliberações multilaterais e descentralizadas – baseada na constituição de um colegiado no qual participem representantes de instituições públicas, de instituições privadas, usuários, comunidades e de classes políticas e empresariais atuantes na bacia. Esse colegiado tem a si assegurada a proposição, a análise e a aprovação dos planos e programas de investimentos vinculados ao desenvolvimento e à proteção ambiental da bacia.

Instrumento 3 – estabelecimento de instrumentos legais e financeiros necessários à implementação de planos e programas de investimento – tendo por base o

¹⁸ LANNA, A.E.; CÁNEPA, E. M. (1994), ... implica o fomento, a articulação e a coordenação dos programas que sejam necessários para atender a necessidades e oportunidades de curto e longo prazos, e não apenas a implementação de programas setoriais não integrados e de caráter transitório.

planejamento estratégico e as decisões, serão estabelecidos os instrumentos legais pertinentes e as formas de captação de recursos financeiros necessários para implementação das decisões.

Ainda segundo Lanna (1994), o terceiro instrumento requer a implementação de instrumentos legais especificamente desenvolvidos para a bacia; a outorga do uso da água, incluindo os lançamentos de resíduos; a cobrança de tarifas pelo uso da água ou pelo lançamento de resíduos, instrumento usado para gerar recursos para investimento na bacia e estimular o uso racional da água; e o rateio do custo das obras de interesse comum entre seus beneficiários, promovendo a justiça social e fiscal.

Manejar uma bacia significa atuar de forma coordenada sobre os recursos naturais, a fim de recuperar, proteger e conservar e exercer o controle sobre a descarga de água captada na bacia, observando a quantidade, qualidade e tempo enfatisa Lanna (1994). Assim esses aspectos acabam por interferir diretamente no desenvolvimento regional da região, indicando a relevância do planejamento regional integrado de bacias hidrográficas.

Todos os países da América Latina e Caribe enfrentam desafios constantes, no que implica a necessidade de encontrar fórmulas de legislação e organização capazes de prevenir e solucionar os conflitos crescentes pelo uso da água e pela ocorrência de fenômenos naturais extremos. Muitos debates e reuniões tem ocorrido sobre as questões da água, no entanto não existe ainda um rumo definido, nem teórico nem conceitual, como consenso sobre as opções para melhorar a gestão da água.

As disponibilidades de água podem ser inicialmente aproveitadas para o suprimento de demandas específicas de um projeto ou setor. No entanto, um estágio mais avançado de desenvolvimento econômico, levará à pressões visando o atendimento a múltiplos propósitos. Para que situações dessa natureza sejam evitados, projetos de desenvolvimento regional, local ou setorial, contemple desde o início os diversos usos.

Nessa situação o gerenciamento integrado, possibilita adequar ou ampliar as disponibilidades hídricas com as diversas demandas. Amenizando os conflitos de uso

como: conflito de destinação de uso, conflitos de disponibilidade qualitativa/quantitativa. Contrapondo-se às vantagens, problemas do uso múltiplo integrado, são de caráter gerencial, porque exige estabelecimento de regras operacionais complexas para que a apropriação da água seja harmônica comenta Lanna (1997) . Além disso haverá necessidade de centralização das decisões. Frente a essa situação coloca-se como alternativa a gestão integrada dos recursos hídricos, podendo ser pensada também como uma possibilidade para as águas transfronteiriças.

3. A América e os povos

Desde o primórdio dos tempos o homem é conhecido pelo seu ímpeto e pela sua curiosidade, a beleza de sua existência e a sua maldade está na descoberta e na conquista. Assim o homem parte para desbravar novas terras, construindo e muitas vezes destruindo, aprendendo novas culturas e impondo as suas. É desta forma que a América é descoberta e colonizada, porém quando aqui chegam os portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, encontram um povo “diferente”, com outros hábitos, cultura, religião e meio de vida.

A descoberta das terras Americanas pelos europeus inicia por volta do ano 1000, com a chegada do navegador viking Norueguês da Islândia, Leif Erikson ao Canadá. Sete anos antes seu pai Erik, o Vermelho chegou a Groelândia em 983 dc.¹⁹ A América é o último continente pisado pelo homem que tem como a África o berço de sua espécie.

Seguindo a história das Américas aparece a cultura Maia de Yucatan que tem seu auge em 300 – 900 dC. O império Asteca expande-se no planalto mexicano de 1300 até sua destruição pelo espanhol Hermán Cortez. Neste período o império Inca conquista o Equador, terras altas do Peru e Bolívia, até o norte do Chile e noroeste da Argentina, quando começa a descer à Amazônia (vale do Mamoré) é aniquilado pelo espanhol Francisco Pizarro. O império Asteca conta com 25 milhões de

¹⁹ Os dados e a cronologia foram baseados na publicação do Atlas Histórico, Isto é Brasil, 500 anos. 1998.

habitantes em 1519, sua capital Tenochtitlán, tem 200 mil habitantes é maior que Roma ou Constantinopla. Nessa época toda a Europa tem 50 milhões de habitantes.

Outro povo a habitar a América é o Índio, assim chamado devido ao equívoco de Colombo quando chegou a América pensando ter chegado à Índia. Estes formam de mil a 3 mil povos diferenciados, com línguas e dialetos diferentes, vivem da caça e coleta, alguns dominam a agricultura e a cerâmica.

A formação da fronteira no Prata se caracterizou por dividir sociedades e culturas diferentes e principalmente pela difícil aceitação da colonização pelos índios. As nações indígenas como a *Charrua*, a *Minuano*, a *Pampa* e a *Araucana*, *Incas*, *Maias* e *Astecas*, lutavam contra a dominação e resistiam a cultura européia. Já a comunidade *Guarani*, foi mais dócil e constituiu as comunidades missionárias das reduções Jesuíticas. Desta forma fortes conflitos demarcaram este período de formação de fronteiras.

Entende-se aqui fronteiras como uma divisão de territórios, uma busca incessante pela localização dos limites dos futuros Estados.

Para Reichel e Gutfreind (1995, p.3)²⁰, a fronteira quando associada à guerra é entendida como uma linha que divide, separa grupos, sociedades e domínios político-administrativo. Define a posse de um território.

Na América Latina, a bacia do rio da Prata foi o palco de lutas e conflitos entre diversos Estados pela posse de territórios e demarcações de limites. O conceito destes termos segundo o pensamento de Neves²¹, (1976), se diferenciam no tempo.

O conceito de limite está vinculado ao conceito de território de um Estado. O território é conceituado como ‘ a porção do globo terrestre dentro da qual o Estado exerce as suas competências’. ... os limites constituem-se portanto, de linhas do espaço até onde se exerce a função do Estado. (...) A fronteira não é um conceito linear. É pelo contrário, um conceito bidimensional: um espaço, zona ou faixa de território. Mas essa

zona ou faixa espacial não tem um limite geográfico e se define mais por seus atributos sócio-econômicos do que por sua realidade física. (...) Portanto, a fronteira é o espaço que se posiciona na frente de um outro. (NEVES, 1976, cap.II s/p).

Dessa forma entende-se que no período colonial, a fronteira era a linha divisória entre territórios, muitas vezes demarcada por rios, ou pela capacidade de povoamento. Também podendo ser indicada como espaço de aproximação e integração da população.

Como explica Padoin (2001)²² os espanhóis são os primeiros europeus a tentar fixar-se em terras platinas, fundando Buenos Aires em 1536 (Pedro de Mendoza), no entanto esta foi semidestruída pelos indígenas. Mais tarde em 1537 surge a cidade de Assunção, localizada em território Guarani e em 1573 Santa Fé. Novamente Buenos Aires é erguida em 1580. A colonização concentra-se em áreas próximas aos rios e assim forma um maior desenvolvimento urbano, deixando para os índios o interior, pois estes dominavam os caminhos e as matas.

A partir do final do século XVII e início do século XVIII iniciou-se uma crescente diferenciação da região, bem como de sua população. No aspecto econômico deu-se o interesse pela caça do gado bovino e cavalar pelos espanhóis, portugueses, índios charruas e missionários para extração do couro e sebo e para tração. O contato ocasionado entre esses povos determinou mudanças sociais e culturais, especialmente entre os naturais da terra. (PADOIN, 2001, p. 16)

A partilha de terras sempre foi acompanhada de conflitos, na América do Sul não foi diferente, a competição entre Portugal e Espanha pelo espaço platino resultou em grandes disputas. A começar pelo Tratado de Tordesilhas, firmado por espanhóis e portugueses em 1494, com autorização da Igreja e que se tornou alvo de divergências. A parte oriente fica para Portugal e a parte ocidente para a Espanha. Com esta delimitação corta a América do Sul à altura da atual cidade de Laguna (SC),

²⁰ REICHEL, Heloisa J., GUTFREIND I. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

²¹ NEVES, Gervásio. *Fronteira gaúcha*. Tese de Livre Docência, UFMG. Belo Horizonte, 1976.

²² PADOIN, Maria M. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

ficando todo restante do Rio Grande do Sul atual, a área do Prata para a Espanha.

Segundo Reichel e Gutfreind (1996)²³ a relevância do rio da Prata estava na via de acesso a Potosí, centro minerador, e pela possibilidade de navegação, a qual facilitava o comércio.

Durante o século XVI, alguns fortes e núcleos de povoamento dos espanhóis foram formados, a fundação de Assunção (1537). Pelo lado português destaca-se a expedição de Martin e Pero Lopes de Souza ao rio da Prata em 1531.

Durante o século XVIII, coloca Padoin (2001) as reformas dividiram o *Virreinato Del Peru* em três: *Virreinato de la Viena Granada* (1717 e 1739), que compreendia os atuais territórios da Venezuela, Colômbia e Panamá; *Virreinato Del Rio de la Plata* (1776), que compreendia os territórios do Chile, Argentina e Bolívia e o *Virreinato Del Peru* que hoje são o Peru e Equador. A fundação de outras cidades durante a primeira metade do séc. XVI, como La Plata (Sucre) em 1538, La Paz (1548), Cochabamba, Santa Cruz e Tarija, formaram as bases do assentamento espanhol na Bolívia. Em 1559 se cria a Audiência de Charcas com sede na cidade de La Plata, sendo o principal centro político e administrativo da colônia.

Já no ano de 1580 ocorre a segunda fundação de Buenos Aires por Juan de Garay e também a união das Coroas ibéricas, dessa forma fortalecendo e incentivando a ocupação da região platina que no século XVII se intensifica.

Após o término da união das Coroas em 1676, Portugal consegue que o Papa Inocêncio II apresente uma Bula estabelecendo a jurisdição do bispado do Rio de Janeiro até o rio da Prata. Assim Portugal ganha força e funda em 1680 a Colônia do Sacramento em frente a Buenos Aires²⁴.

²³ REICHEL, Heloisa J., GUTFREIND I. As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

²⁴ Vale recordar que antes das reformas do século XVIII, o império espanhol considerava a região do rio da Prata como periférica, sem valor e de pouco atrativo. Sua posição geográfica representava uma permanente ameaça a integridade da política colonial espanhola, pois era a principal rota de contrabando britânico e holandês, via Colônia do Sacramento e em

Por outro lado os espanhóis estimulam os jesuítas, e estes, criam os Sete Povos das Missões, localizados à margem esquerda do rio Uruguai, em terras do atual Rio Grande do Sul.

A partir desse momento acirra-se a disputa entre espanhóis e portugueses tendo como motivos o controle integral da margem setentrional do rio da Prata e a obtenção do domínio sobre as terras das campanhas da Banda Oriental e das que futuramente viriam a ser o território do Rio Grande do Sul. Os portugueses fundam então os fortes de Santa Tereza e de São Miguel e mais tarde a cidade de Rio Grande²⁵ em 1737²⁶.

Enquanto isso os espanhóis fundam Montevideu²⁷ em 1723, e Maldonado em 1757, junto ao rio da Prata, o objetivo era dificultar a penetração dos portugueses.

A grande disputa em torno da colônia do Sacramento acaba por estimular a ocupação das terras do Uruguai e do Rio Grande do Sul. Os índios são expulsos e são trazidos os colonos imigrantes para fazer a ocupação da zona fronteira.

Portugal e Espanha decidem então, por via diplomática definir os seus limites assinando o Tratado de Madrid²⁸ em 1750. Este passou a Colônia do Sacramento, até então portuguesa para o domínio espanhol enquanto as terras onde se localizavam os

cumplicidade com Portugal. Buenos Aires não podendo comerciar diretamente com a metrópole através do seu porto, acabava tendo altos custos nos produtos vindos do Peru, o que a fez burlar as formas oficiais e de certa forma acabou contribuindo para a interiorização do comércio através do contrabando. O apoio da Coroa na defesa da região e para seu desenvolvimento foi quase inexistente nesta época. Posteriormente devido as necessidades políticas e para garantir sua dominialidade a Espanha permite que o porto de Buenos Aires comercialize diretamente com o Brasil e Inglaterra. Ver a respeito Miron Burgin, Aspectos econômicos Del federalismo argentino. Buenos Aires, Solar-Hachette, 1969.

²⁵ A cidade de Rio Grande teve sua origem no forte de Jesus Maria José.

²⁶ REICHEL, Heloisa J., GUTFREIND I. *As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

²⁷ Observa-se aqui que Padoin, 2001, identifica a fundação de Montevideu no ano de 1727. (p.18) E que Reichel, 1996, usa no texto a data de 1723 (p.65) e na relação cronológica que faz o ano é o de 1724.

²⁸ Mais conhecido como o Tratado da Permuta.

Sete Povos das Missões passaram para domínio português. Devido a pouca aceitação por parte dos índios e pela população colonial cria-se um grande conflito, desencadeando a Guerra Guaranítica (1754 a 1755).

Em 1777 foi assinado o Tratado Preliminar para delimitação das zonas portuguesas e espanholas da América do Sul, posteriormente seguido do Tratado de Santo Ildefonso. Como coloca Reichel e Gutfreind (1996) Portugal então renuncia à navegação dos rios da Prata e Uruguai e às terras adjacentes nas suas margens setentrional e meridional, e coloca sob a posse da Espanha a Colônia do Sacramento, a ilha de São Gabriel e os Sete Povos das Missões. Em troca, a Coroa portuguesa recebe os direitos exclusivos de navegação e entrada no Rio Grande de São Pedro, com o domínio da parte meridional até o arroio Taim.

Em maio de 1809 a rebelião em Chuquisaca encabeçada por Bernardo Monteagudo, Jaime Zudanez e outros; em La Paz, Pedro Domingo Murillo (Julio de 1809) e em Cochabamba (setembro de 1816), unindo-se outras províncias de Charcas deram início a emancipação e independência da Bolívia, concluída apenas em 6 de agosto de 1825, na assembléia convocada por Mariscal Antonio José de Sucre e Dr. Cassimiro Olañeta, proclamaram então a República da Bolívia com a capital Sucre. Nomearam Bolívar como primeiro presidente, o qual ficou conhecido pelo apelido de “libertador”²⁹.

No século XIX, as fronteiras começam a ser delineadas com suas formas definitivas, em 1809 o Rio Grande do Sul ganha seus contornos atuais, e criam-se os primeiros municípios, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha³⁰. Enquanto isso em 1810 a Espanha identifica o término do domínio colonial. E em 1811 acontece a primeira tentativa de independência do Paraguai, mas essa só ocorre legitimamente em 21.10.1813 com a proclamação de uma constituição Republicana. Em seguida, 1816 o Congresso

²⁹ Texto encontrado em

<http://www.solobolivia.com/historia/bolivia/repub.shtm> acessado em 27/11/2003.

³⁰ PEREGALLI, Enrique, *Como o Brasil ficou assim?* Global. São Paulo, 1982.

de Tucumán declara oficialmente a independência da Argentina.

Portugal invade a Banda Oriental, e esta em 1821 torna-se Província Cisplatina, do império luso na América. Após a independência do Brasil em 1822, a Cisplatina é mantida como Província Império brasileira. Assim originando mais conflitos entre Brasil, Argentina e Uruguaios. E somente em 1828 a Província Cisplatina constitui-se em República Oriental do Uruguai. (RAPOPORT, 1998, p.116)³¹

Desta forma, visualiza-se nos Tratados a grande importância para a formação e estruturação da Região Platina. Através da peculiaridade indicada pelo comércio e pela evolução das idéias sociais, observa-se um caráter nacional distinto às fronteiras, aos limites e à história de cada estado-nação, no entanto a evolução e a trajetória que envolvem a região platina se confundem e parecem não ter uma divisão, quando se analisa os aspectos econômicos como o modo de produção, a pecuária, o trabalho e as ocupações de terras. Também fica claro a relevância das águas e suas veias, ora como meio de transporte, como defesa, como alimento e como divisão de territórios. A grandiosidade está na construção de uma sociedade livre, independente e com cultura própria, mas que utilize a sua fronteira como meio de conhecimento, integração e cooperação.

4. Mercosul

A criação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), estabelecido pelo *Tratado de Assunção*, de 26/03/91, e reafirmado pelo *Protocolo de Ouro Preto*, de 17/12/94, resulta de um longo processo de negociação e aproximação entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai³².

A criação da ALADI (Associação Latino-americana de Integração), em substituição à ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), em 1980,

³¹ RAPOPORT, Mario. CERVO, Amado L. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora UNB, 1998.

³² Tratado de Assunção, Protocolo de Ouro Preto, Protocolo de Brasília, Protocolo de Olivos disponível em www.mercosur.org.uy Acessado em Setembro de 2002.

foi parte do processo de integração latino-americana. A integração Brasil-Argentina, antecedente imediato do Mercosul, foi impulsionada por três fatores principais: a superação das divergências geopolíticas bilaterais; o retorno à plenitude do regime democrático nos dois países; a crise do sistema econômico internacional³³.

Uma série de acordos bilaterais precederam o Mercosul, a começar pela "Declaração de Iguazu", firmada pelos Presidentes Sarney e Alfonsín em 30/11/85, buscava a integração em diversas áreas, técnica, econômica, financeira, comercial, e estabelecia as bases para a cooperação no campo do uso pacífico da energia nuclear³⁴.

Em 20 de julho de 1986, foi assinada a "Ata de Integração Brasileiro-Argentina", que estabeleceu os princípios fundamentais do "Programa de Integração e Cooperação Econômica" – PICE³⁵. O objetivo do PICE foi o de propiciar a formação de um espaço econômico comum por meio da abertura seletiva dos mercados brasileiro e argentino³⁶. Posteriormente em 1988, veio o "Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento", cujo objetivo era constituir, no prazo máximo de dez anos, um espaço econômico comum por meio da liberalização integral do comércio recíproco³⁷.

Em 06 de julho de 1990, Brasil e Argentina firmam a "Ata de Buenos Aires", mediante a qual fixam a data de 31/12/94 para a conformação definitiva de um

³³ Centro de Integração do Mercosul. *A história do Mercosul*. Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária, 1999.

³⁴ CEDEP - Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata - Cronologia do Mercosul / UFRGS- www.cedep.ifch.ufrgs.br. Acessado 2002 a 2004.

³⁵ Todas as datas citadas referentes ao Mercosul, estão baseadas em CEDEP - Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata - Cronologia do Mercosul / UFRGS- www.cedep.ifch.ufrgs.br. Acessado 2002 a 2004.

³⁶ www.mercosur.org.uy Acessado em Setembro de 2002.

³⁷ O Tratado previa a eliminação de todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de bens e serviços. Foram assinados 24 Protocolos em diversas áreas, sendo que os de natureza comercial foram posteriormente consolidados em um único instrumento: o Acordo de Complementação Econômica nº 14, da ALADI.

Mercado Comum entre os dois países. Em agosto de 1990, Paraguai e Uruguai são convidados a incorporar-se ao processo integracionista, tendo em vista a densidade dos laços econômicos e políticos que os unem a Brasil e Argentina. Como consequência, é assinado, em 26 de março de 1991, o "Tratado de Assunção para Constituição do Mercado Comum do Sul" e, constitui, juntamente com o Protocolo de Brasília, de 1991 e o Protocolo de Ouro Preto, de 1994, os principais instrumentos jurídicos do processo de integração³⁸.

O Tratado de Assunção constitui, um Acordo-Quadro, na medida em que não se esgota em si mesmo, mas é continuamente complementado por instrumentos adicionais, negociados pelos quatro Estados Partes em função do avanço da integração. Já o Protocolo de Brasília, estabelece o sistema de solução e controvérsias do Mercosul, através de três mecanismos extrajudiciários de solução: a negociação, a conciliação e a arbitragem. Posteriormente atualizado pelo Protocolo de Olivos em 18 de fevereiro de 2002, que estabeleceu modificações no sistema de solução de controvérsia de maneira a consolidar a segurança jurídica do Mercosul.

O Protocolo de Ouro Preto ou "Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul", assinado em dezembro de 1994, dá ao processo de integração o perfil completo de uma União Aduaneira³⁹. A partir de sua assinatura, durante a Cúpula de Ouro Preto, passa a contar com uma estrutura institucional definitiva para a negociação do aprofundamento da integração em direção ao ambicionado Mercado Comum⁴⁰.

³⁸

www.brasil.org/mercosulprotocolo_Ouro_Preto.htm//www.sice.oas.org/trade/mrcsr/ouro/index.asp

³⁹ União Aduaneira - proíbe a aplicação de tarifas ou outras barreiras comerciais entre seus membros, além disso, harmoniza as políticas comerciais em relação ao resto do mundo. Estabelece a TEC (tarifa externa comum). Ex: UE - 1957, União Européia Zollverein - 1834, Alemanha.

⁴⁰ 17/1/1994 Os países do Mercosul acolheram a Bolívia como sócio observador, que poderá participar dos subgrupos de trabalho sobre meio ambiente e transporte terrestre.

Conforme Ventura 2003⁴¹, o organograma do Mercosul é formado pelos seguintes órgãos com poder decisório:

Conselho do Mercado Comum (CMC): é o órgão superior do Mercosul, ao qual incumbe a condução política do processo de integração.

Grupo Mercado Comum (GMC): é o órgão executivo do Mercosul, integrado por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, Economia e Bancos Centrais dos Quatro.

Comissão de Comércio (CCM): órgão assessor do GMC cumpre o papel de velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial acordados pelos Estados Partes para o funcionamento da União Aduaneira.

Órgãos consultivos são formados pelas Reuniões de Ministros, Comissão Conjunta Parlamentar, Fórum Consultivo Econômico e Social. Posteriormente temos os Subgrupos de Trabalho (SGTs) que são órgãos de assessoramento do GMC, os SGTs dividem-se por temas. O SGT nº. 6 é responsável pelo tema Meio Ambiente. Em seguida tem-se as Reuniões Especializadas, são órgãos de assessoramento do GMC, funcionam como os SGTs. Os Grupos *Ad Hoc* foram criados pelo GMC para tratamento de algum tema específico. Por fim temos os Comitês Técnicos (Cts) que são órgãos de assessoramento da CCM, dividem-se de acordo com os temas tratados.

O Mercosul sendo um bloco econômico, formado por quatro países, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, os quais fazem parte, juntamente com a Bolívia dos limites da Bacia do Prata, tem uma grande responsabilidade nas questões ambientais e percebe-se a importância das relações e decisões que venham a ser estabelecidas internamente ou entre estes Estados-membros, principalmente focando ações que visam a atender os anseios da proteção ambiental, e que resultarem em atitudes de utilização e proteção dos recursos hídricos.

⁴¹ Transcrito da Tabela 4 - O organograma do Mercosul. Localizado no anexo 3, página 675 e pgs 86 à 92. VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma associação inter-regional*. Barueri, SP: Manole, 2003.

Observa-se ainda a grande importância da Bacia para o desenvolvimento das regiões banhadas por suas águas, seja no aspecto produtivo, como meio de produção, geradora de energia, ou outro uso de suas águas, entendendo ser de maior importância sua preservação e correta gestão de suas capacidades.

Assim, é relevante fazer uma breve explanação de como o Mercosul desenvolve as questões ambientais.

5. Mercosul e Meio Ambiente

As diretrizes do Mercosul estabelecidas em 1991, pelo Tratado de Assunção, compreendem, de forma geral, a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros, a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os seus membros e a harmonização das suas legislações, não se vislumbrando qualquer menção a aspectos de natureza ambiental.

Entretanto, nota-se que no Tratado de Assunção a questão ambiental é superficialmente abordada, tendo-se estabelecido que a integração econômica deverá ser alcançada mediante o aproveitamento eficaz dos recursos disponíveis e a preservação do meio ambiente. No entanto não existe nenhum capítulo exclusivo sobre meio ambiente. Isto se deve ao fato de que as questões de natureza ambiental, no momento de construção do tratado não foram discutidas de forma aprofundada ou no máximo estão em processo de discussão interna em seus Estados-Partes.

Assim, variável ambiental foi discutida pela primeira vez 1992, na cidade de Canela, ocasião em que se estabeleceu a posição de cada participante do Mercosul no que tange a questão ambiental, levando-se em conta a realidade sócio-econômica de cada país.

A Declaração de Canela, originada a partir deste evento incorpora diversas metas ambientais a serem perseguidas pelos Estados-Partes, podendo citar dentre elas, a proteção da atmosfera, diversidade biológica, degradação dos solos e desertificação, florestas, recursos hídricos, resíduos tóxicos e perigosos, recursos

financeiros e comércio internacional. Neste contexto foi criada a Reunião Especializada de Meio Ambiente (REMA), da qual participaram representantes de todos países membros do Mercosul, com objetivo de formular ao Grupo do Mercado Comum, recomendações que assegurem uma adequada proteção do meio ambiente no processo de integração regional.

Além de exercer este papel as REMAs foram incumbidas de analisar as legislações ambientais de todos os países membros do Mercosul, cabendo as mesmas contribuir para o estabelecimento de condições adequadas de competição, no tocante a matéria ambiental não somente entre os Estados-Partes mas entre o Mercosul e outros países ou blocos.

Dentre as tarefas atribuídas à REMA estão: a) a harmonização ou diminuição das restrições não-tarifárias; b) regras que assegurem adequada competitividade, com análise de custo ambiental e do custo total do processo produtivo; c) implementação da Série ISO-14.000 – gestão ambiental, como fator favorável de competitividade dos produtos oriundos do Mercosul no mercado internacional; d) documento único que otimize níveis de proteção ambiental no Mercosul; e) criação de um sistema de informação ambiental; f) criação do selo verde Mercosul.

Na terceira REMA, foi aprovado o documento “Diretrizes Básicas em Matéria de Política Ambiental”, posteriormente transformada na resolução 10/94 do Grupo Mercosul Comum, do qual constam as Diretrizes Básicas da harmonização da legislação ambiental dos Estados-Parte, adoção de políticas de proteção do meio ambiente, aproveitamento dos recursos naturais renováveis, elaboração e Estudos de Impacto Ambiental (EIA), revelando-se um importante instrumento para inserção da variável ambiental no processo de integração econômica entre os países⁴².

A quinta REMA, realizada em Montevideo, no mês de novembro de 1994, discutiu a importância de manter uma

⁴² A aplicação das diretivas como forma harmonização das legislações, podem ser destacadas no documento “Diretrizes Básicas em Matéria de Política Ambiental”³⁸ (REMA/REC/nº1/94), norteador das políticas ambientais a serem implementadas pelos países integrantes do Mercosul.

instituição que trate de questões ambientais, o que foi concretizado, após a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, com a Decisão nº1/95 do Conselho do Mercado Comum e a Resolução 20/95, do Grupo do Mercado Comum, que criou dez Subgrupos de Trabalho, entre eles o SGT-6, específico para assuntos relativos ao meio ambiente⁴³.

O Sub-Grupo nº 06, é composto por representantes de todos os países membros, e as reuniões não são realizadas com frequências fixas. Dentre os principais temas analisados pelo Sub-Grupo pode-se citar, a elaboração de um instrumento jurídico contemplando a matéria ambiental no Mercosul e a identificação de medidas de natureza ambiental que possam configurar possíveis barreiras ao comércio.

Diante do exposto pode-se concluir que as regras visando a harmonização das legislações ambientais dos Estados-Partes passarão a existir gradativamente como fator essencial ao processo de integração.

A I Reunião de Ministros do Meio Ambiente realizada em 21.06.1995, na cidade de Montevideo, quando foi assinada a Declaração de Taranco⁴⁴, na qual os signatários do Tratado de Assunção concordaram com a uniformização de suas normas e legislações ambientais. E, na 2ª Reunião de Ministros de Meio Ambiente do Mercosul, realizada em Brasília, em 08 de novembro de 2004, ficou estabelecido a criação de um grupo de estudo para verificar as diferenças nas leis ambientais dos Estados-parte e tentar buscar uma

⁴³ 19/9/1994 É firmado acordo estabelecendo o Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM).

⁴⁴ Conforme Cronologia do Mercosul, disponível em www.cedep.ifch.ufrgs.br. Em 21/6/1995 Firmada durante a 1ª Reunião de Ministros do Meio Ambiente do Mercosul, a Declaração de Taranco que se ocupa da legislação e normas gerais, ecossistemas comuns, coordenação de posições em acordos internacionais e custos ambientais de processos produtivos.

harmonização das regras⁴⁵, e da elaboração do GEO- Mercosul^{46, 47}.

Na data de 13/2/1995, entra em vigor o Acordo de Transporte Fluvial da Hidrovia Paraguai-Paraná (Acordo de Santa Cruz de la Sierra), subscrito no marco da Associação Latino-americana de Integração (Aladi). O acordo garante a igualdade de direitos, de tratamento e de condições de transporte aos armadores dos países signatários, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Em 1996, Brasil e Argentina assinaram acordo de cooperação em matéria ambiental. Em 1997, aconteceu em Montevideo, o ajuste complementar ao Acordo de Cooperação entre Brasil e Uruguai para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí⁴⁸.

De 1995 à 2000 há apenas uma resolução do GMC (7/98)⁴⁹, que trata da

⁴⁵ A harmonização de regras conforme exposto nos discursos e na Ata nº02/04, não pressupõe uma padronização por igual em todos os Estados-membros, mas sim, uma busca por um equilíbrio e semelhança com respeito as particularidades de cada país, atentando para um processo justo, que não venha a prejudicar as relações internacionais, mas que colabore para a proteção e preservação do meio ambiente. Ata nº 02/04 encontrada em http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=2&id_menu=623&id_conteudo=1710

⁴⁶ GEO Mercosul - Documento, elaborado pelo Pnuma - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, tem como objetivo subsidiar tomadores de decisão dos governos com informações sócio-econômico-ambientais tem uma previsão de custo de US\$ 60.000. E Por ocasião dos 20 anos do informe da Comissão Brundtland “Nosso Futuro Comum”, em 2007, o PNUMA pretende publicar o 4º Informe Perspectivas do Meio Ambiente Mundial (GEO-4).

⁴⁷ Resolução 10/94 do GMC que aprovou o documento “Diretrizes Básicas em Matéria de Política Ambiental”, disponível em <http://www.mercosur.org.uy/>, acesso em 14 de jan. 2002.

⁴⁸ II ENCONTRO das ÁGUAS. - Fórum Internacional de Recursos Hídricos: aspectos jurídicos, políticos e institucionales.- 15 al 18 de junio de 1999.- Dr.Gastón Casaux .

⁴⁹ GMC/RES/7/1998, de 08 de maio 1998, que resolve incluir o tema “emergências ambientais” no programa de trabalho do Subgrupo de Trabalho nº 6, buscando prevenir desastres ambientais, NORMATIVA MERCOSUL. Disponível em <http://www.mercosur.org.uy/>, acesso em 14 de jan.

questão da proteção das águas no Mercosul. Desta forma percebe-se que além das “Diretrizes Básicas em Matéria de Política Ambiental”, das “Emergências Ambientais”, do “Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional em Matéria de Ilícitos Ambientais”, que também dizem respeito às questões relacionadas a preservação das águas, pode-se dizer que no Mercosul prepondera os acordos bilaterais ou multilaterais entre os Estados-membros, destacando-se, entre tantos, a construção da Hidrovia Paraná-Paraguai⁵⁰.

A XLVIII Reunião do Grupo Mercado Comum, celebrada em Brasília durante os dias 27 e 28 de novembro de 2002, aprovou o Programa de Trabalho do Sub-grupo de Trabalho nº 6 – Meio Ambiente para o ano de 2003.

Este programa compôs-se de sete pontos: 1) Sistema de Informação Ambiental – SIAM: administração e disposição de informações pelo SIAM, uma atividade de ação permanente; 2) Competitividade e Meio Ambiente: a) execução do Plano Operativo GTZ / MERCOSUL sobre Fomento e Gestão Ambiental e de produção mais limpa, b) elaboração de políticas e estratégias regionais de produção mais limpa, c) desenvolvimento de estudos de instrumentos econômicos que atuem positivamente na competitividade; 3) Gestão Integrada de Substancias e produtos Químicos perigosos: a) proposta de ação com bases nas prioridades regionais identificadas, b) proposta de identificação específica para substancias compreendidas em diferentes instrumentos internacionais dos quais os países sejam signatários; 4) Instrumentos e Mecanismos para a melhora da Gestão Ambiental: projeto de Acordo de Cooperação e Assistência em Matéria de Emergências Ambientais; 5) O Meio Ambiente como gerador de Oportunidades no Marco do Desenvolvimento Sustentável: intercambio de informações sobre experiências concretas de geração de emprego e oportunidades em setores

2001.

⁵⁰Hidrovia Paraná-Paraguai. , que possui 3.303 km de extensão e causará impacto em todo o ecossistema hidrológico da bacia do prata. Acesso em: 22 dez.2000, disponível em www.buscalegis.cj.ufsc.br/ambiental/artigos .

vulneráveis por meio de serviços ambientais que promovam o desenvolvimento econômico; 6) Temas Setoriais: identificação de pontos focais e contatos para a articulação com os Sub-grupos de Trabalho, em particular com os de Saúde, Indústria e Energia, e com a Comissão Parlamentar Conjunta – Mercosul Ambiental; 7) Acompanhamento da Agenda Ambiental Internacional: identificação de pontos focais e contatos⁵¹. Todos estes pontos continuam em discussão e em preparação de propostas.

No que se refere ao tema recursos hídricos, entende-se a grande relevância do tema, principalmente devido a estar ligado a todo ambiente devido ao próprio ciclo da água. Destacam-se as preocupações com a Aquífero Guarani e a necessidade de retomar a proposta feita pelo Brasil sobre Gestão Integrada de Recursos Hídricos apresentada ao SGT-6 em 2002. Ainda, o Uruguai propôs que em todos os projetos de gestão de recursos hídricos na região se obtenha a maior quantidade de produtos regionalizados, como exemplo o projeto da Bacia do Prata.

6. Tratado da Bacia do Prata

Conforme coloca Soares (2001)⁵², O Tratado da Bacia do Prata não encontra-se na relação da ONU, apesar de estar em vigor desde 1969, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Nele se assegura a institucionalização do sistema da Bacia do Prata, com a preocupação de assegurar sua preservação para as gerações futuras através da utilização racional dos recursos.⁵³

⁵¹ FREITAS JÚNIOR, Antonio de Jesus da Rocha. *Considerações acerca do Direito Ambiental do Mercosul Jus Navigandi*, Teresina, a.8, n.136, 19 nov. 2003. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto>. Acesso em: 2003.

⁵² SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades*. São Paulo: Atlas, 2001.

⁵³ Para demais informações sobre tratados e convenções internacionais sobre rios e bacias consultar - Convenção sobre a proteção e o uso dos cursos d'água transfronteiriços e dos lagos internacionais, Helsinque, 1966). Bem como, Conferência Internacional Sobre a Água e o Meio

A Bacia do Prata sofre grande diversidade ambiental, cultural, social e econômica. Assim, vislumbrando estes aspectos e entendendo a necessidade de cooperação além fronteira, resolvem os países banhados por suas águas, estabelecer um maior comprometimento com sua gestão. Surgem assim, acordos, declarações, reuniões que acabam por criar e desenvolver o Tratado da Bacia do Prata. Destacam-se os seguintes documentos⁵⁴:

1. Declaração Conjunta dos chanceleres da Bacia do Prata. Buenos Aires, 1967.

2. Ata de Santa Cruz de La Sierra, 1968.

3. Tratado da Bacia do Prata, Brasília, 1970.

4. Ata de Brasília, 1970.

5. Resolução nº 25, da Reunião dos chanceleres da Bacia do Prata, sobre aproveitamento de rios internacionais.

6. Estatuto do Comitê Intergovernamental Coordenador, Santa Cruz de La Sierra, 1968.

7. Acordo de Sede entre o Governo da República Argentina e o Comitê Intergovernamental Coordenador, Buenos Aires, 1973.

8. Regulamento da Reunião dos chanceleres da Bacia do Prata, Punta del Este, 1972.

9. Convênio constitutivo do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1974.

10. Acordo sobre imunidade, isenções e privilégios do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata)

11. Documento de Buenos Aires, 1974.

12. Acordo tripartite de cooperação técnico-operativo de Itaipu e Corpus, Presidente Stroessner, 1979.

13. Declaração de Buenos Aires, 1980.

Ambiente: O Desenvolvimento na Perspectiva do Século XX. WMO-Dublin, Irlanda (1992).

⁵⁴ Considerando que o assunto é de grande riqueza e vasto, neste momento, será dado ênfase somente ao entendimento sobre o Tratado da Bacia do Prata, não sendo possível analisar todos os documentos e acordos binacionais.

<http://www.iadb.org/intal/tratados/cuencaplata1.htm>.

O Tratado da Bacia do Prata começa a tomar forma em 1967, na 1ª Reunião de Chanceleres dos países da região, realizada em Buenos Aires⁵⁵. O Tratado representou o primeiro esforço para transformar a "fronteira de separação" em "fronteira de cooperação"⁵⁶, criando condições para um desejável diálogo político, possibilitando ao mesmo tempo, estabelecer programas e intenções de cooperação com vistas à integração física da região⁵⁷.

Desta forma estabeleceu-se o marco jurídico-diplomático que viria a ordenar o relacionamento entre os países da região e em torno da qual foram geradas e orientadas as condições que permitiram as futuras negociações.

O Tratado da Bacia do Prata foi assinado por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai em 23 de abril de 1969, em Brasília, quando da 1ª Reunião Extraordinária dos Ministros das Relações Exteriores dos países da Bacia do Prata, e entrou em vigor em 14 de agosto de 1970.

O Artigo I estabelece que, "as Partes convêm em conjugar esforços com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável"⁵⁸. Para tal fim, deverão promover, no âmbito da Bacia, a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação de entendimentos operativos e instrumentos jurídicos que estimem necessários. A Reunião de Chanceleres, criada pelo artigo II, é o órgão supremo do Tratado.

Como objetivos específicos, dentro da área de recursos hídricos, atenta para

⁵⁵ Várias informações e anotações foram extraídas da página

<http://www.iadb.org/intal/tratados/cuencaplata1.htm>.

⁵⁶ <http://www.oas.org/usde/plata/legalf.htm>.

⁵⁷ Segundo os textos das Atas, observa-se que uma das questões mais relevantes era o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná. Uma vasta documentação encontra-se disponível no Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata - CEDEP/ UFRGS- www.cedep.ifch.ufrgs.br

⁵⁸ Artículo I. Las partes contratantes convienen en mancomunar esfuerzos con el objeto de promover el desarrollo armónico y la integración física de la Cuenca del Plata y de sus áreas de influencia directa y ponderable. Tratado da Bacia do Prata disponible em www.cicplata.org.

facilitar a navegação, utilização racional da água com uso múltiplo equitativo, a preservação e o fomento da vida animal e vegetal, e a projetos de interesse comum relacionados com o inventário, avaliação e o aproveitamento dos recursos naturais da área. Ao todo são nove objetivos que incluem a educação, transportes e o desenvolvimento da indústria, fechando com a busca pelo conhecimento integral da Bacia⁵⁹.

Desta forma ao longo dos anos, diversos acordos, organismos e empreendimentos multilaterais foram sendo criados. O Sistema da Bacia do Prata como é conhecido é formado pelos seguintes órgãos:

³⁵₁₇ Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC)

³⁵₁₇ Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA)

³⁵₁₇ Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH)

O Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC)⁶⁰ foi criado, com o nome de Comitê Intergovernamental Permanente, pela Declaração Conjunta dos Chanceleres, durante a I Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata (Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai), em 27 de fevereiro de 1967, e reuniu-se pela primeira vez em 1º de junho de 1967. Seu Estatuto foi aprovado na II Reunião de Chanceleres, em 1968. Nos seus termos, o CIC "se destinará a promover, coordenar e acompanhar as ações multinacionais referentes ao melhor aproveitamento dos recursos da Bacia do Prata e ao desenvolvimento harmônico e equilibrado da região, com o fim de atingir os objetivos fixados pelos Chanceleres dos países da Bacia do Prata, nas reuniões celebradas para esse fim. Corresponderá ao Comitê centralizar o intercâmbio das informações que tenham relação com os objetivos enunciados e de quaisquer outras que os organismos nacionais especializados julguem pertinente" (artigo 1º).

⁵⁹ ANA – Agência Nacional das Águas. Bacias Brasileiras do Rio da Prata: Avaliações e propostas. Outubro de 2001.

⁶⁰ Conforme documentos publicados na Revista de Informação Legislativa Brasília a. 21 n° 81 jan/mar. 1984 – Suplemento.

O CIC é presidido, rotativamente, pelos representantes dos Estados-membros e conta com uma Secretaria Executiva, cuja sede fica em Buenos Aires e funciona de forma permanente. O cargo de Secretário Executivo é desempenhado por um representante do Estado membro, por rotação alfabética.

Pelo Tratado da Bacia do Prata (artigo 3º), os Chanceleres dos países signatários acordaram reconhecer o CIC como "o órgão permanente da Bacia, encarregado de promover, coordenar e acompanhar o andamento das ações multinacionais, que tenham por objeto o desenvolvimento integrado da Bacia do Prata. Promover assistência técnica e financeira, com o apoio dos organismos internacionais, bem como de executar as decisões dos Ministros das Relações Exteriores." O CIC constitui, ademais, a instância preparatória e de organização, inclusive logística, da Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata. Desta forma exerce a função de foro para a discussão de temas sensíveis no âmbito da Bacia do Prata e foro para a coordenação de projetos.

Na XVII Reunião dos Chanceleres, em 1987 é formado o Programa de Ações Concretas (PAC), para viabilizar projetos, nas áreas de intercâmbio de dados hidrológicos, controle da qualidade das águas da Bacia, conservação de solos, navegação e transporte fluvial, transporte terrestre e cooperação fronteiriça.

Os Estados membros concordaram em estabelecer grupos Técnicos para estudos e projetos nas seguintes áreas: Alerta Hidrológico, Qualidades das Águas, Conservação dos Solos, Cooperação Fronteiriça, Transportes Terrestres e Navegação Fluvial. Dentre os resultados obtidos, destaca-se a instituição de intercâmbio regular de dados hidrológicos entre os cinco países⁶¹. Os projetos eixo atuais são o Programa Marco, Base de dados Institucional e Mapa Digital⁶².

⁶¹ É necessário salientar que estes grupos técnicos são formados por integrantes de cada país, que passam a trocar informações. Os dados ainda são insuficientes, pois não são fornecidos conforme os estudos e coletas existentes em cada país. E em alguns países como Paraguai, os dados são bem precários.

⁶² Disponível pelo site www.cicplata.org.

Quanto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA)⁶³ é o órgão de instrumentação financeira do [Tratado da Bacia do Prata](#), cujo Convênio Constitutivo foi assinado em 12 de junho de 1974, em Buenos Aires, pelos Chanceleres dos países membros, e entrou em vigor em 14 de outubro de 1976. Sua sede localiza-se na cidade de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia.

As principais funções do FONPLATA são conceder empréstimos, outorgar fianças e avais, gestionar recursos por encargo de seus membros e exercer todas as atividades necessárias para cumprir com seus objetivos fundamentais. Além disso, deve apoiar financeiramente a realização de estudos de pré-investimento e assistência técnica, identificando oportunidades de interesse para a região. Na concessão de empréstimos e cooperação técnica, o FONPLATA concede tratamento preferencial aos pedidos de Bolívia, Paraguai e Uruguai, países de menor desenvolvimento relativo. O FONPLATA também vem apoiando o projeto da [Hidrovia Paraguai-Paraná](#).

A Assembléia de Governadores, órgão máximo do Fundo, está integrada por cinco governadores designados pelos países membros.

Para desempenhar suas atribuições, o FONPLATA dispunha de recursos próprios, num montante inicial de US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares estadunidenses), de acordo com o disposto no Artigo 5º, do Convênio Constitutivo⁶⁴.

Em 31 de dezembro de 2001, seu patrimônio, incluindo reservas, ascendia ao valor de 370 milhões de dólares. Nos termos do Convênio, o Brasil e a Argentina concorrem com 33%, cada um, do capital do Fundo, cabendo os restantes 33% à Bolívia, ao Paraguai e ao Uruguai (11% cada). Em 25 anos de operação teve um crescimento de 125% ou seja um crescimento médio anual de 6,6%⁶⁵.

⁶³ Informações disponíveis em www.fonplata.org. Incluindo as memórias anuais, e dados sobre os projetos executados e atuais.

⁶⁴ Conforme documentos publicados na Revista de Informação Legislativa Brasília a. 21 n° 81 jan/mar. 1984 – Suplemento

A crescente utilização de recursos do FONPLATA para financiamento de projetos nos países membros levou à progressiva exaustão da capacidade de investimentos e de empréstimos por parte desse órgão. Essas limitações financeiras vêm provocando crescentes dificuldades na capacidade do Fundo de atuar como o agente financeiro privilegiado da sub-região. Paralelamente, o processo de integração na sub-região do continente, de que constitui exemplo maior o MERCOSUL, exige maior dinamismo na geração de financiamentos que possam atender à crescente demanda por capitais para projetos de infra-estrutura e de desenvolvimento econômico e social dos países da área⁶⁵.

Já o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH) é o órgão do sistema do [Tratado da Bacia do Prata](#) que tem por objetivo coordenar o desenvolvimento do sistema de transporte fluvial nos rios Paraguai e Paraná⁶⁷.

O desenvolvimento da Hidrovia Paraguai-Paraná está associado à própria história dos países por ela servidos e representa uma tradicional via de integração com os nossos vizinhos. O CIH é composto pelas delegações governamentais dos cinco países membros do Tratado da Bacia do Prata e conta com uma Secretaria Executiva, com sede em Buenos Aires, e com um órgão técnico permanente, a Comissão do Acordo, bem como por seis grupos *ad hoc*, encarregados da harmonização da legislação e do estudo de melhoramentos da infra-estrutura da hidrovia.

⁶⁵ Dados disponíveis em www.fonplata.org, acessado em julho e dezembro de 2004.

⁶⁶ Para maiores detalhes sobre Fonplata olhar: Martins, Rui Décio. A contribuição do fonplata para o incremento de áreas fronteiriças. Simpósio Internacional Fronteiras na América Latina. MILA, 2004.

⁶⁷ Informações disponíveis no site www.cicplata.org, acessado em julho e dezembro de 2004. A hidrovia Paraguai-Paraná é um sistema de transporte fluvial de utilização tradicional, em condições naturais, que conecta o interior da América do Sul aos portos de águas profundas do curso inferior do Rio Paraná e do Rio da Prata. Com 3442 Km de extensão, desde seu nascedouro em Cáceres até o seu final, no delta do Paraná, a hidrovia proporciona acesso e serve como artéria de transporte para grandes áreas no interior do continente.

Esses grupos elaboram propostas que são levadas ao plenário do CIH. Por sua vez, o CIH está subordinado à reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata, à qual leva projetos de declarações e resoluções aos governos dos Estados-membros. Os Chanceleres da Bacia do Prata emitiram a seguinte Declaração Conjunta sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná na cidade de Montevidéu, no dia 14 de dezembro de 1997, constituindo a V Reunião Extraordinária dos Chanceleres dos Países Membros da Bacia do Prata.

... reafirmar a significativa importância que atribuem à Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres-Porto de Nova Palmira), que representa um importante fator de crescimento econômico e de melhoramento das condições de vida das comunidades da região e que contribui ao processo de integração em curso entre seus países. (Declaração Conjunta 14/12/1997)

Portanto, a Hidrovia Paraguai-Paraná oferece à região uma alternativa de transporte ambientalmente sustentável, de custos reduzidos, e integrada a outras modalidades de transporte. Ratificaram sua disposição de propiciar o desenvolvimento da Hidrovia Paraguai-Paraná, assegurando o aperfeiçoamento da navegação em condições de maior segurança e confiabilidade, com a necessária preservação do meio ambiente⁶⁸.

⁶⁸ Seguiram-se entendimentos que culminaram no Acordo de Transporte Fluvial, assinado em Las Leñas, Argentina, em 26 de junho de 1992, pelos Chanceleres dos cinco países da Bacia do Prata. O Acordo e seus 6 Protocolos Adicionais, em vigor desde fevereiro de 1995 (promulgado pelo Decreto 2716, de 10/08/98 - D.O.U. de 11/08/98) consagram os princípios de livre trânsito, liberdade de navegação, livre participação das bandeiras no tráfego entre os países signatários, igualdade e reciprocidade de tratamento, segurança da navegação e proteção ao meio ambiente. O Acordo e seus Protocolos Adicionais também dispõem sobre a harmonização de normas nos cinco países relativas à navegação e ao comércio na Hidrovia. A fim de implementar essas normas, vêm sendo elaborando regulamentos únicos, válidos para toda a extensão da Hidrovia. Onze regulamentos já foram aprovados e estão sendo protocolizados na ALADI, para sua entrada em vigor nos cinco países. www.cicplata.org e www.iadb.org - Banco Interamericano de

Outro marco do desenvolvimento e da importância da Bacia do Prata para a região foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Um verdadeiro monumento à integração entre países e um marco na história da cooperação bilateral⁶⁹. Operando, comercialmente, desde 1986, a empresa presta inestimável contribuição tanto na produção de energia para o Brasil, quanto na geração de divisas para o tesouro paraguaio. As questões ligadas à administração da empresa binacional são discutidas no Conselho de Administração de Itaipu, cujos membros são designados pelos dois governos.

Outras Comissões Binacionais para o Desenvolvimento são o exemplo desse esforço conjunto e destacam-se como instrumentos importantes de coordenação e de execução de projetos de desenvolvimento integrado: a da Bacia da Lagoa Mirim e a da Bacia do Rio Quaraí. A primeira a ser criada (1963), a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM), atua em uma região de grande importância econômica e social para ambos os países. É uma região de terras muito férteis, além de importante produtora de arroz, tem na própria Lagoa Mirim a maior e mais importante reserva natural de água doce do Uruguai. Desta forma pode-se perceber a relevância do projeto para o Uruguay.

A Comissão do Rio Quaraí (CRQ) 1993, foi idealizada a partir da experiência de sucesso da CLM e tem mostrado real utilidade como instrumento de cooperação fronteiriça⁷⁰.

Desenvolvimento.

⁶⁹Conforme destaca Caubet, as negociações entre Brasil, Paraguai e Argentina, foram de extrema complexidade devido a vários elementos de controvérsia entre os membros, a iniciar pelo permanente conflito de uso do recurso natural. (pg. 17) Para maiores informações consultar: Caubet, Christian Guy. *As Grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo: Acadêmica, 1989.

⁷⁰ Mais informações sobre projetos no Rio da Prata podem ser encontrados no site <http://www.freplata.org/> - FREPLATA - Protección Ambiental del Río de la Plata y su Frente Marítimo: Prevención y Control de la Contaminación y Restauración de Hábitats. Brasil, Uruguay e Argentina

Com a leitura de documentos, declarações, acordos é possível perceber o interesse em resguardar de forma adequada e conjunta a fronteira dos Estados-membros da Bacia do Prata. No entanto também fica claro, principalmente observando as datas, a grande dificuldade de negociação considerando as intenções e necessidades de cada país.

O recurso água, mais propriamente na forma de um rio transfronteiriço trás na sua memória o sentimento de muitas lutas e injustiças, como mostrado pela evolução histórica da formação das fronteiras na Bacia do Prata. Cada país tem seus interesses jogados à mesa de negociação, sejam eles, ambientais, sociais ou econômicos, porém, deveria haver o pensamento conjunto de um trabalho voltado para a preservação de todo equilíbrio ambiental da região. No entanto a sociedade tomadora de decisão parece ainda não perceber essa necessidade e prioriza o econômico em suas ações.

A Associação Mundial da Água (GWP)⁷¹ tem definido Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), como um processo que promove o manejo e desenvolvimento coordenado da água, da terra e dos recursos relacionados, com o fim de maximizar o bem estar social e econômico sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas.

Como os tomadores de decisão geralmente estão ligados ao governo, a cada dia torna-se mais importante a discussão sobre a governabilidade vinculada à gestão de recursos hídricos, pois as decisões de projetos e planejamentos, estão a cada momento estreitando e se orientando pelo conceito de Gestão Integrada de Bacia Hidrográfica.

Conforme relatório da Cepal (1994), quase todos os países fizeram reformas na estrutura institucional na gestão de recursos hídricos. Mas em geral os países carecem de políticas próprias de gestão ambiental. Existem declarações, normas e leis, mas falta a implantação na prática.

⁷¹ Asociación Mundial para el Agua (Global Water Partnership - GWP), *Manejo integrado de recursos hídricos*. Estocolmo, Suecia, septiembre de 2000. Disponible em: www.gwpforum.org Acessado em abril de 2003.

Cada país entende e menciona a relevância dos recursos naturais para o crescimento econômico, e que são a base para a transformação produtiva e ainda reserva para as gerações futuras. No entanto esses recursos naturais não parecem ter prioridade na formulação das políticas públicas em alguns países, conforme análise (CEPAL, 1994)⁷².

uma abordagem comparativa os sistemas de gestão de recursos hídricos nacionais.

Conclusão

Através do presente artigo objetivou-se mostrar a importância do debate vinculado ao tema água, iniciando pela necessidade de conhecer conceitos como o ciclo da água, bacia hidrográfica, gestão integrada, usos múltiplos, fronteiras, desenvolvimento sustentável, bem como, perceber a relevância do aspecto histórico de um local para o entendimento de seu desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A Bacia do Prata, objeto deste estudo ainda demonstra uma necessidade de aperfeiçoar suas relações sociais, econômicas e ambientais que buscam a orientação para a construção de uma abordagem voltada para a gestão integrada de recursos hídricos. Gestão esta, que deve observar os conceitos de demanda vinculados ao crescimento econômico e a oferta vinculada aos recursos naturais, principalmente a água, prezando pela abordagem do desenvolvimento sustentável.

As relações de cooperação entre os países pertencentes a bacia, no aspecto ambiental, demonstram certa dificuldade de avanço, pois o tema exige dedicação, interesse e uma forte vontade política.

A gestão integrada dos recursos hídricos deveria ser vista como uma oportunidade de planejar ações que venham a permitir o desenvolvimento e a integração da região com fins de cooperação e estruturação para o desenvolvimento conjunto.

Por fim, fica evidenciada a necessidade de maior aprofundamento do tema e exploração dos aspectos internos de cada país, procurando demonstrar através de

⁷² CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). Políticas públicas para el desarrollo sustentable: la gestión integrada de cuencas. LC/R 1399, 21 de junho de 1994.

Tabela 1 - Conferências Internacionais sobre Água

DATA	EVENTO	OBJETIVO /RESULTADO
1972	Conferência de Estocolmo	Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
1977	Conferência das Nações Unidas sobre a Água, Mar del Plata	Evolução dos recursos de água, uso e eficiência / Plano de ação de Mar del Plata
1990	Consulta global sobre Água potável e Saneamento – Nova Delhi	Declaração de Nova Delhi
1992	Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente – Dublin –	Discutir sobre o valor econômico da água, mulheres, pobreza, resolução de conflitos, desastres naturais e consciência / Declaração de Dublin sobre água e Desenvolvimento Sustentável.
	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento- Rio de Janeiro.	Cooperação, economia de água, água potável e saneamento, desenvolvimento sustentável / Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21.
1994	Conferência Ministerial sobre Água potável e Saneamento ambiental. Noordwijk	Abastecimento de Água potável e Saneamento / Programa de ação
1995	Encontro Mundial para o desenvolvimento social - Copenhague	Pobreza, abastecimento de água e saneamento / Declaração de Copenhague sobre desenvolvimento social
	4 Conferência Mundial de UM sobre Mulheres - Beijing	Gênero, abastecimento de água e saneamento / Declaração de Beijing
1996	Conferência ONU sobre assentamentos humanos (Habitat II) – Estambul	Desenvolvimento sustentável, urbanização / Agenda Habitat
	Cúpula Mundial de Alimentos – Roma	Declaração de Roma: São constituídos o Conselho Mundial da Água (WWC) e a Associação Mundial da Água (GWP)
1997	I Fórum Mundial da Água – Marrakech	Água e saneamento, gestão compartilhada, preservação do ecossistema, equidade, gênero, uso eficiente da água. / Declaração de Marrakech
1998	Conferência Internacional sobre Água e Desenvolvimento Sustentável. – Paris	Declaração de Paris
	Cúpula das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável – Santa Cruz de la Sierra	Declaração de Santa Cruz de la Sierra
2000	II Fórum Mundial da Água – Haia	Visão Mundial da água: fazendo da água um assunto de todos.
	Surgiram 7 desafios: satisfazer as necessidades básicas, assegurar a produção de alimentos, proteger os ecossistemas, compartilhar o recurso água, valorização da água, gestão RH, gerenciar a água sabiamente.	Conferência Ministerial sobre a segurança hídrica no séc. XXI. A Declaração do Milênio.
2001	Conferência Internacional sobre Água Doce – Bonn	Água é a chave para o desenvolvimento sustentável, governabilidade, recursos financeiro, compartilhar informações. / Declaração Ministerial
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Rio+10 – Johannesburgo	Declaração sobre a Água
2003	Ano Internacional da Água doce – III Fórum Mundial da Água – Japão	Primeira edição do Informe sobre Desenvolvimento da água a nível mundial.

Fonte: Unesco, 2004. www.un.org/documents. acessado em abril de 2004.

Tabela 2 - Principais categorias de uso da água

1-infra-estrutura	2-Aquicultura e a aquicultura	3- Indústria	4-Em todas as classes de uso	5- Conservação e preservação
Dessedentação (C) Navegação (NC) Usos domésticos (C) Recreação (NC) Usos públicos (C) Amenidades ambientais (NC)	Agricultura (C) Piscicultura (NC) Pecuária (C) Uso de estuários (NC,L) Irrigação (C) Preservação de banhados (L)	Arrefecimento (C) Mineração (NC) Hidreletricidade (NC) Processamento industrial (C) Termoeletricidade (C) Transporte hidráulico (C)	Transporte, diluição e depuração de efluentes (NC)	Consideração de valores de opção, de existência ou intrínsecos (NC,L)

Fonte; Lanna (1997, p.735).

Tabela 3 - Ações de gestão em bacias hidrográficas

Etapas De Gestão	Objetivos de Gestão em Bacias		
	Para o aproveitamento e manejo integrado	Para aproveitamento e manejo de todos os recursos naturais	Para o aproveitamento e manejo do solo e água
	(a)	(b)	(c)
(1) Etapa prévia	Estudos Planos e Projetos		
(2) Etapa Intermediária	Desenvolvimento de Bacias	Desenvolvimento e aproveitamento de recursos naturais	Desenvolvimento e aproveitamento de recursos hídricos
(3) Etapa Permanente	Gestão ambiental	Gestão, manejo de recursos naturais	Gestão, administração da água
		Manejo conservação e administração de bacia	

Fonte: Adaptado de Dourojeanni, 1994, in CEPAL, agosto de 2002.

Referências

- AGENDA 21. *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.
- ANA – Agência Nacional das Águas. Site <<http://www.ana.gov.br>>
- BACIA DO RIO DA PRATA. *Estudo para sua planificação e desenvolvimento* - Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos -OEA- Washington D.C. 1969.
- BANCO MUNDIAL, *Gestión de los Recursos Hídricos*. Oficina Regional de América Latina y el Caribe, Argentina,. Informe N° 20729-AR, agosto de 2000.
- BOLIVIA. *História da Bolívia*. Disponível em <<http://www.solobolivia.com/historia/bolivia/repub.shtml>> Acessado em 27/11/2003.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <<http://www.mre.gov.br>> Acessado em 2002,2003, 2004.
- BRESSAN, D. *Gestão racional da natureza*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- CASAUX, G.. *Fórum Internacional de Recursos Hídricos: aspectos jurídicos, políticos e institucionales*. II ENCONTRO das ÁGUAS.- 15 al 18 de junio de 1999.
- CEDEP - Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata – Cronologia do Mercosul – UFRGS. Disponível e <<http://www.cedep.ifch.ufrgs.br>> Acessado em 2002, 2003, 2004.
- CEPAL (1999a) *Gestión de cuencas y ríos vinculados con centros urbanos*, LC/R.1948, 16 de diciembre de 1999, Santiago de Chile (disponible en: <http://www.eclac.org/publicaciones/RecursosNaturales/8/LCR1948/LCR1948-E.pdf>).
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *Políticas públicas para el desarrollo sustentable: la gestión integrada de cuencas*. LC/R 1399, 21 de junho de 1994.
- CEPAL. *Situación y Perspectivas* - Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2001-2002 — LC/G 2184-P Agosto de 2002.
- CICPLATA - Comitê Intergovernamental Coordenador Dos Países Da Bacia Do Prata. *Sistema de Informações Sobre Qualidade da Água e Para o Alerta Hidrológico da Bacia do Rio da Prata*. - Primeira Etapa : Diagnóstico e Pré-Dimensionamento - / Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata - junho 1998. <http://www.cicplata.org.ar/>
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CRUZ, J. C. *Disponibilidade Hídrica para Outorga: Avaliação de Aspectos Técnicos e Conceituais*. Tese de doutorado do programa de Pós-Graduação em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental do IPH/UFRGS. Porto Alegre, RS.
- DOUROJEANNI, A.; JOURAVLEV, A. *Crisis de gobernabilidad en la gestión del agua*. (Desafios que enfrenta la implementación de las recomendaciones contenidas en el capítulo 18 del Programa 21). CEPAL, LC/L.1660–P, diciembre de 2001, Serie Recursos Naturales e Infraestructura n° 35, Santiago de Chile disponible en Internet: <http://www.eclac.org/publicaciones/SecretariaEjecutiva/0/LCL1660PE/lcl1660PE.pdf>
- DOUROJEANNI, A.; JOURAVLEV, A.; Chávez, G. *Gestión del agua a nivel de cuencas: teoría y práctica*, CEPAL, LC/L.1777–P, agosto de 2002.
- ECOPLATA - Programa de Apoyo a la Gestión Integrada de la Zona Costera Uruguay del Río de la Plata <http://www.ecoplata.org.uy>
- FONPLATA – Fondo Financeiro para el desarrollo de la Cuenca del Plata. Disponível em <www.fonplata.org> Acessado em 2003, julho e dezembro de 2004.

- FREITAS J.; ROCHA, A. *Considerações acerca do Direito Ambiental do Mercosul Jus Navigandi*, Teresina, a.8, n.136, 19 nov. 2003. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto>>. Acesso em: 2003.
- FREPLATA - Protección Ambiental del Río de la Plata y su Frente Marítimo. Disponível <<http://www.freplata.org>>
- GEO3 – *Perspectivas del Medio Ambiente Mundial 2002*. PNUMA. Disponível em <http://www.unep.org>. Acessado em 2002.
- GWP (Global Water Partnership), *Manejo integrado de recursos hídricos*. Estocolmo, Suecia, Septiembre de 2000. Disponível em: <<http://www.gwpforum.org>>
- IADB - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Acessado em 2002, 2003. Sitio <<http://www.iadb.org/intal/tratados/cuencaplata1.htm>>
- ICWE (1992). *The Dublin statement on water and sustainable development*. International Conference on Water and the Environment. 26 a 31 January 1992, Dublin, Ireland.
- II ENCONTRO DE ESTUDOS DE FRONTEIRA. *Perspectivas Fronteiras Face a Integração. Gerenciamento de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Uruguai*. Secretaria de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul. Uruguaiana, outubro de 1992.
- INA - Instituto Nacional das Águas da Argentina. Disponível em <<http://www.ina.org.ar>>. Acessado em 18/09/02.
- JOURAVLEV, A. *Administración del agua em América Latina y Caribe em el umbral Del siglo XXI*. CEPAL - Serie recursos naturales e infraestructura. LC/L 1564-P, Julio 2001, Santiago de Chile.
- LANNA, A. E. *Gestão dos recursos hídricos*. In: TUCCI, Carlos E. M. (Org.). *Hidrologia: Ciência e aplicação*. Porto Alegre: Ed. da Universidade ABRH, 1997.
- LANNA, A.E. *Introdução à gestão ambiental e à análise econômica do ambiente*. IPH/UFRGS. 1996.
- LANNA, A.E. *Sistemas de Gestão de Recursos Hídricos – análise de alguns arranjos institucionais*. Revista Ciência & Ambiente, n^o 21, Santa Maria, pp.21-56, julho/dezembro de 2000.
- LANNA, A.E.; CÁNDEPA, E. M. *O Gerenciamento de bacias hidrográficas e o desenvolvimento sustentável: uma abordagem integrada*. Ensaios FEE, Porto Alegre, (15) 1:268-282, 1994.
- Libro Digital "*Bases Para la Armonización de Exigencias Ambientales en el MERCOSUR*" <http://www.farn.org.ar/docs/p03/publicaciones3_f.html>
- MERCOSUL –Página oficial <www.mercosur.org.uy> Acessado em 2002, 2003 e 2004.
- MÉRICO, Luiz Fernando Krieger. *Introdução à economia ecológica*. Ed. da FURB, Blumenau, SC, 1996.
- NEVES, G. *Fronteira gaúcha*. Tese de Livre Docência, UFMG. Belo Horizonte, 1976.
- OEA. *Cuenca del río de la Plata; estudio para su planificación y desarrollo*. Washington, D. C., 1971
- PADOIN, M. M. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- PEREGALLI, E. *Como o Brasil ficou assim?* Global. São Paulo, 1982.
- RAPOPORT, M.; CERVO, A.L. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora UNB, 1998.
- REICHEL, H. J., GUTFREIND I. *As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

- REICHEL, H. J., GUTFREIND I. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.
- Revista de Informação Legislativa. a. 21, n. 81 janeiro/março de 1984 – Suplemento. Brasília D.F
- REVISTA ISTO É - *BRASIL 500 ANOS: Atlas Histórico*. São Paulo, Editora Três, 1998.
- SACHS I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS I. *Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente*. Tradução Magda Lopes, São Paulo: Stúdio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.
- SOARES, G.F.S. *Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades*. São Paulo: Atlas, 2001.
- TUCCI, C. E. M.; HESPANHOL, I.; CORDEIRO, O. *Informe Nacional sobre o Gerenciamento da água no Brasil*. GWP,2000.
- TUNDISI, J.G. *Limnologia e gerenciamento integrado de recursos hídricos, avanços conceituais e metodológicos*. Ciência & Ambiente nº 21. Julho/dezembro de 2000.
- UFPel. *A História do Mercosul*, Universidade Federal de Pelotas. Centro de Integração do Mercosul. Ed. Universitária, 1999.
- VENTURA, D.F.L. *As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma associação inter-regional*. Barueri, SP: Manole,2003.
- VIEIRA, P.F.; MAIMON, D. (Organizadores). *As ciências sociais e a questão Ambiental: Rumo à interdisciplinaridade*. APED E UFPA, 1993.

Recebido em 02/06/2012
Aprovado em 30/07/2012

TEMPORALIDADES YUXTAPUESTAS EN LAS CIENCIAS SOCIALES LATINOAMERICANAS

Eduardo J. Vior*

Resumo

Mesmo considerando os desenvolvimentos epistemológicos dos últimos trinta anos, fazer uma periodização fundamentada dos processos sociais e culturais a analisar é ainda uma das condições prévias e um dos critérios determinantes de cientificidade de toda investigação em Ciências Sociais. Os enunciados produzidos como resultado dessas pesquisas somente podem adquirir sentido científico, se o período a estudar vem delimitado com precisão. Entretanto, o fim da Modernidade trouxe não só o fim dos “grandes relatos” totalizantes e unificadores, mais também a dispersão das narrações e, em consequência, a das explicações das Ciências Sociais. Essas têm substituído a construção de sentido pela desconstrução ou o registro fragmentário. Ao mesmo tempo a emergência dos povos submetidos (índios, afrodescendentes, migrantes, etc.) fez patentes temporalidades não redutíveis pelos discursos hegemônicos. Não existe a possibilidade de restabelecer a unidade das temporalidades justapostas e em conflito, mas sim a de traduzi-las a partir da dimensão hermenêutica da aproximação intercultural aos direitos humanos proposta pelo autor.

Palavras-chave: temporalidade, periodização, Ciências Sociais, direitos humanos, interculturalidade.

Resúmen

Aun considerando los desarrollos epistemológicos de los últimos treinta años, hacer una periodización fundada de los procesos sociales y culturales a analizar sigue siendo una de las condiciones previas y uno de los criterios determinantes de cientificidad de toda investigación en Ciencias Sociales. Los enunciados producidos como resultado de las investigaciones sólo pueden adquirir sentido científico, si se delimita con precisión el período a estudiar. Sin embargo, el fin de la Modernidad no sólo ha traído el fin de “los grandes relatos” totalizantes y unificadores, sino también la dispersión de las narraciones y, por consiguiente, la de las explicaciones de las Ciencias Sociales. Éstas han sustituido la construcción de sentido por la desconstrucción o el registro fragmentario. Al mismo tiempo la emergencia de los pueblos sometidos (indios, afrodescendientes, migrantes, etc.) ha puesto de manifiesto temporalidades no reductibles por los discursos hegemónicos. No existe la posibilidad de restablecer la unidad de las temporalidades yuxtapuestas y en conflicto, pero sí la de traducirlas a partir de la dimensión hermenéutica de la aproximación intercultural a los derechos humanos propuesta por el autor.

Palabras-clave: temporalidad, periodización, Ciencias Sociales, derechos humanos, interculturalidad.

* Dr. en Ciencias Sociales (Univ. de Giessen, Alemania, 1991), M.A. en Ciencia Política (Univ. de Heidelberg, Alemania, 1984), Prof. de Historia (UBA, Argentina, 1977), Profesor adjunto regular de Ciencia Política, UNILA (Foz do Iguaçu, Brasil), e-mail: ejvior@gmail.com

Introducción: El problema de la periodización en las Ciencias Sociales contemporáneas

Aun considerando los desarrollos epistemológicos de los últimos treinta años, hacer una periodización fundada de los procesos sociales y culturales a analizar sigue siendo una de las condiciones previas y uno de los criterios determinantes de cientificidad de toda investigación en Ciencias Sociales. Los enunciados producidos como resultado de las investigaciones sólo pueden adquirir sentido científico, si se delimita con precisión el período a estudiar. Al respecto explica U. Becher (2002:234) lo siguiente:

“El ordenamiento del tiempo histórico no se da por sí mismo, como si los sucesos de la Historia transcurrieran independientemente del sujeto investigador. Todo ordenamiento temporal es el resultado de una explicación e interpretación de sucesos del pasado.”

Desde los trabajos señeros de F. Braudel (1984; 1998) y otros autores de la Escuela de la revista *Annales* se sabe empero que en cada momento histórico conviven distintas duraciones que requieren diferentes periodizaciones.

También desde aquella época existe conciencia del carácter social de la producción científica. Aunque el tecnocratismo neoliberal ha difundido en el último cuarto de siglo la ilusión de que cada investigador está aislado en su competencia por puntajes y financiamientos, la propia maquinaria de los sistemas de evaluación ha profundizado el carácter colectivizante de la investigación científica. De hecho, especialmente pero no sólo en Ciencias Sociales, en las instituciones nacionales e internacionales de promoción científica existen cánones más o menos establecidos sobre las propuestas de investigación que se consideran aceptables e interesantes. Este tipo de censura indirecta existió siempre, pero actualmente está más sistematizada por la difusión de los mecanismos de evaluación de orientación fundamentalmente cuantitativa y abarca todas las áreas de investigación, todo tipo de institución investigativa y todos los países. Esta uniformización de las grandes líneas de

investigación ha contribuido poderosamente a la desaparición de los cuestionamientos críticos sobre los fundamentos éticos, teóricos y metodológicos de la investigación científica. En el campo de las Ciencias Sociales se ha manifestado con fuerza en la supresión de la pregunta por la periodización que, partiendo de la Historiografía, había comenzado hace unos cuarenta años a abrirse camino entre las Ciencias Sociales y las Humanidades. Historiadores y científicos sociales seguimos periodizando, sólo que irreflexivamente o, simplemente, aplicando el canon establecido para cada materia.

Al mismo tiempo se ha recaído en lo que podría denominarse “la excusa de inocencia ante los datos”. En las Ciencias Sociales se da actualmente la paradoja de que, por un lado se afirma haber superado la ecuación $\text{verdad} = \text{realidad}$ propuesta por el positivismo, en las orientaciones deconstructivistas hasta se duda del propio status de la noción de realidad, mientras que por el otro se desdeña la discusión sobre el estatuto epistemológico y los criterios metodológicos con los que se relevan y organizan los datos que sirven de base a las investigaciones. Esta actitud ha conducido a una recaída en la credulidad en los datos, como si ellos solos pudieran remplazar la construcción crítica de la realidad. Sería útil en este sentido retomar las investigaciones sobre Sociología crítica de la ciencia iniciadas hace ochenta años por algunos autores de la Escuela de Francfort (por ej. Karl Mannheim, [2001]), por supuesto liberándolas del evolucionismo y el racionalismo que las caracterizó durante décadas.

Reconstruir el sentido de las prácticas sociales y culturales a la vez como aspecto insoslayable de la tarea científica y como base para el restablecimiento de tradiciones con efectividad política requiere fijar periodizaciones que den cuenta de la permanente dinámica entre continuidad y cambio, de las diferentes y contrapuestas temporalidades que conviven enfrentadas en nuestras sociedades y de los condicionantes socioculturales y políticos de la tarea de los investigadores. En este contexto se nos plantean a los y las investigador/a latinoamericanos dos problemas: 1) ¿bajo las condiciones específicas de las culturas latinoamericanas cuál es la distancia que la

conciencia del/de la investigador/a sobre los procesos que está estudiando debe tomar respecto a los tiempos de las narraciones que hacen los actores del mismo? y 2) ¿con qué criterios y qué autoridad legítima el/la científico/a social puede dividir, parcelar, segmentar procesos que para los protagonistas aparecen como continuos y viceversa, unir, combinar y continuar secuencias de signos que los protagonistas perciben como disruptos?

Las diferentes duraciones de un mismo proceso

Los discursos dominantes en Ciencias Sociales e Historiografía se alinean en el continuo de la modernización occidental, sea por el lado liberal-evolucionista, sea por el marxista. Se trata de un metadiscurso único y unificador que intenta resumir todos los procesos del centro y de la periferia del sistema mundial capitalista (Wallerstein, 2004a[1998] y 2004b) en un único modo de relatar la modernización. Hasta el comienzo de la Tercera Revolución Industrial⁷³ y de la globalización, hace unos treinta años, este megadiscurso proclamaba conscientemente “sujetos de la Historia” individuales, de clase o grupales, autoconscientes y dotado de una racionalidad instrumental y una voluntad que resultaba de su mesianismo, ya que ambas narraciones (la del liberalismo y

⁷³ En esta contribución se opta por el término “Tercera Revolución Industrial” para designar el proceso de cambios tecnológicos, económicos y sociales que comenzaron en la segunda mitad de la década de 1970 y todavía duran. Se lo diferencia del término “Globalización” (más corriente), para limitar éste a la denominación de la forma ideológica dominante en este período histórico, de matriz neoliberal. El autor es sin embargo consciente de las críticas que I. Wallerstein (2004a) hace al concepto de “Revolución Industrial”. Efectivamente, no se trata de un fenómeno repentino que rompe radicalmente con los procesos inmediatamente anteriores, sino de la acumulación y densificación de cambios múltiples que se concentran en determinados momentos y espacios, poniendo en marcha procesos que guardan con sus antecesores una relación dinámica de continuidad y cambio. En este sentido se utiliza aquí el concepto de Tercera Revolución Industrial para resaltar sus similitudes con las revoluciones industriales anteriores en los siglos XVIII al XX.

la del marxismo) eran teleológicas. Desde que se impusieron las críticas de derecha e izquierda a la modernidad occidental, el sujeto fue remplazado por fuerzas impersonales (la globalización, los mercados, las técnicas de la información y la comunicación o –en su versión “de izquierda”- la diferencia y la “muerte del sujeto”) detrás de las cuales empero es posible seguir identificando el *logos* etno- y falocéntrico que esta vez ya no se hace cargo de su responsabilidad.

“Hay una afinidad entre el sujeto imperialista y el sujeto del humanismo”, dijo G. Spivak ([1985]:7). Sin embargo, mientras que durante el ciclo de la revolución burguesa (Romero, 1956) la Razón occidental impulsaba un proceso controlado de cambios, desde mediados de la década de 1970 su energía se dirige a frenarlos y/o a negarlos⁷⁴. Si bien ambas articulaciones

⁷⁴ La tesis central de este pasaje está tomada de I. Wallerstein (2004a: 103-104). Según éste, la Revolución Francesa y las guerras napoleónicas, con las movilizaciones de masas que las caracterizaron, convencieron a las burguesías europeas de la ineluctabilidad del cambio. Adoptaron en consecuencia una actitud positiva ante éste, pero intentando regularlo y controlarlo, sobre todo para evitar la repetición de las irrupciones de las masas populares. Para regularlo y controlarlo, desde que el Liberalismo tomó el poder en el Reino Unido y Francia a partir de 1830 se estructuraron las universidades modernas con una organización por áreas disciplinarias que reflejaba esa ideología dominante. Este modo de organización signó el desarrollo de las ciencias, en particular de las sociales y las Humanidades, hasta fines de la década de 1960. Wallerstein ubica el fin de esta era de afirmación del cambio en las rebeldías de 1968, el autor del presente trabajo lo coloca en la derrota norteamericana en Vietnam y la guerra árabe-israelí de 1973. En ambos casos se trata de destacar que la conciencia del riesgo sistémico que adquirieron los grupos dominantes de los países centrales del sistema mundial los convenció de la necesidad de frenar, negar, obstruir y –de ser posible- retrotraer el cambio. Desde entonces se modificaron los paradigmas dominantes en las ciencias sociales, se pusieron las estructuras de investigación y docencia académica al servicio de las necesidades inmediatas de la economía capitalista y de sus complejos militares y se difundió la noción de que el cambio es imposible y/o dañino. Consecuentemente se afirmó la noción ideológica del “fin de la Historia” y la periodización perdió sentido como instrumento heurístico.

ideológicas (la neoliberal y la postmoderna) representan matices de la misma negación de la Historia, al ser diferentes sus efectos, deben variar las estrategias de las críticas a las mismas que procuran tomar distancia y establecer periodizaciones que construyan sentido y permitan restablecer relaciones explicativas entre los discursos y los conflictos materiales que atraviesan las sociedades. Mientras que en el período “clásico” de las ciencias sociales la tarea del científico social crítico consistía en desenmascarar los discursos dominantes que presentaban las vías de desarrollo seguidas por la Humanidad como si fueran las únicas posibles y en destacar los momentos de rebeldía y revolución silenciados por las corrientes científicas dominantes, en la época actual el impulso emancipador no puede basarse en certeza alguna sobre el desarrollo histórico y mucho menos sobre la existencia o eventualidad de nuevos sujetos históricos, sino sobre la necesidad, conveniencia y posibilidad del acto rebelde como alternativa imprescindible para asegurar el buen vivir⁷⁵. Consiguientemente las periodizaciones deben orientarse según los momentos de surgimiento y de reestructuración de las hegemonías vigentes, indagando en los mismos qué otras alternativas de desarrollo se plantearon y por qué no se efectivizaron. De este modo la vía de desarrollo seguida pierde su áurea de única posible, el desarrollo de los procesos socioculturales aparece como resultado contingente de luchas por la hegemonía y su explicación se realiza a partir del conflicto mismo.

⁷⁵ Es imposible desarrollar en este contexto la crítica aquí implícita al mesianismo contenido en las reflexiones de W. Benjamin sobre el “ángel de la Historia” (Benjamin 1971; Löwy 2006) y en la idea del “Principio de la Esperanza” de E. Bloch (1977) que, de algún modo lo continúa y desarrolla. Especialmente la recuperación de W. Benjamin ha vuelto a tener vigencia en algunos autores latinoamericanos como modo de reaccionar ante las distintas facetas del postmodernismo. El autor de la presente contribución no cree empero que la solución al “fin de la Historia” sea restablecer la Historia única y teleológica a secas, sino un conjunto de historicidades que deben ser puestas en interrelación.

Sobre “el buen vivir” como camino del desarrollo en los procesos constituyentes e instituyentes de Ecuador y Bolivia v. entre muchos Acosta/Martínez (2009).

Esta operación de desciframiento va a la par con la “temporización” de los conflictos sociales. Si éste es sólo una línea continua, externa e indiferente a los acontecimientos, carece de importancia y, por consiguiente, los procesos pueden ser reversibles: basta con retrotraer en el pensamiento los resultados de los procesos socioculturales a sus antecedentes causales y se tendrá la situación originaria (Wallerstein 2004b:22-35). El proceso de la modernización deviene de este modo un continuo en el que las rupturas son ocasionales y contingentes, cada proceso es un todo sin fisuras y la periodización se convierte en un simple operativo cronologizante sin mayores significados. Da lo mismo en qué momento se introduce el corte temporal: siempre se retornará a los mismos antecedentes y los resultados serán los mismos.

Sin embargo, el discurso unificador no puede evitar que aquí y allá aparezcan rupturas tanto en la línea del tiempo como entre los diferentes niveles de prácticas incluidas en un proceso histórico-social que se intenta desplazar, omitir y suprimir colocándolas fuera del campo de estudio. No obstante los intentos de omisión y negación lo suprimido vuelve, limitando la libertad de producción de sentido del discurso científico. Por más que se intente quitar importancia a la dinámica entre continuidad y cambio, ésta aparece siempre por los intersticios del discurso científico remitiéndolo a sus condiciones socioculturales y políticas de producción. La consciencia de que en cada momento histórico y en cada proceso político y social conviven varios procesos con duraciones diferentes y, por consiguiente, con posibilidades diferentes de significación, desarticula las explicaciones vigentes de la sociedad. El imperativo de la coherencia obliga así como primer paso a considerar los diferentes procesos y las diferentes duraciones que conviven dentro de cada desarrollo histórico y social: las ecológicas (relaciones del ser humano con el medio ambiente), geográficas, económicas, culturales, políticas y militares. L@s investigador@s deben distinguir entre las temporalidades yuxtapuestas que la crítica puede reconocer en todo proceso social y cultural y aquéllas con las que los actores

sociales objeto de la investigación organizan sus memorias y dan sentido a su acción.

Heterogeneidades temporales en Abya Yala

El pasaje en este paso de la argumentación de la denominación de América Latina (término francomestizo instalado desde fines del siglo XIX⁷⁶) al de Abya Yala (Monasterios 2003)⁷⁷ procura subrayar el segundo aspecto del tratamiento de la cuestión que aquí se realiza: en cada contingencia histórico-social no solamente conviven diferentes temporalidades según los niveles de prácticas que se pretenda describir, sino que en condiciones de dominación y subalternidad cultural también conviven temporalidades y construcciones de la memoria determinadas culturalmente que difícilmente puedan conciliarse. Tanto los Estudios Postcoloniales (Said 2004) como los Subalternos (Guha 2002) y los Decoloniales (Grossfoguel 2003; 2006; 2008; Mignolo 2000; 2005) han refrescado para los países periféricos descubrimientos hechos hace medio siglo, en América Latina por ej. por José M. Arguedas (1975; 1983), sobre la coexistencia de temporalidades yuxtapuestas y hasta contrapuestas entre sí. En sociedades organizadas según la matriz colonial, en las que la Emancipación política en el siglo XIX mantuvo y reforzó la estratificación racista y la incorporación segmentada al sistema mundial, pero que no pudieron borrar completamente la supervivencia de las culturas originarias dominadas, coexisten varias construcciones socioculturales del tiempo. Se trata de la heterogeneidad cultural estructural de la que habla A. Cornejo Polar (1981; 1989:11-19 y 175-199)⁷⁸. Estas temporalidades son irreductibles e inasorbibles por las dominantes, si éstas no logran exterminar completamente a los “pueblos testimonio”

⁷⁶ V. al respecto A. Ardao (1980).

⁷⁷ El término Abya Yala significa en lengua del pueblo Kuna de Panamá “tierra en plena madurez”. Fue hacia 1992 que los representantes de numerosos pueblos originarios de todo el continente se pusieron de acuerdo en esta denominación para designar las tierras entre Alaska y Tierra del Fuego.

⁷⁸ Para una crítica del concepto de heterogeneidad cultural v. Ette (1996: 2-17).

(Ribeiro 1992:96-371). Sin embargo, en algunas regiones de América Latina (el Este y Centro argentinos, Uruguay, Sur y Sudeste de Brasil) la europeización entre 1860 y 1930 fue tan exitosa que las culturas hegemónicas pudieron crear la ilusión de un tiempo único, igual al europeo occidental o al norteamericano. Pero esta operación discursiva debe utilizar variados subterfugios, si pretende tener éxito, ya que estas regiones conviven con otras (el NEA, el NOA y la Patagonia en Argentina, el Nordeste, el Centro-Oeste y la Amazonia en Brasil) en las que la presencia de los pueblos originarios y afrodescendientes con sus temporalidades es innegable. Ante la evidencia de esta realidad que se impone, “los pueblos trasplantados” (Ribeiro 1992:377-455) sólo pueden afirmarse por la violencia y la negación radical de la existencia del oprimido.

La llegada a las grandes urbes de mestizos, mulatos, negros e indios, a partir de la década de 1960, introdujo el problema en las áreas metropolitanas. ¿Con qué criterio construir espacios de comunicación intra- e intercultural, si puerta por medio se vive con otros parámetros temporales? Las democracias fragmentarias posteriores a los genocidios fundacionales se afirman en endebles periodizaciones de la propia Historia y hacen a las y los investigadores muy difícil establecer criterios productores de sentido, sin que éstos uniformicen y supriman las diferencias culturales.

Función epistemológica de la utopía intercultural de los derechos humanos

Desde la perspectiva utópica (F. Aínsa, 1992, 1999, 2003 y 2004; H. Cerutti, 2001a, 2001b, 2004, 2006 y 2009) de una aproximación emancipadora intercultural (Estermann 1998; Fernet-Betancourt, R. 2003a; 2003b; 2004a; 2004b; 2004c; Pannikar 2003 y Sidekum 2003; 2004) basada en los derechos humanos (Vior, 2006a, 2006b, 2006c, 2007, 2008, 2009 y 2012; Bonilla 2003, 2004a, 2004b; 2008; 2010a y 2010b) se hace posible considerar el conflicto entre las temporalidades coloniales y las decoloniales y/o emancipadoras como nudo significativo para determinar periodizaciones.

Desde una perspectiva intercultural se pueden definir los derechos humanos

como aquellos derechos comunes a todos los seres humanos en tanto tales, que atañen a la protección, preservación y realización de la dignidad humana y cuya común y general aceptación es resultado de procesos históricos que se remontan a los orígenes de la humanidad. Desde el inicio de la historia han sido parte constitutiva de los principios regulativos y el horizonte para el desarrollo de la convivencia civilizada entre las personas bajo las condiciones específicas de cada cultura y de las relaciones entre ellas. Los derechos humanos fueron, son y serán en primer lugar un resultado del ejercicio de los derechos a la vida y a la resistencia contra la opresión y conviven en cada contexto histórico-cultural con tendencias opresivas siempre presentes. Se puede afirmar que los derechos humanos son universales, inalienables, sistémicos y están interrelacionados, pero sólo pueden realizarse bajo las condiciones específicas de cada cultura y de las relaciones entre las culturas. La dinámica opresión-emancipación es interminable y ubicua. Esta constatación permite sacar dos conclusiones provisionarias para avanzar en la argumentación en el sentido que interesa en este texto: 1) si sólo se realizan bajo condiciones culturales específicas, su universalidad sólo puede producirse en los procesos de traducción entre las culturas, los únicos que permiten establecer comparaciones y generalizaciones; 2) dado que toda cultura y las relaciones interculturales están signadas por procesos de dominación y emancipación que las atraviesan, la manifestación de los derechos humanos y de las tendencias opresivas en cada cultura y entre ellas también están signadas por la tensión emancipación-opresión. La universalidad de los derechos humanos, por lo tanto, sólo puede elaborarse teniendo en cuenta la especificidad cultural de los conflictos y la tensión emancipación-opresión que atraviesa todas las culturas. Así, un discurso aparentemente emancipador puede develarse como opresivo al sacarse a luz sus condiciones de producción y performatividad.

Si bien en su formulación vigente tienen una antigüedad de poco más de medio siglo, son parte de múltiples procesos de aprendizaje social desde el surgimiento del

ser humano⁷⁹. Gracias a los tratados y convenciones de derechos humanos vigentes desde hace treinta y cuatro años éstos se han convertido en derechos subjetivos⁸⁰ que cada persona puede reclamar recurriendo ante los tribunales. Pero la formalización en el Derecho positivo es sólo una de sus dimensiones. Como además forman parte de la memoria histórica de los pueblos, son constitutivos de la moral pública y del fundamento normativo del Estado y las prácticas políticas, jurídicas, económicas, sociales y culturales.

Esta omnipresencia del conflicto entre opresión y emancipación, *ergo* de los derechos humanos, tiene dos consecuencias importantes: por un lado señala un horizonte normativo desde el cual medir el nivel de avance civilizatorio de cada y todas las culturas. Esta es su dimensión utópica. Por el otro lado su reiteración en todas las culturas del mundo ofrece la posibilidad de comparar y generalizar procesos como base de la construcción teórica.

Sin recaer en totalizaciones y teniendo en cuenta la pluralidad de los desarrollos que conviven dentro de una misma sociedad, hacer del conflicto entre ambas tendencias el núcleo del análisis permite vincular e interrelacionar las temporalidades yuxtapuestas. Ahora bien, si no se quiere recaer en una narrativa unificadora –que necesariamente reflejaría el proyecto hegemónico de alguna elite subcolonial–, es preciso considerar los procesos de lucha por la afirmación y el

⁷⁹ No es posible en la breve extensión de este artículo desarrollar las discusiones pertinentes en el campo de la filosofía política, pero resulta claro que las posiciones aquí expuestas se diferencian tanto de posiciones iusnaturalistas como iuspositivistas, lo mismo que de propuestas pragmatistas o utilitaristas. Por intercultural, la historicidad aquí sostenida es dialógica y resulta de la recuperación de aquellos momentos de resistencia contra la opresión en la historia de las luchas de la Humanidad por su emancipación.

⁸⁰ Ya el reconocimiento casi exclusivo de demandas individuales en los pactos y convenciones vigentes presenta problemas. Especialmente los pueblos originarios, como ejemplo de muchos otros, reclaman la fijación en tratados y convenciones del derecho a la demanda colectiva establecido en la Resolución 169 de la OIT, de 1989. El reconocimiento general de tal derecho obligaría, sin embargo, a redefinir qué se entiende por sujeto de derechos y cuestionaría el fundamento de la soberanía. Sobre esta discusión, véase entre otros Bielefeldt (1998: 25-44), Diehl / Faulenbach / Klein (1998); Fritzsche (2004).

reconocimiento de los derechos humanos como ligados entre sí por equivalentes significativos. Solamente un proceso de traducción permanente en el que se restablezca homológicamente la contextualidad y la intertextualidad de los procesos emancipatorios puede construir paralelos funcionales que permitan la comparación entre los diferentes procesos y la generalización de las observaciones.

Conclusiones: Carácter unificador del conflicto colonialismo/emancipación

Como señala G. Spivak ([1985]:1), si no se quiere recaer en la actitud colonial de insertar todos los procesos en una única narración mundial de transición a la modernidad o de transición del feudalismo al capitalismo y de éste al socialismo, es preciso acentuar el papel de los momentos de cambio, rescatar su diversidad y tener en cuenta los cambios funcionales de signos en las narraciones de los mismos.

Este conflicto organiza las tramas sociales y las luchas por el poder en constelaciones estratégicas y tácticas específicas que deben ser identificadas y sistematizadas por l@s investigador@s para poder dar cuenta de los sentidos y la direccionalidad de los procesos estudiados.

Volviendo a Maravall (1967:70-71) puede afirmarse que la primera condición para establecer periodizaciones con sentido es construir el sistema de relaciones que se pretende investigar. Sólo en él se dan las “relaciones de complementariedad” (id.) que permiten establecer criterios verificables de verdad.

Si en este punto se retoman las preguntas formuladas al inicio de este trabajo, puede responderse provisoriamente que, bajo las condiciones específicas de las culturas latinoamericanas, signadas por la heterogeneidad cultural (en consecuencia también temporal), las narraciones de los actores de los procesos socioculturales y políticos deben organizarse en torno a la presencia u omisión del conflicto en ellos (Santos, 2009a; 2009b). Las construcciones de temporalidad en los discursos contrapuestos deben retrotraerse a los puntos de inflexión que los actores señalen como inicios. La contraposición de los discursos

dominantes con los (necesariamente) fragmentarios retazos discursivos de los grupos subalternos permitirá reconstruir por un lado las temporalidades con las que los mismos actores operan, por el otro -al interrelacionarlas- referir los discursos a las materialidades de los encuentros y conflictos entre dominantes y subordinados. En este punto del trabajo la perspectiva utópica de efectivización de los derechos humanos aportada por el/la investigador/a y/o su grupo de referencia permite un análisis crítico de los discursos que revele la temporalidad fantasmagórica que subyace a y condiciona las construcciones conscientes de temporalidad. En este punto recién se puede hacer el corte analítico que ordene los acontecimientos y procesos dándoles sentido.

Después de todo lo expuesto la respuesta a la pregunta sobre la competencia del/de la investigador/a para establecer periodizaciones resulta sencilla: en tanto el/la investigador/a mantenga y refuerce su inclusión en una comunidad científica y cultural comprometida con la efectivización de los derechos humanos como utopía posible de avance civilizatorio, interroge los procesos que estudia desde esta utopía y resguarde el lugar de la traducción entre la práctica investigativa y las de los actores a analizar así como entre las enunciaciones de éstos y la materialidad de los conflictos entre dominantes y subalternos, su tarea se justificará como obra de investigación-acción que conoce descubriendo y performando en la construcción de la utopía. Desde la aproximación intercultural a los derechos humanos que aquí se aplica no hay conocimiento que sea sólo descriptivo, si no es interpretativo y conscientemente performador. Periodizar en torno al conflicto es el primer paso a dar en cada instancia de este camino.

Referências

- [Acosta](#), A. / [Martínez](#), E. (2009) *El buen vivir : una vía para el desarrollo*, Quito: Abya-Yala.
- Aínsa, F. (1992) *Historia, utopía y ficción de la Ciudad de los Césares: Metamorfosis de un mito*, Madrid: Alianza Universidad.
- Aínsa, F. (1999) *La reconstrucción de la utopía*, Buenos Aires: Ediciones del Sol.
- Aínsa, F. (2003) “El destino de la utopía como alternativa”, en: Cerrutti Guldberg H. / Páez Montalbán, H. (coords.) *América Latina: Democracia, pensamiento y acción: Reflexiones de utopía*, Plaza y Valdés: México, pp. 17-36.
- Aínsa, F. (2004) *Espacios de encuentro y mediación. Sociedad civil, democracia y utopía en América Latina*. Montevideo: Nordan.
- Ardao, A. (1980) Génesis de la idea y el nombre de [América Latina](#), Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos.
- Arguedas, J.M. (1975) *Formación de una cultura nacional indoamericana*, México: Siglo XXI.
- Arguedas, J.M. (1983) “No soy un aculturado”, en: Arguedas, J.M.. *Obras completas, T. V*, Lima: Horizonte, pp. 13-14.
- Becher, U. (2002) “Periodisierung”, en: Jordan, S. (Hg.) *Lexikon Geschichtswissenschaft: Hundert Grundbegriffe*, Stuttgart: Philipp Reclam jr, pp. 234-236.
- Benjamin, W. (1971) *Angelus Novus*, Madrid: Edhasa.
- Bloch, E. (1977) *El principio esperanza*, Madrid: Aguilar.
- Bonilla, A.B. (2003) “Filosofía y utopía en América Latina / Philosophy and Utopia in Latin America”, en: Lobosco, M.R. (comp.), *La resignificación de la ética, la ciudadanía y los derechos humanos en el siglo XXI*, Buenos Aires, EUDEBA, 2003, pp. 177-190 / 409-422.
- Bonilla, A.B. (2004a) “Leopoldo Marechal o la imposibilidad de la utopía de la Patria”; en: *Universidad Verdad*, nº 34, Cuenca, pp. 93-142.
- Bonilla, A.B. (2004b) “La Utopía de Tomás Moro y el Descubrimiento de América”; en: *Nuestra Historia*, Volumen XXXI, Nº 51, Buenos Aires, pp. 5-34
- Bonilla, A.B. (2008) “El derecho humano a migrar y la transformación de la noción de ciudadanía”, en: Arué, Bazzano, D’Andrea (comp.), *Transformaciones, prácticas sociales e identidad cultural*, Vol. II, ISBN 978-950-554-559-9. Jornadas Nacionales “Transformaciones, prácticas sociales e identidad cultural” – Proyecto CIUNT-2007, Tucumán, pp. 773-788.
- Bonilla, A.B. (2010a), ‘Ciudadánías interculturales emergentes en contextos migratorios latinoamericanos’, en: *IV Seminario Internacional “Sudamérica. Comunidad imaginada. Emancipación e integración”*, organizado por el Foro Universitario del MERCOSUR (FOMERCO), Buenos Aires, 08-10-09-2010.
- Bonilla, Alcira B. (2010b), “El mundo cotidiano de la vida y las ciudadánías interculturales emergentes”. En: Fornet-Betancourt, R. (Hrsg.) *Alltagsleben: Ort des Austausch oder der neuen Kolonialisierung zwischen Nord und Süd*. Aachen, Wissenschaftsverlag Mainz, pp. 211-234. ISBN 978-3-86130-304-6.
- Braudel, F. (1984) *Civilización material, economía y capitalismo*, Madrid, Alianza.
- Braudel, Fernand (1998), *Las civilizaciones actuales*, Madrid, Ed. Tecnos.
- Cerutti Guldberg, H. (2001a) “[Herencia inalienable y fecundante](#)”, en: [Anales del seminario de historia de la filosofía, Nº 18](#), pags. 207-218.
- Cerutti Guldberg, H. (2001b) “[Historia de las ideas filosóficas latinoamericanas](#)”, en: [Revista de Hispanismo Filosófico, Nº. 6, 2001](#), pags. 5-16.

- Cerutti Guldberg, H. (2004) “[Pensador ¿incómodo?](#)”, en: [Cuadernos Americanos: Nueva Epoca, Vol. 5, N.º. 107](#), (Ejemplar dedicado a: Leopoldo Zea), pags. 129-152.
- Cerutti Guldberg, H. (2006) “[Integrarse para vivir: ¿una utopía humanista?](#)”, en: [Utopía y praxis latinoamericana: revista internacional de filosofía iberoamericana y teoría social, N.º. 35](#), pags. 115-121.
- Cerutti Guldberg, H. (2009) “[El aporte de Arturo A. Roig al filosofar contemporáneo](#)”, en: [Revista de Hispanismo Filosófico, N.º. 14](#), pags. 179-186.
- Cornejo Polar, A. (1981) *La cultura nacional: problema y posibilidad*, Lima: Lluvia editores.
- Cornejo Polar, A. (1989) *La formación de la tradición literaria en el Perú*, Lima: Centro de Estudios y Publicaciones.
- Estermann, J. (1998) *Filosofía andina. Estudio intercultural de la sabiduría autóctona andina*, Quito: Abyayala.
- Ette, O. (1996) “¿Heterogeneidad cultural y homogeneidad teórica?”, en: *Notas: reseñas iberoamericanas - Literatura, sociedad, historia*, Vol. 3, N.º 1 (7), pp. 2-17.
- Fornet-Betancourt, R. (2003a), *Interculturalidad y Filosofía en América Latina*, Concordia-Monographien, Bd. 36, Wissenschaftsverlag Mainz in Aachen.
- Fornet-Betancourt, R. (ed.) (2003b), *Resistencia y solidaridad. Globalización capitalista y liberación*, Trotta, Madrid.
- Fornet Betancourt, R. (2004a), *Crítica intercultural de la filosofía*, Trotta, Madrid.
- Fornet-Betancourt, R. (Hrsg.) (2004b), *Interculturality, Gender and Education*, IKO, Frankfurt a. M.
- Fornet-Betancourt, R. (Hrsg.) (2004c), *Migration und Interkulturalität*. Wissenschaftsverlag Mainz in Aachen.
- Grosfoguel, R. (2003). *Colonial Subject*. Berkeley: California University Press.
- Grosfoguel, R. (2006). “World-Systems Analysis in the Context of Transmodernity, Border Thinking, and Global Coloniality.” *Review* Vol. XIX, No. 2: 167-187.
- Grosfoguel, R. (2008) “Transmodernity, border thinking, and global coloniality: Decolonizing political economy and postcolonial studies”, en: *Revista Crítica de Ciências Sociais 80 / Eurozine*.
- Guha, R. (2002) *Las voces de la historia y otros estudios subalternos*, Barcelona: Crítica.
- Löwy, M. (2006) *Walter Benjamin: aviso de incendio - Una lectura de las tesis "Sobre el concepto de historia"*, México:FCE.
- Mannheim, K. (2001 [1953]) *Essays on sociology and social psychology*, London: Routledge.
- Maravall, J.A. (1967 [1958]) *Teoría del saber histórico*, Madrid: Revista de Occidente.
- Mignolo, Walter. (2000). *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Border Thinking and Subaltern Knowledge*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Mignolo, W. (2005) *El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto*, Tristestópicos, Pdf.
- Monasterios, G. (2003) “Abya Yala en Internet políticas comunicativas y representaciones de identidad de organizaciones indígenas en el ciberespacio”, en: Mato, D. (coord.): *Políticas de identidades y diferencias sociales en tiempos de globalización*. Caracas: FACES/UCV, pp: 303-330.
- Morales Moya, A. (1983) “Sobre la Historiografía actual”, en: *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea*, Madrid: Univ. Complutense, pp. 195-227.

- Moyano, A. (2008) “Denuncian que Casamiquela fue parte de la última dictadura militar”, en: *Avkin Pivke Mapu*, julio 2008, http://www.avkinpivkemapu.com.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=91
- Pannikar, R. (2003), “Conferencia inaugural: tres grandes interpelaciones de la interculturalidad”, en: Fonet-Betancourt R. (coord), *Interculturalidad, genero y educación*. Dokumentation des V internationalen Kongresses fur interkulturelle Philosophie.
- Rama, A. (1975) “Introducción”, en: Arguedas, J.M. (1975) *Formación de una cultura nacional indoamericana*, México: Siglo XXI, pp. IX-XXIV.
- Ribeiro, D. (1992) *Las Américas y la civilización: procesos de formación y causas del desarrollo desigual de los pueblos americanos*, Caracas: Ayacucho.
- Romero, J.L. (1956) *El ciclo de la revolución contemporánea*, Buenos Aires: Losada.
- Said. E. (2004) *Orientalismo*, Barcelona: Debolsillo.
- Santos, B. de Souza (2009a), *Una epistemología del Sur*, Buenos Aires: CLACSO.
- Santos, B. de Souza (2009b), *Pensar el Estado y la sociedad: desafíos actuales*, Buenos Aires: Waldhuter.
- Sidekum, A. (2003), “Multiculturalismo, desafíos para la educación en América Latina”, en: *polylog: foro para filosofía intercultural 4*, <http://them.polylog.org/4/asa-es.htm>
- Sidekum, A. (2004), “Desafíos para a filosofía intercultural: cultura e poder”, en: *Actas, VI Corredor de las Ideas del Cono Sur*, Montevideo, CD-Rom.
- Spivak , G.Ch., “Estudios de la Subalternidad: Deconstruyendo la Historiografía”, en: Debates Post Coloniales: Una introducción a los Estudios de la Subalternidad. Compilación de Silvia Rivera Cusicanqui, Rossana Barragán, La Paz, 1985, disponible en: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/spivak.pdf>.
- Teixeira da Silva, F. (2005) “História e Ciências Sociais: zonas de fronteira”, en: *História*, São Paulo, V.24, N.1, pp.127-166.
- Vior, E.J. (2006a) “Los derechos especiales en la Constitución de 1949 desde una perspectiva intercultural de los derechos humanos”, en: Hugo E. Biagini / Arturo A. Roig (dir.), *El pensamiento alternativo en la Argentina del siglo XX – Tomo II: Obrerismo, vanguardia, justicia social (1930-1960)*, Buenos Aires: Biblos, pp. 191-208.
- Vior, E.J. (2006b) “Los bolivianos en Buenos Aires fortalecen la democracia: derechos humanos, inmigración y participación democrática”, en: Ingrid Wehr (ed.), *Un continente en movimiento: migraciones en América Latina*, Iberoamericana / Vervuert: Francfort, pp. 435-448.
- Vior, E.J. (2006c) “Migración, derechos humanos y orden político desde una perspectiva intercultural”, en: Celina Lértora (ed.), *Las ideas del siglo XXI – XIIª Jornadas de Pensamiento Filosófico*, Buenos Aires: FEPAI, pp. 209-223.
- Vior, E.J. (2007) “¿Cambia la visión de los derechos humanos de una cultura a otra?”, en: Fundación para el Estudio del Pensamiento Argentino e Iberoamericano (FEPAI) / Lértora Mendoza, Celina A. (coord.), *XIIIª Jornadas de pensamiento filosófico, Homenaje a Carlos Alemián, Evolución de las ideas filosóficas: 1980-2005*, Buenos Aires: FEPAI, pp. 216-225.
- Vior, E.J. (2008) “Derechos humanos y derechos del hombre desde una perspectiva intercultural”, en: Facultad de Filosofía y Letras (Universidad Nacional de Tucumán), Cát. de Historia Moderna / Cát. de Historia Contemporánea, *Coloquio Internacional Franco-Argentino Los derechos del hombre: imaginarios y representaciones*, CD, Tucumán.
- Vior, E.J. (2009) “Derechos humanos y ciudadanía intercultural en el Estado y la ciudad”, en: J. Seibold (coord.), *IVº Foro Educativo: Escuela ciudadana-Ciudad educadora*, Florida: Grupo Calgaro, pp. 172-179.

Vior, E.J. (2012), *Migraciones internacionales y ciudadanía democrática*, Saarbrücken: EAE-Verlag, ISBN N° 978-3-8484-6084-7.

Wallerstein, I. (2004a [1998]) *Impensar las Ciencias Sociales*, México: Siglo XXI.

Wallerstein, I. (2004b) *Las incertidumbres del saber*, Barcelona: Gedisa.

Recebido em 28/05/2012
Aprovado em 07/07/2012

DESAFIOS DA TAXONOMIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Maikon Di Domenico*
 Lucas M. Aguiar**
 André R. S. Garraffoni***

Resumo

Conhecida como a ciência da identificação, e provavelmente a mais antiga das ciências, a taxonomia é a base classificatória da biologia, mas, paradoxalmente, a sua importância nem sempre é devidamente entendida e valorada. Dentre outras funções, a taxonomia presta serviço aos demais ramos das ciências biológicas identificando, descrevendo e nomeando organismos. Entretanto, estes ramos nem sempre levam em conta os conceitos e os desígnios da taxonomia, utilizando-a de forma ambígua ou claramente equivocada. Este ensaio aborda os futuros e atuais desafios da taxonomia, consequentemente, da biodiversidade, dentro de um contexto histórico e filosófico, sustentando a premissa de que os avanços teóricos e tecnológicos necessitam ser harmoniosos para o fim a que se destina a informação taxonômica: identificar, descrever, nomear e ordenar os organismos. Foi abordado o desenvolvimento histórico da taxonomia até as implicações atuais do seu desígnio, sendo discutidos os princípios da sistemática filogenética com a aplicação do código internacional de nomenclatura zoológica, o conceito e os critérios para a classificação de espécies (e alguns de seus problemas), os impasses taxonômicos nos tempos modernos e as medidas de aprimoramento da taxonomia com o surgimento da Cibertaxonomia.

Palavras-chave: Impasses taxonômicos, Inferência abductiva, Infraestrutura cibernética, Nomenclatura biológica, Sistemática filogenética.

Resumen

Conocida como la ciencia de la “identificación” y probablemente la más antigua de las ciencias, la taxonomía es la base clasificatoria de la biología, pero, paradójicamente, su importancia ni siempre es debidamente entendida y valorada. Entre otras funciones, la taxonomía presta servicio a las demás ramas de las ciencias biológicas identificando, describiendo y nombrando organismos. Entretanto, estas ramas ni siempre llevan en cuenta los conceptos y los designios de la taxonomía, utilizándola de forma ambigua o claramente equivocada. Este ensayo aborda los futuros y actuales desafíos de la taxonomía, consecuentemente, de la biodiversidad, dentro de un contexto histórico y filosófico, sustentando la primicia de que los avances teóricos y tecnológicos necesitan ser armoniosos para el fin a que se destina la información taxonómica: identificar, describir, nombrar y ordenar los organismos. Fue abordado el desarrollo histórico de la taxonomía hasta las implicaciones actuales de su designio, siendo discutidos los principios de la sistemática filogenética con la aplicación del código internacional de nomenclatura zoológica, el concepto y los criterios para la clasificación de especies (y algunos de sus problemas), los impasses taxonómicos en los tiempos modernos y las medidas para mejorar la taxonomía con el surgimiento de la Cibertaxonomía.

Palabras claves: Impases taxonómicos, Inferencia abductiva, Infraestructura cibernética, Nomenclatura biológica, Sistemática filogenética.

* Programa de Pós-graduação em Zoologia, Universidade Federal do Paraná (UFPR). *E-mail:* maik2dd@gmail.com

** Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Brasil.

*** Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Departamento de Ciências Biológicas, Campus II, Diamantina, Brasil.

Introdução

A taxonomia serve como base e influencia vários ramos da biologia ao proporcionar a identificação, descrição, nomeação e ordenamento dos organismos em um sistema de classificação que deve ser coerente com o pensamento biológico vigente (Wheeler 2008). Atualmente, a taxonomia ou sistemática biológica tem duas grandes metas: o desenvolvimento de uma árvore ou rede da vida, universal, que apresente as relações entre todos os organismos e a criação de um catálogo da vida para acessar toda a informação disponível (Wilson 2003; Zhang & Shear 2007). Contudo, o papel central da taxonomia no estudo contemporâneo da biodiversidade é posto em dúvida por alguns cientistas (e.g. Godfray 2002, 2007; Anônimo 2007). Para eles, a taxonomia é apenas uma ferramenta necessária para dar nomes às entidades biológicas, propiciando a utilização desses nomes em estudos de distinta natureza. Além disso, a taxonomia também é freqüentemente criticada por ser uma disciplina puramente descritiva, pela sua morosidade na obtenção de resultados e formação de novos profissionais, e pela falta de adequação às novas técnicas (Godfray 2002, 2007; Anônimo 2007).

Tal “impasse taxonômico” gera situações que afetam gravemente o estudo da sistemática dos organismos, já que propicia o declínio na formação de recursos humanos atuantes na taxonomia e a aplicação de um sistema de nomenclatura sem comprometimento com métodos científicos taxonômicos por ecólogos e conservacionistas que criam novos conceitos de maneira completamente subjetivos (p. ex. “unidades taxonômicas reconhecíveis” ou “morfoespécies”) (Bortolus 2008; Carvalho *et al.* 2005, 2007; Krell 2004).

Apesar desta perda de reconhecimento e prestígio, a taxonomia vem sendo incrementada com novos métodos de identificação e classificação biológica, particularmente a taxonomia do DNA (*DNA barcoding*), a estrutura cibernética e a nomenclatura filogenética (*Phylocode*). Essas novas técnicas prometem rapidez na identificação de toda a biota do planeta através da simples comparação de um fragmento de DNA, que já pode ser

acessados facilmente na *Internet* (GENBANK), e estabilidade nomenclatural mais coerentes com as construções filogenéticas, fatores estes não observados na taxonomia lineana (de Queiroz & Gauthier 2004; Cantino & de Queiroz 2007; Godfray 2007; Anônimo 2007).

Muitos dos conceitos e os designios da taxonomia foram postos de lado, culminando com uma interpretação ambígua e claramente equivocada dessa ciência devido, principalmente, ao desconhecimento das bases teóricas e epistemológicas que a norteiam (Wheeler 2007). Diante dos “ataques” correntes e das propostas de métodos alternativos, este trabalho teve como objetivo avaliar de maneira crítica os desafios e os impasses que enfrenta a taxonomia, dentro de um contexto histórico e filosófico, abordando os princípios da sistemática filogenética, o problema do termo espécie e as novas formas propostas para a prática taxonômica.

Breve histórico da nomenclatura biológica

A existência humana sempre foi dependente de sua habilidade de reconhecer similaridades e diferenças de formas nas discontinuidades do meio físico e biológico em que vive. Sempre que tem de lidar com eventos ou objetos, os humanos têm propensão para nomear e constituir grupos, que por sua vez, são subdivididos em outros grupos (Raven *et al.* 1971; Mateus 1989). Dessa forma, pode-se dizer que uma taxonomia morfológica sempre esteve no âmago da humanidade (Miranda 2005). Esta propensão também resulta da tendência dicotômica natural do pensamento humano que o ajuda a reunir em grupos objetos que tem alguma coisa em comum, tornando mais fácil seu estudo (Mateus 1989) e, conseqüentemente, o sucesso de suas decisões. Portanto, o surgimento da preocupação em classificar a diversidade de organismos vivos, vistos ao nosso redor, deve ter sido uma atividade intrínseca ao raciocínio humano (Amorim 2002; Rapini 2004). Além disso, é interessante ressaltar que em identificações praticadas por “povos tradicionais”, os organismos nomeados eram poucos e localmente conhecidos, sendo a maioria de grande importância cultural (Raven *et al.* 1971).

O surgimento de um sistema padronizado de classificação e nomenclatura permitiu ao homem armazenar, resgatar e relacionar informações acumuladas em diferentes épocas e regiões (Rapini 2004). Em um sentido mais biológico, classificação seria uma fonte sintética de informação sobre a diversidade biológica (Amorim 2002).

As primeiras classificações biológicas tiveram suas raízes na Grécia Antiga com Platão e Aristóteles (Amorim 2002). Para esses filósofos, espécies eram *eidos* (classes) independentes, definidas morfologicamente, com essências fixas e imutáveis. O conceito de espécie vigente era o tipológico, segundo o qual uma espécie é o conjunto de indivíduos que correspondem a cópias imperfeitas do mesmo tipo ideal que existiria em um universo ideal, atemporal (Mateus 1989; Amorim 2002).

Séculos depois, com o impulso que o Renascimento trouxe para a ciência, os primeiros naturalistas, durante o período que pode ser interpretado como a gênese da história natural, compreenderam que as classificações serviriam a um duplo objeto, um prático e outro geral (Mayr 1997). No primeiro caso, era o de servir como uma chave de identificação ou um índice para um armazenamento de informações e um sistema de recuperação de tais informações. Por outro lado, a principal função da classificação tornou-se a delimitação dos táxons e a construção de uma hierarquia entre os mesmos, que permitisse o maior número possível de generalizações (Mayr 1997). O entendimento desse duplo objetivo só foi sintetizado sob um nome específico em 1813 quando De Candolle cunhou o termo taxonomia, do grego, *taxis* = arranjo e *nomos* = lei (Mateus 1989; Groves 2004).

Dentre os vários sistemas de classificação propostos para acessar a miríade de informações geradas sobre a biodiversidade entre os séculos XV e XVIII (para uma revisão desses sistemas, veja Mayr 1997), um, em especial, se tornaria a pedra fundamental da taxonomia moderna, a décima edição do *Systema Naturae* de Carolus Linnaeus (Carl Lineu). Com esse sistema, Lineu, iniciou as bases para o estabelecimento de uma ciência que teria como intuito construir bases teóricas e práticas que se ocupassem em identificar, classificar e nomear organismos (ICZN

1999; Winston 1999). Inicialmente, o objetivo maior do método de Lineu era uma meta prática de assegurar a correta identificação das plantas e animais, independentemente do processo pelo qual se desenvolvesse essa procura (Mayr 1997). Assim, fornecer a classificação de um táxon seria a realização de um sistema que permitisse dar nomes com rapidez e segurança devido ao uso de caracteres bem definidos e estáveis. A grande diferença entre o sistema de classificação de Lineu, com relação aos naturalistas anteriores, foi o abandono das dicotomias descendentes. Ao invés disso, Lineu classificou o mundo natural nos reinos (*Regna tria naturae*) minerais, plantas e animais e subdividiu-os em níveis categóricos como classes, ordens, gêneros e espécies. Isso conferiu clareza e consistência ao sistema (Mayr 1997).

Entretanto, menos de um século após a publicação da décima edição do *Systema Naturae*, os naturalistas europeus foram confrontados com uma série de novos acontecimentos que inexoravelmente os obrigaram a reavaliar seus conceitos a cerca das bases da taxonomia. Com o aumento do conhecimento da diversidade de formas oriundas de novas localidades geográficas, as cinco categorias criadas por Lineu não eram mais suficientes para classificar todas essas novas descobertas (Raven *et al.* 1971; Amorim 2002, Godray 2002). Ainda no século XIX, o britânico J. E. Gray agrupou os gêneros em famílias e as classes em filos (Groves 2004). Posteriormente, mais categorias intermediárias foram criadas (p. ex. “tribos”, “super-”, “sub-”, “infra-”, etc) e uma maior dose de subjetivismo foi adicionada ao sistema, já que a lógica inicial de Lineu havia sido destruída com o surgimento das novas hierarquias (Raven *et al.* 1971, Amorim 2002). Além disso, nesse período também ocorreu o surgimento das primeiras idéias sobre a existência da transmutação (i.e. evolução) das espécies (e.g. Lamarck 1809), que se chocava de frente com a perspectiva fixista então vigente, logo confrontada pela revolução científica e filosófica propiciada pela teoria da seleção natural de C. Darwin e A. R. Wallace em 1859.

Mais recentemente, com o desenvolvimento e consolidação da sistemática filogenética de W. Hennig (1950-1966) como principal ferramenta dos

estudos sistemáticos e o aparecimento de novas técnicas que propiciaram a utilização de fontes de informações distintas da morfologia, as bases da taxonomia tiveram de ser definitivamente reestruturadas. Essa constatação é mais que explícita na famosa frase de T. Dobzhansky em 1973: “nada na biologia faz sentido, a não ser à luz da evolução”.

Taxonomia e Sistemática

Segundo Amorim (2002), pode-se considerar historicamente pelo menos cinco linhas principais de escolas taxonômicas: lineana, catalográfica, fenética, gradista e filogenética. Em uma visão geral, a escola lineana ou essencialista fundamenta-se na lógica de Aristóteles e utiliza o método intuitivo de reunir táxons com base em semelhanças compartilhadas. A escola catalográfica pode ser vista como um sistema “subjetivo” de classificação, onde é apenas feito o registro do táxon, sem levar em conta o pensamento evolutivo. A taxonomia fenética ou numérica trabalha com a hierarquia de semelhanças absolutas e fornece um tratamento numérico para a reunião ou separação de táxons baseados na semelhança média dos caracteres apresentados em uma matriz de dados. A escola gradista apresenta o pensamento evolutivo na sua base, mas acredita que a filogenia não seja uma premissa necessária para as classificações. O conceito principal nessa escola é o grau, ou seja, um grupo de táxons que compartilha um conjunto de características adaptativas, que não necessariamente precisa refletir um grupo monofilético. A sistemática filogenética propõe que as classificações biológicas devem refletir o conhecimento obtido nas relações de parentesco entre os táxons estudados e, portanto, devem conter apenas grupos monofiléticos. Esse método utiliza pacotes matemáticos computacionais (i. e. parcimônia, máxima verossimilhança, inferência bayesiana) para agregar grupos naturais, e leva em consideração o compartilhamento de caracteres homólogos derivados. Hoje em dia, modelos matemáticos semelhantes aos aplicados na antiga escola fenética (p.ex. UPGMA) são usados nas inferências filogenéticas, entretanto, os pressupostos e pré-requisitos destas abordagens são distintos.

A sistemática filogenética é, nos dias atuais, amplamente utilizada e de suma importância no aprimoramento do pensamento taxonômico e evolutivo, quase que os fundindo na moderna disciplina da sistemática (Cracraft 2000).

O debate sobre a evolução conceitual da taxonomia em sistemática foi uma consequência da inerência cognitiva humana quanto à prática de classificar “coisas” com a prática de relacionar “coisas” (Abel 1976; Fitzhugh 2005, 2008).

Na Zoologia, por exemplo, a sistemática foi definida como o estudo da diversidade biológica e o relacionamento evolutivo entre os organismos (Simpson 1961; Mayr 1969). Os principais problemas tratados nessa área do conhecimento são: descrever a biodiversidade dentro de um sistema evolutivo; compreender os processos responsáveis pela geração dessa diversidade e apresentar um sistema de referência sobre essa diversidade (Amorim 2002). A taxonomia seria uma subdivisão da sistemática destinada às atividades de classificação (Winston 1999). Entretanto há também visões que advogam o contrário, na qual a taxonomia englobaria a sistemática, já que para alguns, o conhecimento sistemático é produzido e aplicado para a realização eficiente das classificações biológicas (Wheeler 2004). Por esta razão, comumente a taxonomia é tratada como sinônimo de sistemática ou sistemática filogenética (Fitzhugh 2008; Winston 1999). Ressalta-se que Cracraft (2000) afirmou que as inferências em sistemática podem ser arbitrárias pelos dados disponíveis serem ambíguos, seja pelo número insuficiente de espécimes observados ou por não serem apropriadamente estudados no tempo ou espaço. Nessa mesma linha de raciocínio, Fitzhugh (2005, 2006a, 2008) abordou de maneira filosófica os modelos de inferências na sistemática ou nomenclatura biológica.

A taxonomia, assim como a sistemática, é baseada atualmente na teoria evolutiva que é a base filosófica e unificadora da biologia e o corpo conceitual explanatório dos padrões da biodiversidade (Fitzhugh 2005; 2006a; 2008; Mayr 1969; Ridley 2004; Stearns & Hoekstra 2000). As formulações de hipóteses em sistemática biológica, que pode ser desde inferências sobre as observações básicas até análises filogenéticas, podem ser caracterizadas

como um tipo de raciocínio não-dedutivo, conhecido como abdução (Fitzhugh 2005; 2006a, 2008). Objetos ou efeitos observados (e. g. indivíduos de uma espécie) que precisam de explicação são associados com alguma teoria causal (Teoria da Evolução) para produzir uma tentativa de hipótese explicativa (relacionamento filogenético).

No nível mais básico, a abdução, idealizada pelo filósofo inglês Charles Sanders Peirce (1839-1914), é a busca de uma conclusão pela interpretação racional de sinais e indícios. Abdução tem o papel de afirmar hipóteses produzidas por declarações que especificam objetos e pela extensão temporal dos eventos, existindo independência do observador e suas declarações, mas são causados pelos efeitos perceptivos das pessoas (Fitzhugh 2005; 2006a, 2008, mas veja Abel 1976).

Com respeito às definições formais de hipóteses filogenéticas, declarações de observações explicam as interações entre um observador e objetos por via de propriedades percebidas nesses objetos (caracteres morfológicos, seqüências genéticas, ontogenia). Isto tem implicações interessantes tanto na noção de que espécies ou táxons são os indivíduos observados, quanto para os nomes que eles deveriam ser referidos (Fitzhugh 2006a, 2008). Inferência abdução não é passível de testes de falsificabilidade por questões temporais e de lógica. Entretanto, explicações das hipóteses-argumentos (e. g. cladogramas) que refletem teorias causais podem ser mais ou menos robustas ou plausíveis (mas veja Toulmin 2006). Neste contexto, pode-se entender o “arbitrário” usado por Cracraft (2000) como a ausência da capacidade de falseabilidade dos nomes dos organismos usados na sistemática biológica, assim como das suas hipóteses de relacionamento. Isto se deve principalmente a extensão temporal dos eventos.

Outro fator arbitrário que norteia estas ciências é se a distinção entre sistemática e classificação é pertinente, uma vez que sistemática é a organização de observações de acordo com uma hipótese, e classificação é a simples segregação de objetos em classes específicas. Em assuntos de semântica, nós podemos recorrer à sistemática como um termo que contempla todos os aspectos da nomenclatura biológica (Fitzhugh 2008). Tal argumento, focado nos

objetivos de cada disciplina, permite que atualmente a sistemática seja tratada como sinônimo de taxonomia (Fitzhugh 2008).

Categorias lineanas e o surgimento do *PhyloCode*

Para alguns cientistas, o simples pensamento de um “casamento” da taxonomia com a sistemática pode despertar mais objeções que concordâncias. Embora a Comissão Internacional de Nomenclatura Zoológica afirme que “o sistema de nomenclatura lineano não poderá sobreviver sem os princípios da sistemática filogenética” (ICZN, 1999, p.17), muitos acreditam que atualmente é muito difícil a união das duas idéias, principalmente pelas diferenças entre as metas e os princípios básicos do método cladístico e da taxonomia alfa (Mayr 1997), impondo à sistemática biológica uma crise científica (Grant 2003; Bethoux 2007).

Outro problema apontado no sistema lineano é a distinção entre sistematização e classificação (Fitzhugh 2008). Nesse sistema, a nomenclatura e classificação são compostas por dois componentes hierárquicos independentes e justapostos: a hierarquia dos táxons e a hierarquia de categorias, visto que para cada táxon natural deve haver uma categoria associada (Amorim 2002). Entretanto, nesse caso, existe uma clara confusão entre os campos da taxonomia (relacionada com o reconhecimento ou diagnose dos táxons) e nomenclatura (relacionado com o ato dar nome aos táxons). Essa confusão ocorre devido ao desconhecimento ontológico do conceito nomenclatural e do conceito de categoria taxonômica (Dubois 2007).

O ranqueamento nomenclatural é um lugar na hierarquia de táxons, onde um está incluído no outro, ou subordinado no outro, em uma ordem particular. Assim, em nenhum momento o “rank” informa ou demonstra qualidades ou a história evolutiva desses táxons, mas apenas reflete a estrutura hierárquica (Dubois 2007). Ranks são “modelos de relacionamento organizacional” que podem ser úteis para mapear relações entre entidades dentro de um nível (Knox 1998). A categoria taxonômica é a classe dos táxons que são definidas por alguns critérios, que pode ser biológico ou de idade absoluta, referindo

apenas as propriedades evolutivas e distribucionais dessas entidades sem necessariamente refletir suas relações filogenéticas com demais categorias.

Apesar do significado dos ranks hierárquicos lineanos terem mudado com as novas idéias na biologia - agrupando organismos em vários graus de relacionamento, facilitando uma explicação em escala evolutiva (Wilkins 2001; Dubois 2007) - os debates sobre a validade ou não do código lineano encontram-se em seu zênite. Para alguns, um novo sistema baseado totalmente no pensamento filogenético seria o mais coerente e proporcionaria a eliminação das categorias e hierarquias lineanas, diminuiria a redundância, promoveria estabilidade nomenclatural e simplificaria a taxonomia (Groves 2004; Cantino & de Queiroz 2007; Lee & Skiner 2007). Tal sistema é chamado hoje de taxonomia ou nomenclatura filogenética (*phylogentic nomenclature* ou *PhyloCode* - de Queiroz & Gauthier, 2004; Cantino & de Queiroz, 2007).

As principais críticas, mencionadas acima, pelos proponentes da taxonomia filogenética ao sistema lineano, incluem principalmente razões epistemológicas. As regras do sistema lineano são originadas de períodos pré-evolucionistas ou da pré-revolução da filogenia na biologia (Sterelny & Griffiths 1999; mas veja Rieppel 2006); além da obrigatoriedade do uso de algumas categorias hierárquicas que, em certos casos, resulta em “táxons redundantes”. Segundo o código (ICZN, 1999), categorias obrigatórias e sucessivas devem ser empregadas, mesmo para um único táxon isolado. A redundância na composição de tais categorias propicia hipóteses explicativas de relacionamento evolutivo redundantes, fato que as tornam puramente subjetivas (Bethoux 2007). Em um breve estudo de caso, podemos citar como exemplo algumas famílias de poliquetas intersticiais, Aberrantidae, Polygordiidae, Potamodrilidae, Protodriloididae, Psammodrilidae e Saccocirridae (Westheide 2008; Rouse & Fauchald 1997; Worsaae & Kristensen 2005). Estas famílias, com um único gênero e poucas espécies, são nomeadas por autores que consideram a nomenclatura filogenética mais lógica e a obrigatoriedade do ICZN redundante, com seus nomes da categoria genérica,

Aberranta, *Polygordius*, *Potamodrilus*, *Protodriloides*, *Psammodrilus* e *Saccocirrus* (Rouse & Pleijel 2001), respectivamente. A abordagem destes clados em suas categorias de gênero resulta de uma incongruência entre a obrigatoriedade das categorias hierárquicas de Lineu, com o sistema filogenético de taxonomia (Cantino & de Queiroz 2007; ICZN, 1999).

Outro ponto mencionado contra a utilização dos ranks é que cada táxon evolui de maneira e em tempos diferentes e, portanto, ao se utilizar a mesma categoria (e.g. famílias, gêneros, espécies, etc.) em diferentes organismos, pode-se não refletir a mesma entidade biológica. Categorias iguais entre organismos diferentes ou distantemente relacionados poderão ter implicações e significados diferentes (Groves 2004; Cantino & de Queiroz 2007; Lee & Skiner 2007). Esse é um problema reconhecidamente antigo que induz uma associação entre táxons e categorias completamente arbitrária e um sistema de classificação instável e que pode tornar-se inconsistente entre diferentes autores (Amorim 2002; Cantino & de Queiroz 2007; Lee & Skiner 2007).

Para os defensores da taxonomia filogenética, com a retirada dos ranks, seriam nomeados apenas os grupos monofiléticos inclusivos e os táxons supra-específicos não precisariam ser isonômicos. Um especialista estaria livre para dar nome a qualquer clado, linhagem evolutiva ou entidade de interesse. A título de ilustração, a espécie de primata que é tradicionalmente chamada de *Macaca fuscata*, seria reconhecida pela nomenclatura filogenética como: Fuscata –Macaca –Papionini – Cercopithecinae –Cercopithecidae – Cercopithecoidea –Catarrhini –Simiiformes –Haplorrhini –Primates (Groves 2004). Há pelo menos três meios principais de definir um grupo: definição baseada em um nó, baseada em apomorfias ou simplesmente dar nome a um ramo por inteiro (Cantino & de Queiroz 2007, Lee & Skinner 2007). Portanto, pode haver mais de um nome para um determinado grupo, mas neste caso, os nomes exprimem diferentes graus de inclusividade (Cantino & de Queiroz 2007).

As considerações sobre os procedimentos de classificação e nomenclatura do “*PhyloCode*”, não passaram despercebidas e logo vários autores

passaram a criticar e apontar problemas nesse sistema, que para alguns apresenta concepções desviadas, falsas e até mesmo absurdas (Wheeler 2004). Um dos pontos centrais dessas críticas está relacionado com a possibilidade de alteração do nome de uma espécie, pois um nome específico reflete uma hipótese, e hipóteses são modificáveis. Dessa forma, há necessidade da existência de um sistema aberto e flexível passível de discussões e revisões de hipóteses científicas como o sistema lineano permite (Wheeler 2004, Benton 2007). Além disso, a nomenclatura filogenética não produz a tal almejada estabilidade e sim rigidez, já que um clado que possuísse vinte espécies poderia permanecer com a mesma nomenclatura caso uma revisão mostrasse agora que ele possui mil espécies. Essa mudança de conteúdo não é trivial (Benton 2007). Ainda, tal sistema pode ser tão ou mais instável que o lineano, pois é dependente de filogenias, e filogenias são pouco conhecidas e podem carecer de consenso (Fitzhug 2008; Wheeler 2004; Benton 2007). Outro problema diz respeito a listas de espécies. Biólogos, conservacionistas e agências necessitam de listas de espécies e a taxonomia filogenética não permite tais elaborações (Benton 2007).

Hillis (2007) propõe uma tentativa de se utilizar partes dos códigos formais da nomenclatura lineana e filogenética, onde cada uma operasse em paralelo. Além disso, o autor propõe ainda que o “*PhyloCode*” aplique nome aos clados, e que o ICZN e códigos associados nomeiem espécies. Se tomarmos novamente como exemplo a espécie de primata *Macaca fuscata*, reconhecida pela nomenclatura filogenética como: Fuscata –Macaca –Papionini – Cercopithecinae –Cercopithecidae – Cercopithecoidea –Catarrhini –Simiiformes –Haplorrhini –Primates (Groves 2004), fica evidente algumas redundâncias entre as nomenclaturas porque neste caso, muitas das categorias lineanas foram congruentes com os clados. Outra tentativa de harmonizar os dois sistemas foi discutida por Fitzhugh (2008). Para esse autor, a prioridade deveria ser a de identificar os fundamentos que se aplicam a ambos os sistemas de nomenclatura e explorar as possibilidades de ramificações e revisão da nomenclatura lineana, ao invés de considerarmos sistemas paralelos. Segundo Fitzhugh (2008), se nós

reconhecemos a natureza de nossas conclusões em sistemática biológica, a única escolha racional seria optar por um único sistema, o lineano.

Retirando um pouco o foco das questões conceituais e filosóficas inerentes a discussão sobre a validade de cada um dos sistemas, o fato é que podemos assumir que o que vem sendo feito ao longo de mais de 250 anos através do sistema lineano, seja o modo mais viável de se lidar com a classificação da diversidade (Raven *et al.* 1971). Por outro lado, se em algum momento todo esse conhecimento for posto em dúvida, foi, ao menos interessante, a existência de um sistema de classificação arcaico, simples, mas sustentável, que organizou o mundo natural de criacionistas a evolucionistas. Por esse motivo, descartar esta tradição em função do “*PhyloCode*”, pode ser um grande erro (Wheeler 2004). Mas, ao mesmo tempo, seria pouco científico não procurarmos atualizar e melhorar as formas de organização e de nomenclaturas, conforme o desenvolvimento do pensamento biológico.

O problema do termo espécie

Como já discutido, os ranks hierárquicos lineanos não foram uniformemente aceitos, mas seu espírito sistemático e seu foco no conceito de espécie, mesmo que embasados em essências (espécies imutáveis criadas por Deus e observável pelos homens), suportaram o jardim evolutivo revolucionado por Darwin e Wallace (Anônimo 2007; Marris 2007). Entretanto, para alguns, as espécies não existem por si sós. Sua existência é dependente da interação com o observador (Fitzhugh 2005a). Mas no geral, a maioria dos biólogos concorda que a espécie é uma unidade natural fundamental (Mayr 2005), definida por meio de observação e comparação de características morfológicas e fenéticas de indivíduos (Ridley 2004; Fitzhugh 2005; Marris 2007; veja Thiele & Yeates 2002 para a idéia de Táxon como uma hipótese). Porém, os cientistas não conseguem concordar sobre como conceituar e quais são os critérios que devem nortear exatamente a definição do termo e qual é realmente o seu ponto de

corte (Winston 1999; Fitzhugh 2005; Stearns & Hoekstra 2000).

Mayden (1997) reconheceu aproximadamente 20 conceitos de espécies e Winston (1999) agrupou os conceitos em cinco grupos principais: fenético, reprodutivo (biológico), filogenético, ecológico e coesivo. Nenhuma destas abordagens está totalmente certa ou errada, e diferentes conceitos permitem criar modelos apropriados para diferentes propósitos (Winston 1999; Wheeler 2007). Além disso, o termo espécie pode apresentar diferentes conceitos devido aos processos de especiação ocorridos de diferentes maneiras (Tattersall 2007; Wheeler 2007). Diferentes processos de especiação produziram unidades de natureza taxonômica diferentes, e, portanto, a classificação dessas unidades em um mesmo rank taxonômico chamado de espécie, poderia ocasionar condições que desfavoreceriam as comparações, como acima explicado.

O uso do termo espécie geralmente gera ambigüidade. Muitos taxonomistas confundem o critério e o conjunto de características dos organismos que utilizam como diagnóstico, com o conceito de espécie (Seberg *et al.* 2003; Fitzhugh 2005a; Wheeler 2007). Espécie é a categoria basal na hierarquia lineana, uma classe taxonômica, e também pode existir como conceito de uma entidade biológica (Mayr 1997). Isso se complicou ainda mais quando “espécie” passou a ser encarada como uma unidade histórica (Mayr 2005; Amorim 2002). Alguns autores (p.ex. Mayr 1997, 2005; Amorim 2002; Dubois 2007) reportam que a interminável confusão na literatura sobre o conceito de espécie ocorreu devido à dificuldade de se distinguir entre a “espécie” considerada como um rank basal na hierarquia lineana, da “espécie” entidade biológica.

Além disso, esse problema pode ser visto também como uma dualidade entre o ato de dar nomes às espécies, por se tratar de uma hipótese como outra qualquer é passível ou não de falsificação, e o dever de passar uma idéia concreta, estável e não volátil para que os demais cientistas tenham acesso ao conhecimento da diversidade biológica (Thiele & Teates 2002). Segundo Amorim (2002), uma solução seria adotar o termo espécie apenas para o nível hierárquico da categoria e, para as entidades

que evoluem, quando diagnosticadas, seria reservado um outro termo (*eidoforontes*). Entretanto, cuidado deve ser tomado com a visão de que as categorias taxonômicas não necessariamente precisam refletir as unidades evolutivas. A intenção de um sistema que pretende refletir a história evolutiva de um grupo é o próprio comprometimento da ciência da classificação com a biologia atual.

A denominação de uma espécie, baseada em um determinado grupo de indivíduos, deve sempre levar em conta as mesmas implicações biológicas e evolutivas, independentemente da abordagem aplicada (Fitzhugh 2005a). Nesta discussão, a distinção entre critérios e conceitos a serem utilizados não é devidamente levado em consideração (Seberg *et al.*, 2003; Fitzhugh 2005a; Wheeler 2007), já que a discussão é teórica e não prática. Assim, o problema em se definir conceitualmente as espécies é abordado muitas vezes como um desafio para a taxonomia (Fitzhugh 2005a; Wheeler 2007). Além disso, problema na definição de espécie surge com a confusão conceitual entre os termos “padrão” e “processo”, que geraram discussões mesmo antes da origem da sistemática filogenética (Mayr 1969; Henning, 1966; Wheeler 2007). Esta discussão remete a dois pilares centrais da metafísica: a percepção humana de “coisas” (objetos) e “eventos” (Abel 1976; Fitzhugh 2006a). A taxonomia identifica, descreve e nomeia indivíduos (“coisas”), mas precisa levar em conta que estes indivíduos são resultado de transformações de caracteres e da remoção de polimorfismo ancestral por processo de extinção (“eventos”) (Mayr 1969; Wheeler 2007). Espécies seriam, portanto, interpretações de “eventos” tokogenéticos e transcendem o status de objeto (Fitzhugh 2005a).

O conceito de espécie é uma construção derivada de uma ação inferencial com estrutura abdução (ver discussão no tópico Taxonomia e Sistemática), servindo para um propósito básico, que é definir padrões a partir de critérios morfológicos, moleculares, reprodutivos e ontogenéticos por meio de observações atuais embasadas em passados evolutivos (Fitzhugh 2005a). Fitzhugh (2005a) esclarece que o reconhecimento de uma dada espécie representa uma hipótese explanatória inferida de uma teoria tokogenética referente

a eventos reprodutivos passados, em que um conjunto de eventos reprodutivos é separado de outro conjunto de eventos – mas note a persistência do problema de isolamento reprodutivo (veja abaixo). Sendo assim, a determinação de espécies a partir de um conceito evolutivo iria além de critérios morfológicos e moleculares. Portanto, a base para determinar nomes formais que representam espécies e hipóteses filogenéticas é a totalidade de espécimes observados que incitaram conclusões sobre padrões e hipóteses (Fitzhugh 2005a, 2008; Wheeler 2007). Espécies são identificadas por padrões de caracteres morfológicos, moleculares, reprodutivos e ontogenéticos, e que refletem os resultados de uma história de divergência. Ao ver espécies como padrões, nós fixamos uma fase da biologia evolutiva interessada em explicar as origens (Wheeler 2007).

O debate sobre o conceito de espécie pode também ser tratado a partir de um viés mais conservacionista, já que as decisões sobre conservação são baseadas nas classificações taxonômicas (Rylands *et al.* 1993). A maioria dos biólogos e agências ambientais trabalha suas decisões através de listas de espécies, mas as listas podem ser subestimadas ou inflacionadas conforme o conceito aplicado (Isaac *et al.* 2004; Tattersall 2007). Até mesmo os chamados *hotspots* de biodiversidade que atualmente ganham prioridades de conservação podem variar seus padrões e localidades conforme o critério e o conceito utilizado para determinar uma espécie (Peterson & Navarro-Sigüenza 1999; Meijaard & Nijman 2002). Não foi à toa que a necessidade de reconhecer a diversidade para propósitos de conservação reacendeu o debate sobre o conceito de espécie.

Com o intuito de proteger a variação biológica, muitos biólogos trabalham com rigor científico e apoio da lei para reconhecerem unidades de conservação abaixo do nível de espécie, tais como subespécies e outras unidades (Haig *et al.* 2006; Karl & Bowen 1998). Subespécies são reconhecidas como variações geográficas ao longo de uma espécie, ou populações em diferenciação, no caminho evolutivo para uma completa especiação. Mas definir subespécies também pode ser complicado, pois vai depender da mobilidade e o quão disperso é um organismo (Haig *et al.* 2006).

O uso do termo subespécie está ligado e é até mesmo é incentivado pelo Conceito Biológico de Espécie que conduz ao reconhecimento de espécies politípicas. O problema deste conceito é seu critério de isolamento reprodutivo que deixa a maior parte do mundo natural inclassificável e menospreza a importância do mecanismo de hibridação (Arnold 1997; Groves 2004). Já perante o Conceito Filogenético de Espécie, subespécies estão sendo elevadas a categorias de espécies (Haig *et al.* 2006) e muitos têm argumentado contra esse inflacionamento causado por razões metodológicas (Isaac *et al.* 2004; Tattersall 2007).

Existe também a prática de trabalhar em conservação com unidades de significado evolutivo (*Evolutionary Significant Units*, ESU - Waples 1991, Moritz 1994) ao invés de se trabalhar com espécies. O propósito de reconhecer essas unidades é assegurar a proteção de diferentes potenciais evolutivos dentro de uma linhagem. Os conceitos também não são padronizados, mas em geral são próximos. Segundo Moritz (1994), ESU é uma população historicamente isolada, que deve ser monofilética quanto aos alelos de DNA mitocondrial e ao mesmo tempo mostrar divergência significativa nas frequências alélicas de locus nucleares. Waples (1991) definiu ESU como uma população ou grupos de populações que de certo modo são isoladas de outros conspecíficos e representa um importante componente no legado evolutivo da espécie. Em termos da taxonomia convencional, uma ESU geralmente corresponde aos limites conceituais de espécies ou subespécies, mas em algumas circunstâncias pode ser aplicada para uma única população (Karl & Bowen 1999). As críticas a esses novos sistemas de delineamentos de unidades para a conservação começam com o problema da padronização conceitual que não foi resolvido. Além do mais, o papel e a importância dos dados demográficos e comportamentais seriam reduzidos na delimitação dessas unidades (Pennock & Dimmick 1997). Há críticas também quanto ao adaptacionismo embebido nas unidades infra-específicas. Segundo Dimmick *et al.* (1999), essas unidades são distinguidas pelo critério de adaptação e grande parte da variação é produzida por processos

vicariantes que não necessitam de adaptação.

De um ponto de vista pragmático, os taxonomistas descrevem espécies e hipóteses como um padrão, filogeneticistas usam estes “padrões” para criar hipóteses explicativas de “processos”, e conservacionistas delimitam os padrões *in situ* (sejam eles espécies ou outras unidades evolutivas) e os protegem. Para se entender padrões e processos necessita-se de maior ênfase nas ciências descritivas (Greene 2005), sejam elas a taxonomia, história natural, ou mesmo inventariamentos, cuja importância é atualmente menosprezada na biologia educacional moderna. De fato, longe de uma solução, o conceito de espécie deve constituir uma meta chave na investigação biológica (Wilson 2003) e não ser encarado apenas como mais um desafio para a taxonomia. Talvez o assunto só poderá ser clarificado quando o inventário de todo os organismos vivos for completado; quando os padrões e processos de toda a biota do planeta estiverem mais bem descritos (Wilson 2003).

DNA barcoding: determinação de espécies sem morfologia ou história natural?

O foco na análise de características é um dos “dogmas” centrais para a taxonomia e filogenia (Hennig 1966). Caracteres são observáveis e, de certa forma, a única evidência que existe para determinar uma espécie (Wheeler 2007). Contudo, as limitações herdadas de um sistema de identificação baseada na morfologia e a escassez de taxonomistas especializados nos diferentes grupos de organismos sugerem a necessidade de mudanças (Godfray 2002, 2007). As necessidades de tais mudanças ganharam mais força devido aos impasses taxonômicos atuais frente à crise da biodiversidade, culminando com a formulação do projeto do “código de barras da vida” (*DNA barcoding*) por Hebert *et al.* (2003). Esse projeto visa diagnosticar todas as espécies eucarióticas do globo através de uma pequena seqüência (600 pares de base) de um único gene mitocondrial (Citocromo oxidase subunidade I, COI) para ser comparada em um banco de dados genético. A promessa dessa metodologia padronizada é propiciar a identificação da biodiversidade através de um único espécime (ou parte

dele) de maneira rápida e barata, sem a necessidade de especialistas em taxonomia (Hebert *et al.* 2003a, 2003b, 2004; Godfray 2007; Wheeler 2007). Além disso, supriria também as limitações inerentes à taxonomia baseada na morfologia e história natural, tais como: plasticidade dos caracteres, carência de caracteres em certos grupos, omissão de espécies crípticas, chaves de identificação inadequadas e demasiada subjetividade.

O COI é um gene mitocondrial envolvido no metabolismo energético, de fácil extração devido à grande quantidade de mitocôndrias por célula. Suas regiões com rápida taxa de evolução permitem analisar as relações filogeográficas e entre espécies próximas, enquanto as regiões conservadas permitem o reconhecimento de relações filogenéticas em níveis hierárquicos superiores. A média de variação interespecífica calculada para o COI foi cerca de dez vezes maior que a média da variação intraespecífica e o ponto de corte estabelecido para distinguir entre essas variações foi de 2% a 3%. Ou seja, segundo Hebert *et al.* (2003), seu código de barras da vida poderia levar em conta uma divergência de até 3% para separar e identificar todas as espécies eucarióticas como válidas, com precisão. Tal metodologia foi abraçada pelo “Consórcio para o Código de Barras da Vida” (CBOL) e “Projeto Internacional do Código de Barras da Vida” (IBOL) e, desde então, tem recebido grande apoio financeiro por parte de empresas privadas e projetos governamentais. Os aderentes almejam inclusive a confecção de uma tecnologia portátil, que necessite de pouca habilidade de manuseio propiciando que qualquer pessoa identifique qualquer organismo acessando um amostra biológica (Pennisi 2003).

Embora o código de barras da vida pareça um conjunto de receitas robotizadas, sem nenhum um arcabouço conceitual ou filosófico profundo (Hajibabaei *et al.* 2005), a padronização metodológica em um único gene mitocondrial mostrou-se eficiente para determinados grupos de aves, peixes, traças, moscas, borboletas e hirudíneos (Smith *et al.* 2006, Aravind *et al.* 2007, Kerr *et al.* 2007, Pennisi 2007; Anônimo 2007; mas veja Kutschera 2007), inclusive separando espécies crípticas (Aravind *et al.* 2007,

Pennisi 2003). Contudo, a promessa de universalidade está longe de ser alcançada.

Em bactérias e arqueobactérias (procariontes), são utilizados genes ribossomais que auxiliam na identificação de grupos menos inclusivos, ao passo que mais genes são necessários para um refinamento de ranks taxonômicos mais baixos (Stoeckle 2003). Mesmo dentro dos eucariontes há problema. Por exemplo, um reino inteiro, Plantae, estaria de fora da análise do *DNA barcoding*. O sistema de herança de mitocôndrias dos vegetais é diferente da dos animais e a hibridação ocorre em larga escala, dificultando o uso do DNA mitocondrial para este fim. Para animais diploblásticos, o COI não apresenta variabilidade suficiente para identificação (Erpenbeek *et al.* 2006). Shearer & Coffroth (2008) constataram que o uso deste método é limitado para a identificação de corais escleractíneos devido aos baixos níveis de divergência interespecíficos entre táxons aparentemente distantes. Este padrão de evolução lenta no gene COI é em geral uma característica do DNA mitocondrial de antozoários (Shearer & Coffroth 2008). As relações entre seqüências do nucleotídeo COI não foram consistentes com a classificação taxonômica tradicional desses animais.

Identificação de espécies baseada na análise do código de barras depende da distinção acurada entre a variação intra- e interespecífica, mas isso varia muito entre os táxons e a extensão dessa variação é desconhecida. Não há um único gene que seja tão conservado ao longo de todo o domínio da vida (Stoeckle 2003) e essas análises baseadas no COI já estão experimentando saturações de uso. Ocasionalmente em metazoários, altas taxas de substituição de nucleotídeo podem conduzir à sobreposição de variações intra- e interespecíficas que podem resultar em identificação incerta quando baseadas somente no sistema *DNA barcoding* (Fitzhugh 2006a; Shearer & Coffroth 2008).

É importante ressaltar que dados de seqüências, por si só, não nos contam muita coisa a menos que possamos contextualizá-los. E esse parece ser o grande problema da taxonomia baseada exclusivamente no DNA: o confuso acúmulo de informação molecular sem muito significado (Wheeler 2004; Ebach & Holdrege 2005). Como

poderia tal método ser universalmente eficiente se a taxa de evolução difere ao longo do genoma ou dos distintos táxons com hábitos díspares? Sabemos também que as histórias de um só gene não correspondem à história da espécie. A variabilidade genética intraespecífica pode variar conforme a vagilidade do animal e o ambiente. Táxons presentes nos trópicos podem possuir maior variabilidade do que os de ambientes temperados, dificultando a análise (Harris & Froufe 2005). Mais ainda, não existe uma correlação entre a variação intra- e interespecífica e o tempo de divergência (Lee & Skinner 2007).

Talvez, a principal crítica feita pelos opositores do “código de barras da vida” se refira mais ao que o CBOL e IBOL anseiam do que ao método em si mesmo. A sugestão e propaganda do “código de barras” como sendo uma “nova taxonomia” sem taxonomia é problemática, pois o erro na identificação é grande, visto que uma única seqüência de um único indivíduo é concebida como referência para toda uma espécie. Isso é extremamente perigoso para uma identificação segura e, ao mesmo tempo, pode levar novamente ao problema da identificação tipológica de uma espécie (ver Seberg *et al.* 2003).

Os vastos exemplos de inaplicabilidade em inúmeros organismos determinam a necessidade de se criar bases conceituais mais robustas, que considerem a morfologia e a história evolutiva dos indivíduos (Fitzhugh 2006b; Carvalho *et al.* 2005, 2007; Kutschera 2007). A taxonomia do DNA tem o sério problema de não possuir o arcabouço conceitual e teórico da taxonomia atual. Como foi inicialmente proposta, a taxonomia do DNA não é descritiva e, portanto, não pode ser uma ciência dirigida por hipóteses (Wheeler 2004). No modo em que foi proposta, ela só almeja a identificação. A pequena parcela de espécimes identificada como nova por esta técnica, também não foi descrita e parece não haver tal preocupação por parte dos adeptos (EDG Soares, comunicação pessoal). Por outro lado, a utilização das ferramentas moleculares concomitantemente com dados morfológicos e classificações taxonômicas tradicionais é uma realidade que pode gerar ótimos resultados.

Portanto, o modelo atual do “código de barras da vida” não tem como substituir o

trabalho da taxonomia. Mas a taxonomia pode se aproveitar dessa tecnologia como uma ferramenta auxiliar. O *DNA barcoding* poderá promover informações e essas serão transformadas em conhecimento significativo, somente se os cientistas os contextualizarem na morfologia e história natural dos grupos (Ebach & Holdrege 2005). Resultados díspares poderão provocar novas pesquisas e incentivar os taxonomistas a fazerem novas revisões taxonômicas e novos testes para suas hipóteses.

Para que a taxonomia possa ser respeitada como uma ciência independente, é necessário devolver a ela o foco da exploração no compartilhamento de caracteres homólogos nas mais diferentes fontes de informação (e.g. morfológico, molecular, fisiológico, comportamental). A confiança desequilibrada em seqüências moleculares ocorre porque ramos da biologia fazem um uso apressado ou equivocado da taxonomia, não levando em consideração os princípios teóricos da determinação de um dado táxon (Wheeler 2007). O consenso entre dados morfológicos e moleculares certamente será no nível analítico e metodológico. A re-avaliação do conhecimento existente de caracteres morfológicos associados aos genes responsáveis por sua expressão, como os *homebox*, pode auxiliar na inferência de hipóteses de homologias, corroborar a identificação taxonômica e dar indícios de processos micro- e macroevolutivos (Wilkins 2001; Minelli 2007).

Impasses taxonômicos nos tempos modernos

Durante séculos, taxonomistas buscaram desvendar, documentar e ordenar os padrões de semelhanças e diferenças vistas entre espécies (Wheeler 2007, Carvalho *et al.* 2007) e os vários inventários produzidos desde a época de Lineu aumentaram muito o conhecimento atual da diversidade biológica. Entretanto, estima-se que existam entre 5 e 30 milhões de espécies a serem descritas (Wilson 1992), e os deveres da taxonomia se tornam caros e exaustivos (Wheeler 2007; Lana 2003). A única certeza parece ser a de que muitas espécies estão sendo irreparavelmente perdidas a uma taxa acelerada e muito maior

do que aquela em que estão sendo descritas (Wheeler 2007). De certa forma, o sucesso evolutivo da nossa espécie depende da qualidade ambiental do nosso habitat, e este se torna um impasse para os taxonomistas: como avaliar o custo-benefício do conhecimento de uma espécie para a integridade dos ecossistemas e assim da qualidade de vida humana, levando em consideração os gastos e consumos que esta ciência terá para conhecer e preservar esta espécie?

Os impasses da taxonomia são econômicos, políticos e sociais, e fogem da esfera puramente acadêmica. O nível de investigação da biodiversidade deve ser definido por questões científicas e sociais, e pela urgência das ameaças ambientais percebidas. Neste contexto, os responsáveis por contextualizar a biodiversidade e os custos taxonômicos deste inventário não deveriam ser somente os taxonomistas, mas sim toda a comunidade esclarecida (Lana 2003). Empreender a tarefa de descrever cada uma das espécies existentes requer uma vasta extensão de recursos humanos e materiais, e isto, certamente, não será problema unicamente de cientistas e sistematas, mas sim de mais setores da sociedade (Lana 2003).

Paradoxalmente à essa necessidade cada vez maior por novos sistematas, o que se vê é um número baixo de pessoas na área - existem cerca de 6000 biólogos no mundo trabalhando com sistemática (Wilson 2003; Marques & Lamas 2006), carência de estruturas e fundos para este tipo de pesquisa. A própria comunidade científica tem uma enorme culpa histórica neste processo de perda de contingente por ter, em algum momento, desestimulado sistematicamente as vocações potenciais, vendendo (ou praticando) a imagem da taxonomia como um conjunto de procedimentos estéreis e enfadonhos (Lana 2003). Há um declínio no recrutamento dos profissionais por causa também do pouco prestígio da profissão (Marques & Lamas 2006).

São necessários muitos anos de estudo para a formação de um taxonomista, o que não incentiva os jovens e as agências financiadoras (Ebach & Holdrege 2005). Wheeler (2004) alertou que a falta de contingente pessoal e de fundos para a taxonomia vem sendo agravada pelos

desvios para áreas de estudos de pura filogenia ou de novas práticas taxonômicas, como o *DNA barcoding* e o *Phylocode*. Apesar da verdadeira causa, essa problemática existe e tem sido referida por muitos estudiosos como “impasse taxonômico” (Carvalho *et al.* 2005, 2007). Entretanto, essas não são as únicas causas do impasse atual.

Os poucos profissionais existentes não estão uniformemente distribuídos, tanto em relação aos países, quanto nos táxons estudados. Muitas vezes profissionais de excelência se aposentam e levam consigo toda a técnica de estudo de um táxon pouco compreendido, caso não tenham formado estudantes. Outro problema diz respeito à produção bibliográfica. Os taxonomistas precisam de um melhor modo para publicar seus dados (Agostini & Johnson 2002) porque os que existem são em grande parte volumosos, antigos e de acesso restrito, não permitindo a indexação do conhecimento. Essa dificuldade muitas vezes alcança os próprios taxonomistas, sendo mais um problema fonte de produção de sinonímias (Dubois 2008). Revisões taxonômicas, por definição e consequência, possuem o significado científico único para a taxonomia: gerar e testar hipóteses explicativas de táxons (Fitzhugh 2005, Wheeler 2004), mas infelizmente, são pouco incentivadas e difundidas, pois são difíceis de serem publicadas devido ao seu tamanho. Dessa forma, as poucas revistas especializadas no assunto não apresentam uma boa acessibilidade do seu conteúdo, gerando um acesso limitado e elitizado aos milhões de espécies publicadas e suas chaves de identificação.

Museus, as principais instituições da taxonomia, bem como suas coleções científicas, são atualmente pouco valorizadas. São poucas as coleções representativas e a maioria carece de uma satisfatória amostragem numérica e espacial dos táxons. Além disso, falta também material de consumo e equipamentos para suas adequadas manutenções, sem contar o problema da disponibilização das coleções. O diálogo dos museus com as universidades e projetos de pesquisas pode ser extremamente burocrático e demandando muitas despesas e viagens. Em países como o Brasil, há falta de incentivo e reconhecimento para a carreira de curadores

e técnicos de museus. Em geral, esses cargos são ocupados por voluntários que dividem seus tempos com outros compromissos profissionais e não recebem treinamento adequado. Já em outros países, o declínio dos museus deve-se ao afastamento de seus verdadeiros objetivos (coleções e taxonomistas) em detrimento das vontades do capitalismo e do mundo tecnocrático (Wheeler 2004; Ebach & Holdrege 2005).

Outros problemas são agravados em países “em desenvolvimento” e megadiversos como o Brasil e outros da América Latina. Assim como a globalização da economia, o monopólio na taxonomia pode afetar negativamente o desenvolvimento (científico) onde é mais necessário. Carvalho *et al.* (2005, 2007) consideram que esses países megadiversos deveriam ser soberanos e ter grande parte do lucro sobre a biodiversidade. Para estes autores, isto dependeria de uma estrutura legal eficiente que separasse a pesquisa básica da biopirataria, já que a carência de tal distinção ainda é um problema em alguns desses países. Por outro lado, empecilhos para a liberação de licenças de coletas e transporte de material biológico pelos órgãos federais de licenciamento e fiscalização ambiental, muitas vezes atrasam o levantamento da biodiversidade e uma política demasiada paranóica em relação aos recursos genéticos não permite tomadas de decisões por pessoas nas áreas das Ciências Biológicas.

Aprimorando a taxonomia

Muitos ecólogos e conservacionistas consideram que os taxonomistas não são capazes de prover “identidades” de espécies de maneira eficaz para as tomadas de decisões urgentes na conservação (Godfray 2002, 2007). Esta visão sobre incapacidades da nomenclatura biológica é decorrente de pesquisadores que desconhecem os procedimentos da sistemática, ignorando não só a taxonomia em si, mas também a filogenia e biogeografia. Descrições e hipóteses de relacionamento de novos táxons requerem rigor teórico, empírico e epistemológico, e raramente seguem um tempo julgado apropriado para reduzir a crise de biodiversidade. Esta falta de tempo não é um “fracasso” dos sistematas, mas um mau entendimento dos que consideram a

taxonomia só um serviço de nomeação da biodiversidade (Carvalho *et al.* 2005, 2007). No que tange às práticas na biologia da conservação, o verdadeiro fracasso está em não conseguir conciliar de forma eficaz o crescimento humano e a existência das demais formas de vida. Infelizmente, a taxonomia se transformou num bode expiatório da crise da biodiversidade. Muitos parecem querer forjar essa ciência para apressar resultados por causa dos efeitos irreversíveis ao ambiente causado pelo homem. Definitivamente, este não é o caminho.

É reconhecida atualmente a deficiência na comunicação entre taxonomistas e entre estes com os demais profissionais e o público. Parece haver uma necessidade urgente de um maior e mais fácil acesso ao material biológico e a disponibilização do conhecimento gerado para todos que necessitam. Além disso, é preciso modificar a cultura da taxonomia e aprimorar seu diálogo e alcance (Aravind *et al.* 2007). Seu alcance atual é claramente inadequado para seus desafios (Wheeler *et al.* 2004). A disciplina taxonômica terá que aprimorar seu modo de difusão e aumentar seu contingente para florescer (Godfray 2002).

Em diversos países, algumas iniciativas estão sendo tomadas para tentar reverter a situação atual e alcançar as metas do futuro. Projetos como *Partnerships to Enhance Expertise in Taxonomy* (PEET), *Assembling the Tree of Life* (AToL), *The Time Tree of Life*, *Revisionary Syntheses in Systematics* (RevSys), *Planetary Biodiversity Inventory* (PBI), *Consortium for the Barcode of Life* (CBOL), *International Barcode of Life* (IBOL) e a *Encyclopedia of Life* (EOL), têm como finalidade apoiar pesquisas com grupos animais pouco conhecidos, treinar uma nova geração de taxonomistas, melhorar o acesso geral e a promoção de um uso mais amplo do conhecimento mundial sobre a biodiversidade (Wheeler 2007; Lana 2003).

No Brasil, por exemplo, alguns projetos visam, mesmo que sem um escopo ou vertentes propriamente taxonômicas, o aumento do conhecimento da biodiversidade, como o Programa Biotá, financiado pela Fapesp, o Programa Nacional da Diversidade Biológica, do Ministério do Meio Ambiente e o Programa

Nacional de Zoologia, aplicado em cursos graduação e pós-graduação (Lana 2003; Carvalho *et al.*, 2007). Embora estas contribuições possam parecer singelas, o Brasil ficou entre os anos de 2001 e 2006 atrás apenas dos Estados Unidos em número de publicações na *Zootaxa*, considerado hoje a principal revista para a publicação de trabalhos taxonômicos (Carvalho *et al.* 2007).

O mais novo campo que está emergindo é a taxonomia ligada à estrutura de rede da internet, a chamada *Cybertaxonomy* (Godfray 2002, Wheeler 2004, Wheeler *et al.* 2004, Wheeler 2007, Wheeler 2008). Nas palavras de Wheeler (2007): “a taxonomia de rede (cibertaxonomia) abraça as missões tradicionais da taxonomia de descobrir e descrever as espécies da Terra, classificando-as de acordo com suas relações filogenéticas e o sistema lineano descritivo. Inclui também como missão uma rede de comunicação entre espécimes, especialistas, instrumentos, dados, literatura e outros recursos de pesquisa num observatório virtual de espécies”.

De acordo com os proponentes, espécimes, fotos e imagens de suas estruturas seriam todas disponibilizadas na rede. Análogo ao banco de dados genéticos *GenBank*, seria criado um banco de dados de morfologia *MorphoBank*, aliviando em parte os gastos e logísticas de viagens de especialistas para consultas de exemplares. Mas claro que pra isso ocorrer, todos os museus e demais instituições de prática taxonômica deveriam ser revitalizados e informatizados. Nessa mesma linha de pensamento, Wilson (2003) propôs uma página eletrônica de cada espécie de organismo na Terra, disponível em qualquer lugar através de um simples comando. Em fevereiro de 2008, Paddy Patterson disponibilizou on-line a Enciclopédia da Vida *Encyclopedia of life* (EOL - www.eol.org) (Maher 2007). A página contém o nome científico da espécie, representações genéticas e de imagens, pelo menos do espécime tipo e do seu ambiente, resumindo todos os seus caracteres diagnósticos. A página pode abrir bases de dados genéticos, morfológicos, filogenéticos e comportamentais (*EthoBank*), entre outros. Cada página compreende um sumário de tudo o que é conhecido sobre a genética,

filogenia, geografia, história natural e evolutiva da espécie. A taxonomia é a fundação, a ciência chave dessa enciclopédia e com isso o processo deve acelerar a própria ciência da sistematização. Todo o conhecimento sobre uma espécie pode ser adicionado e acessado, aumentando o diálogo entre a Biologia Comparada e a Biologia Geral (Wilson 2003). Esta iniciativa, abastecida pela ciber infraestrutura, aprimora a natureza descritiva da biologia e aumenta seu alcance.

Com este objetivo, novas iniciativas vem surgindo. Por exemplo, no Brasil foi lançado neste último ano o site *CIFONAUTA*, um banco de dados de imagem contendo uma grande variedade de fotos e vídeos das atividades científicas em biologia marinha. As imagens contêm classificação taxonômica, fase da vida, habitat, e outras informações que permitem navegar intuitivamente (Migotto & Vellutini, 2012).

No entanto, vários problemas surgem com uma empreitada unificadora desta magnitude. Ela demanda altos investimentos e podem favorecer ou surgir inúmeros conflitos de egos. A própria digitalização das coleções é algo contencioso e divide opiniões de taxonomistas e conservacionistas: o que deve ser observado e registrado (Blackmore 2002)? Valeria a pena disponibilizar a descoberta sem ganhar reconhecimento? Valeria ser diluído dentro de um corpo unificador? Como isso aprimoraria a carreira profissional do indivíduo? Infelizmente ainda é melhor para a carreira profissional publicar em periódicos de grande fator de impacto do que em guias de campo ou em páginas eletrônicas (Lyal & Weitzman 2004).

É necessário estar ciente também que, apesar dos vários pontos positivos de se acelerar os passos da taxonomia através dos recursos da internet, com a aplicação de novas e fascinantes tecnologias, é desejável

e essencial estimular uma fundação crescente de taxonomistas. Para isto, sistematas precisam de treinamentos teóricos, ter incentivos para o aumento no número de profissionais, governantes apresentarem propostas para um compromisso duradouro com as antigas coleções de museus, e o reconhecimento pelos políticos da importância da biodiversidade e que a taxonomia é uma ciência robusta. Sem ela, o próprio ramo da biologia poderá ser a próxima vítima da extinção (Wheeler 2007; Carvalho *et al.* 2005).

As revoluções tecnológicas e os avanços teóricos deveriam ser sempre conciliados e repensados para o fim a que se destina a taxonomia: descrever e corroborar espécies e caracteres, identificar espécies, prover nomes e classificações informativas, e continuar explorando a diversidade biológica tanto no nível de, quanto acima e abaixo do nível de espécie (Wheeler 2007; Zhang & Shear 2007; Fitzhugh 2006b, 2008). Os consensos falham muitas vezes porque as novas vertentes ignoram o eixo central de qualquer ciência que se propõe a fazer taxonomia: “Táxons, incluindo os nomes, não são meros produtos finais, eles são hipóteses de relação (isto é da evolução) que necessitam de corroboração e que podem sofrer mudanças com testes futuros, quando novos dados se fizerem disponíveis. Como hipóteses, táxons são essenciais para estudos filogenéticos e biogeográficos, os quais reforçam qualquer entendimento da biodiversidade, evolução e suas causas” (Carvalho *et al.* 2007).

Aprimorar a informação e o alcance dessa ciência, atualizar a cultura dos taxonomistas com abordagens embasadas em princípios filosóficos e em novas tecnologias, são atitudes essenciais para uma nova perspectiva na taxonomia e, consequentemente, melhor entendimento da biodiversidade.

Agradecimentos

Somos gratos a Fernando C. Passos, Elaine D. G. Soares, Kelli S. Ramos e Marcelo Kitahara pelas críticas e sugestões à primeira versão do manuscrito. Gratos a Marcio Pie por incentivar a discussão dos desafios da taxonomia e Paulo da Cunha Lana pelas discussões e revisões.

Referências

- Abel, R. 1976. *Man is the Measure: A Cordial Invitation to the Central Problems of Philosophy*. New York, The Free Press. XXIV+296p.
- Agostini, D. & N.F. Johnson. 2002. Taxonomists need better access to published data. *Nature* 417: 222.
- Amorim, D.S. 2002. *Fundamentos de Sistemática Filogenética*. Ribeirão Preto, Editora Holus. 154p.
- Anônimo. 2007. The legacy of Linnaeus. *Nature* 446: 231–232.
- Aravind, K.; G. Ravikanth; R. Uma Shaanker; K. Chandrashekar; A.R.V. Kumar & K.N. Ganeshiah. 2007. DNA barcoding: an exercise in futility or utility? *Current Science* 92: 1213-1216.
- Benton, M.J. 2007. The PhyloCode: Beating a dead horse? *Acta Palaeontologica Polonica* 52: 651-655.
- Arnold, M.L. 1997. *Natural hybridization and evolution*. New York: Oxford University Press. XIII+215p.
- Béthoux, O. (2007) Propositions for a character-state-based biological taxonomy. *Zoologica Scripta* 36 (4): 409-416.
- Blackmore, S. 2002. Biodiversity Update – Progress in taxonomy. *Science* 298: 365.
- Bortolus, A. 2008. Error cascades in the biological sciences: the unwanted consequences of using bad taxonomy in ecology. *Ambio* 37 (2): 114-118.
- Cantino, P. D. & K. de Queiroz. 2007. PhyloCode: International code of phylogenetic nomenclature, versão 4b. Disponível na World Wide Web em: <http://www.ohio.edu/phylocode/> [04 de setembro de 2008].
- Carvalho, M.R.; F.A. Bockmann; D.S. Amorim; C.R.F. Brandão; M. de Vivo; J.L. Figueiredo; H.A. Britski; M.C.C. de Pinna; N.A. Menezes; F.P.L. Marques; N. Papavero; E.M. Canello; J.V. Crisci; J.D. McEachran; R.C. Schelly; J.G. Lundberg; A.C. Gill; R. Britz; Q.D. Wheeler; M.L.J. Stiassny; L.R. Parenti; L.M. Page; W.C. Wheeler; J. Faivovich; R.P. Vari; L. Grande; C.J. Humphries; R. DeSalle; M.C. Ebach & G.J. Nelson 2007. Taxonomic Impediment or Impediment to Taxonomy? A Commentary on Systematics and the Cybertaxonomic-Automation Paradigm. *Evolutionary Biology* 34: 140-143.
- Carvalho, M.R.; F.A. Bockmann; D.S. Amorim; M. de Vivo; M. Toledo-Piza; N.A. Menezes; J.L. Figueiredo; R.M.C. Castro; A.C. Gill; J.D. McEachran; L.J.V. Compagno; R.C. Schelly; R. Britz; J.G. Lundberg; R.P. Vari & G.J. Nelson. 2005. Revisiting the Taxonomic Impediment. *Science* 307: 353.
- Cracraft, J. 2000. Species concepts in theoretical and applied biology: A systematic debate with consequences, p. 3-14. *In*: Q.D. Wheeler, Q.D. & R. Meier (Eds.). *Species Concepts and Phylogenetic Theory: A Debate*. New York, Columbia University Press. XII+230p.
- Cronin, M.A. 2007. Limitations of molecular genetics in conservation. *Nature* 447, 638.
- Darwin, C.R. 1859. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*. Londres, John Murray. 502p.
- de Queiroz, K. & J. Gauthier. 1994. Toward a phylogenetic system of biological nomenclature. *Trends in Ecology and Evolution* 9: 27–31.
- Dimmick, W.W.; M.J. Ghedotti; M.J. Grose; A.M. Maglia; D.J. Meinhardt & D.S. Pennock. 1999. The importance of systematic biology in defining units of conservation. *Conservation Biology* 13: 653-660.
- Dobzhansky, T. 1973. Nothing in biology makes sense except in the light of evolution. *The*

American Biology Teacher 35:125-129.

Dubois A. 2008. A partial but radical solution to the problem of nomenclatural taxonomic inflation and synonymy load. *Biological Journal of the Linnean Society* 93: 857-863

Ebach, M.C. & C. Holdrege. 2005. More taxonomy, not DNA barcoding. *BioScience* 55: 822-823.

Erpenbeck, D.; J.A.J. Breeuwer; F.J. Parra & R.W.M. van Soest. 2006. Speculation with spiculation?—three independent gene fragments and biochemical characters versus morphology in demosponge higher classification. *Molecular Phylogenetics and Evolution* 38: 293–305.

Fitzhugh, K. 2005a. The inferential basis of species hypotheses: The solution to defining the term ‘species.’ *Marine Ecology* 26: 155–165.

Fitzhugh, K. 2005b. Les bases philosophiques de l’inférence phylogénétique: une vue d’ensemble. *Biosystema* 24: 83–105.

Fitzhugh, K. 2006a. The abduction of phylogenetic hypotheses. *Zootaxa* 1145: 1–110.

Fitzhugh, K. 2006b. DNA Barcoding: an instance of technology-driven science? *BioScience* 56 (6): 462-463.

Fitzhugh, K. 2008. Abductive inference: implications for ‘Linnean’ and ‘Phylogenetic’ approaches for representing biological systematization. *Evolutionary Biology* 35: 52-82.

Godfray, H.C.J. 2002. Challenges for taxonomy. *Nature* 417: 17–19.

Godfray, H.C.J. 2007. Linnaeus in the information age. *Nature* 446: 259–260.

Grant, V. 2003. Incongruence between cladistic and taxonomic systems. *American Journal of Botany* 90 (9): 1263-1270.

Greene, H.W. 2005. Organisms in nature as a central focus for biology. *Trends in Ecology and Evolution* 20 : 23-27.

Groves, C. 2004. The what, why and how of Primate Taxonomy. *International Journal of Primatology* 25 : 1105-1126.

Hadju, E.M.; N.M. Gianuca & A.C.Z. Amaral. 1998. O impedimento taxonômico e a crise da biodiversidade. *In: Simpósio de Ecossistemas Brasileiros, 4., Águas de Lindóia. Anais...* São Paulo, Academia de Ciências do Estado de São Paulo, 227-245.

Haig, S.M.; E.A. Beever; S.M. Chambers; H.M. Draheim; B.D. Dugger; S. Dunham; E. Elliott-Smith; J.B. Fontaine; D.C. Kesler; B.J. Knaus; I.F. Lopes; P. Loschl; T.D. Mullins & L.M. Sheffield. 2006. Taxonomic considerations in listing subspecies under the U.S. Endangered Species Act. *Conservation Biology* 20: 1584-1594.

Hajibabaei, M.; J.R. de Waard; N.V. Ivanova; S. Ratnasingham; R.T. Dooh; S.L. Kirk; P.M. Mackie & P.D.N. Hebert. 2005. Critical factors for assembling a high volume of DNA barcodes. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London B* 360: 1959-1967.

Harris, D.J. & E. Froufe. 2005. Taxonomic inflation: species concept or historical geopolitical bias? *Trends in Ecology and Evolution* 20: 6-7.

Hebert, P.D.N.; A. Cywinska; S.L. Ball & J.R. DeWaard. 2003a. Biological identifications through DNA Barcodes. *Proceedings of the Royal Society of London Series B* 270: 313–321.

Hebert, P.D.N.; E.H. Penton; J.M. Burns; D.H. Janzen & W. Hallwachs. 2004. Ten species in one: DNA barcoding reveals cryptic species in the neotropical skipper butterfly *Astraptes fulgerator*. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 101: 14812–14817.

Hebert, P.D.N.; S. Ratnasingham & J.R. deWaard. 2003b. Barcoding animal life: cytochrome *c* oxidase subunit 1 divergences among closely related species. *Proceedings of the Royal Society of London. Series B, Biological Sciences* 270 : S96–S99.

Hennig, W. 1966. *Phylogenetic Systematics*. Urbana, University of Illinois Press. 263p.

- Hillis, D. 2007. Constraints in naming parts of the tree of life. *Molecular Phylogenetics and Evolution* 42: 331–338.
- Isaac, N.J.B; J. Mallet & G.M. Mace. 2004. Taxonomic inflation: its influence on macroecology and conservation. *Trends in Ecology and Evolution* 19: 464-469.
- ICZN [International Commission on Zoological Nomenclature] (1999) *International code of zoological nomenclature*. Quarta edição. Londres, International Trust for zoological Nomenclature. XXXIX+126p.
- Karl, S.A. & B.W. Bowen. 1999. Evolutionary significant units versus geopolitical taxonomy: molecular systematics of an endangered sea turtle (genus *Chelonia*). *Conservation Biology* 13: 990-999.
- Kelly, K. 2008. Technological twist on taxonomy. *Nature* 452: 939.
- Kerr, K.C.R.; M.Y. Stoeckle; C.J. Dove; L.A. Weigt; C.M. Francis & P.D.N. Hebert. 2007. Comprehensive DNA barcode coverage of North American birds. *Molecular Ecology Notes* 1: 1-9.
- Knox, E.B. 1998. The use of hierarchies as organizational models in systematics. *Biological Journal of the Linnean Society* 63: 1-49.
- Krell, F-T. 2004. Parataxonomy vs. taxonomy in biodiversity studies – pitfalls and applicability of “morphospecies” sorting. *Biodiversity and Conservation* 13 (4): 795-812.
- Kutschera, U. 2007. Leeches underline the need for Linnaean taxonomy. *Nature* 447: 775.
- Lana, P.C. 2003. O valor da biodiversidade e o impasse taxonômico: a diversidade marinha como estudo de caso. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 8: 97-104.
- Lee M.S.Y. & A. Skinner. 2007. Stability, ranks, and the *Phylocode*. *Acta Palaeontologica Polonica* 52: 643-650.
- Linnaeus, C. 1758. *Systema Naturae per regna tria naturae, secundum classes, ordines, genera, species, cum characteribus, differentiis, synonymis, locis*. Editio decima, reformata. Tomus I. Laurentii Salvii, Holmiae. 823p.
- Lyal, C.H.C. & A.L. Weitzman. 2004. Taxonomy: exploring the impediment. *Science* 305 : 1106.
- Maddison, D.R.; K.S. Schulz & W.P. Maddison 2007. The Tree of Life Web Project. *Zootaxa* 1668: 19–40.
- Marques, A.C, & C.J.E. Lamas. 2006. Taxonomia zoológica no Brasil: estado da arte, expectativas e sugestões de ações futuras. *Papéis Avulsos de Zoologia* 46: 139-174.
- Marris, E. 2007. The species and the specious. *Nature* 446: 250-253.
- Maher, B. 2007. Taxonomy: the collector. Paddy Patterson interviewed by Brendan Maher. *Nature* 449: 23.
- Mateus A. 1989. *Fundamentos de Zoologia Sistemática*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 310p.
- Mayden, R.L. 1997. A hierarchy of species concepts: the denouement in the saga of the species problem. p. 381-424. *In*: M.A. Claridge; H.A. Dawah & M.R. Wilson (Eds.). *Species: The units of diversity*. London, Chapman & Hall. XVI+460p.
- Mayr, E. 1969. *Principles of Systematic Zoology*. New York, McGraw Hill. XI+428p.
- Mayr, E. 1997. Perspective: the objects of selection. *Proceedings of the National Academy of Science* 94 :2091-2094.
- Mayr, E. 2005. *Biologia, ciência única: reflexões sobre a autonomia de uma disciplina científica*. São Paulo: Companhia das letras. 266p.

- Meijaard, E. & V. Nijman. 2002. Primate hotspots on Borneo: predictive value for general biodiversity and the effects of taxonomy. *Conservation Biology* 17: 725-732.
- Migotto, A. E. & Vellutini. 2012. *Cifonauta* image database. Available at: <http://cifonauta.cebimar.usp.br>. Accessed: 2012-03-13.
- tinelli, A. 2007. Invertebrate taxonomy and evolutionary developmental biology. *Zootaxa* 1668: 55–60.
- Miranda, J.M.D. 2005. O primata humano, a visão, a morfologia e a sistemática. *Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Zoologia* 85: 4-5.
- Moritz, C. 1994. Defining “Evolutionarily Significant Units” for conservation. *Trends in Ecology and Evolution* 9: 373-375.
- Pennisi, E. 2003. Modernizing the Tree of Life. *Science* 300: 1692-1697.
- Pennisi, E. 2007. Wanted: a barcode for plants. *Science* 318: 190-191.
- Pennock, D.S. & W.W. Dimmick. 1997. Critique of the evolutionarily significant unit as a definition for “distinct population segments” under the U.S. Endangered Species Act. *Conservation Biology* 11: 611-619.
- Peterson, K.J. & E.H. Davidson 2000. Regulatory evolution and the origin of bilaterians. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 97: 4430-4433.
- Peterson, A.T. & A.G. Navarro-Sigüenza. 1999. Alternate species concepts as bases for determining priority conservation areas. *Conservation Biology* 2: 427-431.
- Rapini, A. 2004. Modernizando a taxonomia. *Biota Neotropica* 4 (1), 1-4.
- Raven, P.H.; B. Berlin & D.E. Breedlove. 1971. The origins of Taxonomy. *Science* 174: 1210-1213.
- Ridley, M. 2004. *Evolution*. Oxford, Blackwell Publishing Company. VIII+752p.
- Rieppel, O. 2006. The *Phylocode*: a critical discussion of its theoretical foundation. *Cladistics* 22: 186-197.
- Rylands, A.B.; A.F. Coimbra-Filho & R.A. Mittermeier. 1993. Systematics, geographic distribution, and some notes on the conservation status of the Callitrichidae, p.11-77. In: A.B. Rylands (Ed.). *Marmosets and Tamarins Systematics, Behaviour and Ecology*. New York, Oxford University Press.
- Rodman, J.E. 2007. Reflections on PEET, the Partnerships for Enhancing Expertise in Taxonomy. *Zootaxa* 1668: 41–46.
- Rouse, G.W. & Fauchald, K. 1997. Cladistics and polychaetes. *Zoologica Scripta* 26: 139-204.
- Rouse, G.W. & P. Pleijel. 2001. *Polychaetes*. Londres, Oxford. XIII+354p.
- SBZ. 2007. *Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Zoologia* 89: 1-12.
- Seberg, O.; C.J. Humphries; S. Knapp; D.W. Stevenson; G. Petersen; N. Scharff & N.M. Andersen. 2003. Shortcuts in systematics? A commentary on DNA-based taxonomy. *Trends in Ecology and Evolution* 18: 63-65.
- Shearer, T.L. & M.A. Coffroth. 2008. Barcoding corals: limited by interspecific divergence, not intraspecific variation. *Molecular Ecology Resources* 8: 247-255.
- Smith, M.A.; B.L. Fisher & P.D.N. Hebert. 2005. DNA barcoding for effective biodiversity assessment of a hyperdiverse arthropod group: the ants of Madagascar. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London B*, 360: 1825-1834.
- Sterelny, K. & P.E. Griffiths. (1999). *Sex and Death: An introduction to philosophy of biology*. Chicago: University of Chicago Press. XI+456p.
- Stoeckle, M. 2003. Taxonomy, DNA, and the Barcode of life. *BioScience*, 53: 2-3.

- Simpson, G.G. 1961. Principles of Animal Taxonomy. New York, Columbia University Press. XII+247p.
- Stearns, S.C. & R.F. Hoekstra. 2000. Evolution: an introduction. Oxford, Oxford University Press. 379p.
- Tattersall, I. 2007. Madagascar's lemurs: cryptic diversity or taxonomic inflation? *Evolutionary Anthropology* 16: 12-23.
- Thiele, K. & D. Yeates. 2002. Tension arises from duality at the heart of taxonomy. *Nature* 419: 337
- Toulmin, S. 2006. Os usos do argumento. Tradução de Reinaldo Guarany. Coleção Ferramentas. São Paulo, Martins Fontes. 375p.
- Vences, M.; M. Thomas; R.M. Bonett & D.R. Vieites. 2005. Deciphering amphibian diversity through DNA barcoding: chances and challenges. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London, Series B, Biological Sciences* 360: 1859–1868.
- Waples, R.S. 1991. Pacific salmon, *Oncorhynchus* spp., and the definition of species under the Endangered Species. *Acta Marine Fisheries Review* 53: 11-22.
- Westheide, W. 2008. Polychaetes: Interstitial Families. Second Edition. London, The Linnean Society of London and the Estuarine and Coastal Science Association, 44. VII+169p.
- Wheeler, Q.D. 2004. Taxonomic triage and the poverty of phylogeny. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London B* 359: 571-583.
- Wheeler Q.D.; P.H. Raven & E.O. Wilson. 2004. Taxonomy: impediment or expedient? *Science* 303: 285.
- Wheeler, Q.D. 2007. Invertebrate systematics or spineless taxonomy? *Zootaxa* 1668: 11–18.
- Wheeler, Q.D. 2008. The New Taxonomy. [CRC Press](#). Systematics Association Special Volumes Series, 76, 237 pp.
- Wilkins, A. 2001. The evolution of developmental pathways. Sunderland, Sinauer Associates. XVII+603p.
- Wilson, E.O. 1992. The diversity of life. New York, W. W. Norton & Company. Páginas
- Wilson, E.O. 2003. The encyclopedia of life. *Trends in Ecology and Evolution* 18: 77-80.
- Winston, J.E. 1999. Describing species: practical taxonomic procedures for biologists. New York, Columbia University Press. XX+518p.
- Worsaae, K. & R.M. Kristensen. 2005. Evolution of interstitial Polychaetes. *Hydrobiologia* 535/536: 319-340.
- Zhang, Z.Q. & W.A. Shear. 2007. Linnaeus tercentenary and invertebrate taxonomy: an introduction. *Zootaxa* 1668: 7-10.

Recebido em 14/03/2012
Aprovado em 19/05/2012

SITUACIÓN ACTUAL DE LA 2ª EDICIÓN DE LAS *OBRAS COMPLETAS DE MARX- ENGELS (MEGA)* DESPUÉS DEL REVÉS DEL SOCIALISMO

J. Octavio Obando Morán*

Resumo

Aqui se coloca em evidência o processo e a situação atual da segunda edição das obras completas de K. Marx e F. Engels: *Marx-Engels Gesamtausgabe*, conhecida também como MEGA, e a projeção intelectual e temporal para realizar a edição. A segunda edição das obras completas está programada em 114 tomos, dos quais tem surgido, desde 1975, aproximadamente, 50. Se estipulam algumas diferenças centrais entre a 1ª e a 2ª MEGA e se conclui com o necessário cuidado que se há de ter com a leitura de Marx-Engels, em geral vistos a luz da interpretação do período soviético.

Palavras-chave: Marx, Engels, obras completas, nova edição, filosofia, economia, política.

Resumen

Aquí se pone en evidencia el proceso y situación actual de la segunda edición de las Obras completas de K. Marx y F. Engels: *Marx-Engels Gesamtausgabe* conocida también como MEGA y la proyección intelectual y temporal para realizar la edición. Esta edición está programada en 114 tomos de los cuales han aparecido desde 1975 aproximadamente 50. Se estipulan algunas diferencias centrales entre la 1ª y 2ª MEGA y se concluye con el necesario cuidado que se ha de tener con la lectura de Marx-Engels en general vistos a la luz de la interpretación del periodo soviético.

Palabras clave: Marx, Engels, obras completas, nueva edición, filosofía, economía, política.

* Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: jomoranobando@yahoo.es

Introducción

En este ensayo pondremos de manifiesto en los siguientes subtítulos el conjunto de ideas que serán desenvueltas a lo largo del mismo:

- 1) Una breve exposición histórica acerca de las MEGA;
 - 2) Equipos que trabajan cada una de las secciones y tomos que componen la MEGA actual;
 - 3) Esquema general y los 114 tomos proyectados, los editados y en vías de preparación;
 - 4) Lo diferente entre la 1ª y 2ª edición de las MEGA;
 - 5) Un breve comentario a la edición actual de MEGA.
- Finalmente las conclusiones.

1) Una breve exposición histórica acerca de las MEGA

Frente al proceso y situación actual de las MEGA J. Rojahn¹ nos da una visión de síntesis.

Luego del revés del socialismo en Europa del Este el Instituto de Marxismo-Leninismo de Berlín para preservar el legado de sus archivos contactó con el

¹ Rojahn, J: PUBLISHING MARX AND ENGELS AFTER 1989: THE FATE OF THE MEGA. Sitio web: <http://www.iisg.nl/~imes/mega-e98.pdf>, ingreso: 5/marzo/2006. Esta visión puede completarse con la Introducción General a las Obras Completas de Marx-Engels: *Collected Works*.

“General Introduction”. Marxist CD Archive, Marxist Internet Archive (MIA), USA, 2002. Aquí se especifica que entre 1928 y 1947 se desarrolla la publicación de las Obras completas de Marx – Engels en ruso, la edición Riazanov-Adoraski; siguiendo con Rojahn: en 1956 el Instituto de Marxismo-Leninismo en Berlín y el CC del Socialist Unity Party alemán comienza la publicación de la edición alemana compuesta de 44 volúmenes en total en la Editorial (Verlag) Dietz. La edición de las *Collected Works* se basa en la primera edición en ruso. Y la edición en inglés estuvo al cuidado del comité editorial unitario comunista ruso-británico-estadounidense-alemán bajo responsabilidad de los respectivos comités centrales del PcUS, PcGB, PcUSA y SED (KPD/SU). También puede verse: Redimensionierung des Projekts. Der revidierte Plan der Marx-Engels-Gesamtausgabe. Se indica que J. Rojahn trabajó como secretario del IMES, la visión que emerge de esta Redimensionierung es más editorial, el trayecto histórico-editorial para constituir las obras completas, cada sección y la exposición de las opciones debatidas en las variadas discusiones: para la elaboración internacional de esta edición de M-E Sitio

web:<http://www.bbaw.de/bbaw/Forschung/Forschungprojekte/mega/de/blanko.2005-02-25.3081521366>.

Ingreso: 5/marzo/2006; también MEGA: IV/ B. 32, p. 43-44 y 57-58; Algunos colegas estiman que todo lo relacionado con el marxismo está muerto después del revés del socialismo (y en general están muertas las alternativas radicales de izquierda), ello sin embargo significa asumir el fin de la historia con el capitalismo y su última y superior etapa el imperialismo. Así cualquier renovación política o paraíso cristiano en la tierra o reforma económica que se piense se ha de asumir inevitablemente en este horizonte, en este contexto capitalista imperialista. Idea que encuentro francamente inimaginativa teniendo en vista la historia, la práctica histórico-social y la creatividad humana. Sobre el fin de la historia M. Rubinstein: Die logischen Grundlagen des Hegelsche System und das Ende der Geschichte. In: Kant-Studien, 1906, pp. 40-107.

International Institute of Social History (IISH) de Amsterdam, contacto más intenso desde el año de 1989 y de diciembre del mismo.

Este proceso de contacto tiene dos aspectos: el primero fue trabajar la segunda edición de las obras completas² de M-E, y b) enfrentar el problema político en Europa del Este con la desintegración del falso socialismo y la preservación de los archivos. El contacto, por consiguiente, apunta a cubrir dos esferas: 1) uno coyuntural: la continuidad de la edición y 2) uno estructural: la preservación de los archivos del Instituto de Marxismo-Leninismo.

Las ediciones de las MEGA han tenido dos momentos.

El primer momento corresponde cronológicamente a la década del 20 del siglo XX, y editorialmente a la edición parcialmente crítica de B. Riazanov y V. Adoraski: *Historisch-kritische Marx-Engels-Gesamtausgabe*.

El segundo momento corresponde editorialmente a una edición crítica más elaborada de las obras de M-E. Este proyecto fue pensado, diseñada y materializado por la colaboración de los Institutos de Marxismo-Leninismo de Berlín y Moscú, y también con el antes mencionado IISH de Amsterdam. Cronológicamente este segundo momento hay que situarlo a fines de la década del 60 del siglo XX en adelante. Esta es la razón por el cual el Instituto de M-L de Berlín y también el de Moscú apelan a fines de la década del 80 ---el revés del socialismo--- al IISH.

El IISH después de los sucesos de 1989 se encargó de resguardar los archivos de los Institutos de M-L de Berlín y Moscú como de hacerlos accesibles a los investigadores, pero no asumió la responsabilidad total de editar la continuación de la segunda edición de la MEGA por razones editoriales y económicas.

² Las obras completas de ciertos escritores tienen larga data pues su existencia se remonta a la Europa del siglo XVII y XVIII, y su finalidad era preservar el legado de estos escritores y ponerlos a disposición del gran público. Este legado permitía y permite de igual manera la elaboración de aproximaciones histórico-críticas cada vez más precisas.

Este proyecto común de una edición más crítica de la MEGA comenzó a materializarse desde 1975 cuando aparece el primer volumen. Y quedó asegurada su continuidad después de los sucesos de 1989 en Europa del Este por este IISH y se unió además la Casa Museo Karl Marx.

La continuidad de editar los volúmenes proyectados por el IISH con sus dificultades exigió a éste trabajar bajo dos condiciones la nueva edición crítica MEGA: 1) sería una edición académica no sujeta a intereses de partido, 2) se daría dentro de un amplio espectro de cooperación internacional.

La cooperación internacional dio vida a la Internationale Marx-Engels Stiftung (IMES: desde 1990) en Amsterdam. La tarea central del IMES sería y es completar la edición MEGA. El IMES más que una Fundación (Stiftung) es más bien una red internacional que es coordinada desde Amsterdam por un Comité Editorial, la tarea de este Comité Editorial consiste en evaluar el trabajo y realizar el control de calidad de la edición MEGA. No dependen de fondo económico alguno.

Las incertezas y problemas del IMES, económicas y editoriales, se verían pronto superadas cuando el canciller H. Kohl aseguró la continuidad de la MEGA. Así en 1993 se forma un nuevo equipo editor de la edición MEGA, que es asignado a la nueva Berlin-Brandenburg Academy of Sciences (Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften: BBAW) con sede en Berlín. Formalmente unida el IMES al BBAW desde 1992 las cosas han sido favorables a continuar la edición MEGA.

El proyecto de edición original de la 2ª edición de MEGA concebida en 170 tomos, luego de intercambios y discusiones respecto a que se tenía que editar y que no ---problema que consistía básicamente en la reproducción de documentos en las varias secciones que componen la MEGA--- llevó a que el nuevo proyecto de la edición fuese reducida a 114 tomos.

En conclusión: cuando aparece el IMES en 1990 ya 43 volúmenes o parcial volúmenes habían sido publicados, cuatro volúmenes o parcial volúmenes estaban en impresión apareciendo estos entre 1992 y 1993.

Los avances de investigación de las secciones y volúmenes que componen esta

MEGA son publicados por la Revista MEGA-Studien (ver bibliografía): actividad, investigaciones, contexto histórico, dominio e influencia de sus escritos, informe del proceso de los volúmenes asignados a cada equipo, ediciones, conferencias y actividades del IMES.

2) Equipos que trabajan cada una de las secciones y tomos de la MEGA actual.

Los equipos de trabajo son de carácter internacional como será fácil al lector así reconocerlo.

1. BBAW team, Berlin. MEGA vols: I/15, I/16, I/21, I/32, II/14, II/15, IV/10, IV/11, IV/12, IV/16; (in co-operation with 9) IV/17, IV/18, IV/19. URL: <http://www.bbaw.de/vh/mega>.
2. RGA team, Moscow. MEGA vols: (in co-operation with 7) I/28; (in co-operation with 9) II/11, II/12, II/13; (in co-operation with 5) III/9; III/12, III/13, III/14, III/15; (in co-operation with 10) III/30; IV/5; (in co-operation with 5 and 8) IV/27.
3. RNI team, Moscow. MEGA vols: II/4.3, III/11, IV/22, IV/28.
4. German-French team, Trier/Aix-en-Provence. MEGA vols: I/4, I/5, I/6.
5. IISG team, Amsterdam. MEGA vols.: (in co-operation with 2) III/9; (in co-operation with 2 and 8) IV/27. URL: <http://www.iisg.nl/>
6. Berlin/Amsterdam. MEGA vols: IV/14.. URL: <http://www.marxforschung.de/>
7. Toulouse. MEGA vols: (in co-operation with 2) I/28.
8. USA. MEGA vols: (in co-operation with 2 and 5) IV/27.
9. Japan. MEGA vols: (in co-operation with 2) II/11, II/12, II/13; (in co-operation with 1) IV/17, IV/18, IV/19.
10. Copenhagen. MEGA vols: (in co-operation with 2) III/30.
11. Marburg/Frankfurt/Venice. MEGA vols: III/29.
12. Erfurt. MEGA vols: IV/25.

3) Esquema general de la edición y los 114 tomos proyectados, los editados y en vías de preparación.

Struktur, [Editionsplan](#), [Editionsprinzipien](#)

Struktur.

Abteilung (sección): Werke (Obras), Artikel (artículos),
Entwürfe (Proyectos)
Abteilung: Das Kapital und
Vorarbeiten (trabajos previos)

Abteilung: Briefwechsel
(correspondencia)
Abteilung: Exzerpte (extractos),
Notizen (noticias), Marginalien
(apuntes marginales).

Editionsplan:

Abteilung:

Erschienen (aparecidos): 1-3, 10-14, 18, 20, 22, 24-27, 29, 31

In Bearbeitung (en proceso): 4-6, 15-17, 21.1-2, 28, 32

Geplant (proyectados): 7-9, 19, 23, 30

Abteilung:

Erschienen: 1.1-2, 2, 3.1-6, 4.1-2, 5-10, 12, 14-15

In Bearbeitung: 4.3, 11.1-2, 13

Abteilung:

Erschienen: 1-10, 13

In Bearbeitung: 11-12, 14-15, 29-30

Geplant: 16-35

Abteilung:

Erschienen: 1-4, 6-9, 31-32

In Bearbeitung: 5, 10-12, 14-16, 22, 27-29

Geplant: 13, 17-21, 23-26, 30

Editionsprinzipien

Vollständigkeit (íntegra)

1. Originaltreue (originales)
2. Textentwicklung (textos en proceso)
3. Kommentierung (comentarios)

Gliederung eines Bandes

Textband

Einleitung (alt)

Textteil (Werk, Artikel, Entwurf, Manuskript).

(4) Apparatband

Einführung (neu)

Entstehung und Überlieferung, Zeugenbeschreibung

Verzeichnisse (Variantenverzeichnis, Verzeichnis von

Textveränderungen der Redaktion, Verzeichnis der

Erledigungsvermerke, Korrekturenverzeichnis)

Erläuterungen

Quellennachweis

Register (Literaturregister, Namenregister,

Sachregister)

Secciones:

Erste Abteilung (Primera sección): Werke, Artikel, Entwürfe

Bd. 1: Karl Marx: Werke, Artikel, Literarische Versuche bis März 1843. Berlin 1975, 88* + 1337 S. ISBN 3-05-003351-7. € 128,-.

Bd. 2: Karl Marx: Werke, Artikel, Entwürfe, März

1843 bis August 1844. Berlin 1982, 64* + 1018 S.
ISBN 3-05-003352-5. € 128,-.

Bd. 3: Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe bis August 1844. Berlin 1985, 62* + 1372 S. ISBN 3-05-003353-3. € 128,-.

Bd. 4: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, August 1844 bis Dezember 1845. In Arbeit: Deutsch-französische MEGA-Gruppe Trier/Aix (Jacques Grandjonc†, Hans Pelger (u.a.)).

Bd. 5: Karl Marx/Friedrich Engels: Die deutsche Ideologie. In Arbeit: Deutsch-französische MEGA-Gruppe Trier/Aix (Jacques Grandjonc†, Hans Pelger u.a.).

Bd. 6: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Januar 1846 bis Februar 1848. In Arbeit: Deutsch-französische MEGA-Gruppe Trier/Aix (Jacques Grandjonc†, Hans Pelger u.a.).

Bd. 7: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Februar bis September 1848.

Bd. 8: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Oktober 1848 bis Februar 1849.

Bd. 9: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, März bis Juli 1849.

Bd. 10: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Juli 1849 bis Juni 1851. Berlin 1977, 50* + 1216 S. ISBN 3-05-003354-1. € 128,-.

Bd. 11: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Juli 1851 bis Dezember 1852. Berlin 1985, 42* + 1233 S. ISBN 3-05-003355-X. € 128,-.

Bd. 12: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Januar bis Dezember 1853. Berlin 1984, 48* + 1290 S. ISBN 3-05-003356-8. € 128,-.

Bd. 13: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Januar bis Dezember 1854. Berlin 1985, 48* + 1199 S. ISBN 3-05-003357-6. € 128,-.

Bd. 14: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Januar bis Dezember 1855. Berlin 2001, XV + 1695 S. ISBN 3-05-003610-9. € 188,-. [[content and introduction \(pdf, 310Kb\)](#)]

Bd. 15: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Januar 1856 bis Oktober 1857. In Arbeit: BBAW Berlin (Manfred Neuhaus, Hanno Strauß)

Bd. 16: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Oktober 1857 bis Dezember 1858. In Arbeit: BBAW Berlin (Manfred Neuhaus).

Bd. 17: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Januar bis Oktober 1859.

Bd. 18: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Oktober 1859 bis Dezember 1860. Berlin 1984, 38* + 1155 S. ISBN 3-05-003358-4. € 128,-.

Bd. 19: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Januar 1861 bis September 1864.

Bd. 20: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, September 1864 bis September 1867. Berlin 1992, 57* + 2040 S. ISBN 3-05-003359-2. € 208,- (not available).

Bd. 21: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, September 1867 bis März 1871. In Arbeit: BBAW Berlin (Jürgen Herres).

Bd. 22: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, März bis November 1871. Berlin 1978, 58* + 1541 S. ISBN 3-05-003360-6. € 128,-.

Bd. 23: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, November 1871 bis Dezember 1872.

Bd. 24: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Dezember 1872 bis Mai 1875. Berlin 1984, 48* + 1375 S. ISBN 3-05-003361-4. € 128,-.

Bd. 25: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Mai 1875 bis Mai 1883. Berlin 1985, 56* + 1332 S. ISBN 3-05-003362-2. € 128,-.

Bd. 26: Friedrich Engels: Dialektik der Natur (1873-1882). Berlin 1985, 72* + 1111 S. ISBN 3-05-003363-0. € 128,-.

Bd. 27: Friedrich Engels: Herrn Eugen Dührings Umwälzung der Wissenschaft (Anti-Dühring). Berlin 1988, 75* + 1444 S. ISBN 3-05-003364-9. € 128,-.

Bd. 28: Karl Marx: Mathematische Manuskripte (1878-1881). In Arbeit: RGA Moskau (Irina Antonova), Université de Toulouse I (Alain Alcouffe, Jean-Claude Yakoubsohn).

Bd. 29: Friedrich Engels: Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats. Berlin 1990, 49* + 898 S. ISBN 3-05-003365-7. € 128,-.

Bd. 30: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, März 1883 bis September 1886.

Bd. 31: Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Oktober 1886 bis Februar 1891.
Berlin 2002, XVI + 1440 S. ISBN 3-05-003482-3. € 168,- [[content and introduction \(pdf, 171Kb\)](#)] [[summary](#)]

Bd. 32: Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Februar 1891 bis August 1895.
In Arbeit: BBAW Berlin (Peer Kösling, N.N.).

Zweite Abteilung: "Das Kapital" und Vorarbeiten

Bd. 1: Karl Marx: Ökonomische Manuskripte 1857/58.

Teil (Parte) 1, Berlin 1976, 30* + 465 S. ISBN 3-05-003366-5. € 128,-.

Teil 2, Berlin 1981, 6* + 872 S. ISBN 3-05-003367-3. € 128,-.

Bd. 2: Karl Marx: Ökonomische Manuskripte und Schriften 1858-1861.
Berlin 1980, 32* + 507 S. ISBN 3-05-003368-1. € 128,-.

Bd. 3: Karl Marx: Zur Kritik der politischen Ökonomie (Manuskript 1861-1863).

Teil 1. Berlin 1976, 26* + 499 S. ISBN 3-05-003369-X. € 128,-.

Teil 2. Berlin 1977, 38* + 472 S. ISBN 3-05-003370-3. € 128,-.

Teil 3. Berlin 1978, 12* + 684 S. ISBN 3-05-003371-1. € 128,-.

Teil 4. Berlin 1979, 12* + 471 S. ISBN 3-05-003372-X. € 128,-.

Teil 5. Berlin 1980, 38* + 476 S. ISBN 3-05-003373-8. € 128,-.

Teil 6. Berlin 1982, 12* + 1331 S. ISBN 3-05-003374-6. € 128,-.

Bd. 4: Karl Marx: Ökonomische Manuskripte 1863-1867.

Teil 1. Berlin 1988, 40* + 770 S. ISBN 3-05-003375-

4. € 128,-.

Teil 2. Berlin 1992, 17* + 1471 S. ISBN 3-05-003376-2. € 128,-.

Teil 3. In Arbeit: RNI Moskau (Larisa Mis'kevic).

Bd. 5: Karl Marx: Das Kapital. Kritik der Politischen Ökonomie. Erster Band, Hamburg 1867. Berlin 1983, 60* + 1092 S. ISBN 3-05-003377-0. € 128,-.

Bd. 6: Karl Marx: Das Kapital. Kritik der Politischen Ökonomie. Erster Band, Hamburg 1872. Berlin 1987, 51* + 1741 S. ISBN 3-05-003378-9. € 128,-.

Bd. 7: Karl Marx: Le Capital, Paris 1872-1875.
Berlin 1989, 37* + 1441 S. ISBN 3-05-003379-7. € 128,-.

Bd. 8: Karl Marx: Das Kapital. Kritik der Politischen Ökonomie. Erster Band, Hamburg 1883. Berlin 1989, 46* + 1519 S. ISBN 3-05-003380-0. € 128,-.

Bd. 9: Karl Marx: Capital. A Critical Analysis of Capitalist Production, London 1887.
Berlin 1990, 28* + 1183 S. ISBN 3-05-003381-9. € 128,-.

Bd. 10: Karl Marx: Das Kapital. Kritik der Politischen Ökonomie. Erster Band, Hamburg 1890.
Berlin 1991, 40* + 1288 S. ISBN 3-05-003382-7. € 128,-.

Bd. 11: Karl Marx: Manuskripte zum zweiten Band des "Kapital".

Teil 1. In Arbeit: RGA Moskau (Vitalij Vygodskij †, Ljudmila Vasina), JA (Teinosuke Otani).

Teil 2. In Arbeit: RGA Moskau (Vitalij Vygodskij †, Ljudmila Vasina), JA (Teinosuke Otani).

Bd. 12: Friedrich Engels: Bearbeitungsmanuskript zum zweiten Band des "Kapital", 1883/84. In Arbeit: RGA Moskau (Ljudmila Vasina), JA (Izumi Omura u.a.).

Bd. 13: Karl Marx: Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Zweiter Band. Herausgegeben von Friedrich Engels. Hamburg 1885. In Arbeit: RGA Moskau (Ljudmila Vasina), JA (Izumi Omura u.a.).

Bd. 14: Karl Marx/Friedrich Engels: Manuskripte und Bearbeitungsmanuskripte zum dritten Band des "Kapital", 1867-1894. Berlin 2003, XI + 1138 S.

ISBN 3-05-003733-4. € 168,-. [[content and introduction \(pdf, 470Kb\)](#)]

Bd. 15: Karl Marx: Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Dritter Band. Hamburg 1894. Berlin 2004, XI + 1420 S. ISBN 3-05-003797-0. € 178,-.

Dritte Abteilung: Briefwechsel (Correspondencia)³

Bd. 1: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel bis April 1846. Berlin 1975, 34* + 964 S. ISBN 3-05-003383-5. € 128,-.

Bd. 2: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Mai 1846 bis Dezember 1848. Berlin 1979, 54* + 1209 S. ISBN 3-05-003384-3. € 128,-.

Bd. 3: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Januar 1849 bis Dezember 1850. Berlin 1981, 52* + 1535 S. ISBN 3-05-003385-1. € 128,-.

Bd. 4: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Januar bis Dezember 1851. Berlin 1984, 40* + 1108 S. ISBN 3-05-003386-X. € 128,-.

Bd. 5: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Januar bis August 1852. Berlin 1987, 40* + 1190 S. ISBN 3-05-003387-8. € 128,-.

Bd. 6: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel September 1852 bis August 1853. Berlin 1987, 47* + 1299 S. ISBN 3-05-003388-6. € 128,-.

Bd. 7: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel September 1853 bis März 1856. Berlin 1989, 50* + 1249 S. ISBN 3-05-003389-4. € 128,-.

³ Se trabajó ---dice Redimensionierung--- sobre la base de unas diez mil cartas intercambiadas por Marx entre 1835 y 1883, y unas cuatro mil intercambiadas por Engels después de la muerte de Marx (1883-1895) y hubo sobre esta base que determinar la opción más apropiada para editarlas y que sin embargo no resultaba fácil su justificación: Redimensionierung des Projekts. Der revidierte Plan der Marx-Engels-Gesamtausgabe. Punto 2.3.4. Sitio web: <http://www.bbaw.de/bbaw/Forschung/Forschung/sprojekte/mega/de/blanko.2005-02-25.3081521366>. Ingreso: 5/marzo/2006; también MEGA: IV/ B.32, p. 55.

Bd. 8: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel April 1856 bis Dezember 1857. Berlin 1990, 44* + 1119 S. ISBN 3-05-003390-8. € 128,-.

Bd. 9: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Januar 1858 bis August 1859. Berlin 2003, XVI + 554 S. ISBN 3-05-003463-7. [[content and introduction \(pdf, 452Kb\)](#)]

Bd. 10: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel September 1859 bis Mai 1860. Berlin 2000, XVII + 1269 S. ISBN 3-05-003486-6. € 168,-. [[content and introduction \(pdf, 193Kb\)](#)]

Bd. 11: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Juni 1860 bis Dezember 1861. In Arbeit: RNI Moskau (Elena Arzanova, Vera Morozova).

Bd. 12: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Januar 1862 bis September 1864. In Arbeit: RGA Moskau (Tat'jana Gioeva, Galina Golovina).

Bd. 13: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Oktober 1864 bis Dezember 1865. Berlin 2002, XIX + 1443 S. ISBN 3-05-003675-3. € 168,-. [[content and introduction \(pdf, 221Kb\)](#)] [[summary](#)]

Bd. 14: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Januar 1866 bis Dezember 1867. In Arbeit: RGA Moskau (Svetlana Gavril'cenko, Ol'ga Koroleva, Jurij Vasin).

Bd. 15: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Januar 1868 bis Februar 1869. In Arbeit: RGA Moskau (Inna Osobova).

Bd. 16: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel März 1869 bis Mai 1870.

Bd. 17: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Juni 1870 bis Juni 1871.

Bd. 18: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Juli bis November 1871.

Bd. 19: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Dezember 1871 bis Mai 1872.

Bd. 20: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Juni 1872 bis Januar 1873.

Bd. 21: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Februar 1873 bis August 1874.

Bd. 22: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel September 1874 bis Dezember 1876.

- Bd. 23: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Januar 1877 bis Mai 1879. 1844 bis Anfang 1847. Berlin 1998, IX + 866 S. ISBN 3-05-003398-3. € 158,-. [[content and introduction \(pdf, 207Kb\)](#)] [[summary](#)]
- Bd. 24: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Juni 1879 bis September 1881. Bd. 4: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, Juli bis August 1845. Berlin 1988, 54* + 939 S. ISBN 3-05-003393-2. € 128,-.
- Bd. 25: Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Oktober 1881 bis März 1883. Bd. 5: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, August 1845 bis Dezember 1850. In Arbeit: RGA Moskau (Georgij Bagaturija).
- Bd. 26: Friedrich Engels: Briefwechsel April 1883 bis Dezember 1884. In Arbeit: Wuppertal (Michael Knieriem), RGA (Galina Golovina). Bd. 6: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, September 1846 bis Dezember 1847. Berlin 1983, 54* + 1241 S. ISBN 3-05-003394-0. € 128,-.
- Bd. 27: Friedrich Engels: Briefwechsel Januar 1885 bis August 1886. Bd. 7: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, September 1849 bis Februar 1851. Berlin 1983, 46* + 916 S. ISBN 3-05-003395-9. € 128,-.
- Bd. 28: Friedrich Engels: Briefwechsel September 1886 bis März 1888. Bd. 8: Karl Marx: Exzerpte und Notizen, März bis Juni 1851. Berlin 1986, 47* + 1118 S. ISBN 3-05-003396-7. € 128,-.
- Bd. 29: Friedrich Engels: Briefwechsel April 1888 bis September 1889. In Arbeit: Marburg (Georg Fülberth), Frankfurt/M. (Jürgen Scheele), Venedig (Malcolm Sylvers). Bd. 9: Karl Marx: Exzerpte und Notizen, Juli bis September 1851. Berlin 1991, 54* + 808 S. ISBN 3-05-003397-5. € 128,-.
- Bd. 30: Friedrich Engels: Briefwechsel Oktober 1889 bis November 1890. In Arbeit: Kopenhagen (Gerd Callesen, Niels Finn Christiansen), RGA Moskau (Svetlana Gavril'cenko). Bd. 10: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, September 1851 bis Juni 1852. In Arbeit: BBAW Berlin (Gerald Hubmann u.a.).
- Bd. 31: Friedrich Engels: Briefwechsel Dezember 1890 bis Oktober 1891. Bd. 11: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, Juli 1852 bis August 1853.
- Bd. 32: Friedrich Engels: Briefwechsel November 1891 bis August 1892. Bd. 12: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, September 1853 bis November 1854. In Arbeit: BBAW Berlin (Manfred Neuhaus).
- Bd. 33: Friedrich Engels: Briefwechsel September 1892 bis Juni 1893. Bd. 13: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, November 1854 bis Oktober 1857.
- Bd. 34: Friedrich Engels: Briefwechsel Juli 1893 bis August 1894. Bd. 14: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, Oktober 1857 bis Februar 1858. In Arbeit: Berlin (Rolf Hecker, Michael Heinrich), Amsterdam (Michael Krätke).
- Bd. 35: Friedrich Engels: Briefwechsel September 1894 bis Juli 1895. Bd. 15: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, Januar 1858 bis Februar 1860.
- Vierte Abteilung: Exzerpte. Notizen. Marginalien**
- Bd. 1: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen bis 1842. Berlin 1976, 32* + 1047 S. ISBN 3-05-003391-6. € 128,-.
- Bd. 2: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, 1843 bis Januar 1845. Berlin 1981, 52* + 911 S. ISBN 3-05-003392-4. € 128,-.
- Bd. 3: Karl Marx: Exzerpte und Notizen, Sommer
- Bd. 16: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, Februar 1860 bis Dezember 1863. In Arbeit: BBAW Berlin (Martin Hundt, Willi Tonn).
- Bd. 17: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, Mai bis Juni 1863. In Arbeit: JA (Masao

Oguro u.a.), BBAW Berlin (Carl-Erich Vollgraf).

Bd. 18: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, Februar 1864 bis August 1868. In Arbeit: JA (Teinosuke Otani u.a.), BBAW Berlin (Carl-Erich Vollgraf).

Bd. 19: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, September 1868 bis September 1869. In Arbeit: JA (Takeshi Ito u.a.), BBAW Berlin (Carl-Erich Vollgraf).

Bd. 20: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, April 1868 bis Dezember 1870.

Bd. 21: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, September 1869 bis Dezember 1874.

Bd. 22: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, Januar 1875 bis Februar 1876. In Arbeit: RNI Moskau (Elena Arzanova, Valentina Ostriкова, Ninel' Rumjanceva).

Bd. 23: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, März bis Juni 1876.

Bd. 24: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, Mai bis Dezember 1876.

Bd. 25: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, Januar 1877 bis März 1879. In Arbeit: Erfurt (Eike Kopf).

Bd. 26: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, Mai bis September 1878. In Arbeit: Berlin (Uta Puls u.a.).

Bd. 27: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, 1879 bis 1881. In Arbeit: Chicago/IL (Kevin Anderson), Lawrence/KS (David Smith), RGA Moskau (Georgij Bagaturija, Norair Ter-Akopjan), IISG (Jürgen Rojahn).

Bd. 28: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, 1879 bis 1882. In Arbeit: RNI Moskau (Larisa Mis'kevi).

Bd. 29: Karl Marx/Friedrich Engels: Exzerpte und Notizen, Ende 1881 bis Ende 1882.

Bd. 30: Karl Marx: Mathematische Exzerpte aus den Jahren 1863, 1878 und 1881.

Bd. 31: Karl Marx/Friedrich Engels: Naturwissenschaftliche Exzerpte und Notizen, Mitte 1877 bis Anfang 1883. Berlin 1999, XV + 1055 S.

ISBN 3-05-003399-1. € 158,-.

[\[content and introduction \(pdf, 253Kb\)\]](#) [\[summary\]](#)

Bd. 32: Die Bibliotheken von Karl Marx und Friedrich Engels. Annotiertes Verzeichnis des ermittelten Bestandes. Vorauspublikation. Berlin 1999, 738 S. ISBN 3-05-003440-8. € 158,-. [\[content and introduction \(pdf, 836Kb\)\]](#) [\[summary\]](#)

Editionsrichtlinien der Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA). Berlin 1993, 239 S. ISBN 3-05-003350-9. € 24,80-.

4) Lo diferente entre la 1ª y 2ª edición de las MEGA.

La primera edición de Marx-Engels de la Dietz Verlag constaba de las siguientes secciones: tomos del 1-22: obras y artículos de 1839-1895; tomos del 23-26 *El capital* y manuscritos de la *Teoría del valor* (volumen 4 de *El Capital*); tomos del 27-39 *Correspondencia* de Marx y Engels (1842-1895). Bajo dirección del Institut für Marxismus-Leninismus beim ZK der SED.

Compárese con el Plan de edición de la segunda edición MEGA (véase el punto tres del presente ensayo). La composición de las secciones de la segunda edición difieren de la primera: Abteilung (sección) I: Werke (Obras), Artikel (Artículos), Entwürfe (Proyectos); Abteilung II: Das Kapital und Vorarbeiten (El Capital y trabajos previos); Abteilung III: Briefwechsel (Correspondencia); Abteilung IV: Exzerpte,

Notizen, Marginalien⁴. La sección IV resulta totalmente novedosa

La segunda diferencia saltante radica en el contenido de cada sección tanto de la primera como de la segunda MEGA. La sección 1 de la edición 1 de la MEGA estaba compuesta de 22 volúmenes *Obras y artículos* de 1835 a 1895, la 2ª edición de la MEGA se compone de 32 volúmenes. La sección 2 que en la edición 1 correspondía a *escritos económicos* (volúmenes 23-26) pasa a tener en la edición 2 de la MEGA quince tomos y cada tomo se subdivide a veces en volúmenes, el tomo 1 se subdivide en dos volúmenes; el tomo 3 se subdivide en 6 volúmenes; el tomo 4 se subdivide en 3 volúmenes; del tomo 5 al 10 es el primer tomo de *El capital* revisado por Marx en ediciones en alemán, inglés y francés. Así esta sección se compone en total de 25 volúmenes (15 tomos y diez volúmenes)

La sección tres que es la correspondencia está compuesta en la primera edición de 13 tomos, en la edición 2 de la MEGA llega a 35, casi el triple. La sección IV no existe en la primera edición de la MEGA, en la edición 2 de la MEGA tiene 32 tomos. Como podrá notar el lector las diferencias son saltantes. La edición 2 de la MEGA es un edición con casi 150% más de información.

Pero lo sustancialmente llamativo de esta ya abrumadora edición 2 de la MEGA es la composición de la sección II denominada *El capital y trabajos previos* (quince tomos y 10 volúmenes). En la edición 2 es reformulado por completo el

⁴ Esta sección es actual ---estima Redimensionierung--- desde el punto de vista de las modernas técnicas de publicación, se consideran aquí los cuadernos conteniendo extractos de lecturas globales (Exzerphte), y extractos de lecturas más sistemáticas (Einzelexzerpte), noticias de libros en general (Notizbücher) y noticias de libros de particular interés (Einzelbücher) de Marx/Engels, como también notas marginales (Randbemerkungen) y correcciones de impresión de sus propios trabajos y de sus manuscritos (“Anstreichung in Drucken und Handschriften”). Este argumento justificaría la importancia de estos tomos que componen la sección IV: Redimensionierung des Projekts. Der revidierte Plan der Marx-Engels-Gesamtausgabe. Sitio web: <http://www.bbaw.de/bbaw/Forschung/Forschungsprojekte/mega/de/blanko.2005-02-25.3081521366>.

Ingreso: 5/marzo/2006; también MEGA: IV/ B.32, p. 15, 17 y 68.

ordenamiento económico y se deja de lado ediciones fragmentadas llamadas Grundrisse o Fundamentos de la economía política, Formaciones económicas precapitalistas y Teorías de la plusvalía.

Según la perspectiva de la primera edición de MEGA⁵ el trabajo general *Zur Kritik der Politischen Oekonomie* esta compuesto de unos 23 cuadernos y unos 200 pliegos, con una paginación que va de 1 a 1472. En 1859 apareció el primer cuaderno de los 23 indicados con el título antes mencionado, resultando de esta manera idénticos el título general para los 23 cuadernos aplicado solamente al primer cuaderno, este primer cuaderno se ha de considerar una primera sistematización bastante lejana en madurez de su obra central *El capital*.

Para resumir, el título general *Zur Kritik der Politische Oekonomie* se subdivide de la manera siguiente: cuaderno 1 apareció con el mismo título; los cuadernos 6-15 y 18 corresponden a la teoría del plusvalor; cuadernos 16-17 *El capital* tomo III; y los cuadernos 19-23 a los tomos 1 (cuadernos 19-20) y 3 (cuadernos 21-23) de *El capital*.

El nuevo esquema es bastante simple pero también clarificador (con precisión véase sobre la sección económica los subtítulos anteriores de este ensayo) aquí me limitaré a un resumen: Bd. 1: Karl Marx.: *Ökonomische Manuskripte 1857/58*: volumen 1 y 2; Bd. 2: Karl Marx: *Ökonomische Manuskripte und Schriften 1858-1861*; .Bd. 3: Karl Marx: *Zur Kritik der politischen Ökonomie (Manuskript 1861-1863)*: volúmenes del 1 al 6; Bd. 4: Karl Marx: *Ökonomische Manuskripte 1863-1867*: volumen 1 al 3; Bd. 5-10: *El capital* ediciones al primer tomo revisados por Marx; Bd. 11: Karl Marx: *Manuskripte zum zweiten Band des "Kapital"*: dos volúmenes; Bd. 12: Friedrich Engels: *Bearbeitungsmanuskript zum zweiten Band des "Kapital"*, 1883/84; Bd. 13: Karl Marx: *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Zweiter Band. Herausgegeben von Friedrich Engels. Hamburg 1885*; Bd. 14: Karl Marx/Friedrich Engels: *Manuskripte und Bearbeitungsmanuskripte zum dritten*

⁵ Marx-Engels: *Werke*. Dietz Verlag (1965); Auflage 6 (1985), Germany. Tomo 26, Volumen 26A (de la 2a edición en ruso), p. V.

Band des "Kapital", 1867-1894; Bd. 15: Karl Marx: Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Dritter Band. Hamburg 1894.

Así, en general, tendríamos que la edición 1 de MEGA habría editado sustancialmente los 23 cuadernos de la *Zur Kritik* que corresponde ---en la edición 2 de la MEGA--- al tomo 3 compuesto de seis volúmenes. Y se observa también la anterior y posterior investigación de Marx y los trabajos de Engels para completar la labor teórica del primero.

5) Un breve comentario a la edición dos de MEGA.

Como el lector podrá percibir el autor de este ensayo no ha revisado los ejemplares impresos de la segunda edición de MEGA, solamente ha hecho el seguimiento a través de la página web de IMES y de los ejemplares que en pdf contienen información para la composición de este material. En materia de información se puede observar la Bibliografía que acompaña este ensayo. No hay lugar a dudas acerca del valor de esta nueva edición de MEGA. Solamente llamaría la atención sobre un punto que me parece relevante.

V. Inozemtsev escribe en una revista de orientación trostkista⁶ un punto que encuentro interesante y consiste en lo siguiente. Dice nuestro autor que la teoría de las formaciones sociales de Marx está sujeta

⁶ Inozemtzev, V: A concepcao de Marx sobre a formacao social e econômica, en: Marxismo Vivo, Brasil, noviembre del 2002, pp. 123-135 (existe en Internet una versión en español: Marxismo vivo). Este reproche de las lecturas cuidadosas parece interesante para mantenerse alertas y desconfiados de las traducciones pero no para negar las traducciones. Y menos para estimar que es mejor no hablar de ciertos autores porque no se maneja su lengua. Aquí Gramsci parece bastante orientador: si acaso no lees lenguas extranjeras para estudiar el texto en el original busca la mejor traducción en tu propia lengua. Este tipo de reproche lo escuche cuando se habló de la edición cronológica de V. Gerratana de los *Cuadernos de la cárcel* de Gramsci en oposición a la edición temática de P. Togliatti. Y así en otros más. La exégesis es buena en general como herramienta pero es pésima cuando convertida en fin se quiere reducir un autor a ella, lo mismo se puede decir de la hermenéutica o de la metodología, etc.

a las limitaciones que impuso la lectura del periodo soviético a las obras de Marx-Engels.

Nuestro autor es contrario a la teoría del sucesivo desenvolvimiento de las cinco formaciones socioeconómicas. Argumenta V. I. que la base metodológica de la teoría interpretativa del período soviético de las formaciones socioeconómicas tiene que ser reevaluada.

La razón es esta: "El concepto fundamental (en Marx: O.O) es el concepto "formación social" ("Gesellschaftsformation"). Término que en doce de veintiocho casos, es empleado por Marx y Engels como (sic) el adjetivo "económica" ("Ökonomische Gesellschaftsformation")"⁷ ---prosigue V. I--- "El concepto "formación social" fue introducido por Marx en 1851 en la obra *El 18 Brumario de Luis Bonaparte (.../...)* en cuanto que el concepto "formación social-económica", que puede considerarse una noción complementaria, apareció mucho más tarde, en 1858"⁸.

En efecto, si nos atenemos a la 1ª edición MEGA y la obra en mención: *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*, el párrafo en cuestión dice lo siguiente:

"In großen Umrissen können asiatische, antike, feudale und modern bürgerliche Produktionsweisen als progressive Epochen der ökonomischen Gesellschaftsformation bezeichnet werden. Die bürgerlichen Produktionsverhältnisse sind die letzte antagonistische Form des gesellschaftlichen Produktionsprozesses, antagonistisch nicht im Sinn von individuellem Antagonismus, sondern eines aus den gesellschaftlichen. Die bürgerlichen Produktionsverhältnisse sind die letzte antagonistische Form des gesellschaftlichen Produktionsprozesses, antagonistisch nicht im Sinn von individuellem Antagonismus, sondern eines aus den gesellschaftlichen Lebensbedingungen der Individuen hervordachsenden Antagonismus, aber die im Schoß der bürgerlichen Gesellschaft sich entwickelnden Produktivkräfte schaffen zugleich die

⁷ Inozemtzev, V: A concepcao de Marx sobre a formacao social e econômica. Idem, p 124.

⁸ Idem, pp. 124-125.

materiellen Bedingungen zur Lösung dieses Antagonismus. *Mit dieser Gesellschaftsformation schließt daher die Vorgeschichte der menschlichen Gesellschaft ab* (cursivas: O. O)'⁹.

Y aquí, estima, V. I lo siguiente:

“El autor (se refiere a Marx: O. O) da a entender claramente que existe una época histórica, que constituye no una simple “formación social” (“Gesellschaftsformation”), más justamente una “formación social-económica”. Como se deduce a todas luces del texto original, Marx supone que con esta (Mit dieser: véase en el fragmento reproducido del original en negritas), quiere decir, la formación social-económica, concluye la pre-historia de la sociedad humana. Pero a su vez, los traductores soviéticos, por consideraciones ideológicas, aplicaron artificialmente la palabra “dieser” al concepto “modo de producción capitalista” y propusieron el término “formación social burguesa”, de hecho jamás utilizado en las obras de los fundadores del marxismo. De modo que aquí se encuentran concentradas las tergiversaciones de sentido más significativas que ya tuvieron las traducciones de las obras de Marx.¹⁰

A partir de su reevaluación de la teoría de las formaciones económicas concluye el autor que podría hablarse de un sentido general para referirse a las formaciones sociales, efectivamente como “formaciones sociales”: 1) formación social primaria o primitiva o arcaica: sociedad sin clases (fases); 2) formación social secundaria (formación socio-económica): sociedad con clases (fases); 3) formación social terciaria: sociedad sin clases (fases)¹¹.

⁹ Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, (Karl) Dietz Verlag, Berlin. Band 13, 7. Auflage 1971, Berlin/DDR. S. 7-11. El mismo error repite la traducción de *Collected Works*: Volumen 29: Manuscritos Económicos de 187-1858 y considerado el 1er. esquema de El Capital

¹⁰ Inozemtzev. V: A concepcao de Marx sobre a formacao social e econõmica. Idem, p 125.

¹¹ Idem, p. 135, nota 17: “B. F. Porshenev: Periodificación del proceso histórico-mundial según Hegel y Marx, en Ciencias filosóficas, edición en ruso, 1969, No. 2, p. 60” apud V. I.

Y una forma específica, de sentido particular, de referirse a la formación social, como “formación social-económica” para referirse a la secundaria que se subdividiría a su vez en las cinco antes mencionadas.

En síntesis, los soviéticos habrían reducido el sentido general de la “formación social” al sentido específico “formación socio-económica” que sería propiamente aplicable a la formación social secundaria.

Y se quiere decir de otra manera resulta también válido: la interpretación de la formación social hecha durante el periodo soviético generalizó a todas las formas sociales (primaria y terciaria) la que sería únicamente válida para la segunda fase, esto es las formaciones socio-económicas clasistas.

Estimo que esto es suficiente para entender la posición del autor V. Inozemtzev y la razón por la cual encuentra necesario tener cuidado con la interpretación hecha por los soviéticos de Marx-Engels. Si reformulamos a este autor se podría decir lo siguiente metodológicamente: Cuando se evalúan los problemas filosóficos, económicos y socioclasistas formulados por Marx y Engels hay que hacerlo revisando el original de la obra de Marx-Engels en su contexto *de la interpretación emanada del período soviético* que es otro contexto a la visión de Marx-Engels, sin caer en extremismos exegéticos y/o hermenéuticos.

La formulación histórica de los problemas planteados en los diversos momentos del marxismo parece apropiada como orientadora para apropiarse de una realidad. No encuadrar la realidad al marxismo, sino más bien el marxismo a la realidad. Siempre apuntando a peruanizar el marxismo.

Conclusiones

La nueva edición de la MEGA nos pone frente a nuevas fuentes de información y reflexión que emanan del pensamiento de estos dos pensadores, y nos pone frente a nuevos problema metodológicos en el abordamiento de los problemas procurando la dessovietización teórica de la teoría históricamente constituida del marxismo,

entendiendo la dessovietización de la teoría marxista como un momento del proceso del marxismo, no como el fin del marxismo.

Resulta interesante resituarse el lugar de la reflexión de la teoría económica del marxismo a la luz de nuevas evidencias comprendiendo los múltiples caminos que esta significa. El marxismo ha sido estudiado como un catecismo, no como una estructura de problemas históricamente constituido y que esa constitución ha sido periódicamente revisada en sentido revolucionario o antirrevolucionario, pero es un instrumento con el cual se aborda la realidad. Y una vez abordada y objetivada teóricamente proceder al enriqueciendo de la propia teoría marxista.

Proponer la totalidad de las contradicciones en nuestra época y país asumiendo la inutilidad de la dialéctica no es nuevo¹², pero sí resulta un misterio asumir la totalidad de las contradicciones negando la dialéctica del pensar para entender la totalidad de las contradicciones como, precisamente, *totalidad de las contradicciones*. El pensar es un proceso que se enriquece desde las inducciones ontológicas, que cobra su propia especificidad teórica y enriquece y fortalece la tradición de la cual parte en el orden del pensar.

¹² Fulda, H. F.: Unzulänge Bemerkungen zur Dialektik., En: *Seminar: Dialektik in der Philosophie Hegels*, R-P. Horstmann (Hrsg), Suhrkamp, Germany, 1978, o que la contradicción ---según estima Horstmann recordando a los críticos de Hegel--- es un simple problema del lenguaje no de la realidad: R-P. Horstmann: Einleitung: Schwierigkeiten und Voraussetzungen der dialektischen Philosophie Hegels, Idem, p. 18, y ya mucho antes ---prosigue Horstmann--- E. von Hartmann (: *Sobre el método dialéctico. Una investigación histórico-crítica*, 1868) decía sobre el asunto: si no hay contradicciones, entonces tampoco hay ninguna dialéctica: Idem, p. 28, nota 19.

Referências

De Marx-Engels.

- Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA)

Sitio web: <http://www.marxforschung.de/mega.htm>, ingreso 5/marzo/2006.

- Marx-Engels: *Werke*. Dietz Verlag, Germany, Band 1, 1956 (Auflage 15). Estas obras completas se componen de 39 tomos en 41 volúmenes ---fue la edición que revisé---, pero son 44 volúmenes en total contando con los tomos complementarios. La primera edición global en la Dietz Verlag comienza en 1956 y los tomos se reimprimen constantemente, de esta manera aparece la fecha de edición que es en realidad de la reimpresión, por ejemplo para el tomo (Band) 1 citado: 1ª edición 1956, Auflage 15 o reimpresión 15, otro ejemplo, el volumen (Band) 5, 1ª edición en la Dietz Verlag 1959, Auflage 8 de 1982.

- Marx-Engels: *Werke*. Dietz Verlag (1965); Auflage 6 (1985), Germany. Tomo 26, Volumen A (de la 2a edición en ruso)

- Marx-Engels: *Collected Works*. "General Introduction". Marxist CD Archive, Marxist Internet Archive (MIA), USA, 2002, 49 volúmenes.

- Marx, Karl - Friedrich Engels: *Gesamtausgabe* (Mega) (Vierte Abteilung: Exzerpte · Notizen · Marginalien), Band 32: *Die Bibliotheken von Karl Marx und Friedrich Engels*, Akademie Verlag, Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften, 1999, Germany (MEGA : IV / 32)

Sitio web: <http://www.bbaw.de/bbaw/Forschung/Forschungsprojekte/mega/de/blanko.2005-02-25.3081521366>. Ingreso: 5/marzo/2006.

- Marx-Engels: *Gesamtausgabe*: Struktur, [Editionsplan](#), [Editionsprinzipien](#)

Sitio web: (<http://www.marxforschung.de/mega.htm.plan>) (<http://www.bbaw.de/vh/mega/IMES.html>).

Ingreso: 5/marzo/2006

- Marx-Engels: *Letters Subject Archives: [Letters on Capital](#)*, Marxist CD Archive, Marxist Internet Archive (MIA), USA, 2002

- [content and introduction](#) (pdf)] [[summary](#)] aparecidos en la web (véase el subtítulo 3 del presente ensayo): I-14: [Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Januar bis Dezember 1855](#). (pdf, 310Kb), Berlin 2001, XV + 1695 S. (<http://www.iisg.nl/-imes/documents/mega>); I-31: [Friedrich Engels: Werke, Artikel, Entwürfe, Oktober 1886 bis Februar 1891](#). (pdf, 171Kb), Berlin 2002, XVI + 1440 S; II-14: [Karl Marx/Friedrich Engels: Manuskripte und Bearbeitungsmanuskripte zum dritten Band des "Kapital", 1867-1894](#). (pdf, 470Kb), Berlin 2003, XI + 1138 S; III-09: [Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Januar 1858 bis August 1859](#). (pdf, 452Kb), Berlin 2003, XVI + 554 S; III-10: [Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel September 1859 bis Mai 1860](#). (pdf, 193Kb), Berlin 2000, XVII + 1269 S; III-13: [Karl Marx/Friedrich Engels: Briefwechsel Oktober 1864 bis Dezember 1865](#). (pdf, 221Kb), Berlin 2002, XIX + 1443 S; IV-03: [Karl Marx: Exzerpte und Notizen, Sommer 1844 bis Anfang 1847](#). (pdf, 207Kb), Berlin 1998, IX + 866 S; IV-31: [Karl Marx/Friedrich Engels: Naturwissenschaftliche Exzerpte und Notizen, Mitte 1877 bis Anfang 1883](#). (pdf, 253Kb), Berlin 1999, XV + 1055 S; IV-32: [Die Bibliotheken von Karl Marx und Friedrich Engels. Annotiertes Verzeichnis des ermittelten Bestandes. Vorauspublikation](#). (pdf, 836Kb), Berlin 1999, 738 S. También : Sitio web: <http://www.bbaw.de/bbaw/Forschung/Forschungsprojekte/mega/de/blanko.2005-02-25.3081521366>. Ingreso: 5/marzo/2006.

Sobre Marx-Engels.

-Beiträge zur Marx-Engels-Forschung (Herausgegeben von der Marx-Engels-Abteilung im Institut für Marxismus-Leninismus beim ZK der SED), Berlin: Heft 1, 1977; Heft 2, 1978; Heft 3, 1978; Heft 4, 1978; Heft 5, 1979; Heft 6, 1980; Heft 7, 1980; Heft 8, 1981; Heft 9, 1981; Heft 10, 1981; Heft 11, 1982; Heft 12, 1982; Heft 13, 1982; Heft 14, 1983; Heft 15, 1984; Heft 16, 1984; Heft 17, 1984; Heft 18, 1985; Heft 19, 1985; Heft 20, 1986; Heft 21, 1987; Heft 22, 1987; Heft 23, 1987; Heft 24, 1988; Heft 25, 1988; Heft 26, 1989; Heft 27, 1989; Heft 28, 1989; Heft 29, 1990

Sitio web: <http://www.bbaw.de/bbaw/Forschung/Forschungsprojekte/mega/de/blanko.2005-08-31.8358591283>, ingreso: 5/marzo/2006

Idem : <http://www.marxforschung.de/jahrb3.htm>, idem.

- Beiträge zur Marx-Engels-Forschung. Neue Folge.

Sitio web: <http://www.marxforschung.de/marxfnf.htm>, ingreso 5/marzo/2006.

-Berliner Verein zur Förderung der MEGA-Edition e.V.

Sitio web: <http://www.marxforschung.de/links>, ingreso: 5/marzo/2006

-Berliner Verein zur Förderung der MEGA-Edition e.V.

Wissenschaftliche Mitteilungen

Sitio web: <http://www.marxforschung.de/mewm.htm>, ingreso<: 5/marzo/ 2006

- BMEF. Neue Folge. Sonderband

Sitio web : <http://www.marxforschung.de/nf12.htm>, ingreso 5/marzo/2006

- Fulda, H. F : Unzulänge Bemerkungen zur Dialektik,. En: *Seminar: Dialektik in der Philosophie Hegels*, R-P. Horstmann (Hrsg), Suhrkamp, Germany, 1978

-Inozemtzev : A concepcao de Marx sobre a formacao social e econômica.

En: *Marxismo Vivo*, No. 6, nov, 2002.

-Marx-Engels-Jahrbuch (Herausgegeben von den Instituten für Marxismus-Leninismus beim ZK der KPdSU und der SED als Begleitorgan der Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA): Band 2, Berlin 1979; Band 3, Berlin 1980; Band 4, Berlin 1981; Band 5, Berlin 1982; Band 6, Berlin, 1983; Band 7, Berlin, 1984; Band 8, Berlin, 1985; Band 9, Berlin, 1985; Band 10, Berlin, 1986; Band 11, Berlin 1987; Band 12, Berlin 1988; Band 13, Berlin 1991.

Sitio web: <http://www.marxforschung.de/jahrbuch.htm>, ingreso: 5/marzo/2006.

- Mega-Studien

Sitio web: <http://www.bbaw.de/bbaw/Forschung/Forschungsprojekte/mega/de/blanko.2005-02-24.3264980076>, ingreso: 5/marzo/2006.

-Marx-Gesellschaft

Sitio web: <http://www.marx-gesellschaft.de/>, ingreso: 5/marzo/2006.

- marxismus-forschung

Sitio web: <http://www.praxisphilosophie.de/mdforsch.htm> ingreso: 5/marzo/2006

- Neue Literatur

Sitio web: <http://www.marxforschung.de/literat.htm>, ingreso: 5/marzo/2006.

- Projekte zur Geschichte der ersten und zweiten MEGA

Sitio web: http://www.marxforschung.de/mega_pro.htm, ingreso. 5/marzo/2006.

- Redimensionierung des Projekts. Der revidierte Plan der Marx-Engels-Gesamtausgabe

Sitio web: <http://www.bbaw.de/bbaw/Forschung/Forschungsprojekte/mega/de/blanko.2005-02-25.3081521366>.
Ingreso: 5/marzo/2006.

- Rojahn, Jürgen: PUBLISHING MARX AND ENGELS AFTER 1989: THE FATE OF THE MEGA.

Sitio web: <http://www.iisg.nl/~imes/mega-e98.pdf>, ingreso: 5/marzo/2006.

- Stimmen der proletarischen Revolution

Sitio web: <http://www.mlwerke.de/>, ingreso: 5/marzo/2006.

- Textos en red

Sitio web: <http://www.bbaw.de/bbaw/Forschung/Forschungsprojekte/mega/de/blanko.2005-02-23.7290726594>
ingreso 5/marzo/2006

Idem: <http://www.bbaw.de/bbaw/Forschung/Forschungsprojekte/mega/de/Blanko.2005-01-21.9986935591>, Idem

- Weiterführende Links

Sitio web: <http://www.marxforschung.de/links.htm>. ingreso 5/marzo/2006

Recebido em 14/03/2012
Aprovado em 10/06/2012

DESDOBRAMENTOS DA ENTRADA DA VENEZUELA NO MERCOSUL

Luciano Wexell Severo*

Resumo

Durante muitas décadas, a América do Sul permaneceu sem um projeto próprio. Há alguns anos, como resultado da ascensão de governos progressistas, desenvolvimentistas e populares, a situação tornou-se favorável à construção de uma dinâmica integradora, sustentada na cooperação, na solidariedade, na complementaridade, e pela busca do desenvolvimento econômico e da desconstrução das grandes assimetrias regionais. Mesmo com os importantes avanços da UNASUL e as novas iniciativas que ela potencializa, continua sendo fundamental afirmar o papel do Mercosul como projeto de união regional e, principalmente, como estratégia para o desenvolvimento dos países sul-americanos. Contudo, mais do que os interesses do comércio, o bloco deve representar uma proposta comum de desenvolvimento. Neste ponto, um dos temas mais relevantes é exatamente a recente entrada da Venezuela no MERCOSUL, assim como o interesse de incorporar a Bolívia e o Equador.

Palavras-chave: Integração, MERCOSUL, Venezuela .

Resúmen

Durante muchas décadas, América del Sur permaneció sin un proyecto propio. Hace algunos años, como resultado de la asunción de gobiernos progresistas, desarrollistas y populares, la situación se tornó favorable a la construcción de una dinámica integradora, sustentada en la cooperación, solidaridad, complementariedad, y por la búsqueda del desarrollo económico y la desconstrucción de las grandes asimetrías regionales. Mismo con los avances de UNASUR y las nuevas iniciativas que ésta potencializa, continúa siendo fundamental afirmar el papel del MERCOSUR como proyecto de unión regional y, principalmente, como estrategia para el desarrollo de los países sudamericanos. Asimismo, más que los intereses comerciales, el bloque debe presentar una propuesta común de desarrollo. En este sentido, uno de los temas más relevantes es la reciente entrada de Venezuela en el MERCOSUR, así como el interés de incorporar a Bolívia y Ecuador.

Palabras-clave: Integración, MERCOSUR, Venezuela.

* Economista formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre e Doutorando do Programa de Economia Política Internacional (PEPI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Visitante da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Entre 2004 e 2005, foi consultor no Banco de Comércio Exterior da Venezuela (Bancoex). De 2005 a 2007, foi assessor do Ministério de Indústrias Básicas e Mineração da Venezuela (Mibam). Entre 2008 e 2012, exerceu a função de diretor-executivo da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela no Rio de Janeiro. *E-mail:* luciano.severo@unila.edu.br

Introdução

É possível afirmar, de maneira geral, que por volta de 2003 houve uma inflexão na orientação política dos governos da América do Sul. As principais medidas estiveram associadas com a busca da desconstrução das assimetrias regionais, com a inserção internacional mais soberana e com a ampliação da participação de componentes sociais. Naquele mesmo ano o governo brasileiro anunciou o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) e meses depois foi criado o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). O esforço integrador ganhou um patamar mais elevado e inclusive contou até 2012 com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães na função de Alto Representante-Geral do Mercosul.

Foram intensificados os Acordos de Complementação Econômica entre os países membros do Mercosul e os da Comunidade Andina de Nações (CAN), promovendo o surgimento da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que foi criada na III Cúpula de Presidentes Sul- Americanos, em Cuzco, 2004. Posteriormente, durante a I Cúpula Energética Sul-Americana, na Ilha Margarita, Venezuela, em 2007, a instituição foi renomeada de União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Esta nasceu com o objetivo de ser um organismo amplo, capaz de promover a integração não apenas do comércio, mas também de infraestrutura, finanças, comunicação, transportes, matriz energética, sistema educacional, saúde, estratégias científicas e tecnológicas, tendo como membros a totalidade dos países do subcontinente.

Entre as principais conquistas da UNASUL podemos citar a criação dos Conselhos de Defesa Sul-Americano, Energético da América do Sul, e de Infraestrutura e Planejamento, além do projeto de Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR), que resultou na aproximação entre os Bancos Centrais, na constituição do Banco do Sul e em esforços para conformar um mercado regional de títulos públicos. Além disso, em 2010, na Reunião de Chefes de Estados da Unasul, em Buenos Aires, os presidentes sul-americanos anunciaram a criação da

Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). O nascimento da instituição ocorreu em 2011, em Caracas, coincidindo com a comemoração do bicentenário da declaração de independência venezuelana.

Nota-se, portanto, que apesar da América do Sul ter permanecido durante muitos anos sem um projeto próprio, na última década, como resultado da ascensão de governos progressistas, desenvolvimentistas, populares ou integracionistas, a situação tornou-se favorável à construção de uma dinâmica integradora, sustentada na cooperação, na solidariedade, na complementaridade, e pela busca do desenvolvimento econômico e da desconstrução das grandes assimetrias. Mesmo com os importantes avanços da UNASUL e as novas iniciativas que ela potencializa, continua sendo fundamental afirmar o papel do Mercosul como projeto de união regional e, principalmente, como estratégia para o desenvolvimento dos países sul-americanos. Contudo, mais do que os interesses do comércio, o bloco deve representar uma proposta comum de desenvolvimento. Neste ponto, atualmente um dos temas mais relevantes é exatamente a entrada da Venezuela no MERCOSUL.

O bloco chega ao Caribe

Os procedimentos formais para o ingresso da Venezuela no bloco regional iniciaram há muitos anos. Desde 2006, os países membros discutiram exaustivamente essa medida. Ao fim, os parlamentos de Argentina, Brasil e Uruguai ratificaram a proposta com ampla margem de aprovação. A efetiva entrada da Venezuela, no entanto, estava sendo impedida há quase cinco anos pelos parlamentares do Paraguai. A postura gerou inúmeros constrangimentos e graves atrasos ao processo de integração regional. No entanto, com o golpe de Estado executado em Assunção contra o presidente Fernando Lugo, no mês de junho de 2012, os presidentes dos demais países membros do MERCOSUL, reunidos na Argentina, optaram pela suspensão do Paraguai e pela inclusão da Venezuela no bloco. Desta forma, no dia 31 de julho, reunidos no Rio de Janeiro, Cristina Fernández de Kirchner

(Argentina), Dilma Rousseff (Brasil), José Pepe Mujica (Uruguai) e Hugo Chávez (Venezuela) formalizaram a ampliação do MERCOSUL.

O ingresso do país caribenho aumenta o PIB do bloco para cerca de US\$ 3,2 trilhões, alcançando 75% do total da América do Sul. Por sua vez, a população dos países membros aumenta para 272 milhões, para 70% do total da região. O MERCOSUL se estabelece como um dos mais importantes produtores mundiais de energia, alimentos e produtos manufaturados. A Venezuela possui vantagens, relacionadas com as suas imensas reservas de minerais, água potável e biodiversidade, que lhe projetam um crescente papel no cenário mundial. Além disso, o país caribenho tem uma localização geográfica especial, relativamente muito mais inserida nos fluxos internacionais do comércio do Hemisfério Norte.

Como fruto da crise internacional e da queda dos preços do petróleo, a economia venezuelana terminou 2010 com o quarto maior PIB da América do Sul, atrás de Brasil, Argentina e Colômbia. Em 2009, havia acumulado o segundo maior PIB, somente abaixo do Brasil. A sua população venezuelana, física e culturalmente muito parecida com a brasileira, se aproxima dos 29 milhões, distribuídos ao longo de um território de 916 mil km². O país conta com as riquezas em torno da Cordilheira dos Andes, da bacia do Orinoco e da Floresta Amazônica, na fronteira com a região Norte do Brasil.

Segundo relatório anual da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), divulgado em julho de 2011, a Venezuela chegou ao fim de 2010 com uma reserva comprovada de mais de 250 bilhões de barris, superando a Arábia Saudita. As reservas venezuelanas triplicaram nos últimos cinco anos e alcançaram quase 20% do total mundial. O resultado está relacionado com as recentes descobertas e certificações da Faixa Petrolífera do Orinoco. Desde 2010, empresas multinacionais também vêm descobrindo imensos campos de gás na Faixa Gasífera do Caribe venezuelano. O Informe Estatístico de Energia Mundial 2011, da British Petroleum, aponta que o país detém a oitava maior reserva de gás do planeta. As recentes descobertas fortalecem

a iniciativa de constituir uma Organização dos Países Exportadores de Gás (OPEG) e impulsionam as articulações para a construção do Gasoduto do Sul, que conectaria o subcontinente desde a Venezuela até a Argentina.

No norte venezuelano, as maiores concentrações minerais são de níquel, carvão, zinco, prata, cobre, cromo, chumbo e areias siliciosas. Ao sul, as jazidas se localizam na estratégica região Guayana, área industrial onde estão as empresas básicas da *holding* Corporación Venezolana de Guayana (CVG). Esta região é banhada pelos rios Orinoco e Caroní, distante cerca de 600 quilômetros da fronteira com o Brasil. Em torno do eixo que liga as cidades de Puerto Ordáz e Santa Elena de Uairén estão concentradas principalmente as reservas de bauxita, mineral de ferro, diamantes, ouro, barita, caulim e manganês. De acordo com o Ministério de Indústrias Básicas e Mineração da Venezuela (MIBAM), também existem registros, ainda que com pouca certificação e indefinida quantificação, de minerais como grafite, titânio, cobalto, platina, tungstênio, mercúrio, dolomita, magnesita, estanho, fluorita, mica, vanádio, bentonita, cianita, bismuto, nióbio e asbesto, entre outros. Há ampla margem para a atuação de empresas sul-americanas no país, na exploração e no processamento desses insumos.

Integração, “Siembra del petróleo” e economia produtiva

A atividade petroleira na Venezuela teve início durante a segunda década do século passado, no Lago de Maracaibo, no estado de Zulia. Desde então, o petróleo se transformou no principal elemento dinamizador da economia do país e no motor das transformações políticas e sociais. De acordo com o economista e poeta venezuelano Orlando Araujo (2006, p. 24),

El surgimiento de la economía petrolera hacia la tercera década del siglo XX coincidió, entre dos guerras mundiales, internacionalmente con la crisis más violenta que ha sacudido al sistema capitalista en lo que va del siglo; y, nacionalmente, con la debilidad secular de la economía agrícola heredada del siglo XIX. El petróleo apareció, así, como una

inserción brusca y providencial, como el toque mágico de un hada favorable, como un regalo de Dios, maná del fondo de la tierra para una tribu hambrienta justo a tiempo y en la vecindad de un desastre económico mundial.

Na pauta de exportação da Venezuela, o petróleo cresceu de 0,9% em 1908 para 76,6% em 1928. As exportações de café encolheram de 72,3% para 13,7%, enquanto as de cacau caíram de 10,1% para 4,4%. Em 1948, as vendas de petróleo e seus derivados já estavam no patamar atual, impressionantes 95,9% de toda a exportação venezuelana. O crescente acesso a petrodólares e a permanente facilidade para importar desestimularam o desenvolvimento de outras atividades produtivas internas, como a mineração de ouro e ferro e a agricultura. As vendas de café e cacau seguiram caindo até chegar a 2,0% e 1,4% do total, respectivamente. Entre 1928 e 1970, durante mais de quatro décadas, o país ocupou a posição de maior exportador de petróleo do mundo.

Além de representar um divisor de águas na história venezuelana, a dinâmica do petróleo estabeleceu como uma das principais características da economia do país a sobrevalorização da moeda nacional, o Bolívar. Como afirmamos, ao longo de décadas este processo induziu as importações e restringiu as exportações, desestimulando as atividades produtivas internas. Este quadro explica a relativa fragilidade da indústria e da agricultura da Venezuela. Analisando a política econômica venezuelana, nota-se que o grande desafio histórico, repetidamente fracassado, tem sido aplicar de forma eficiente os recursos petrolíferos em um processo de diversificação produtiva. A essa política se deu o nome de “Semear o petróleo”⁸¹.

⁸¹ A expressão foi apresentada pelo intelectual venezuelano Arturo Uslar Pietri, em 1936. A proposta era “convertir la riqueza transitoria del petróleo en riqueza permanente de la nación”. Para o advogado venezuelano Ramón Crazut (2006), se trata da “política orientada a destinar el grueso de los recursos financieros obtenidos con la explotación de hidrocarburos hacia inversiones verdaderamente productivas que contribuyan para la diversificación de la producción y las exportaciones, y nos independicen de la relativa monoproducción y

Atualmente, mais de 95% das exportações venezuelanas estão concentradas no código 27 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que inclui combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação, matérias betuminosas e ceras minerais. Quase 80% das vendas têm como destino poucos países, como Estados Unidos, China, Índia, Singapura, Equador, Espanha, Holanda e algumas ilhas do Caribe. O Brasil, por sua vez, representa menos de 1% das exportações venezuelanas de petróleo.

Para um país petroleiro que pretende avançar pelos caminhos do desenvolvimento econômico, o controle da taxa de câmbio tem sido crucial. Após a fuga de capitais resultantes do golpe de Estado de 2002 e da sabotagem dos gerentes da PDVSA no final do mesmo ano, a partir de 2003 a Venezuela adotou o câmbio fixo, estabelecendo a taxa em Bs. 1600 por dólar. Um ano depois, passou para Bs. 1920 e em 2005 subiu para Bs. 2150. Em 2007, com a eliminação de três zeros do Bolívar, a taxa oficial ficou em Bs. 2,15. Através da Comissão de Administração de Dólares (Cadivi), o governo aumentou o controle sobre os dólares, privilegiando as importações de “produtos prioritários”, como alimentos, medicamentos, bens de capital, tecnologia, remessas familiares, transações diplomáticas e gastos governamentais. Os produtos considerados não prioritários não contam com acesso garantido aos dólares da Cadivi, sendo importados muitas vezes através de outros mecanismos com taxas que chegavam a Bs. 8,5 por dólar. Ainda assim, os dados do MDIC demonstram que o comércio binacional aumentou 430% entre 2003 e 2010. Até hoje, mais de 60% das exportações brasileiras para a Venezuela são de “produtos prioritários”.

Durante a crise internacional de 2009, o país vizinho sentiu a forte queda dos preços do petróleo. Depois de dois anos sem mexer no câmbio, o governo anunciou a criação de duas taxas: uma a Bs. 2,60 para a importação de “produtos prioritários” e outra a Bs. 4,30 para as demais compras. Por

monoexportación de hidrocarburos, situación que imprime a nuestra economía una elevada vulnerabilidad, dado el carácter agotable de ese recurso extractivo y sus continuas fluctuaciones de precios”.

um lado a medida teve o impacto de conter a inflação, por outro ampliou a quantidade de recursos à disposição do governo: cada petrodólar para uso do governo foi convertido a Bs. 4,30, potencializando o impacto positivo sobre os cofres públicos. Em 2010, optou-se por eliminar o câmbio duplo e foi determinada uma taxa única, a Bs. 4,30. O êxito das iniciativas dependerá cada vez mais da efetividade de medidas complementares, como a ampliação do crédito, o aumento dos salários reais, o estímulo à produção nacional e a eficiência da CADIVI.

No esforço de “semear o petróleo” na Venezuela, os principais mecanismos utilizados para transcender a economia rentista e promover a diversificação econômica foram, entre outros: 1) o resgate da PDVSA para o controle estatal, já que desde sua criação em 1976 a empresa funcionou como um estado dentro do Estado. Esta primeira ação possibilitou em grande medida a aplicação das demais; 2) o controle de câmbio, de capitais e de preços, que têm sido eficientes para frear a deterioração da moeda nacional e as fugas de capital, seja através da especulação internacional com o Bolívar, de remessas de lucros ao exterior ou de importações supérfluas; 3) a nacionalização via pagamento de indenizações de empresas estratégicas dos setores de comunicações, eletricidade, alimentação e construção, além de instituições financeiras; e 4) a reforma da Lei do Banco Central da Venezuela, que estabeleceu um teto anual para as reservas internacionais; os valores que superem o teto determinado devem ser transferidos para o Fundo de Desenvolvimento Nacional –FONDEN, cujo objetivo é financiar setores como indústrias pesadas, indústrias de transformação, agricultura, petroquímica, gás, infra-estrutura, transportes e habitação, entre outros. Desde sua criação, em 2005, foram repassados somente pela PDVSA ao FONDEN cerca de 21,8 bilhões de dólares (Chávez, 2009, p.23).

Os últimos anos têm representado grandes progressos no processo de integração binacional e o Brasil vem contribuindo com o esforço da Venezuela. Avançam acordos entre órgãos venezuelanos e brasileiros, como a Caixa Econômica Federal (CEF), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(EMBRAPA), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), Instituto do Coração (INCOR), entre outros. Em 2010, os presidentes Lula e Chávez anunciaram a intenção de criar linhas de cooperação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com instituições venezuelanas. O ministro Samuel Pinheiro Guimarães, então responsável pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), estrutura à qual o IPEA estava subordinado, teve importante participação neste acordo. O Instituto inaugurou o seu primeiro escritório de representação no exterior, com sede no Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela (MENPET) e da PDVSA. Neste momento, há técnicos e especialistas brasileiros selecionados para contribuir com o planejamento territorial para o desenvolvimento das regiões da Faixa Petrolífera do Orinoco, certificada como maior reserva de petróleo do mundo, e da Área Gasífera do estado Sucre.

O IPEA tem potencializado as ações das instituições brasileiras que se encontram na Venezuela, promovendo reuniões e atividades com executivos, técnicos e autoridades venezuelanas. São os casos dos Ministérios de Transportes, Planejamento e Finanças, Indústrias Básicas e Mineração e Tecnologia e Indústrias Intermediárias. Além disso, do Banco Central da Venezuela (BCV), Fundo de Desenvolvimento Nacional (Fonden), Comissão de Administração de Divisas (CADIVI), Instituto Nacional de Geologia e Mineração (INGEOMIN), Serviço Nacional Integrado de Administração Aduaneira e Tributária (SENIAT) e Banco de Comércio Exterior (BANCOEX), ademais de Universidades e outras instituições do Estado. Além do apoio nas regiões de petróleo da Faixa do Orinoco e de gás no estado Sucre, o Instituto tem participado ativamente das articulações para o fortalecimento do chamado Eixo Amazonas-Orinoco, entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela. Apesar de a região norte apresentar um dos maiores índices de crescimento econômico e populacional do país, há uma débil integração com o restante

do Brasil. Desta forma, os dois lados da fronteira se concentram os estados com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de ambos os países.

Sendo a Amazônia uma peça chave no processo de integração da América do Sul, faz-se necessário considerar as possibilidades de ampliar os trabalhos em torno do eixo o Amazonas-Orinoco. Além das maiores reservas de petróleo do mundo se encontrarem exatamente nesta região, também estão concentradas neste eixo as empresas básicas e as principais jazidas de bauxita, minério de ferro, ouro e diamantes da Venezuela. Nos últimos anos têm sido grandes os avanços na infraestrutura de energia (conexão da Represa de Guri com as linhas da Eletronorte) e comunicações (fibra ótica de Caracas até Boa Vista e Manaus). Por esta área passaria o mega-projeto de Gasoduto do Sul, obra fundamental para garantir a soberania energética sul-americana. Atualmente o Grupo Fronteiriço Binacional está trabalhando na articulação das cadeias produtivas (Pólo Industrial de Manaus e Zona Franca de Puerto Ordáz, na Venezuela), no aumento do intercâmbio comercial das duas regiões e no fortalecimento da infraestrutura desde Manaus e Boa Vista até Puerto Ordaz e Ciudad Bolívar, passando por Pacaraima e Santa Elena de Uairén. Ganha força a ideia de que a Venezuela entrará no Mercosul através do norte do Brasil.

Nos últimos anos os governos do Brasil e da Venezuela, assim como as administrações de Roraima e do estado venezuelano de Bolívar, vêm promovendo iniciativas para dinamizar as relações comerciais, intensificar os fluxos de investimento e promover a integração produtiva do norte brasileiro com o sul venezuelano. Existem grandes possibilidades, especialmente nos setores de metal-mecânica, agroindústria, petroquímica, automotor e farmacêutico. Em novembro de 2010 e agosto de 2011, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o IPEA, entre outros órgãos brasileiros e venezuelanos, realizaram em Manaus e Caracas, respectivamente, Seminários para debater a integração das regiões Norte do Brasil e Sul da Venezuela.

As relações entre o Brasil e a

Venezuela alcançaram um momento especial e um nível bastante elevado, que abrem inúmeras perspectivas que serão ainda mais favoráveis com a entrada do país no Mercosul. Poucos países contam com tantas importantes agências brasileiras estabelecidas em suas capitais e principais cidades. Além dos avanços da ampla aliança do setor público, foi intensificada a agenda de projetos que envolvem empresas privadas brasileiras no país vizinho. Os principais casos são das empresas Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Braskem, AMBEV, Gerdau, Alciela, Petrobras e Eletrobras, entre outras. A seguir, serão apresentadas considerações sobre o estreitamento das relações binacionais e a consequente importância do ingresso da Venezuela ao bloco desde três áreas: comércio, indústria e infraestrutura.

Complementação comercial

De acordo com os dados estatísticos divulgados pelo MDIC, o comércio binacional tem crescido a elevadas taxas nos últimos anos. As exportações brasileiras para a Venezuela mantiveram-se em um patamar relativamente baixo desde os anos oitenta até 2003. Como resultados do elevado crescimento da economia venezuelana e da decisão política de tratar o Brasil como um parceiro comercial preferencial, as vendas brasileiras para o país vizinho aumentaram bastante. Em 2003, as exportações do Brasil chegaram a US\$ 600 milhões. Já em 2008, este valor havia sido multiplicado por nove, superando os US\$ 5,2 bilhões. Em 2009, mesmo com a diminuição das exportações como reflexo da crise internacional, as vendas brasileiras para a Venezuela alcançaram US\$ 3,6 bilhões, sendo cinco vezes maior do que em 2003. Em 2010, foram de US\$ 3,8 bilhões.

Em 2003, as exportações brasileiras para a Venezuela representavam somente 0,8% das vendas brasileiras para o mundo. Em agosto de 2010, esse percentual foi de 1,5%. Em 2009, o Brasil já era o segundo maior exportador de automóveis e autopeças para a Venezuela, o terceiro maior exportador de eletro-eletrônicos, de alimentos e de máquinas e equipamentos e o sexto de produtos farmacêuticos. Existe, contudo, uma grande assimetria nestas

relações comerciais: há um expressivo superávit em favor do Brasil.

Por sua vez, as importações brasileiras com origem na Venezuela foram elevadas, em torno dos US\$ 970 milhões, até o estouro da crise da dívida externa, em 1982. O patamar de compras foi retomado e inclusive brevemente superado no final dos anos noventa, quando chegou a US\$ 1 bilhão. Nos anos 2000, as importações foram diminuindo até chegar ao mínimo de US\$ 200 milhões em 2004. Até 2009 este montante evoluiu paulatinamente, sendo multiplicado por dois e alcançando os US\$ 600 milhões. Em 2010 e 2011 as compras brasileiras apresentam seu nível mais elevado. Em 2010, o Brasil importou US\$ 832 milhões e durante o primeiro semestre de 2011 já foram comprados mais de US\$ 610 milhões, o maior resultado desde o ano 2000.

Observemos, ainda, a chamada “cobertura comercial”, entendida como o resultado da divisão das exportações pelas importações. A cobertura demonstra o grau de assimetria nas relações comerciais: quanto mais próxima de 1, mais simétricas; quanto mais distante de 1, menos simétricas. Este valor era de 8,7 em 2005, crescendo para 13,7 em 2007 e 9,6 em 2008. Ou seja, para cada dólar gasto pelo Brasil na importação de produtos venezuelanos, a Venezuela gastava cerca de 10 dólares na compra de produtos brasileiros. Em janeiro de 2009, a cobertura chegou a impressionantes 17,5.

Como existe a compreensão de que o avanço do processo de integração sul-americana depende da desconstrução das assimetrias entre os países e da consequente complementação das cadeias produtivas regionais, desde 2003, o Itamaraty tem contribuído de forma decisiva para enfrentar esse cenário desfavorável. Naquele ano o governo brasileiro adotou o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)⁸². Este plano tinha como objetivo

impulsionar o comércio entre o Brasil e os demais países sul-americanos, substituindo, sempre que possível e a preços competitivos, as importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes dos vizinhos do Sul. Entre as suas principais ações, podemos citar o lançamento de Guia “Como Exportar para o Brasil”; a criação de grupo de trabalho integrado por ANVISA, INMETRO, MDIC, Banco do Brasil, SEBRAE e outras instituições; o financiamento de pesquisas de mercado para produtos exportáveis dos países sul-americanos para o Brasil; estudos para identificação da oferta exportável da América do Sul vis-à-vis a demanda brasileira; e rodas de negócios bilaterais.

Em 2008, o governo brasileiro, através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) anunciou a criação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), uma continuação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004. A iniciativa buscava, entre outros pontos, promover a integração produtiva e estimular as compras brasileiras da América do Sul. Segundo o plano de ação da PDP, os grandes desafios seriam apoiar a integração de cadeias produtivas, estimular a exportação de países latino-americanos para o Brasil, apoiar o financiamento e a capitalização de empresas latino-americanas e promover a integração da infraestrutura logística e energética⁸³. Além disso, nos últimos anos, nasceram ou ganharam novo impulso estruturas orientadas à integração que tomam em conta as grandes assimetrias. Neste âmbito, surgiram a UNASUL, o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM) e, mais recentemente, o Banco do Sul. Além disso, o BNDES tem assumido participação relevante no financiamento da integração regional.

Graças a esses e outros esforços, em 2010 a cobertura comercial entre o Brasil e a

⁸² Samuel Pinheiro Guimarães (2008) afirma que “a compreensão brasileira com as necessidades de recuperação e fortalecimento industrial de seus vizinhos nos levou à negociação do Mecanismo de Adaptação Competitiva com a Argentina, aos esforços de estabelecimento de cadeias produtivas regionais e à execução do PSCI. O objetivo deste é tentar contribuir para a redução dos extremos e

crônicos déficits comerciais bilaterais, quase todos favoráveis ao Brasil”.

⁸³ <http://www.mdic.gov.br/pdp>. A PDP tem como objetivo coordenar as políticas públicas e as ações do governo brasileiro para incentivar as atividades industriais. Busca adotar mecanismos de apoio ao fortalecimento da estrutura produtiva, através da estreita coordenação entre os entes públicos, sem desestimar a importância do setor privado.

Venezuela foi de 4,6. Até agosto de 2011, o resultado caiu ainda mais, para 2,7. Sem dúvida, apesar de ainda estar longe da situação ideal, atualmente a relação é muito menos desequilibrada. Na lista de importações brasileiras, 20% dos atuais produtos sequer constavam na pauta em 2008 e hoje representam 20% do total. Além disso, aumentaram muito as compras de produtos químicos, polietileno, amoníaco, cimentos, laminados de ferro e de alumínio. Destaca-se que as importações das regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil com origem na Venezuela mais do que triplicaram e que cerca de 70% do comércio binacional vem ocorrendo a partir de cinco estados: São Paulo (via portos de Santos e São Sebastião), Rio Grande do Sul (Porto Alegre e Rio Grande), Pará (Belém e Munguba), Paraná (Paranaguá) e Minas Gerais (através de portos dos estados vizinhos). Mais de 70% das exportações foram realizadas pelos mesmos cinco estados. Também é possível verificar que mais de 75% das importações foram realizadas pelos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Distrito Federal.

Através da identificação de produtos venezuelanos com maiores vantagens comparativas, será possível aumentar ainda mais as compras brasileiras. As principais oportunidades estão claramente concentradas em cinco setores: petroquímica, ferro, alumínio, energia e fertilizantes. Apesar das elevadas importações brasileiras de naftas da Venezuela (quase 40% do total), coque de petróleo e hulhas (20%), óleo diesel, metanol e fertilizantes nitrogenados (cerca de 10%), o Brasil compra pouco da Venezuela no setor de “Combustíveis e lubrificantes minerais e produtos conexos”. Especialmente nesta área, há um imenso potencial para a complementação e a integração energética sul-americana e do Mercosul. Este setor concentra produtos como hulha, coque, carvão, petróleo e derivados, gás e eletricidade. Em 2008, ao contrário dos demais países da região, que no geral são todos compradores da Venezuela, o Brasil importou 85% de fora da América do Sul e somente 1% da Venezuela. Em 2009, o Brasil importou do resto do mundo US\$ 19,9 bilhões em petróleo e derivados, sendo que menos de

2% foram comprados da Venezuela. Esse quadro continua vigente até 2011.

Como mais de 90% das exportações venezuelanas são de petróleo e derivados, fica evidente que a forma de promover a desconstrução das atuais assimetrias e equilibrar a balança comercial binacional é promover as importações brasileiras de produtos petrolíferos da Venezuela. A ziguezagueante ideia de formar uma parceria entre a Petrobras e a PDVSA para a construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, poderia solucionar esta equação. A iniciativa ainda indefinida poderia abrir diversas possibilidades de complementação comercial e produtiva. Por um lado, aumentariam as importações brasileiras, já que a metade dos 230 mil barris diários a serem refinados em Pernambuco virá dos poços venezuelanos. Em um ano seriam 115 mil barris de petróleo. Multiplicados por 365 dias e novamente multiplicados por hipotéticos US\$ 71 por barril (o preço atual está em torno de US\$ 100), seriam importados US\$ 3 bilhões. Por outro lado, aumentariam as exportações brasileiras de bens e serviços relacionados com a indústria do petróleo para a Venezuela. Ou seja, o comércio binacional daria um grande salto. No entanto, além do aumento das transações comerciais, a refinaria estimularia um maior equilíbrio na balança, possibilitando a ampliação do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) e do Sistema de Moedas Locais (SML)⁸⁴ e a utilização de recursos para outros financiamentos e investimentos produtivos, sejam na Venezuela ou nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Consideramos que existem duas medidas principais para a integração industrialista que dependem especialmente do Brasil. São elas a promoção de políticas em prol do próprio crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro e, ao mesmo tempo, a execução destas políticas de maneira associada a uma estratégia de articulação com as cadeias produtivas dos países da América do Sul e do Mercosul. Desta forma, o Brasil poderia garantir aos vizinhos não somente um grande mercado consumidor, que lhes permitisse obter importantes ganhos de escala, mas também estimular o incremento do valor agregado

⁸⁴ Recomendamos ver PINTO & SEVERO (2010).

desses produtos, a criação e expansão de demanda nesses países e a ruptura com o histórico ciclo de exportações de produtos primários. Seguindo esta estratégia, os países sul-americanos poderiam desenvolver uma ampla cadeia de suprimentos para o fornecimento seguro e rápido de insumos industriais ao Brasil, associando a sua produção interna à expansão da estrutura produtiva brasileira. Essa integração poderia chegar a reduzir de forma considerável a vulnerabilidade externa dos países. A ideia de criar um mercado interno regional tem a finalidade de aumentar o coeficiente de importações recíprocas da região (desvio de comércio), reduzir a dependência de moedas conversíveis e ampliar a margem de autonomia dos países periféricos.

Quando se toma em conta o comércio da Venezuela com o Mercosul, vale apontar que em 2010, cerca de 80% dos animais vivos e produtos do reino animal que o país vizinho adquiriu tiveram origem dentro do bloco. No caso de óleos animais ou vegetais, esse percentual chegou a 33%. Em madeira e carvão vegetal, a 23%, enquanto plástico e suas manufaturas superaram os 20%. A Venezuela também importou de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai quase 15% dos metais comuns, produtos das indústrias alimentares e bebidas, produtos das indústrias químicas ou conexas e materiais de transporte. Não há dúvida de que o ingresso definitivo ao bloco permitirá incrementar ainda mais o intercâmbio com os quatro países, nesses e em outros setores. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), atualmente as principais importações venezuelanas do mundo são de máquinas e aparelhos elétricos (33% do total) e produtos das indústrias químicas (18%). Esses bens de maior valor agregado têm sido adquiridos, sobretudo, nos Estados Unidos, China e Alemanha. Mas é possível que, já em um primeiro momento, no âmbito do acordo regional, Argentina e Brasil consigam ampliar a sua participação.

A estimativa é que a entrada da Venezuela no MERCOSUL incremente o comércio intra-bloco em cerca de 20%. Além disso, como o país caribenho acumula resultados comerciais negativos com Argentina, Brasil e Paraguai, aumentariam as possibilidades para a utilização do Convênio de Pagamentos e Créditos

Recíprocos (CCR) da ALADI e do Sistema de Moedas Locais (SML). Esses mecanismos poderiam promover o comércio intra-bloco com menos utilização de dólares, estimulando a criação de infraestrutura regional e servindo de garantia para importadores e exportadores. Entre 2006 e 2010 as importações venezuelanas com origem nos países do Mercosul tiveram um aumento sutil: as compras do Uruguai cresceram de 0,2% para 0,9% do total; as da Argentina, de 2,1% para 2,6%; e do Brasil, de 9,7% para 10%. As importações venezuelanas do Paraguai se mantiveram baixas, em torno de 0,3%.

Integração das cadeias produtivas

Nos últimos anos, a Venezuela não somente desenhou e pôs em prática iniciativas para “semear o petróleo”, como inclusive tornou-se um dos países do mundo que mais investiu entre os anos 2005 e 2008, antes da crise internacional que afetou em cheio os preços do petróleo. A participação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) no PIB, a chamada taxa de investimento da economia, chegou perto dos 30%. Segundo a CEPAL, a média latino-americana no período foi de somente 20%. Apesar do menor ritmo da execução, há diversas obras de grande porte em plena marcha: novas refinarias de petróleo, fábricas de cimento, de laminação de alumínio, de papel e celulose, siderúrgicas para a produção de aços navais, especiais e inoxidável, fábricas de tubos petroleiros, de trilhos e vagões, de concentração de mineral de ferro, produtos linha branca, carros e tratores, processadoras de leite, serrarias de madeira e planos agrícolas. Ao mesmo tempo, há megaprojetos na área de infra-estrutura: portos, aeroportos, pontes, linhas de metrô, ferrovias, estradas, termoelétricas, hidrelétricas, gasodutos, redes de fibra óptica, redes de distribuição de água, entre outros.

Essas iniciativas estão distribuídas geograficamente por todos os estados, com o objetivo de desconcentrar a população que vive essencialmente no litoral caribenho. As novas empresas são financiadas tanto por capitais públicos quanto privados, tanto de venezuelanos quanto de estrangeiros (especialmente de China, Índia, Rússia, Bielorrússia, Irã e Cuba, mas também

Estados Unidos e Japão, entre outros). Na maioria dessas iniciativas, o Estado conserva pelo menos 51% da participação acionária. Apesar da queda do preço do petróleo, o governo tem reafirmado seu compromisso pela continuidade de algumas dessas obras, assim como pela manutenção dos programas sociais, do baixo índice de desemprego e do rendimento salarial dos trabalhadores.

No caso das relações com o Brasil, avançam diversos projetos. A maioria dessas iniciativas conta com financiamentos do BNDES associados à prestação de serviços técnicos e de engenharia de empresas brasileiras, assim como com a exportação de bens produzidos no Brasil. O Estatuto do banco, em seu artigo 9º, determina que o apoio a investimentos diretos no exterior deve beneficiar exclusivamente empresas de capital nacional (Alem e Cavalcanti, 2005, p.71). Assim, o BNDES concede créditos aos países vizinhos com a condição de que eles contratem empresas brasileiras para realizarem as obras. Os financiamentos se estendem às importações de insumos e bens industriais brasileiros, fazendo com que cerca de 60% do que é usado nas obras seja produzido no Brasil⁸⁵. Os empréstimos para o desenvolvimento da estrutura produtiva dos países da região são compensados no âmbito do CCR, o que representa uma importante forma de garantia para o governo e as empresas ao praticamente eliminar os riscos de não pagamento.

Apresentaremos a seguir alguns dos principais projetos produtivos atualmente executados por empresas brasileiras na Venezuela. Contam com recursos do BNDES e também do Estado venezuelano. É o caso da construção da Siderúrgica Nacional no estado Bolívar, que faz fronteira com Roraima. O financiamento brasileiro ascende a US\$ 865 milhões e a obra é realizada pela construtora Andrade Gutierrez. A mesma empresa está construindo desde 2008 o Estaleiro Norte-Oriental no estratégico estado Sucre, onde

⁸⁵ Em clara contradição com essa política, o BNDES tem utilizado recursos públicos para financiar o fortalecimento de empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil. São os casos da Anglo American, Carrefour, Enron, Fiat, Brenco, Cargill, Renault, Nippon Steel, Kimberly Clark, TIM, GVT Holland e JetBlue (Lopes, 2009).

há imensas reservas de gás natural. O valor financiado pelo Brasil chega a US\$ 635 milhões. Será o primeiro estaleiro venezuelano, com capacidade de atender parte das necessidades que a exploração de petróleo no Atlântico requer, inclusive na costa ocidental da África. Atualmente, no Rio de Janeiro, o Estaleiro da Ilha (EISA) está produzindo dez petroleiros para a PDVSA.

Ao mesmo tempo, a Braskem vem trabalhando na criação das empresas Polipropileno del Sur (Propilsur) e Polietilenos de America (Polimerica) em parceria com a estatal Petroquímica de Venezuela (Pequiven). Enquanto se estima que a Propilsur produza 455 mil toneladas de polipropileno, a Polimérica produziria 1,3 milhão de toneladas de eteno e 1,1 milhão de toneladas de polietileno. Por sua vez, a Petrobras continua participando de um projeto de exploração de petróleo no campo Carabobo da Faixa Petrolífera do Orinoco. Em 2007, a Gerdau adquiriu a terceira maior produtora de aço da Venezuela, a Siderúrgica Zuliana (Sizuca), na fronteira com a Colômbia. No mesmo ano, o grupo Ultra comprou uma fábrica de produtos químicos da empresa norte-americana Arch Chemicals. Em setembro de 2011, a Comissão de Energia e Minas da Assembleia Nacional da Venezuela aprovou a criação de uma empresa mista entre a PDVSA e a Odebrecht para a exploração de cinco campos de petróleo também em Zulia. As atuais iniciativas na área do petróleo da Faixa do Orinoco incluem a construção de refinarias, expansão de gasodutos e estímulo às indústrias conexas, como fábricas de válvulas, sondas petroleiras e estaleiros.

Em maio de 2011, o IPEA publicou uma nota técnica em conjunto com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias do país vizinho. O trabalho aborda as possibilidades de cooperação produtiva entre as regiões Norte do Brasil e Sul da Venezuela⁸⁶. A proposta é promover estudos que busquem a integração das cadeias industriais para o desenvolvimento das áreas de fronteira, nos

⁸⁶ “Região Norte do Brasil e Sul da Venezuela: Esforço binacional para a Integração das cadeias produtivas”, no site http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/110511_relat_brasilvenezuela_integratprodutivas.pdf

setores de metal-mecânica, agroindústria e vidro. Além disso, houve consenso quanto à importância de reativar a cooperação entre as zonas francas de Manaus e de Puerto Ordáz. As instituições também consideraram oportuno estudar a complementaridade nos setores de fertilizantes, alimentação, automotriz, construção civil, higiene pessoal, petroquímico, farmacêutico e turístico.

O referido trabalho apresenta cinco iniciativas que conduziram a uma maior complementação produtiva. A primeira se trata de ações conjuntas para ampliar a produção de coque e enxofre na Faixa Petrolífera do Orinoco. Uma maior oferta desses insumos garantiria a satisfação do mercado venezuelano e geraria excedentes exportáveis ao Brasil e aos demais países do Mercosul. A segunda proposta prevê uma aproximação entre o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o Instituto Nacional de Geologia e Mineração da Venezuela (Ingeomin). Existem oportunidades na extração de ouro e minerais não metálicos, além de potenciais indústrias de cimento, cerâmica e vidros ao longo dos 850 quilômetros que ligam Puerto Ordáz a Boa Vista. A terceira ação faz referência à produção de fertilizantes. Apesar de a Venezuela contar com grandes reservas de fosfato, ainda exporta muito pouco para o Brasil, que importa a metade do que consome. Uma das propostas prevê a exportação venezuelana de fosfatados, nitrogenados e sais potássicos para o norte e o centro-oeste brasileiro, e até os demais países do Mercosul, através de transporte hidroviário. Por outro lado, existe a possibilidade de participação do Brasil em projetos venezuelanos de exploração de fosfato. O quarto ponto apresentado é o apoio brasileiro ao setor de habitação, com oportunidades de participação de empresas brasileiras na construção de casas e na produção de insumos para a construção civil do programa Vivenda Venezuela. Por fim, no quinto ponto se argumenta que o desenvolvimento produtivo venezuelano pode ter maior relação com a cadeia industrial brasileira, assumindo um papel de subministrador de matérias primas, insumos e inclusive produtos terminados. Ganham relevância os projetos do Ministério de Indústrias Básicas e Mineração da Venezuela (Mibam), que podem contar com

o apoio técnico, participação acionária ou financiamento do Brasil.

Em paralelo, tem avançado a cooperação brasileira nas áreas agrícola e pecuária, liderada pelo trabalho da Embrapa. Em 2008, a instituição instalou um escritório na Venezuela como forma de potencializar a aliança binacional. Desde então são crescentes intercâmbios entre especialistas brasileiros e venezuelanos, com o objetivo de promover uma maior cooperação no setor. A principal meta é transferir tecnologia brasileira para o Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas (INIA). Os principais projetos estão relacionados com uma maior e melhor produção de grãos, especialmente de soja. Neste sentido, a Embrapa Soja está apoiando o projeto de desenvolvimento agrário José Inácio de Abreu e Lima, no estado Anzoátegui. A empresa brasileira Odebrecht foi contratada para construir a infraestrutura para o cultivo de 35 mil hectares de soja irrigada. Além da infraestrutura de irrigação, serão erguidos armazéns e fábricas para processamento de óleo de soja e de ração animal. Os acordos também contemplam a capacitação de técnicos e produtores venezuelanos, para o manejo de plantas e sementes e preparação do solo, por meio de consultorias e assistência técnica. Através da Embrapa Gado de Corte e da Embrapa Suínos e Aves, o Brasil também presta apoio em atividades relacionadas com a pecuária, incluindo a reprodução de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos, assim como a programas nacionais de controle sanitário e de certificação de produtos de origem animal. Além disso, a Venezuela tem requerido material genético, auxílio para a construção de granjas, equipamentos e ferramentas para diagnóstico e controle de doenças que afetam a produção e a reprodução pecuária, bem como a saúde pública.

Infraestrutura de Norte a Sul e Considerações Finais

Nos próximos anos serão realizadas as grandes intervenções de engenharia que tornarão viável o aproveitamento das imensas oportunidades de interconexão da infraestrutura da América do Sul. Neste sentido, é fundamental a conexão das bacias do rio Orinoco, do Amazonas e do Prata, interligando a Venezuela, ao Brasil,

Paraguai, Uruguai e Argentina.

Um navegante sul-americano poderá, assim, iniciar a sua jornada no delta do rio Orinoco, na Venezuela. Depois de percorrer mais de 1200 quilômetros desde o Atlântico, passando pela cidade de Puerto Ordáz, chegaria ao chamado canal do rio Casiquiare. Este possui 330 quilômetros, grande parte plenamente navegável, que ligam os rios Orinoco e Negro, já na fronteira brasileira com a Venezuela e a Colômbia. O Casiquiare conecta naturalmente as bacias hidrográficas do Orinoco e do Amazonas. Mais 1200 quilômetros a leste e o viajante estará em Manaus, onde o rio Negro se encontra com o rio Solimões e muda de nome para se chamar Amazonas. Porém, como se sabe, cerca de 300 quilômetros antes de chegar a Manaus, o rio Negro é tocado pelo rio Branco, que percorre mais de 500 quilômetros desde a cidade de Boa Vista, a apenas 200 quilômetros da fronteira com a Venezuela. Este quadro revela as imensas possibilidades de incrementar o comércio pelo corredor que vai desde a Venezuela até Manaus, via rodoviária e hidroviária.

No entanto, além da possibilidade de contar no futuro com uma conexão entre os rios Orinoco e Amazonas (via Casiquiare), existem condições muito menos complexas e de curto prazo. Entre Caracas e Boa Vista, a infraestrutura de transporte terrestre, apesar de persistirem alguns trâmites aduaneiros inconvenientes, encontra-se em bom estado e permite obter custos competitivos nas duas direções. Depois de chegar por rodovia até Boa Vista, os produtos vindos da Venezuela poderiam seguir por via fluvial até as cidades de Porto Velho (Rondônia) e Rio Branco (Acre), através dos rios Branco, Negro, Amazonas e Madeira, desde Itacoatiara. As operações poderiam garantir o abastecimento de produtos desde o Amazonas até o Mercosul. O transporte pela via fluvial tornaria muito mais barato os custos e aumentaria muito a competitividade de alguns bens frente às ofertas do Sudeste brasileiro, que são transportadas por dois mil quilômetros, ou mais, de rodovias desde as costas do oceano Atlântico. No entanto, a realização dessa proposta depende fundamentalmente dos volumes de carga, que devem ser grandes o suficiente para garantir as economias de escala.

De modo geral, nos últimos anos houve inúmeros avanços. O Brasil, através do BNDES, financiou a integração do norte e do sul da Venezuela. O território venezuelano é cortado literalmente ao meio pelo Rio Orinoco. Até 2006 existia somente uma ponte que ligava um lado do país ao outro. A associação binacional garantiu a construção da segunda ponte e a terceira já está em estágio avançado de edificação. Várias das principais empresas brasileiras de engenharia estão instaladas no país vizinho, prestando serviços na construção de pontes, estradas, metrô, represas, redes de distribuição d'água, etc. A Venezuela tem investido pesado nos setores de energia, transportes e comunicação.

Atualmente o BNDES financia US\$ 943 milhões das obras de construção e ampliação da Linha 5 do Metrô de Caracas. O projeto executado pela Odebrecht beneficiará cerca de 100 mil passageiros por dia e inclui a instalação de seis novas estações em um trajeto de 7,5 quilômetros. Além disso, o banco libera US\$ 121 milhões para a construção da Hidrelétrica La Vueltoza pela Alstom e US\$ 1,3 bilhão para a Camargo Corrêa executar o mega-projeto "Tuy 4", de irrigação e distribuição de água. No âmbito da integração energética, desde 2001, a cidade de Boa Vista deixou de usar energia termoelétrica e passou a receber eletricidade através do chamado "Linhão", que se estende por 600 quilômetros desde as usinas hidrelétricas do rio Caroní, próximo ao Orinoco. Anualmente a Eletronorte, subsidiária da Eletrobras, importa da Venezuela cerca de US\$ 30 milhões em energia elétrica. Outro resultado desta cooperação na área de infraestrutura foi a chegada, em 2009, da fibra ótica ao sul da Venezuela e a Boa Vista. Em 2011, o benefício foi estendido à cidade de Manaus, que fica quase 800 quilômetros mais ao sul⁸⁷.

Certamente, as possibilidades de articulação do norte do Brasil com o sul da Venezuela são imensas e transcendem as

⁸⁷ Recomendamos a leitura do Relatório de Pesquisa "A integração de infraestrutura Brasil-Venezuela: a IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e o eixo Amazônia-Orinoco", disponível no site http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/110511_relat_brasilvenezuela_integrinfrestrutura.pdf

áreas de indústria, infraestrutura e comércio. Há espaços para a cooperação em outros âmbitos, como o turístico, o tecnológico, o acadêmico, o cultural e o de políticas sociais. Com o passar dos anos, a criação e a expansão da rede de infraestrutura permitirão que o país caribenho reforce os seus vínculos com o Cone Sul.

Sabe-se que o futuro não está plenamente na mão dos homens. Mas, ainda assim, existem suficientes demonstrações de que o planejamento racional e a intervenção

humana podem alterar destinos no espaço e no tempo. No nosso entendimento, cabe aos pensadores e executores de políticas públicas contribuir com a discussão sobre o futuro do MERCOSUL e da integração sul-americana. Nos próximos anos, é fundamental transcender a ótica meramente comercial, fortalecer as iniciativas sociais e ampliar o número de membros do bloco regional.

Referências

- ALEM, Ana Claudia & CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas Reflexões. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, V. 12, n. 24, p. 43-76, Dez. 2005.
- ARAUJO, Orlando. La industrialización de Venezuela en el siglo XX. Plan de Publicaciones del Ministerio de Industrias Básicas y Minería (MIBAM), Caracas, 2006.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “A integração da América do Sul como espaço geopolítico”, Seminário sobre integração da América do Sul, Palácio Itamaraty, 23.07.09, Rio de Janeiro.
- CALIXTRE, André e BARROS, Pedro Silva. A integração sul-americana, além da circunstância: do Mercosul à Unasul In: *Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas*, IPEA, 2010.
- CHÁVEZ, Hugo. Mensaje anual a la Nación del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez, el 13 de enero de 2009 [Cadena nacional de radio y televisión].
- COSTA, Darc. Estratégia Nacional. A cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil. LP&M Editores: Porto Alegre, 2003.
- CRAZUT, Ramón (2006). La siembra del petróleo como postulado fundamental de la política económica venezolana: esfuerzos, experiencias y frustraciones. Caracas: Universidad Central de Venezuela - Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar & PALMA, José Gabriel. As economias latino-americanas, 1950-1990. História da América Latina, Volume VI, A América Latina após 1930. Edusp: São Paulo, 2009.
- GADELHA, Regina Maria Fonseca D’Aquino. Pensamento hegemônico versus emancipação: repensando a atualidade de Celso Furtado. *Revista Pesquisa & Debate*. v. 15, n. 26, pp. 209-224, São Paulo, 2004.
- GONÇALVES, Williams. Latinidade e Mundialização. In: COSTA, Darc. *Mundo Latino e Mundialização*. Mauad Editora Ltda: Rio de Janeiro, 2004
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O desafio da integração. O mundo multipolar e a integração sul-americana. Amersur: Buenos Aires, 2008.
- MEDEIROS, Carlos. Modelos alternativos para la integración sudamericana. In: *Integración regional en América Latina: desafíos y oportunidades*. Monografía de la Red del Instituto Virtual de la UNCTAD. Nova Iorque e Genebra, 2010.
- LIST, Friedrich. Sistema nacional de economia política. Editora Abril [Os Economistas], São Paulo, 1983.
- LOPES, Carlos. Empresas externas levam 33% dos recursos do BNDES para indústria, *Jornal*

Hora do Povo, 18 de junho de 2009.

PADULA, Raphael. Uma concepção de integração regional, papel da infraestrutura e ocupação dos espaços. In: COSTA, Darc (org). América do Sul. Integração e infraestrutura. Loco por ti, Rio de Janeiro, 2011. No prelo.

PAIVA, Donizetti Leônidas de & BRAGA, Márcio Bobik. Integração econômica regional e desenvolvimento econômico: reflexões sobre a experiência Latino-Americana. X Encontro Nacional de Economia Política, 2005.

PERÓN, Juan Domingo. La hora de los pueblos. Editorial El encuentro mágico: Buenos Aires, 1968.

PINTO, Luiz Fernando Sanná e SEVERO, Luciano Wexell. O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e suas potencialidades para o Mercosul. Boletim de Economia e Política Internacional, Brasília, Ipea, n. 5, dez. 2010.

RODRÍGUEZ, Octavio. Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

Recebido em 02/08/2012

Aprovado em 11/08/2012

RESENHA

Livro: *Parceiros do rio bonito*
 Autor: CÂNDIDO, Antônio.
 Editora Livraria Duas Cidades, 1975.

RESENHA DO LIVRO PARCEIROS DO RIO BONITO

Exzolvildres Queiroz Neto *

O espaço rural brasileiro, para além do setor econômico agrícola, é um universo em construção-desconstrução é dinâmico e inerte, ação-reflexão, início e fim, efêmero nas previsões sobre o ocaso do seu tempo e eterno em suas territorialidades em movimento. São efemérides para um ensaio.

O Brasil é um país de costas para si mesmo. O *caipira* é na história quase uma virtualidade da civilização brasileira, praticamente, o ensaio de teorias acerca do povo brasileiro. Os modos de vida *caipira* não ensinam, neles mesmos, todas as explicações, mas surgem da inter-relação com a terra, a humanidade, a natureza, o tempo, o espaço e as contingências. A literatura permite alinhar a condição humana à construção de um espaço de ação o que conduz ao desnublado de contextos.

Algumas obras são consideradas clássicas por transporem o tempo. *Parceiros do Rio Bonito* é uma dessas obras que dialogam com sua época e com o devir. Antônio Cândido relatou em seu livro o momento das mudanças na organização do

espaço rural brasileiro e descortinou um cenário complexo e de contradições.

A construção do território brasileiro se deu por entradas e bandeiras, ao desbravar quimeras de uma natureza complexa, de empreendimentos alienígenas surgiram construções e homens. A rusticidade que moldou os corpos no interior do Brasil se deu pela confluência étnica que, por um devir histórico, amalgamou as esperanças.

Embrenhando por caminhos condutores ao interior do Brasil, calçados por registros de humanidades, é que Antônio Cândido (1975) desnublou o imaginário *caipira*, os meios de vida, e traduziu a ética e estética de um povo. Por meios de vida há que se dimensionar as ações dos sujeitos sobre o ambiente, seus valores e atitudes. Para tanto, o autor desenvolveu seu método para descortinar os meios de vida em um agrupamento *caipira*: “quais são, como se obtêm, de que maneira se ligam à vida social, como refletem as formas de organização e as de ajuste do meio (p. 17).” Em busca do velho e do novo espaço *caipira* o autor incidiu em estudos que o conduziram a uma reconstituição validada por documentos de viajantes do século XVIII e início do século XIX referências e indícios sobre a vida do homem da roça e longos interrogatórios sobre o “tempo dos antigos”.

O autor estabelece a escala do lugar, como espaço privilegiado de pesquisa em comunidade de um bairro rural, mas o inter-relaciona com as dimensões da construção da modernidade a partir de um modelo urbano-industrial. Uma perspectiva histórica, quanto aos problemas que caracterizavam a vida rural de São Paulo no

*

Doutor em Engenharia Agrícola pela UNICAMP. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. E-mail: queiroz.neto@unila.edu.br

período de 1948 a 1954 um processo de “modernização” em curso.

Para Antônio Cândido, tornou-se fundamental esclarecer duas expressões: cultura (e sociedade) *rústica*; cultura (e sociedade) *caipira*. O termo rústico exprime um tipo social e cultural, indicando o que é, “no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contacto com o aborígene (p. 21).” O termo *caipira* é utilizado com “a vantagem de não ser ambíguo exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial (p. 22).” Quanto ao conceito de sociedade o autor define que, “as sociedades se caracterizam, antes de mais dada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las (p. 23).” Logo, o equilíbrio se estabelece em grande parte pela correlação entre as necessidades e sua satisfação.

Neste sentido, o tempo incorpora o espaço à história dos grupos e o espaço se incorpora à sociedade pelo trabalho e a técnica. Desta feita, o autor conclui que “[...] enquanto houver homens, a História da Natureza e a História dos Homens se condicionarão reciprocamente (p. 24).” Logo, atinge-se um equilíbrio quando, “há uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social (p. 25)” havendo para cada cultura, em determinado momento, certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. Assim, “o meio se torna deste modo um *projeto* humano nos dois sentidos da palavra: projeção do homem com as suas necessidades e planejamento em função destas” (p. 28). Logo pelos ajustamentos do grupo ao meio, com a fusão entre a herança portuguesa e a do primitivo habitante da terra, é que se pode analisar este processo de elementos para a compreensão e definição da economia seminômada que tanto marcou a dieta desta comunidade.

A dieta do *caipira* marca o plano da subsistência e da utilização de recursos do meio, principalmente, a caça como complemento alimentar. É patente a dificuldade do *caipira* em diversificar a dieta seja pela diminuição da caça ou pelas dificuldades na aquisição de carne de vaca.

Assim, surgem dois elementos para a equação do equilíbrio da sociedade: um ligado a questão ecológica e o outro associado à baixa renda. Ocorre, neste momento de transição, a perda de hábitos alimentares tradicionais sem a possibilidade de incorporar, de maneira regular, os novamente surgidos devido à urbanização. O autor verifica no período de 1948 a 1954 o desaparecimento das ferramentas e costumes tradicionais. Trata-se, pois, de um acentuado incremento de dependência que, destrói a autonomia do grupo da vizinhança incorporando-o ao sistema comercial das cidades “uma perda ou transferência de elementos culturais, que antes caracterizavam a sociedade *caipira* na sua adaptação ao meio (p. 142).”

Quanto à absorção do *caipira* pelo processo de urbanização, o autor identifica as seguintes situações: 1) aceitação total, 2) rejeição total ou 3) aceitação parcial dos traços introduzidos pela nova situação – sendo a última hipótese mais comum e normal nos que permanecem no campo. Neste contexto, a transição para o universo urbano se faz pelo abandono das práticas tradicionais e a falta de renda compromete a aquisição dos bens disponíveis na cidade. Sobre a condenação do *caipira* à urbanização com muita lucidez, o autor dimensiona o limiar da incorporação a uma realidade ou o simples conviver “[...] deve ser justamente no sentido de urbanizá-lo, o que, note-se bem, é diferente de trazê-lo para a cidade (p. 225).”

Desde então, há uma dicotomia urbano-rural na medida em que o processo cria contrapontos, principalmente, de um imaginário e modo de vida. Como espaços o urbano e o rural são interstícios, no caso brasileiro, da promoção do desenvolvimento acirrando as disputas e não a confluência para a resolução de problemas sociais que, afetam ambos os espaços e suas populações.

Logo a configuração espacial, que caracteriza o lugar, é estabelecida em um contexto no cotidiano e o trabalho é o fator de humanização deste. Assim, o *caipira* ao trabalhar, os elementos do espaço natural através da técnica e da razão prática, constrói o espaço habitado e produz laços simbólicos, materiais e imateriais. Como fator delimitador da territorialidade há simbolismos do pertencimento onde dentro: é tradição, solidariedade, socialização,

reciprocidade, parentesco; e fora: é possibilidade, contingência. O território é concebido por questões de valor de uso para além do pragmatismo legalista e economicista. Logo, há decisões por direito de uso garantido pelo trabalho, o estabelecimento e a memória. Desenvolve-se uma dialética da memória coletiva associando o instante do presente ao conjunto do tempo e do espaço como também às ressonâncias de tempos imemoriais. Portanto, o espaço rural deve ser vislumbrado como uma totalidade, isto é, as relações sociais, o ambiente, a estrutura agrária, os conflitos, as contradições, o modo de produção, as famílias, as políticas públicas, as relações com o espaço urbano e o conhecimento.

O estudo sobre o *caipira*, ou de comunidades rurais na contemporaneidade, pode ser considerado um vaticínio sobre o desolamento do mundo rural brasileiro frente à investida urbanizadora uma “cruzada” em prol da modernidade? Acredita-se que não. No Brasil foca-se mais no debate agrícola, principalmente do agronegócio, do que no espaço rural como modo de vida e organização social: uma complexa miríade de possibilidades e arranjos dos lugares (que dialogam com as diversas escalas e suas variáveis).

A obra de Antônio Cândido, *Parceiros do rio bonito*, traz à cena a inserção do espaço rural brasileiro, especialmente o do *caipira*, na modernidade. Esta inserção se deu pelo amálgama da lógica econômica, o que é muito restritivo, tendo em vista a idéia de progresso. Assim, não se deve fazer a leitura desta obra com uma visão arqueológica, mas de vislumbrar o que temos, em conta no Brasil, de consideração à diversidade. As escolhas dos *caipiras*, eles próprios construtores de um Brasil, foram se escasseando frente à imposição de uma lógica da homogeneidade capitalista. Entretanto, os lugares são constituídos pela inter-relação de escalas e de visões de mundo. Se por um lado o *caipira* “puro” nunca existiu por outro lado é fundamental reconhecer a sua diferença e igualdade no conjunto da população brasileira.

Recebido em 10/07/2012
Aprovado em 01/08/2012

ESPAÇO CULTURAL

TARDE E SOL

Diana Araujo Pereira*

Havia mais nuvens naqueles olhos que vigiavam a tarde que em todos os céus que banhavam as montanhas à volta.

Sentia a sensação do trânsito benéfico, do estar-à-metade-do-caminho, entre o antes e o sempre. Uma pontada de inveja percorreu-lhe como um calafrio de vozes profundas, que voltavam a sussurrar em seus túneis secretos.

Inveja do que sempre foi e será igual e imutável, plantas de beleza eterna, fugaz e tão duradoura. A natureza cambiante de todas as realidades possíveis ali se mostrava ainda mais indefesa, ante a natureza real e ecológica, concreta e sensorial do pôr-do-sol no final da tarde.

Subida no topo da montanha o mundo parecia admirável. Ao invés de enigmas, praças distantes com aparentes verdes e alguma outra cor desfalecida. Distantes também os ruídos e os indícios humanos.

Por isso se emocionava com as alturas e a proximidade do céu. Aquele imenso azul era a coisa mais límpida e real que havia conhecido. O que estava abaixo, com todas as suas mazelas, parecia a mais irreal das possíveis realidades.

Respirava profundamente porque até o ar era outro, e lhe infundia uma temperatura mais cômoda e pertinaz. Ali em cima, no alto, sentia a vertigem que lhe arrancava do torpor de todos os dias e lhe arremetia contra uma parede de rochas avermelhadas, de dureza imbatível, de serenidade conquistada. Ali era onde estava a vida, onde o mundo se apresentava como espetáculo silencioso e seguro. Onde o tempo interrompia os enigmas com a simples frase do sol ou da lua.

Subida no topo da montanha a vida voltava a circular ao redor e por dentro, vida de olhar e paisagem, de respiração e correntezas, de sondagens e margens. A vida, enfim, de realeza abrupta e constante, dos simples prazeres de tocar a terra e ser tocada por ela, de juntar-se aos outros pedaços e sentir o gozo de fazer parte da trama.

Romper o seu patrimônio e imiscuir-se no limiar das horas, do tempo. Trazer à tona e deflagrar a memória de passos já dados, de caminhos coletivos, de mapas percorridos.

A tarde traga o que sobra do nosso voo rasante, das esperanças vertidas em esperanças alheias.

Olhou o relógio e já teria que se levantar. Sabia que o milagre de pensar em contato com o sol que se punha não duraria mais que um pedaço de tempo.

Calçou as sandálias e se foi.

Recebido em 10/07/2012
Aprovado em 20/07/2012

* Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail*: diana.pereira@unila.edu.br

Orientação aos Colaboradores e Normas para Publicação

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento ou fronteiras, abordagens e perspectivas de caráter interdisciplinar. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) Artigos Científicos – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em pelo menos dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.
- ii) Resenhas – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.
- iii) Demais Contribuições – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações via correio eletrônico (e-mail) para: gilson.oliveira@unila.edu.br ou orbislatina@gmail.com

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA)
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 03, Espaço 03, Sala 5
CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil